

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MARIA DO CARMO MOREIRA AGUILAR**

**FAMÍLIAS NEGRAS NO PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL  
(1940-1960): TERRA, MIGRAÇÃO E RELAÇÕES FAMILIARES.**

Porto Alegre, Rio Grande do Sul  
2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARIA DO CARMO MOREIRA AGUILAR

**FAMÍLIAS NEGRAS NO PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL  
(1940-1960): TERRA, MIGRAÇÃO E RELAÇÕES FAMILIARES.**

Dissertação de Mestrado em História, apresentada à banca avaliadora do curso de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientação:  
Prof<sup>ª</sup>. Dra. Regina Weber

MARIA DO CARMO MOREIRA AGUILAR

**FAMÍLIAS NEGRAS NO PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL  
(1940-1960): TERRA, MIGRAÇÃO E RELAÇÕES FAMILIARES.**

Banca Examinadora

---

Professor Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

---

Professor Dr. José Carlos Gomes dos Anjos  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Regina Célia Lima Xavier  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Rio Grande do Sul  
2012

## AGRADECIMENTOS

Assumindo o risco das omissões, é chegado o momento de agradecer àqueles que me apoiaram nesta jornada. Meu percurso pelo Mestrado não foi feito sozinho, felizmente, contei com o apoio de um sem número de pessoas no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Ao final de mais uma jornada, sou transbordada pela gratidão às inúmeras vozes que ecoam neste texto e que me acompanharam nesta empreitada.

À Professora Regina Weber agradeço pela orientação responsável, pelo rigor e postura crítica enquanto historiadora, assumidos desde o início do curso, bem como, pelo desempenho incansável na árdua tarefa de sempre direcionar o foco de análise para o meu objeto de pesquisa.

Ao CNPq pela concessão da bolsa, fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço ao professor José Carlos Gomes dos Anjos pela disposição e, sobretudo, paciência de acompanhar o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço ainda pela calma e tolerância ao lidar com minhas crises de insegurança. Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento desta Dissertação.

Agradeço a Regina Xavier pela leitura de textos e pelas excelentes dicas, sempre acompanhadas de palavras de incentivo, e também, pela sugestão e empréstimo de inúmeros livros que enriqueceram esta dissertação. Agradeço ainda a professora Elsa G. Avancini, pelo apoio durante meu percurso acadêmico e pelo carinho e amizade.

Aos quilombolas de Rincão dos Caixões, Júlio Borges e Sítio Novo/Linha Fão por abrirem suas casas, e o *baú de memórias*, fundamentais para a construção deste texto. Sou grata pelo carinho e pela generosidade de compartilhar comigo suas histórias, algumas alegres, outras com marcas dolorosas. Histórias inspiradoras de resistência, persistência e obstinação para alcançar os objetivos traçados. Pela paciência de explicar para uma “guria da cidade” algumas especificidades da vida no *campo*. Aos moradores do Rincão pelas lições de vida que vêm me ensinando desde 2008.

Mais uma vez agradeço aos professores Regina Xavier e José Carlos Gomes dos Anjos, agora por terem aceitado fazer parte da banca de qualificação. Pela leitura atenta e pelas críticas precisas que me fizeram refletir sobre questões teóricas e metodológicas que nortearam a pesquisa. Tentei incorporar ao texto grande parte das sugestões por eles proferidas.

Aos colegas de curso, Felipe Nóbrega, Carla e Fernando pelos divertidos papos e dicas. Aos orientandos da professora Regina Xavier, que tive oportunidade de dialogar nas disciplinas: *Tópicos especiais I* e *Relações Sociais de Dominação e Resistência - Análise Bibliográfica 3* agradeço pelas contribuições e interlocução. Agradeço também aos orientandos do professor José Carlos Gomes dos Anjos, que me acolheram nas reuniões de estudos e deram profícuas contribuições ao texto sob a perspectiva da Sociologia e Antropologia.

A turma de Minas Gerais:

Ao meu pai, pelo carinho e dedicação. A Minha mãe, Terezinha, pelo carinho, afeto e paciência. Por ter se deslocado de Minas por várias vezes para ficar comigo, mesmo sabendo que não poderia dar a ela toda a atenção merecida. E ainda, por me abastecer com pães de queijo, e todos os tipos de queijos, trazidos na mala ou enviados via *sedex*.

Aos meus irmãos pelo apoio e por compreenderem que eu, mesmo estando em Minas, não poderia me desligar da pesquisa. Ao meu irmão José, pelo incentivo, ajuda e as promessas sempre motivadoras (e nunca cumpridas). Pelo “garimpo” nos *sebos* e lojas de Beagá à procura de livros sobre a minha temática. Aos demais parentes e amigos o meu muito obrigado.

Ao Márcio, meu amor, pelo apoio incondicional. Por compreender minhas ausências e escutar pacientemente por mais de dois anos meus devaneios de pesquisa. Por suportar meu mau-humor, principalmente na fase final da escrita. Se fosse agradecer aqui por tudo que ele fez e faz, faltariam folhas.

A turma do Rio Grande do Sul:

Ao amigo querido Daniel (rei Julian), companheiro de pós-graduação, que eu exploro nos meus textos. E que apesar de todo abuso, inexplicavelmente, está sempre disposto a me ouvir e ajudar em questões acadêmicas e não acadêmicas. Obrigado pela leitura, correções do português, formatação e pelos toques dados ao texto. Pelas discussões conceituais, teóricas e por todas as outras discussões e papos que tivemos nas salas de aula, mesas de boteco e padarias durante esses divertidos anos de mestrado/amizade.

Ao Jairton, amigo querido, pela amizade, troca e partilha de ideias que mantemos desde a graduação. Por ouvir minhas reclamações, e, por sempre apoiar minhas decisões mesmo quando não concorda com elas. Agradeço ainda ao amigo Vinicius, que incomodo com meus textos desde a graduação. Obrigado pela leitura atenta do meu projeto, pelas reflexões teóricas, metodológicas e sugestões de bibliografia, e ainda, por me tranquilizar quando achei que a dissertação fosse naufragar.

Agradeço aos meus amigos do Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ), em especial ao casal Marina e José Carlos Rodrigues. Ao Ubirajara (Bira), pelo apoio nos momentos difíceis, por incentivar a correr atrás dos meus objetivos sempre. Pelo carinho, generosidade e o ombro amigo.

Em especial:

A Dona Erocilda, matriarca do quilombo Rincão dos Caixões que, com todo respeito, peço licença para reconstituir, neste texto, a trajetória de sua parentela.

*Sem Deus, Com a Família*  
*César Roldão*

*Sapato de pobre é tamanco*  
*A vida não tem solução*  
*Morada de rico é palácio*  
*E casa de pobre é barracão*

*Quem é pobre, sempre sofre*  
*Vive sempre a trabalhar*  
*Mas eu sofro só de dia*  
*De noite eu vivo pra sambar*

*A mulher do branco é esposa*  
*E a esposa do preto é mulher*  
*Mas minha mulher é só minha*  
*A do branco eu não sei se só dele é*

*Preto vive atormentado*  
*Mal tem tempo pra rezar*  
*Mas o preto é mais que branco*  
*Pra mãe d'água lemanjá*

*A terra do dono é só dele*  
*Ali ninguém pode mandar*  
*Mas se eu não pegar na enxada*  
*Não tem ninguém para plantar*

*Eu semeio e trato o milho*  
*E a colheita é do senhor*  
*Mas o dia da igualdade*  
*Tá chegando, seu doutor*

## RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é analisar o período de itinerância de um grupo familiar residente no quilombo Rincão dos Caixões, localizado no município de Jacuizinho, situado no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Ao abordar a questão das migrações, verificaram-se as estratégias desenvolvidas pelo grupo na busca por postos de trabalho, a recuperação da estabilidade perdida e as relações familiares tecidas neste contexto de constantes deslocamentos. Esta coletividade tem sua origem em outro território negro, denominado Sítio Novo/Linha Fão, localizado no município de Arroio do Tigre. Esta área foi cedida a um grupo negro nos anos iniciais do século XX, porém, seus ancestrais habitavam a localidade desde os tempos do cativo. A delimitação temporal focaliza-se entre meados de 1940, momento da perda de parte do território do Sítio Novo/Linha Fão e 1960 quando a família se fixou na área do quilombo Rincão dos Caixões. O período delimitado, no entanto, recua para o período final da escravidão (1870-1890) para reconstituir o contexto de territorialidades negras na região em questão, na época da doação da parcela de terras, marcando com isso o início da territorialização negra no quilombo Sítio Novo/Linha Fão. A pesquisa desenvolvida se utilizou de fontes orais e escritas. Conta com um acervo de 30 entrevistas, realizadas entre 2008 e 2011, e, através de testamentos, inventários *post-mortem*, e processos criminais, buscou-se reconstituir aspectos das experiências de famílias de escravos e libertos na localidade em questão.

**Palavras-chave:** remanescentes de quilombos, conflitos fundiários, campesinato negro, itinerância.

## ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the roaming period of a family group living in the Quilombo of Rincão dos Caixões, located in the municipality of Jacuízinho, situated in the middle plateau region of Rio Grande do Sul. When addressing the issue of migration, we also verified the strategy used by the group regarding search of jobs, restoring lost stability and family relations built in this context of constant displacement. The community has its origin in another black territory, called Sítio Novo / Linha Fão, located in the municipality of Arroio do Tigre. This area was given to a group of black people in the early years of the 20<sup>th</sup> Century; however, their ancestors inhabited the place since the days of captivity. The temporal delimitation focuses from mid-1940, when it was the loss of part of the territory of Sítio Novo / Linha Fão and 1960 when the family settled in the Quilombo area Rincão dos Caixões. To better reconstruct the context of black territoriality in that region at the time of donation of the part of land, we bounded the stage until the final period of slavery (1870-1890). That period was the beginning of black territorialization in the Quilombo Novo Sítio/Fão. Oral and written sources were used in the present research. It comprises a collection of 30 interviews, conducted between 2008 and 2011. Through wills, postmortem inventories, and criminal cases, we tried to reconstruct aspects of slaves and freedmen families, and their experiences in the locality in question.

**Keywords:** Quilombo's remnants, land conflicts, black peasantry, roaming.

## ABREVIATURAS

ABA- Associação Brasileira de Antropologia

ADCT- Atos das Disposições Constitucionais Transitórias

AHRS- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERHS- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CREAI- Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil

EMATER- Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN – Instrução Normativa

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

FEE- Fundação de Economia e Estatística

LABORS- Laboratório de Observação Social

NUER - Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas

OIT- Organização Internacional do Trabalho

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Províncias com maior proporção de população escrava – 1874.....	28
Tabela 2: Registro paroquial de terras de Cruz Alta – 1855 .....	93
Tabela 3: Estabelecimentos e área, segundo a atividade predominante - 1960.....	112
Tabela 4: Aumento da produção de soja - 1955 a 1975 .....	115
Tabela 5: Pessoal ocupado, por sexo e categoria em 1960 - Ênfase no número de mulheres	164

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Regras da reprodução das narrativas .....	54
Quadro 2: Emancipação dos municípios estudados .....	62
Quadro 3: Categorias de trabalho e contratos informais .....	202

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Migrações dos grupos familiares.....	129
Mapa 2: Rio Grande do Sul. Destaque para a região cinco denominada de Planalto Médio.	192
Mapa 3: Quilombos do Rio Grande do Sul. Destaque para a área circulada, uma vez que é nesta região que se encontra as três comunidades mencionadas neste texto.....	193

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma das ramificações familiares.....	18
Figura 2: Genealogia das primeiras famílias moradoras no Sítio Novo/Linha Fão .....	77
Figura 3: Genealogia de Etuíno da Silva.....	116
Figura 4: Genealogia de Erocilda dos Santos.....	118
Figura 5: Genealogia parcial dos moradores do Sítio Novo/linha Fão. Genealogia desenvolvida em 2008 pela equipe de pesquisa durante a elaboração do Relatório Sócio-Histórico Antropológico de Rincão dos Caixões .....	194
Figura 6: Genealogia parcial dos depoentes .....	195

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: moradores do Sítio Novo/Linha Fão.....	79
Fotografia 2: Visita de Erocilda e sua família ao Sítio Novo/Linha Fão .....	127
Fotografia 3: Etuíno e sua família em 2011 .....	196
Fotografia 4: Valentin e sua esposa Almeri em 2011.....	197
Fotografia 5: a matriarca do quilombo Rincão dos Caixões, Erocilda em 2011 .....	198
Fotografia 6: vista parcial da área do Quilombo Rincão dos Caixões em 2011.....	199
Fotografia 7: parte da parentela de Erocilda no quilombo Rincão dos Caixões em 2008.....	200
Fotografia 8: casamento de Almeri e Valentin.....	201

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O OBJETO E OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA .....</b>	<b>26</b>
1.1 OBJETIVO E JUSTIFICATIVAS .....	26
1.2 O CONCEITO <i>REMANESCENTES DE QUILOMBOS</i> .....	32
1.3 OUTRAS NOÇÕES .....	44
1.4 QUESTÕES METODOLÓGICAS .....	51
<b>CAPITULO 2 - QUEM É O DONO DESSA TERRA? RECONSTITUINDO A PERDA DO TERRITORIO .....</b>	<b>60</b>
2.1 CARACTERIZANDO A ÁREA.....	61
2.2 ENTRE AFETOS E INTERESSES: AS DOAÇÕES DE TERRA A EX-ESCRAVOS NA TRANSIÇÃO PARA A LIBERDADE .....	64
2.3 A VIDA NO SÍTIO NOVO/LINHA FÃO .....	77
2.4 A EXPROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	91
<b>CAPÍTULO 3 - ITINERÂNCIA, FAMÍLIA E RELAÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>105</b>
3.1 TERRAS DE TRABALHO E TERRAS DE NEGÓCIO: MUDANÇAS ECONÔMICAS NA REGIÃO PESQUISADA .....	106
3.2 A FAMÍLIA EM MOVIMENTO .....	115
<b>3.2.1 Alvenaria, beira-chão e meia-água: as moradias em itinerância .....</b>	<b>121</b>
3.3 UMA ENXADA E MUITAS LEMBRANÇAS: TRABALHO E ANDARILHAGENS .....	130
<b>3.3.1 Entre a escravidão e liberdade: algumas reflexões sobre as relações de trabalho</b>	<b>134</b>
<b>3.3.2 Parceiros, agregados e peões: os tratos e contratos em itinerância .....</b>	<b>145</b>
<b>3.3.3 Lançando olhares sobre outros familiares .....</b>	<b>158</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>168</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS.....</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>179</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>192</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>193</b>
<b>ANEXO III.....</b>	<b>194</b>
<b>ANEXO IV .....</b>	<b>195</b>

<b>ANEXO V</b> .....	<b>196</b>
<b>ANEXO VI</b> .....	<b>197</b>
<b>ANEXO VII</b> .....	<b>198</b>
<b>ANEXO VIII</b> .....	<b>199</b>
<b>ANEXO IX</b> .....	<b>200</b>
<b>ANEXO X</b> .....	<b>201</b>
<b>ANEXO XI</b> .....	<b>202</b>

## INTRODUÇÃO

O nosso contato inicial com as chamadas *comunidades remanescentes de quilombos* se deu em 2007 com o quilombo urbano Chácara das Rosas, localizado em Canoas, que na época pleiteava a titulação de sua área. Ainda na graduação, no Centro Universitário La Salle, participando como bolsista de iniciação científica dos projetos: *Comunidades e Parentelas Negras Remanescentes de Quilombos Em Canoas*, entre 2007 e 2008, e *Quilombo Chácara das Rosas em Canoas: memória e processo de identificação*, durante o ano de 2008, ambos coordenados pela prof<sup>a</sup>. Dra. Elsa Gonçalves Avancini.

Neste mesmo ano ocorreu o contato com os quilombos rurais, a partir da participação na equipe técnica<sup>1</sup>, como pesquisadora assistente na área da História, para realização de levantamento histórico atinente ao relatório sócio-histórico e antropológico<sup>2</sup>. O objetivo era o de obter o reconhecimento e a titulação da comunidade remanescente de quilombos do *Rincão dos Caixões*, localizado no município de Jacuízinho/RS, mediante convênio firmado entre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Laboratório de Observação Social (LABORS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A elaboração do relatório ocorreu nos termos do Decreto 4887/2003 e Instrução Normativa n.20 (IN 20/2005). O projeto contou com a coordenação do Dr. José Carlos Gomes dos Anjos, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o que possibilitou um primeiro contato com o mesmo, que posteriormente, teve influência bastante profícua para este trabalho.

As descrições que seguem são fundamentais para o leitor compreender o objeto de pesquisa que está descrito detalhadamente no primeiro capítulo. De modo preliminar, resumimos que o objetivo desta dissertação é discutir a reconstituição de um conjunto de acontecimentos desencadeados pela desterritorialização, ocorrida entre 1940 e 1960, que

---

<sup>1</sup> A equipe contou com a participação do antropólogo Cristian Jobi Salaini, do historiador Vinicius Pereira de Oliveira e do geógrafo Luiz Fontoura.

<sup>2</sup> Os relatórios técnicos visam processos de titulação de comunidades remanescentes de quilombos. Instrumentos que destinam a apreender aspectos étnicos, históricos, sociais e econômicos do grupo. Esses relatórios instruem procedimentos administrativos e judiciais que visam o reconhecimento dessas comunidades. Conforme salientou José Carlos Gomes dos Anjos, os laudos não são “censores” com função de perceber características quilombolas. Eles atuam no sentido de evidenciar os modos com que as comunidades remanescentes de quilombo constroem suas formas de ser e de estar no mundo e como a trajetória social do grupo não se descola do que eles são hoje. ANJOS, José Carlos dos. Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas. In: LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). *Laudos Periciais Antropológicos em debate*. Florianópolis: Nova Letra Gráfica e Editora, 2005, v. 1, p. 90.

permeiam as lembranças da comunidade remanescente de quilombos de Rincão dos Caixões (localizado em Jacuízinho, no Rio Grande do Sul), cujo passado está marcado por uma trajetória itinerante.

Em 2008, a entrada da equipe de pesquisa no quilombo Rincão dos Caixões se deu em um contexto de conflito fundiário e num processo de luta pela permanência e ampliação de seu território, mediante o avanço “implacável da soja”. Esta comunidade, “espremida” e sofrendo envenenamento pelos agrotóxicos utilizados nas lavouras, autoidentifica-se como remanescente de quilombos e aciona o art. 68 do ADCT, a fim de garantir permanência na área que ocupa e que entende ser sua. No decorrer das últimas décadas, este quilombo teve sucessiva diminuição do tamanho inicialmente ocupado. Cabe evidenciar que a autoidentificação e o pleito do grupo é o ápice de um processo de “microreconhecimentos” da diferença e particularidades do grupo por várias instâncias públicas da região, tal como a EMATER de Jacuízinho, que viu neste grupo familiar um modo de vida peculiar. Há de se ressaltar ainda que, ao decidir lutar pelo território, essa família precisou levar em consideração as relações de trabalho estabelecidas por ela com o entorno. Em uma situação de desigualdade, este grupo negro se territorializou nas áreas pedregosas, de intenso declive e baixa produtividade, descartadas para a monocultura da soja. Sendo com isso, coagida a fornecer sua força de trabalho em troca de subsistência, estabelecendo com um proprietário do entorno relações de trabalho verticalizadas e hierárquicas. Desta forma, parte do sustento da comunidade é adquirida pela prestação de trabalhos para este grande proprietário, que é o principal responsável pela perda de partes importantes da área habitada pela família, e por sua vez, está no centro da disputa pela ampliação do território da comunidade.

Os grupos negros precisam escolher entre a luta pelo território, que se for autossuficiente poderá garantir a sobrevivência da família, e os postos de trabalho oferecidos pelos proprietários, que se configuram como um mecanismo de pressão. Assim, ao iniciar a luta pelo território, os grupos negros enfrentam uma série de intimidações e retaliações. A primeira delas é a perda de seus postos de trabalho na região ao entorno<sup>3</sup>. É neste contexto de conflito fundiário, envenenamento da água, problemas de saúde em decorrência da

---

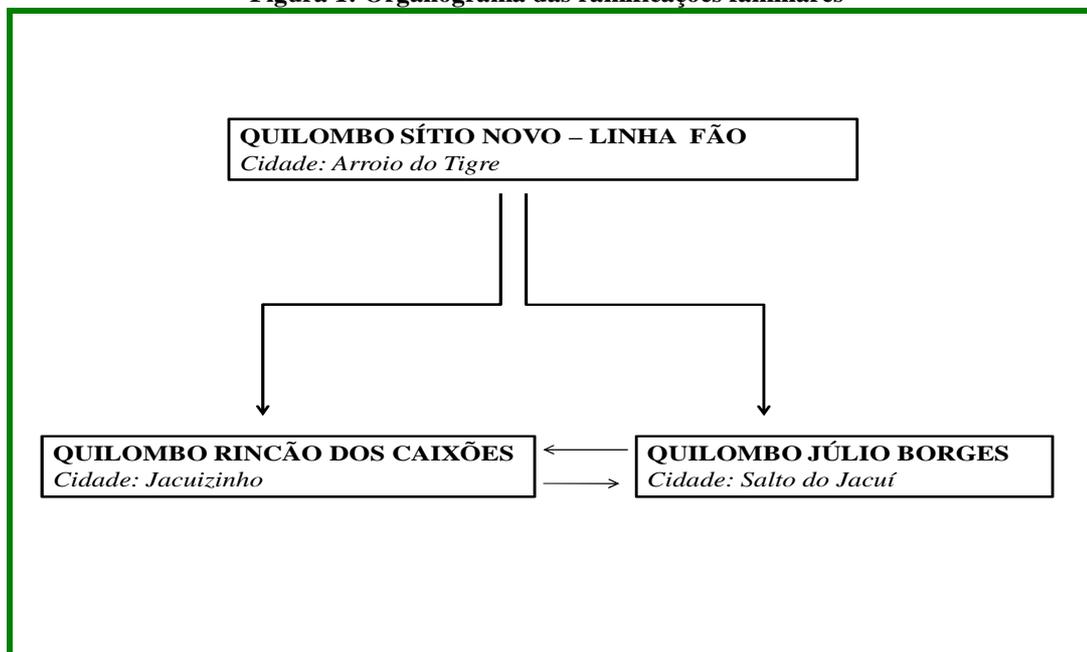
<sup>3</sup> Citamos aqui, a título de exemplo, a situação do quilombo de Palmas, localizado no município de Bagé. Após o pleito, o presidente da associação perdeu seu posto de trabalho e não conseguiu mais empregar-se na região, as portas das propriedades do entorno se fecharam, e ele sobrevive graças a solidariedade que há nesta comunidade. Outro fato ocorrido em decorrência do pleito fundiário, foi o fechamento por quase um mês da estrada que dá acesso ao quilombo pelos proprietários da região em 2011, em tentativa de impedir o trabalho do INCRA. No quilombo de Rincão dos Caixões, alguns quilombolas não foram mais chamados para realizar alguns trabalhos sazonais, para os quais eram convidados durante anos.

pulverização de agrotóxicos nas lavouras de soja e a perda de postos de trabalho devido ao pleito fundiário que se dá o contato inicial com a comunidade.

O grupo familiar pesquisado reside atualmente no quilombo Rincão dos Caixões, situado no município de Jacuízinho/RS. A área deste quilombo foi doada em meados de 1960 por Régis Fiúza (um jovem proprietário da região) à Erocilda dos Santos Fernandes, matriarca do grupo familiar e fundadora desta comunidade. Após a desterritorialização do primeiro território ocupado e alguns anos de itinerância pelas propriedades da região, Erocilda se territorializou pela segunda vez nesta área, hoje denominada quilombo Rincão dos Caixões. Este grupo familiar tem suas origens em outro território negro, denominado Sítio Novo/Linha Fão e localizado em Arroio do Tigre/RS. Neste local residiam, e ainda residem, várias famílias, em sua maioria, ligadas por laços de parentesco consanguíneo ou fictício.

É neste território de ocupação anterior que está a gênese do período de *diáspora* de vários grupos familiares. Há ramificações desta primeira família no quilombo de Júlio Borges, localizado em Salto do Jacuí/RS, e na comunidade de Rincão dos Caixões (foco de nossa pesquisa). Assim, os quilombolas de Rincão dos Caixões e de Júlio Borges, são em sua maioria, oriundos de famílias que perderam suas terras no Sítio Novo/Linha Fão. Configura, a partir de ramificações, três núcleos familiares, conforme organograma abaixo:

**Figura 1: Organograma das ramificações familiares<sup>4</sup>**



<sup>4</sup> Figura elaborada pela autora.

O quilombo Rincão dos Caixões está situado a 12 km do centro de Jacuízinho<sup>5</sup>. Para chegar, leva-se cerca de 20 minutos de carro por uma estrada de terra, que em dias de chuva fica intransitável. Em meio a extensas plantações de soja, tem-se uma paisagem estanque e interminável. Neste local, uma área íngreme e pedregosa, uma “borda”<sup>6</sup> de terra comprimida entre a lavoura de soja de Idalino Vandrúsculo e o rio Caixões, que há pelo menos cinco décadas estabeleceu-se a comunidade. Convivem atualmente cerca de 20 famílias<sup>7</sup> em uma área de aproximadamente 28 hectares.

A matriarca Erocilda Xavier dos Santos tem 73 anos e é neta do casal João Leocádio e Josefina, fundadores do Sítio Novo/Linha Fão. Ela é filha de Rosalina Xavier dos Santos e João Maria Xavier dos Santos, o Guabiju, que nasceu em 01/03/1938 na Comunidade Quilombola Sítio/Linha Fão, onde viveu até se casar com Altidor José dos Reis, o Mariaco, aos 17 anos. Altidor era irmão de Aparício Miranda, marido de Belmira Xavier, irmã de Rosalina, mãe de Erocilda, todos também originários do Sítio Novo/Linha Fão, conforme genealogia apresentada no anexo III deste texto. O casal se muda desta comunidade e, na companhia de Altidor, Erocilda migrou pelas propriedades da região oferecendo mão de obra até fixar-se na terra doada por Régis Fiúza em meados de 1960.

Erocilda se casou novamente, como ela afirma “de papel passado”, com Jorge Fernandes, também oriundo do Sítio Novo/Linha Fão. Ele é neto de Filomena Fernandes e, assim como os avós de Erocilda, também constituíram família no Sítio Novo/Linha Fão. Há duas narrativas acerca do casamento de Erocilda e Jorge Fernandes, colhidas em momentos diferentes. Para Almeri, filha de Erocilda com o primeiro marido, sua mãe teria se separado de Altidor, voltado para o Sítio Novo/Linha Fão e então se casado novamente. Já a matriarca da família afirma que o casamento com Altidor foi interrompido devido à morte do mesmo e, após a viuvez, casou-se novamente<sup>8</sup>.

Seja como for, a comunidade é formada por um grupo de parentesco cognático distribuído em vinte famílias, de dezesseis filhos de Erocilda (onze vivos, quatro falecidos e um desaparecido). Cinco filhos são do casamento com Altidor José dos Reis, sendo eles:

---

<sup>5</sup> Cidade localizada no Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

<sup>6</sup> “Borda” e “recheio”; esses são os termos utilizados pelos quilombolas para caracterizar a terra, na qual “borda” seria a terra pouco fértil, ou de segunda mão e o “recheio” da terra às áreas mais produtivas.

<sup>7</sup> Este número de famílias foi verificado em 12 de novembro de 2011.

<sup>8</sup> Não cabe neste texto investigar a veracidade ou optar por uma ou outra narrativa, como nos lembra Portelli ao analisar as memórias acerca do massacre ocorrido no povoado italiano de Civitella, mais importante que investigar a veracidade dos fatos é analisar como o episódio ficou marcado na memória dos entrevistados. Interessa-nos mais a representação desse período por ambas, do que a verdade dos fatos. PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vila di Chiana. IN: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed da FGV, 1996, pp. 103-130.

Jausino Xavier dos Santos, Almeri Xavier dos Santos, Querli Xavier dos Santos, Sueli Xavier dos Santos (falecida) e Beloni Xavier dos Santos (desaparecida). Os outros onze filhos do segundo casamento, com Jorge Fernandes, são: Carlos Alberto dos Santos Fernandes, Teresinha de Fátima dos Santos Fernandes, João Anildo dos Santos Fernandes, Lecindo dos Santos Fernandes, Nelton dos Santos Fernandes, Susana dos Santos Fernandes, Juliana dos Santos Fernandes, Marisane dos Santos Fernandes, Marlene dos Santos Fernandes, Marilene dos Santos Fernandes e Geromilda dos Santos Fernandes (as três últimas são falecidas). A família conta, ainda, com cinquenta e nove netos e vinte nove bisnetos<sup>9</sup>.

Neste território residem ainda: Valentin da Silva de 65 anos, também oriundo do Sítio Novo/Linha Fão, filho do casal Ana Pantaleão e João Oscar, casado com Almeri dos Santos de 60 anos, uma das filhas do 1º casamento de Erocilda; e Etuíno Fernandes de 50 anos, também oriundo do Sítio Novo/Linha Fão, irmão de Jorge Fernandes, 2º marido de Erocilda, e casado com uma das netas do casal. Partes da trajetória de Erocilda com Etuíno, Valentin e Altidor, serão reconstituídas no decorrer deste texto.

No quilombo Rincão dos Caixões as plantações de milho, mandioca e amendoim se espalham pela área que não possui cercamento. O sistema de produção interno se constitui de maneira coletiva. O plantio e a colheita são realizados entre um trabalho e outro, uma vez que boa parte destas famílias não consegue tirar da terra o necessário para a sobrevivência. A renda se completa com trabalhos sazonais nas lavouras de soja ou em pedreiras do entorno. Tanto o plantio quanto a colheita nas roças são realizados por meio de “puxirões” (trabalho conjunto). Estes “puxirões” são tidos como uma prática comum de auxílio mútuo entre membros do quilombo Rincão dos Caixões. Assim, a prosperidade das roças baseia-se, sobretudo, na união e coletividade do grupo.

É importante lembrar que estamos lidando com um modelo peculiar de apropriação do espaço: o “não-cercamento”. De acordo com Ellen Wood, o cercamento dos campos foi o símbolo da privatização de propriedades, outrora coletivas, no início da Idade Moderna<sup>10</sup>. E essas comunidades negras rurais, com práticas coletivas, seguem um tanto na contramão da visão capitalista. As formas de cultivo somadas às formas particulares de trabalho, compartilhadas pelo grupo, aproximam este universo empírico àquilo que Almeida nomeou

---

<sup>9</sup> Informação colhida em 2008, e retirada do Relatório sócio-histórico e antropológico da comunidade. Disponível em: Coordenação de Projetos Especiais da 11ª Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Relatório Final (Decreto Nº 4.887/2003 E In/Incrá Nº 20/2005) Comunidade Quilombola Do Rincão Dois Caixões – Jacuizinho/RS*. SALAINI, Cristian Jobi; OLIVEIRA, Vinícius Pereira de; FONTOURA, Luiz.

<sup>10</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 77.

de “terras de preto<sup>11</sup>”. Os moradores do quilombo possuem como um dos elementos agregadores de sua cultura o cultivo de ervas e as hortas. As ervas cultivadas pelas famílias, os chás com propriedades curativas e o fato de Erocilda ter sido uma requisitada parteira, são algumas das inúmeras práticas culturais cotidianas desenvolvidas pelo grupo.

As casas distribuídas pelo território seguem um ordenamento instituído pela matriarca, que também decide quem pode morar na comunidade. A casa desta, por sua vez, está situada no ponto central do território. A residência é mista e possui alguns cômodos de madeira e outros de tijolos. Na sala, um sofá e a sua cadeira predileta, estrategicamente colocada em um local que lhe permite a visão, ainda que parcial, da área de plantio da comunidade. De sua varanda Erocilda observa os passos de todos e aciona os netos para darem instruções quando necessário. Ela institui, ainda, os códigos que regem o convívio em família, o trabalho, os casamentos e as relações do grupo com o entorno. Erocilda é a imagem de referência moral, afetiva, política e territorial, e nestas referências atribuídas à fundadora manifesta-se a matricentralidade<sup>12</sup> existente nas relações de parentesco da comunidade.

A casa de Valentin e de Almeri é toda de madeira e fica bem próxima à casa de Erocilda. Lá podemos ver uma vaca, cujo leite é utilizado para fazer queijo, muitas galinhas e um porco em meio aos diversos tipos de flores e algumas árvores frutíferas. Os filhos do casal já não residem no Rincão dos Caixões: estão todos casados e alguns residem no quilombo de Júlio Borges. Como veremos no decorrer da dissertação, estas duas comunidades possuem vínculos estreitos de parentesco, sendo constituídos a partir da 1ª expropriação ocorrida no Sítio Novo/Linha Fão. A residência de Etuíno é a mais afastada, localizada junto à velha e estreita ponte que liga a comunidade à outra margem do rio dos Caixões. Ao lado da casa está situada a pequena horta que tivemos a oportunidade de percorrer em sua companhia, durante a gravação das entrevistas. Esta caminhada pela horta “funcionou” como princípio “evocador” da memória.

---

<sup>11</sup> “Terras de Preto” são terras doadas, entregues ou adquiridas por comunidades negras após a abolição e na desagregação do latifúndio ou extensões que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de direito consuetudinário com apropriação comum dos recursos. Para maior aprofundamento desta temática ver: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito. In: Revista *Humanidades*, Brasília, UnB, N° 15, 1988, pp. 42-48.

<sup>12</sup> Andréa de Souza Lobo, em sua Tese de Doutorado sobre a organização familiar, focada na emigração feminina e nos rearranjos estruturais que ela desencadeou na Ilha da Boa Vista em Cabo Verde, afirma que a matricentralidade pode ser caracterizada pela centralidade feminina e ausência relativa do homem, priorização dos laços consanguíneos dentre outros. LOBO, Andréa Souza de. *Tão longe, tão perto, Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista. Cabo Verde*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social- Universidade de Brasília, 2006. (Tese de Doutorado) disponível em: [[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2968/1/2007\\_AndreadeSouzaLobo.PDF](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2968/1/2007_AndreadeSouzaLobo.PDF)] - acesso em 10 de julho de 2011.

O projeto desta pesquisa de mestrado foi iniciado a partir da inserção no universo dos moradores do Rincão dos Caixões. Durante a elaboração do Relatório surgiram as ideias que inicialmente ancoraram o projeto de pesquisa. Em contato com narrativas do tempo do cativo, passadas através de gerações pela tradição oral, surgiam narrativas de experiências vivenciadas pelos ancestrais. O relato que mais chamou a nossa atenção foi de Etuíno, relatando que no tempo da escravidão seu avô de nome Duca, após trabalhar na propriedade de seu senhor escravista, plantava para si em um pequeno lote. Os produtos dali retirados serviam para a subsistência do cativo.

Durante a elaboração do Relatório, também fomos postos em contato com obras referentes à escravidão de diferentes correntes historiográficas. Nestas obras, tomamos conhecimento da prática dos senhores de conceder pequenos lotes de terras aos escravos, para que estes cultivassem roças de subsistência em momentos de folga. Esta prática vem sendo denominada pela historiografia da escravidão como “brecha camponesa”<sup>13</sup>. Assim a constituição da territorialidade negra, neste caso, poderia estar relacionada a esta brecha camponesa.

Ciro Flamarion Cardoso vê a “brecha camponesa” como um espaço no qual o escravo trabalha em uma situação de relativa autonomia. Quando se tem a possibilidade de escolher o que plantar e onde vender, a condição do escravo se aproxima a do camponês<sup>14</sup>. Reis e Silva, na esteira de Flamarion, apontam para o duplo papel desempenhado pela “brecha camponesa”: o de aumentar o número de alimentos destinados aos escravos, como também o de proporcionar uma *válvula de escape* para as tensões da instituição escravista<sup>15</sup>.

Por outro lado, alguns autores destacam que o papel desempenhado pela “brecha camponesa” perpassava o aspecto econômico e funcionava, ainda, como mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista. Pois, como salientaram Reis e Silva, a concessão para o escravo plantar em alguma área dava a ele a ilusão de propriedade. Plantar, além de distrair da escravidão, prendia o cativo a propriedade mais do que uma vigilância onerosa e violenta. Para Reis e Silva e para nossa discussão, interessa evidenciar, não só a existência,

---

<sup>13</sup> Para maior aprofundamento da temática, ver: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>14</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>15</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 30.

mas também os significados para a vida dos escravos deste acesso a formas de economia informal<sup>16</sup>. Desta forma, como salientaram os autores:

O fato de que esse ‘pequeno direito de propriedade’ se destine, primordialmente, à prender o escravo a fazenda, não anula sua importância – tanto econômica quanto psicológica – para um produtor direto ‘embrutecido’ por severas relações de produção. Com efeito, os escravos lutam tanto para manter quanto para ampliar esse direito<sup>17</sup>.

Para a região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, onde se localiza a comunidade, Zarth em seu estudo sobre o processo de ocupação e apropriação da terra, aponta para a prática recorrente dos proprietários de estâncias de se utilizarem dos produtos cultivados nas pequenas roças dos escravos com o intuito de suprir as necessidades de alimentos da propriedade<sup>18</sup>. Para referenciar o Rio Grande do Sul como um todo, o autor utiliza as recomendações do Conde de Piratini para o capataz da estância da Música. Em alguns artigos deste documento o Conde faz recomendações para que os escravos tenham permissão de plantar nos postos da propriedade<sup>19</sup>.

Esta discussão será, em parte, retomada no segundo capítulo. Interessa-nos aqui demonstrar como Etuíno, se apropriando e fazendo uso da tradição oral, utiliza a memória de um acontecimento, uma constituição de territorialidades ainda no período escravista, para demonstrar e legitimar a antiguidade da relação de sua família com a terra, mediante as acusações de um proprietário do entorno. Este alega que eles não seriam agricultores e nem saberiam plantar. Logo, o aumento da área da comunidade seria um desperdício de terra.

Neste contexto de disputa pelo território e o direito de, no caso de Etuíno, “nomear-se agricultor”, o embate também se faz no campo da memória e entra em jogo a disputa pela apropriação de acontecimentos e temporalidades. Assim, as memórias dos quilombolas perpassam os limites de seus territórios e passam a ecoar em outros espaços, sendo com isso, submetidas e questionadas em vários segmentos da sociedade. Desta forma, os enquadramentos de memória tornam-se fundamentais para dar coesão e credibilidade no discurso, não querendo dizer com isso que elas são falsas, como aponta Pollak:

---

<sup>16</sup> Ibid., p. 31.

<sup>17</sup> Ibid., p. 31.

<sup>18</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p. 132.

<sup>19</sup> Ibid., p. 160.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos<sup>20</sup>.

Assim, a memória de um acontecimento, nomeada pelos pesquisadores de “brecha camponesa”, perpassada por várias gerações, é acionada para atestar o vínculo que se tem com a terra. Neste processo, memórias de experiências vividas por seus ancestrais ainda no tempo do cativo são resignificadas e acionadas pelos quilombolas como mais um argumento para reivindicar o direito à posse do território. Neste cenário de disputa e no cruzamento de fontes e leituras surgia a ideia original do projeto, que por sua vez, se centrava nas experiências étnicas acessadas através da memória coletiva e que fazem parte da trajetória das “comunidades remanescentes de quilombo”, contribuindo assim, para a construção de sua identidade quilombola. Porém, a partir de novas leituras e de releituras mais aprofundadas, optamos em mudar nosso objetivo, focando-o no período de itinerância e na sua relação com a memória coletiva.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo contém os aspectos teóricos e metodológicos que norteiam a presente pesquisa. O segundo é um esforço de reconstrução do momento da perda do 1º território, ou seja, da expropriação de parte da área habitada pela família no Sítio Novo/Linha Fão, que desencadeou deslocamentos contínuos à procura de trabalho e restabelecimento da estabilidade perdida. Antes de analisarmos essas expropriações, investigaremos como se deu a conquista deste território pelas famílias de ex-escravos. Reconstituiremos alguns aspectos da vida daquelas pessoas neste território, alterado com a expropriação de parte da área. Procuraremos não perder de vista os aspectos sócio-econômicos da região, atentando para como tais aspectos se relacionaram com a expropriação fundiária sofrida pelo grupo.

No terceiro capítulo, abordaremos o período de itinerância. A mobilidade destas famílias negras a partir da reconstituição da trajetória de uma família, mais especificamente

---

<sup>20</sup> POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989 vol 2, n. 3. p. 2.

um tronco familiar, que se ramificou em três grandes grupos familiares. Reconstituiremos aspectos da vida em família no período de andarilhagens, e também, o contexto sócio-econômico em que elas estavam inseridas. Neste capítulo priorizaremos as entrevistas de famílias negras que narram experiências vividas nesta fase de diáspora.

## CAPÍTULO 1 - O OBJETO E OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

### 1.1 OBJETIVO E JUSTIFICATIVAS

A presente pesquisa ambiciona, a partir de uma memória comum evocada na atualidade, discutir a reconstituição de um conjunto de acontecimentos desencadeados pela desterritorialização, ocorrida entre 1940 e 1960. Acontecimentos que permeiam as lembranças da comunidade remanescente de quilombos de Rincão dos Caixões, cujo passado está marcado por uma trajetória errante, se aproximando do que Hebe Mattos e Ana Lugão Rios denominaram de *campesinato negro itinerante*<sup>21</sup>. Nosso objetivo será propor reflexões acerca da relação estabelecida entre estes acontecimentos e a reterritorialização deste grupo. E ainda, examinar como desterritorializações e reterritorializações se articulam com a construção desta memória coletiva, que circula em um circuito pautado em sinais de uma identidade e na diversidade cultural.

Durante muito tempo a historiografia tradicional do Rio Grande do Sul silenciou e reduziu a importância da presença negra na sua formação histórica. Sobre a invisibilidade do negro, Ruben Oliven afirma que “no Rio Grande do Sul sua imagem é relegada a um segundo plano. De fato, a historiografia gaúcha tradicional, apesar de reconhecer a existência generalizada do escravo no Estado, insistiu na sua pouca importância no processo de trabalho”<sup>22</sup>.

A partir de 1930, surgem várias obras<sup>23</sup> que difundem a ideia de que a escravidão no Rio Grande do Sul não teria tido a mesma dimensão e importância verificada em outras áreas do país. E onde ela ocorreu teria se caracterizado por um tratamento mais brando e igualitário dos senhores junto a seus cativos, uma “democracia racial” nos pampas<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> Discutiremos o conceito de *campesinato negro itinerante* no aporte teórico.

<sup>22</sup> OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 26

<sup>23</sup> Ver VIANNA, Francisco José Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. São Paulo: Nacional, 1933. GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul: geografia social, geografia da história, psicologia social e sociologia*. Porto Alegre: Globo, 1933.

Ver também o livro da autora Verônica A. Martini Monti, que mesmo publicado em 1985 ainda conserva resquícios do ideal de uma democracia racial nos pampas. MONTI, Verônica A. Martini. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. p.165

<sup>24</sup> Para Oliven, o mito da “democracia racial” no Rio Grande do Sul fundamenta-se em uma afirmação do viajante francês Saint-Hilaire, para ele a vida dos escravos do Rio Grande do Sul era amena, se comparada a

Em contraposição a estas ideias destacamos a obra de Cardoso<sup>25</sup>, que faz parte de um grupo interdisciplinar de pesquisadores da Escola Sociológica da USP<sup>26</sup> que na década de 1960, em um movimento de refutação a suposta “integração racial”, postulada pela obra “Casa Grande & Senzala”<sup>27</sup> de Gilberto Freyre, procuraram evidenciar, sobretudo, a face cruel da escravidão e a dominação imposta aos escravos pelos senhores.

Estudos acadêmicos das últimas décadas<sup>28</sup> vêm demonstrando que, ao contrário do que se pensava, no Rio Grande do Sul o contingente de escravos foi significativo. Campos de Viamão, que se comparada a outras regiões do país em fins do período colonial, perde apenas para Minas Gerais e Piauí em contingente de escravos. O percentual de população escrava nesta província era maior que algumas regiões vinculadas às *plantations*, como Rio de Janeiro ou Bahia<sup>29</sup>. O Rio Grande de São Pedro estava longe de ser uma província na qual a presença negra fosse algo irrelevante. Conforme tabela abaixo<sup>30</sup>:

---

presente em outras partes do Brasil. Isto, segundo Oliven, propiciou “uma visão ‘idealizada’ das condições de vida do negro no Estado”. OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 20. Para aprofundamento da temática ver: GUTFREIND, Ieda. “O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico”. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, XVI (1,2), jul. e dez., 1990, pp. 178-187.

<sup>25</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>26</sup> Na década de 1950, no contexto pós-guerra, a UNESCO, na tentativa de superar o caos em que as relações raciais estavam mergulhadas, encontra na “integração racial” postulada pela obra *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, um possível modelo a ser seguido, uma saída para superar esses conflitos. A UNESCO formou um grupo de pesquisadores para fazer um estudo objetivando, sobretudo a compreensão da integração entre raças contidas na obra de Freyre. O grupo interdisciplinar era formado por Florestan Fernandes, Roger Bastide, Emília Viotti da Costa, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Se a proposta inicial da UNESCO foi compreender como se deu no Brasil a “integração racial”, o resultado alcançado pelo grupo da USP foi exatamente o contrário. Aos historiadores coube identificar, analisar e fazer emergir a violência da instituição escravista. Os sociólogos, por sua vez, foram incumbidos de apontar a permanência da discriminação, diferenciação, desigualdade e intolerância racial em nossa sociedade. Os estudos dos pesquisadores mostravam que, com a desagregação do sistema servil, estigmas e estereótipos lançados a população negra permaneceram sendo reforçados pela construção de novos. As pesquisas realizadas por esse grupo teve um importante papel neste contexto histórico, o de fazer emergir a violência e opressão da sociedade escravista. Como salientou Schwartz, A relevância do trabalho dos “uspinianos” está em demonstrar que não éramos uma “democracia racial de idílicas raízes” na qual negros e brancos conviviam em relações igualitárias como supôs a obra de Gilberto Freyre. SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.p.10.

<sup>27</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família sob o regime de economia patriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

<sup>28</sup> Inúmeros exemplos de diferentes correntes historiográficas podem ser citados; Ozório (1990, 1999, 2004) Piccolo (1992).

<sup>29</sup> KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo dos Santos. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. 1 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 1, 2004. p. 54.

<sup>30</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.p.109.

**Tabela 1: Províncias com maior proporção de população escrava – 1874**

<i>Província</i>	<i>Livres</i>	<i>Escravos</i>	<i>Total</i>	<i>% Escravos</i>
<i>RJ</i>	456.850	301.352	758.202	39,7
<i>ES</i>	59.748	22.297	81.775	27,6
<i>RS</i>	364.002	98.450	462.452	21,3
<i>MA</i>	284.101	74.598	358.699	20,8
<i>SP</i>	680.742	174.622	855.364	20,4
<i>SE</i>	139.812	33.064	172.872	19,1
<i>MG</i>	1.642.449	311.304	1.953.753	15,9
<i>Brasil</i>	8.220.620	1.540.829	9.761.449	15,8

*Fonte: Diretoria Geral de Estatísticas, Relatório de Trabalhos Estatísticos. Rio de Janeiro. 1875. p. 46-62. Relatório do Ministério da Agricultura. 10 de maio de 1883. p. 10 apud Conrad, 1978, p.345.*

Os dados da tabela referem-se ao ano de 1874 e evidenciam que o Rio Grande do Sul figurou em terceiro lugar em proporção de escravos, ficando a frente de províncias como Minas Gerais, por sua vez, tradicionalmente conhecida como possuidora de grande concentração de escravos. Em exame ao tratamento dispensado aos escravos, inúmeros autores<sup>31</sup>, mesmo estando situados em diferentes correntes da historiografia sobre a escravidão, convergem acerca da violência e crueldade do mesmo. Vestígios destas situações de violência que insidiam sobre os corpos e mentes dos escravos também são evocados pela memória comum de seus descendentes. São narrativas de sofrimento transmitidas através de gerações pela tradição oral.

Neste contexto revigorado de estudos, o escravo emerge como um tipo social, entretanto, sua trajetória se insere em uma espécie de vazio historiográfico, no que tange questões como sua inserção social no período pós-abolição. Para Regina Xavier<sup>32</sup>, apesar de haver uma vasta literatura que versa sobre o processo de libertação de escravos, não existem no Brasil muitos estudos que tratam sobre as trajetórias daqueles que se libertaram, bem como, sobre o papel ocupado pelos escravos em suas alforrias e a função que desempenharam no processo que aboliu a escravidão. Assim, “pouco se conhece das formas de que lançaram

<sup>31</sup> Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAESTRI, Mário J. *O escravo no RS: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os Cativos e os Homens de Bem - Experiências Negras no Espaço urbano*. 1ª. ed. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

<sup>32</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996. p. 13.

mão para organizar suas vidas após a liberdade e as maneiras com que se relacionavam com seus ex-senhores, com a comunidade negra e com a sociedade como um todo”<sup>33</sup>.

Nesta direção, Célia Azevedo afirma que o tema privilegiado dos estudos até meados da década de 1880 era a escravidão. As pesquisas enfocavam o negro e a sua rebeldia, os projetos imigrantistas, o movimento abolicionista e, por fim, o período denominado de transição para o trabalho livre. A partir da data da abolição há, no entanto, uma substituição de temas. Para esta autora:

O tema da transição deixa subitamente de existir e o negro, como que num passe de mágica, sai de cena, sendo substituído pelo imigrante europeu. Simultaneamente a esta troca de personagens históricos, introduzem-se novos temas, tais como desenvolvimento econômico industrial, urbanização e formação da classe operária brasileira com base numa população essencialmente estrangeira<sup>34</sup>.

Ana Lugão Rios, ao reconhecer a importância da revisão historiográfica sobre a escravidão que se iniciou em meados de 1980 e cujo principal aspecto foi pensar o escravo como sujeito, um personagem dinâmico em seu mundo, demonstra certa estranheza em perceber “que o período que se seguiu aos 13 de maio de 1888 tenha sido de certa forma negligenciado neste contexto”<sup>35</sup>. A autora afirma ainda que a revisão sobre o período pós-abolição teve que esperar até a década de 1990 para se tornar um campo de discussões, e ainda são poucas as obras publicadas.

Nesta direção, Schwartz afirma que os estudos pós-emancipação<sup>36</sup> são “uma grande contribuição a uma historiografia que, com demasiada frequência, deu pouca atenção aos escravos e aos seus descendentes depois que a escravidão acabou”<sup>37</sup>. Preencher esta lacuna é um daqueles desafios em que o historiador contemporâneo se vê compelido a enfrentar. Assim, torna-se importante a partir da narrativa oral, reconstruir as experiências de ex-escravos e seus descendentes na sociedade pós-emancipação. Neste sentido, a memória ocupa lugar de destaque como reveladora do cotidiano deste segmento da população, como também

---

<sup>33</sup> Ibid, p.13.

<sup>34</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. p. 18.

<sup>35</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os Nomes da Liberdade. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Olkos, 2008. p. 21.

<sup>36</sup> O autor refere-se a obra *Memórias do Cativo* de Mattos e Rios, apontando sua contribuição para a elucidação da trajetória de ex-escravos na zona cafeeira do sudeste do Brasil.

<sup>37</sup> MATTOS, Hebe; RIOS, Ana L. Rios. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 10.

tem o papel de “embasar uma abordagem histórica da inserção social do liberto após a abolição da escravidão”<sup>38</sup>.

Além da escassez de produção histórica sobre o período pós-emancipação, os estudos que versam sobre o tema pós-abolição no Rio Grande do Sul ainda estão muito presos às trajetórias de ex-escravos no meio urbano<sup>39</sup>. À parte, os relatórios sócio-históricos e antropológicos<sup>40</sup>, os trabalhos acadêmicos como de Rodrigo Weimer, que retrata a inserção e a diversidade de experiências de libertos no meio rural (serra gaúcha) no período pós-abolição, ainda são muito escassos<sup>41</sup>. Daí a justificativa deste trabalho.

Assim, esta pesquisa se insere no campo de estudos pós-emancipação, procurando apreender vestígios das andarilhagens de uma família itinerante, descendentes de ex-escravos, residentes no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, visando à emergência de certos eventos buscados pela memória coletiva, desencadeados neste período de migração forçada. Visamos, também, a emergência de aspectos do cotidiano e destino dos libertos trazidos à tona pelos rastros de memória de seus descendentes e dialogando, assim, com a bibliografia existente<sup>42</sup>.

Esta dissertação se introduz no âmbito do grande campo da pesquisa dos estudos da História Social. E. P. Thompson, em estudo sobre a classe operária inglesa enquanto principal agente ativo na sua conformação, explicita a tentativa de “resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro ludita, o tecelão do obsoleto tear manual, o artesão utópico [...]. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência”<sup>43</sup>. Ao se preocupar em reconstituir as experiências vividas por pessoas comuns, Thompson faz uma crítica ao estruturalismo existente na produção marxista de meados das décadas de 1960 e 1970, na qual os sujeitos, quando não são negligenciados, apareciam inertes e sem ação, mergulhados na infraestrutura

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 30.

<sup>39</sup> Ver as dissertações de Eduardo Kersting - *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a colônia africana*, defendida em 1998, e de Jane Mattos - *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*, defendida em 2000.

<sup>40</sup> Ver Jose Carlos dos. SILVA; BAPTISTA, Sérgio (orgs) *São Miguel e Rincão dos Martimianos. Ancestralidade Negra e Direitos territoriais*. PortoAlegre:RS, UFRGS, 2004.

BARCELLOS, Daisy Macedo de et. All. *Comunidade Negra de Morro Alto. Historicidade, Identidade e Territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de et all. *Chácara das Rosas: O ontem e o hoje de uma luta quilombola: relatório Antropológico e Histórico de uma Comunidade negra em Canoas/RS*, dentre outros.

<sup>41</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os Nomes da Liberdade. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Olkos, 2008.

<sup>42</sup> Principalmente com MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós- abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

<sup>43</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 13.

socioeconômica. A obra de Thompson tornou-se uma importante referência teórica que constituiu em inserir os sujeitos na história.

Para Robert Darnton, a História Social inserida na efervescência dos anos 1960 se abriu, não só para questionar a historiografia centrada nas grandes estruturas<sup>44</sup>, como também para estudar, com uma perspectiva mais crítica, o passado. Desta forma, os historiadores sociais têm como objetivo redescobrir, reconstituir “o solo comum da experiência para diferentes grupos de pessoas, utilizando técnicas tomadas de empréstimo à demografia, à economia e à sociologia”<sup>45</sup>. Nesta direção, o autor afirma que os historiadores sociais:

Acorreram, não para preencher o vazio, mas para esgaravatar nas ruínas da velha Nova História, não para reconstruir um passado único, mas para cavar em diversas direções. História negra, história urbana, história do trabalho, história das mulheres, da criminalidade, da sexualidade, dos oprimidos, dos silenciosos, dos marginais – abriram-se tantas linhas de investigação que a história social parecia dominar a pesquisa em todas as frentes<sup>46</sup>.

A História Social foi introduzida no Brasil, sobretudo a partir da década de 1980, influenciada pela Nova História Francesa<sup>47</sup>, dentre outros. A história social, “mais do que a inclusão dos oprimidos na grande narrativa, processa-se um deslocamento epistemológico, a busca de novas linguagens e figuras que dêem conta de captar as diferenças”<sup>48</sup>. Esta corrente operou amplas transformações no entendimento da escravidão<sup>49</sup>.

Para os pesquisadores da História Social, as relações escravistas são complexas e dinâmicas, estando senhores e escravos inter-relacionados e interdependentes. Eles veem o escravo como sujeito de sua história, procurando capturar o seu cotidiano fazendo emergir os espaços de autonomia, mobilidade e sociabilidade utilizados pelos escravos como forma de resistência ao trabalho compulsório. Fugindo, portanto, de modelos rígidos e da forma com

---

<sup>44</sup> Historiografia herdada da perspectiva braudeliana, e que definiu a segunda geração da *escola dos Annales*. Para aprofundamento nesta discussão, ver BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. Especificamente a abertura e o primeiro capítulo. Ver também; BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

<sup>45</sup> DARNTON, Robert. *O beijo de lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 106.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 107.

<sup>47</sup> Ver BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. Tradução Nilo Odalia, 1997. O livro traz uma ampla discussão acerca da “nova história”.

<sup>48</sup> RAGO, Margareth. A 'nova' historiografia brasileira. In: *Anos 90*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS/Ed. da UFRGS, nº 11, 1999. p. 91.

<sup>49</sup> Fazem parte desta corrente interpretativa autores como: Sidney Chalhoub, Flávio dos Santos Gomes, Hebe Mattos, Paulo Roberto S. Moreira, Regina Xavier entre outros.

que a historiografia encarava a escravidão. Olhando para o escravo de forma alternada como herói ou vítima, mas sempre vendo nele um mero objeto. Para Chalhoub, “a violência da escravidão não transformava os negros em seres ‘incapazes de ação autonômica’, nem em passivos receptores de valores senhoriais, nem tampouco em rebeldes valorosos e indomáveis”<sup>50</sup>.

Sobre os destinos dos libertos no período pós-emancipação, os autores desta corrente, longe de verem os libertos como “vítimas” do cativo incapazes de se ajustarem na sociedade de classes, procuram apreender, a partir de variadas fontes, os modos com que eles organizaram suas práticas sociais cotidianas, tal como os relacionamentos familiares, laços de pertencimento comunitário<sup>51</sup>, e ainda, como tais práticas corroboraram para sua inserção na sociedade. Cabe evidenciar que grande parte desses pesquisadores escrevem a “história vista de baixo”<sup>52</sup>, isto é, a história das pessoas comuns que ficaram de fora da “história da elite”. “A história vista de baixo proporciona um meio para reintegrar a história aos grupos sociais que podem pensar tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história”<sup>53</sup>.

Assim, os pesquisadores da escravidão ao escrever a “história de baixo”, fazem emergir uma história em que o sujeito, o protagonista, é o negro escravizado. Já os historiadores do período pós-emancipação, a partir desta “história vinda de baixo”, ampliam os horizontes para as experiências históricas dos libertos até então ignoradas.

## 1.2 O CONCEITO *REMANESCENTES DE QUILOMBOS*

Na revisão bibliográfica priorizaremos as discussões acerca da ressignificação do conceito de quilombo, uma vez que em torno desta temática há autores importantes para o desenvolvimento do presente trabalho. Não é o objetivo, do presente estudo, inserir-se na discussão proposta, se essas comunidades são quilombolas ou não. Nosso objetivo é, a partir de uma memória comum evocada na atualidade, discutir a reconstituição de um conjunto de

---

<sup>50</sup> CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (6ª. impressão: 2003). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, p.42.

<sup>51</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996, p.13.

<sup>52</sup> Ver BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992., para maior aprofundamento dessa temática.

<sup>53</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. Ed. Unesp, São Paulo, 1992, p.59.

acontecimentos desencadeados pela desterritorialização, ocorrida entre 1940 e 1960. Acontecimentos que permeiam as lembranças da comunidade remanescente de quilombos de Rincão dos Caixões (localizado em Jacuízinho/RS), cujo passado está marcado por uma trajetória errante, se aproximando do que Mattos e Rios denominaram de *campesinato negro itinerante*<sup>54</sup>. Nosso objetivo será propor reflexões acerca da relação estabelecida entre estes acontecimentos e a reterritorialização deste grupo. Porém, para entendermos melhor o período histórico e também o contexto de disputa fundiária que estas comunidades estão inseridas, faz-se necessário uma reconstituição dos debates acerca da ampliação do conceito de quilombo.

Desde as primeiras décadas do século XX que a historiografia sobre a escravidão, alicerçada em diferentes correntes, debate e repensa o conceito de quilombo. Em meados da década de 1930 a corrente culturalista define quilombo como um fenômeno contra-aculturativo. Para esses pesquisadores a existência dos quilombos tinha como objetivo a reprodução da cultura africana em resposta ao processo de aculturação presente na sociedade escravista.

Para Arthur Ramos toda a estrutura das comunidades de fugitivos, arranjos sociais e econômicos tinham como objetivo a recriação dos “Estados Africanos”, ou seja, a tentativa de frear o processo de desagregação sofrida pelos africanos no Novo Mundo<sup>55</sup>. Esses autores postulavam que somente o “rigor do cativo” não era suficiente para justificar as fugas, devendo estas ser percebidas como uma reação à assimilação sofrida pelos escravos. Desta forma, aliava-se o rigor do cativo e a opressão cultural como ingredientes para fuga.

Para Edson Carneiro, o quilombo foi um “movimento contra o estilo de vida que os brancos lhes queriam impor”<sup>56</sup>. Quanto às ações predatórias dos quilombolas relatadas em inúmeros documentos oficiais, Carneiro afirma que atribuir um caráter violento aos quilombolas era pretexto para as expedições de captura de negros e terras. Sendo assim, os ajuntamentos de escravos fugidos não teriam um caráter violento ou agressivo, vivendo os negros “pacificamente” em seus mocambos, sendo defendidos apenas pela hostilidade da floresta<sup>57</sup>.

Em meados de 1960 a “corrente materialista” se insere na discussão e a resistência foi retomada nos estudos de Clovis Moura, Décio Freitas, entre outros. As revoltas e os

---

<sup>54</sup> Discutiremos o conceito de *campesinato negro itinerante* no aporte teórico.

<sup>55</sup> RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1979.

<sup>56</sup> CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1988. p. 24.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 17.

quilombos ganharam destaque nestes estudos, com o objetivo, sobretudo, de perceber no quilombo uma negação ao regime do cativo, negação que se materializa na criação de uma sociedade alternativa e livre. No entanto, conforme salientam Gomes e Reis<sup>58</sup>, esses autores reativaram a tese de marginalização e isolamento das comunidades de escravos fugidos. Tese presente nos estudos de pesquisadores africanistas partícipes da “corrente culturalista”, que no anseio de demonstrar, sobretudo, que os escravos ao evadirem-se almejavam recriar a África na América, acabaram por forjar a percepção de quilombos como comunidades isoladas<sup>59</sup>.

Mesmo retomando alguns aspectos da interpretação culturalista, Clóvis Moura realiza críticas, afirmando que a interpretação acerca da escravidão por essa corrente omite a luta de classes ou o conflito social. Segundo o autor, na interpretação culturalista os movimentos insurrecionais são vistos apenas como choque entre culturas<sup>60</sup>. Para Moura as conformações de quilombos não eram uma medida contra-aculturativa, os quilombos teriam se formado como uma reação à escravidão. Ele não seria um fenômeno esporádico, era um fato normal dentro da sociedade escravista, uma reação organizada de combate ao trabalho compulsório contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava<sup>61</sup>.

Em meados de 1970 e 1980, historiadores da “nova historiografia” da escravidão renovaram a discussão sobre o fenômeno quilombola, deixando de lado a busca de sobrevivências africanas, como também a rigidez teleológica do marxismo convencional<sup>62</sup>. O debate na História Social foi atualizado a partir das novas perspectivas historiográficas. As análises da “nova historiografia” sobre quilombos consistem em perscrutar a conformação dos quilombos com o intuito, sobretudo, de perceber sua complexa interação com a sociedade escravista. Procuram, assim, contraporem-se a tese do isolamento e marginalização dos quilombos, retomada por grande parte dos pesquisadores da corrente marxista. Apontaremos as postulações de alguns autores que coadunam com o nosso entendimento do que foram essas “comunidades de fugitivos”. Ao fazer uma crítica à ideia de isolamento dos quilombos formados no período escravista, Gomes afirma que a caracterização dos quilombos como

---

<sup>58</sup> REIS, J. R.; GOMES, F. S. (org.) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. Da Letras, 1996. p. 11.

<sup>59</sup> Ressaltamos, porém que a retomada da marginalização e isolamento dos quilombos pelos pesquisadores da corrente marxista, estava ligada aos anseios e questionamentos do momento vivido por eles. Os quilombos representariam, portanto, a possibilidade de uma sociedade comunitária, sem diferenciação de classe, exatamente oposto ao capitalismo que eles combatiam.

<sup>60</sup> MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 9.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>62</sup> REIS, J. R.; GOMES, F. S. (org.) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. Da Letras, 1996. p. 13.

“dependentes” e/ou “parasitários” não abarca toda a complexidade das comunidades de negros fugidos. Para o autor esses mocambos eram, em muitas vezes, partícipes de uma complexa rede socioeconômica que estendia seus tentáculos a diversos sujeitos da sociedade escravista. Os quilombos seriam espaços de luta durante a escravidão e não ficavam à margem da sociedade escravista. Eles faziam alianças com diferentes segmentos da sociedade escravista e criavam estratégias socioeconômicas, forjando um verdadeiro *campo negro*<sup>63</sup> dentro da escravidão<sup>64</sup>.

Para Schwartz, um pré-requisito para o êxito das comunidades de escravos fugidos, era se formar estrategicamente nas proximidades das áreas colonizadas. A economia nos mocambos variava, poderia ser parasitária, dependente de assaltos nas estradas, roubo de gado e invasões, dentre outras. Para o autor essas atividades poderiam até coexistir com a agricultura, mas foram raros os casos em que quilombos se tornaram autossuficientes ou que vivessem completamente isolados da sociedade escravista<sup>65</sup>. Os autores da obra sobre o quilombo de Morro Alto afirmam que em grande parte dos casos, essas “comunidades de fugitivos” procuravam se assentar em áreas cujas formas de acesso possibilitassem não só defesas contra os ataques como também vias alternativas para fuga. Porém, ressaltam os autores, “raramente eram escolhidos sítios sem qualquer tipo de ligação com outras áreas de cultivo, com as quais mantinham contato seja através do roubo ou de relações mercantis (troca, compra ou venda de excedentes produzidos no quilombo por gêneros diversos)”<sup>66</sup>.

No passado escravista do Brasil, os quilombos eram processos singulares e heterogêneos. Os *quilombos rompimento*<sup>67</sup> são tipificados pelos pesquisadores como um modelo tradicional de resistência e caracterizados, sobretudo, pelos mocambos guerreiros, cuja tendência dominante seria a política do esconderijo, do segredo da guerra e da proteção aos seus líderes. Os *quilombos abolicionistas*<sup>68</sup>, surgidos nos anos finais da escravidão e

---

<sup>63</sup> Para o autor, *campo negro* significou uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados, que envolveu em determinadas regiões do Brasil, inúmeros atores sociais e práticas econômicas com interesses diversos.

<sup>64</sup> GOMES, F. S.: Quilombos do Rio de Janeiro do Século XIX. In: REIS, J. J. & GOMES, F. S. (orgs.): *Liberdade Por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996a.

<sup>65</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 228.

<sup>66</sup> BARCELLOS, Daisy Macedo de. MOREIRA, Paulo Staudt. et. All. *Comunidade Negra de Morro Alto. Historicidade, Identidade e Territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 81.

<sup>67</sup> O quilombo de Palmares poderia ser um exemplo de *quilombo rompimento*.

<sup>68</sup> Quanto aos *quilombos abolicionistas*, poderíamos citar o quilombo Jabaquara, localizado na periferia de Santos/SP, e o quilombo do Leblon, situado no Rio de Janeiro, então capital do Império.

inseridos em um contexto de desagregação do sistema escravista, foram uma de múltiplas formas de participação do escravo no processo que desencadeou a abolição<sup>69</sup>.

Para Silva, os contatos dos *quilombos abolicionistas* com a sociedade foram fundamentais e fizeram parte do jogo político utilizado para ruir o sistema escravista. As lideranças desse novo modelo de resistência não são mais os poderosos guerreiros do *quilombo rompimento*, mas, cidadãos conhecidos e bem articulados politicamente que exercem o papel de intermediação entre a comunidade de fugitivos e a sociedade envolvente<sup>70</sup>. Assim como no passado, as conformações das comunidades remanescentes de quilombo que emergem na atualidade também se diferenciam das experiências anteriores. Acreditamos que “o evento é a interpretação do acontecimento, e interpretações variam”<sup>71</sup>. Deste modo a categoria quilombo é remodelada a partir da emergência de novos sujeitos, símbolos e significados.

As temáticas acerca das comunidades quilombolas estão sendo revisitadas, principalmente a partir do ano de 1988, quando se deu a aprovação da Constituição Federal. Contemplando a multietnicidade no Brasil, publicou-se um parágrafo (Art. 216. Inciso V. § 5º) e um Artigo das Disposições Transitórias (Art. 68): o primeiro garantiu o tombamento, e o segundo, a posse das terras pelas comunidades “remanescentes de quilombo”.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Brasileira de 1988 reconheceu os direitos territoriais aos “remanescentes de quilombo”, garantindo-lhes com isso, o título definitivo, pelo Estado Brasileiro, das terras que vêm habitando coletivamente. É importante ressaltar que a redação desse Artigo foi fruto de um período de intensa mobilização de diversos movimentos sociais e de vários setores da sociedade brasileira.

Com a expectativa despertada pelo Art. 68, algumas comunidades negras rurais começaram a adquirir visibilidade e emergiram no cenário nacional como “remanescentes de quilombo” a fim de ter assegurado os seus direitos sobre as terras que habitam informalmente, sobretudo após a abolição oficial no Brasil. Porém, a grande maioria das comunidades negras rurais do país que se encontrava em conflito fundiário e reivindicava o reconhecimento legal da posse das terras, não tinham como mito de origem a fuga e isolamento (noção clássica de

---

<sup>69</sup> SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 11-19.

<sup>70</sup> Ibid., pp. 11-19.

<sup>71</sup> SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003 [1987].

quilombo)<sup>72</sup>. Elas se aproximavam mais da noção de “terras de preto”<sup>73</sup>. Conforme vimos na introdução desta dissertação, “terras de preto” são terras doadas, entregues ou adquiridas por comunidades negras após a abolição e na desagregação do latifúndio, ou extensões que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de direito consuetudinário com apropriação comum dos recursos<sup>74</sup>.

Sendo assim, diversos pesquisadores apontavam para a insuficiência da categoria cristalizada de quilombo para dar conta da complexidade das conformações dessas comunidades emergentes. Neusa Gusmão aponta “a insuficiência conceitual, prática, histórica e política do termo ‘quilombo’ para dar conta da diversidade das formas de acesso à terra e das formas de existir das comunidades negras no campo”<sup>75</sup>.

Maria Celina Mazoli Carvalho faz uma discussão acerca do abandono de uma definição de quilombo cristalizada pela historiografia clássica, baseada no isolamento e na sua formação por meio das fugas, e defende um conceito ampliado que abarca outros modelos possíveis de organização. A autora defende a ressemantização do conceito que alça o território e a identidade, ligados à resistência cultural e à condição de elementos fundamentais, na determinação dos agrupamentos sociais denominados *remanescentes de quilombo*. Ou seja, território e identidade nessa ampliação do conceito estão ligados à resistência como elementos fundamentais na determinação das *comunidades remanescentes de quilombo*<sup>76</sup>.

Assim, no intuito de assegurar a posse das terras pelas comunidades negras rurais, ocorreu em 1994 a ressemantização do conceito de quilombo. Ápice de um intenso processo, tal evento mobilizou diferentes movimentos sociais, tal como parlamentares e pesquisadores de diversas áreas - antropologia, história, ciências sociais, dentre outras. Enfim, há uma vasta gama de sujeitos envolvidos nesse processo. Após a ressemantização, o conceito ganhou uma abordagem mais ampla, passando a referir-se não apenas a ocupações relativas às áreas de

---

<sup>72</sup> MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana M. Lugão. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. In: *Revista USP*, n. 68. dez. jan. fev. 2005 e 2006, pp. 104-111.

<sup>73</sup> Para maior aprofundamento desta temática, ver ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito. In: *Revista Humanidades*, Brasília, UnB, Nº 15, 1988, pp. 42-48.

<sup>74</sup> ALMEIDA, Alfredo W.B. Terras de Pretos, Terras de Santo e Terras de Índio. Uso comum e conflito. In: *Revista do NEAD/UFPA*, 1989.

<sup>75</sup> GUSMÃO, Neusa. A questão política das chamadas ‘terras de preto’. Em: Terras e territórios de negros no Brasil. In: *Textos e Debates*. LEITE, Ilka B. (org.) - NUER/UFSC, ano 1, n. 2. Disponível em: [[http://www.cfh.ufsc.br/~nuer/arquivos/v\\_kgbgspyxv\\_textos\\_e\\_debates\\_no\\_2.pdf](http://www.cfh.ufsc.br/~nuer/arquivos/v_kgbgspyxv_textos_e_debates_no_2.pdf)]. Acesso em 15 de maio de 2009.

<sup>76</sup> CARVALHO, M. C. P. A Atualização Do Conceito De Quilombo: Identidade E Território Nas Definições Teóricas. In: *Ambiente e Sociedade* (Campinas), v. 10, 2002. pp. 129-136.

insurreição ou ao binômio fuga/resistência, e sim, a comunidades de segmentos negros que desenvolveram práticas de resistência coletiva, como a resistência cultural. Mantendo-se assim, seu modo de vida baseado no uso comum da terra e em laços de parentesco, solidariedade e com presunção à ancestralidade negra<sup>77</sup>.

Alfredo Wagner Berno de Almeida, ao falar sobre o recurso de autoatribuição necessário para que a comunidade seja reconhecida como remanescente de quilombos, afirma que o mesmo é o mais eficaz. Saber como o grupo se autorrepresenta é mais importante do que saber como um agente externo os vê, visão essa que em muitas vezes está coberta de ideias pré-concebidas e/ou estigmatizantes<sup>78</sup>. Para ele:

O recurso de método mais essencial, que suponho deva ser o fundamento da ruptura com a antiga definição de quilombo, refere-se às representações e práticas dos próprios agentes sociais que viveram e construíram tais situações em meio a antagonismos e violências extremas. A meu ver, o ponto de partida da análise crítica é a indagação de como os próprios agentes sociais se definem e representam suas relações e práticas com os grupos sociais e as agências com que interagem. Esse dado de como os grupos sociais chamados 'remanescentes' se definem é elementar, porquanto foi por essa via que se construiu e afirmou a identidade coletiva<sup>79</sup>.

Almeida afirma ainda que, mais do que saber como agentes externos definem estes grupos, o importante é saber como estes sujeitos se autorrepresentam. Atentando para os critérios que norteiam suas mobilizações e que “forjam a coesão em torno de uma certa identidade”. Para Almeida, o que interessa são os procedimentos de classificação elaborados pelos próprios atores a partir de seus confrontos internos, “e não necessariamente aqueles que

---

<sup>77</sup> Em 1994 a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), mediante a convocação do Ministério Público, formou um Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais para elaborar um conceito de remanescente de quilombo, o documento que se originou deste encontro configurou outra interpretação do conceito de quilombo.

<sup>78</sup> Cabe lembrar que se trata de um grupo étnico e as identidades étnicas não são estáticas, nem imutáveis. Elas são produtos de um jogo interativo entre o grupo e seu meio social, os de dentro e os de fora. E em que, imagem autoatribuída e exoatribuída dialogam num processo dinâmico, no qual as definições atribuídas são ou não aceitas/reelaboradas pelo grupo. BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa. 2000, p. 34

A produção de identidade não é vista como um processo estático, mas em constante mudança e atualização. Neste sentido, o processo de classificação dos grupos sociais é resultado de um processo relacional, um jogo interativo entre o processo de autoatribuição e atribuição externa BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FREINART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. SP, UNESP, 1998. pp. 25-67.

<sup>79</sup> ALMEIDA, Alfredo W.B. Os quilombos e as novas etnias. In.: O'DWYER, Eliane C. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro:RJ, FGV, 2002. pp. 43-81, p. 67-68.

são produtos de classificações externas, muitas vezes estigmatizantes. Isso é básico na consecução da atividade coletiva e das categorias sobre as quais ela se apoia”<sup>80</sup>.

Sobre o passado destas comunidades quilombolas, Anjos chama a atenção para a contribuição que estas deram ao desmoronamento do sistema escravista. O autor afirma que tais contribuições poderiam se dar, tanto no âmbito das negociações quanto pela contraposição aberta, guerreira. Hoje o que está em questão:

Não é apenas proteger e transformar em patrimônio a memória das guerras movidas contra o sistema escravocrata, mas, sobretudo, o acervo de dispositivos de negociações para uma era em que o Brasil ratifica a condição de país que respeita o pluralismo cultural<sup>81</sup>.

Assim, o termo *remanescente de quilombos* não deve ser pensado como resquícios dos “redutos de negros fugidos” extintos ao término da escravidão. Mas, a grupos que desenvolvem práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução dos seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio de uso comum, baseado em laços de parentesco e solidariedade étnica.

No Rio Grande do Sul, à parte dos relatórios sócio-históricos e antropológicos, ainda são poucos os estudos na área da historiografia que versam sobre o passado destas comunidades remanescentes de quilombo. Hoje os antropólogos, mais do que os historiadores, estão às voltas com as “comunidades remanescentes de quilombos”<sup>82</sup>. Paulo Sérgio da Silva, em um trabalho recente de mapeamento de estudos acadêmicos sobre comunidades remanescentes de quilombos do Rio Grande do Sul, realizados por pesquisadores com trajetória de militância, localizou 28 estudos com os mais variados objetivos. A produção destas Teses e Dissertações ocorre, sobretudo, nos Programas de Pós-Graduações em Antropologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> Ibid., p. 67-68.

<sup>81</sup> ANJOS, José Carlos Gomes dos; et. Al. As condições de raridade das comunidades quilombolas urbanas. In: GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos. (Org.). *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos..* 1 ed. Porto Alegre: Centhury, 2008. p. 176.

<sup>82</sup> GOMES, F.S. Ainda sobre os quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil. In: REIS, E. et all.(orgs.) *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*, São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1996b, p. 219.

<sup>83</sup> SILVA, Paulo Sérgio da. Rio Grande profundo: o estado da arte da questão quilombola. In: *Revista Identidade* (Faculdades EST), São Leopoldo/RS, v. 16, 2011. pp.125-145. Disponível em: [<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/issue/current>] acesso em 13 de janeiro de 2012.

Há ainda publicações dos relatórios antropológicos das comunidades remanescentes de quilombos de Casca, Morro Alto e das comunidades de São Miguel e Martimianos, realizadas respectivamente por Ilka Boaventura Leite<sup>84</sup>, Daisy Barcellos<sup>85</sup> e José Carlos Gomes dos Anjos<sup>86</sup>, publicadas pela linha editorial “Etnicidade, Identidade, Territorialidade”, que foi proposta e organizada pela Pró-reitora de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na série “Comunidades Tradicionais”. Segundo Leite, os relatórios são requisitados:

Quando não há nenhum estudo sobre o grupo, população ou situação em questão e, assim, espera-se que ele consiga levar, ao campo jurídico e governamental, informações capazes de revelar, esclarecer e elucidar aspectos considerados relevantes da cultura e da história do grupo em questão<sup>87</sup>.

Esses relatórios instruem procedimentos administrativos e judiciais que visam o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos subsidiando e fundamentando o pleito desses grupos. Desta forma, tais obras, resultado dos relatórios antropológicos, desdobram em reflexões teóricas e análises empíricas as evidências históricas, étnicas, sociais, culturais e econômicas reunidas nos respectivos relatórios<sup>88</sup>. Este tipo de produção contribui “fundamentalmente para o debate de soluções viáveis de encaminhamento dos confrontos e interesses, no sentido de proporcionar irrestrita garantia dos direitos das comunidades rurais negras às suas terras”<sup>89</sup>.

O presente texto difere das obras citadas por se tratar de um escrito acadêmico que não foi produzido a partir de uma demanda do grupo, como ocorre com os relatórios. Ele não é uma ferramenta jurídica que visa auxiliar no processo de titulação de terras quilombolas, embora possa contribuir para este processo. Como salientou Leite, “o laudo é produzido na interação com os diversos atores e interesses em conflito, perfazendo um documento situado em um campo político em alta tensão e onde nunca dá para ficar como mero observador”. Já esta dissertação não foi produzida no “momento quente” do pleito pelo território, como

---

<sup>84</sup> LEITE; Ika Boaventura; *O legado do testamento: A Comunidade de Casca em Perícia*. 2.ed. Porto Alegre: editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

<sup>85</sup> BARCELLOS, Daisy Macedo de et. All. *Comunidade Negra de Morro Alto. Historicidade, Identidade e Territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

<sup>86</sup> ANJOS, Jose Carlos dos. SILVA; BAPTISTA, Sérgio (orgs) *São Miguel e Rincão dos Martimianos. Ancestralidade Negra e Direitos territoriais*. Porto Alegre:RS, UFRGS, 2004.

<sup>87</sup> LEITE; Ika Boaventura; *O legado do testamento: A Comunidade de Casca em Perícia*. 2.ed. Porto Alegre: editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004. p. 29.

<sup>88</sup> ANJOS, Jose Carlos dos. SILVA; BAPTISTA, Sérgio (orgs). Op.Cit.

<sup>89</sup> LEITE; Ika Boaventura. Op. Cit., p. 14.

geralmente acontece com os relatórios, embora sua gênese tenha surgido neste momento. E da mesma forma, o presente trabalho não faz uma discussão e nem traça diagnósticos da situação socioeconômica do grupo na atualidade para, dentre outras coisas, embasar recomendações de políticas públicas. Este texto tem por objetivo fazer uma abordagem que coteje a reapropriação da memória quilombola evocada na atualidade e, com isso, contribuir para reconstituir o passado. Um passado de itinerância de comunidades rurais negras.

Há de se destacar ainda a obra de Rosane Rubert, intitulada “Comunidades negras rurais do RS: um levantamento socioantropológico preliminar” publicada em 2005. Este trabalho foi o resultado de uma incursão feita pela autora ao interior do Estado através do Programa RS: Rural do Governo do Rio Grande do Sul, com o objetivo de traçar um diagnóstico a partir da localização geográfica dessas comunidades. Desta incursão, Rubert apresenta dados quantitativos e qualitativos das comunidades remanescentes de quilombos existentes, bem como, suas disposições no mapa do Estado<sup>90</sup>. Ainda na região Sul, podemos destacar a obra, “O sangue e o espírito dos antepassados. Escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha – PR”, da antropóloga Mirian Furtado Hartung, que versa sobre a trajetória desta comunidade focando principalmente na questão do território e dos embates do grupo para nele permanecer. Esta antropóloga também trabalhou na elaboração do relatório de identificação desta comunidade. E junto com outros pesquisadores, sobretudo do Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER), da Universidade Federal de Santa Catarina, setores do movimento social tem prestado assessoria a este quilombo na busca pela titulação de seu território. Estas pesquisas contribuem para um campo de estudos acerca das trajetórias das comunidades remanescentes de quilombo à qual este trabalho pretende agregar elementos.

No Rio Grande do Sul ainda são poucos os trabalhos na historiografia que pesquisam as comunidades quilombolas.<sup>91</sup> Em contrapartida, em alguns estados como o Rio de Janeiro, há uma crescente produção de obras sobre a temática. Destacamos a obra “Memórias do

---

<sup>90</sup> RUBERT, Rosane Aparecida. *Comunidades negras rurais do RS: um levantamento socioantropológico preliminar*. Porto Alegre: IICA/RS:RURAL, 2005.

<sup>91</sup> Podemos citar alguns artigos produzidos, em coautoria com antropólogos e sociólogos, pela historiadora Jane Mattos, que têm como foco as comunidades remanescentes de quilombos localizadas, sobretudo, em áreas urbanas. MATTOS, J. R.; ANJOS, J.C.; RAMOS, I. ; MARQUES, O. As condições de raridade das comunidades quilombolas urbanas. In: GEHLEN, Ivaldo. (Org.). *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre*. Porto Alegre: Century, 2008. MATTOS, J. R.; ANJOS, J.C.; RAMOS, Ieda; MARQUES, O. . Famílias quilombolas de Porto Alegre-RS; Análise do perfil sócio-cultural e as relevâncias para assistência social. In: GEHLEN, Ivaldo. (Org.). *Op.Cit*. Vale lembrar que esta pesquisadora atuou na elaboração do Relatório Sócio-Histórico e Antropológico do quilombo urbano Areal da Baronesa, realizado no ano de 2007. Atuou também na elaboração do Relatório do quilombo Família Fidélis, localizado em Porto Alegre/RS e realizado em 2008.

Cativeiro”, publicada em 2005, de autoria das historiadoras Hebe Mattos e Ana Lugão Rios<sup>92</sup>, na qual se debruçam sobre as trajetórias da última geração de libertos e seus descendentes que viveram do sudeste do Brasil no período pós-emancipação. Na obra, o quarto e último capítulo são dedicados às ressignificações das memórias do cativeiro entre os descendentes da última geração de libertos, moradores da comunidade quilombola de São João da Serra, situada no Rio de Janeiro.

Destacamos também a obra “Mocambo: Antropologia e História no processo de formação quilombola” de autoria do historiador e antropólogo José Maurício Arruti. Nesta obra, situada nas fronteiras entre História e Antropologia, o autor, a partir de sua inserção na comunidade do Mocambo (localizada em Sergipe), transita entre a etnologia indígena e os estudos afro-brasileiros, sendo uma combinação entre etnografia e análise antropológica e histórica<sup>93</sup>.

Ressaltamos ainda que no Encontro Nacional de História Oral, ocorrido no Ceará em 2010, foram apresentados pelos historiadores artigos<sup>94</sup> referentes a pesquisas concluídas ou em andamento. Nestes artigos, que têm como ponto central as comunidades remanescentes de quilombo, há uma preocupação dos historiadores de reconstituir, a partir da memória, vestígios do período pós-emancipação. Estes textos apresentados no evento contemplam a região Nordeste do Brasil, e demonstram o desenvolvimento de pesquisas da área da História em comunidades quilombolas nesta região. Estas obras, desenvolvidas em diferentes contextos podem sempre trazer algum subsídio para pesquisas desenvolvidas em outros lugares.

---

<sup>92</sup> Hebe Mattos também publica artigos sobre a temática. Em um deles, intitulado *Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativeiro e políticas de reparação no Brasil*, publicado pela USP em 2005-2006, a autora faz uma interpretação da legislação que reconhece os direitos desta população e sua consequência para as pesquisas que versam sobre a escravidão. A autora conclui o artigo reconstituindo a origem dessas comunidades.

<sup>93</sup> ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola*. SP. EDUSC, 2005.

<sup>94</sup> Podemos citar os seguintes textos: *Possíveis memórias do trabalho na escravidão e no pós-abolição em Alagoinhas* de Antonio Hertés Gomes de Santana e o artigo *Cultura, memória coletiva e identidade étnica na Ciranda de Caiana dos crioulos (Alagoa Grande-PB)* do também historiador Josemir Camilo de Melo.

SANTANA, Antonio Hertés Gomes de. *Possíveis memórias do trabalho na escravidão e no pós-abolição em Alagoinhas*. Disponível em:

[http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1268951319\\_ARQUIVO\\_PossiveismemoriasdotrabalhonaescravidaoenoposabolicaoemAlagoinhas.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1268951319_ARQUIVO_PossiveismemoriasdotrabalhonaescravidaoenoposabolicaoemAlagoinhas.pdf) acesso em 11 de janeiro de 2011. MELO, Josemir Camilo de. *Cultura, memória coletiva e identidade étnica na Ciranda de Caiana dos crioulos (Alagoa Grande-PB)*. Disponível em:

[[http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269032135\\_ARQUIVO\\_CULTURA.MEMORIA\\_COLETIVAEIDENTIDADEETNICANACIRANDADECAlAIANA.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269032135_ARQUIVO_CULTURA.MEMORIA_COLETIVAEIDENTIDADEETNICANACIRANDADECAlAIANA.pdf)] acesso em 11 de janeiro de 2011.

No que tange a chamada História Agrária, há uma série de produções acadêmicas que versam sobre a temática. Elencamos, abaixo, apenas algumas que dialogam mais de perto com a presente pesquisa. A tese de Doutorado intitulada “Terra, Trabalho e Propriedade: A estrutura agrária da Campanha Rio-Grandense nas décadas finais do período Imperial (1870-1890)” de Graciela Bonassa Garcia, cujo objetivo central é analisar a estrutura agrária na região da Campanha rio-grandense<sup>95</sup>, nos interessa. Uma vez que a autora discute o início do processo de cercamento dos campos que, paralelamente ao fim do escravismo, redefiniu os padrões de trabalho e das propriedades que vigoravam até o momento. A autora faz uma importante discussão sobre o processo de modernização que desencadeou em expropriações territoriais de famílias estabelecidas há décadas na região.

Nesta direção, a dissertação de Mestrado de Guinter Tlajja Leipnitz, intitulada “Entre contratos, direitos e conflitos. Arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha Rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910)”, desenvolvida na mesma região em um período que se estende até os anos iniciais do século XX. Tem como objeto as práticas de arrendamento de terras em Uruguaiana<sup>96</sup> e também aponta para os desdobramentos sociais e econômicos dos cercamentos do campo na região. O texto demonstra a emergência de uma região permeada por conflitos que giravam em torno, dentre outras coisas, das concepções diferentes sobre o direito de propriedade. Estes estudos sobre a região da Campanha nos permite traçar semelhanças com o processo de expansão da fronteira agrícola e mercantilização da terra, ocorrida em finais do século XIX no Planalto Médio e que também culminou em conflitos e expropriações fundiárias dos elementos nacionais pobres.

No campo da História Social da escravidão, citamos a dissertação de Mestrado de Thiago Leitão de Araújo, intitulada “Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)”, cujo objetivo central está focado na análise dos “mecanismos de manutenção e dominação senhorial que possibilitam a reprodução de relações escravistas na

---

<sup>95</sup> GARCIA, G. *Terra, Trabalho e Propriedade: A estrutura agrária da Campanha Rio-Grandense nas décadas finais do período Imperial (1870-1890)*. Niterói: PPGH/UFF, 2010. (Tese de Doutorado). Disponível em [ <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1266.pdf>] acesso em 14 de julho de 2011.

<sup>96</sup> LEIPNITZ, Guinter Tlajja. *Entre contratos, direitos e conflitos. Arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha Rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2010.

Disponível em: [ <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26327/000756995.pdf?sequence=1>] acesso em 14 de julho de 2011.

região pesquisada”<sup>97</sup>. O texto aborda, além de outros aspectos, a questão agrária em Cruz Alta (município situado no Planalto Médio, do qual Passo Fundo e Soledade se desmembraram). Neste trabalho há uma importante discussão acerca do tamanho dos plantéis de escravos em regiões onde a principal atividade produtiva foi o pastoreio. Essa discussão nos interessa na medida em que, por meio de diversas séries documentais, o autor demonstra que a presença negra na região não foi residual e evidencia a importância desta presença para a economia da região.

### 1.3 OUTRAS NOÇÕES

Ao ler os aspectos teóricos, o leitor vai se deparar com uma conjunção de autores. Apesar desta diversidade teórica, há um ponto central que une historiadores, antropólogos e filósofos aqui evocados. A sua maneira, cada um deles nos auxilia na análise e no processo de composição de uma percepção sobre os problemas levantados neste trabalho. Desta diversidade teórica emergem discussões sobre memória, campesinato negro e itinerância, diáspora, que são essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Evocamos as reflexões teóricas de Jacques Le Goff acerca das relações entre história e memória: entendemos em consonância com o historiador “que o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais, a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”<sup>98</sup>. Neste sentido acreditamos que a função da história é, sobretudo, a partir de um olhar externo e do exame de fora dos grupos, traçar uma reflexão sobre a memória.

Concordamos com Pierre Nora quando define que a memória coletiva é “o que fica no passado, no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”<sup>99</sup>. Sendo assim, história não é memória, a segunda se cria no interior do grupo, sempre chamada por grupos vivos. Neste sentido, ela é dinâmica e está em permanente evolução aberta, portanto, ao jogo dialético entre o ato de lembrar e, por conseguinte o de esquecer. Emergindo sempre de um

---

<sup>97</sup> ARAÚJO, T. L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17528/000716785.pdf?sequence=1> acesso em: 13/07/2011.

<sup>98</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p.422.

<sup>99</sup> NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. In: *Projeto História 10*. PUCSP, São Paulo, 1993. p. 9.

grupo que ela une. A história por sua vez é a “reprodução sempre incompleta do que não existe mais”, uma representação do passado, uma operação intelectual que requer análise e discurso crítico<sup>100</sup>.

De Halbwachs tomamos de empréstimo a noção de função da memória coletiva, a qual enfatiza que, mesmo não tendo função coercitiva, a mesma necessita que haja uma coesão social. A memória coletiva articula e reforça os sentimentos de pertencimento:

Para que nossa memória se beneficie das dos outros não basta que eles nos tragam seus testemunhos; é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientemente pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum<sup>101</sup>.

Assim, as memórias coletivas das comunidades remanescentes de quilombo em questão são construídas no interior do próprio grupo, calcadas em negociações e silêncios exigidos para dar credibilidade e coerência no discurso. A memória coletiva aciona representações adormecidas ou silenciadas cujos elementos interessam à solução de questões presentes.

Fomos ao encontro de Pollak buscar a denominação de “memórias subterrâneas<sup>102</sup>” para compreender a emergência de alguns aspectos da memória comum do grupo. Assim, compreendemos que os “não ditos”, os “brancos de memória” podem não ser esquecimentos puro e simples, mas uma perda voluntária necessária naquele momento específico. Neste sentido, o enquadramento de memória, ou seja, a referência ao passado como forma de manter a coesão do grupo, “define fronteiras grupais, possibilidades ou não de alteração pelos materiais que a história dispõe”:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos

---

<sup>100</sup> Ibid., p. 9.

<sup>101</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice Editora, 1990. p. 16.

<sup>102</sup> Para Pollak, memórias subterrâneas são aquelas memórias reprimidas, silenciadas e que se mantêm vivas a espera de um momento propício para emergir e reivindicar o (re)conhecimento.

específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o estado desejam passar a impor<sup>103</sup>.

Das discussões sobre memória, passamos as reflexões acerca dos conceitos de campesinato negro e itinerância. Sidney Mintz, ao estudar a formação de um campesinato negro no Caribe pós-abolição, afirma que o início deste campesinato se dá ainda no período escravista a partir de uma economia própria dos escravos. Para ele, escravos roceiros e quilombolas tornaram-se proto-camponeses<sup>104</sup> ao se organizarem em comunidades e elaborarem variadas práticas e relações econômicas<sup>105</sup>.

No Brasil, afirma Gomes, em inúmeras áreas, guardadas as especificidades tanto econômicas como demográficas, escravos e quilombolas forjaram, ainda no período escravista, em decorrência de suas roças e suas diversas práticas econômicas, um *campesinato negro*<sup>106</sup>. Mais adiante, Gomes perpassa o *campesinato negro* e forja o conceito de *campo negro*<sup>107</sup>, que abarca não só os escravos das senzalas e quilombolas, mas uma complexa rede socioeconômica que estendia seus tentáculos a diversos sujeitos da sociedade escravista. O autor aponta a migração como artifício utilizado pelos quilombolas para continuarem em liberdade:

Em alguns momentos, a migração constante e a dispersão em vários grupos podiam ser, para os quilombolas, ao mesmo tempo uma maneira de confundir as expedições-que acabavam andando diversos quilômetros encontrando mocambos e roças abandonados, porém poucos negros- e garantir um abastecimento mínimo necessário para sua sobrevivência temporária<sup>108</sup>.

---

<sup>103</sup> POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989 vol 2, n 3, p. 8.

<sup>104</sup> Sobre o protocampesinato, ver: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>105</sup> MINTZ, apud GOMES, F. S.: Quilombos do Rio de Janeiro do Século XIX. In: REIS, J. J.; GOMES, F. S. (orgs.): *Liberdade Por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996a, p. 282.

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 282.

<sup>107</sup> Segundo o autor *Campo negro* significou uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveu em determinadas regiões do Brasil inúmeros agentes sociais e práticas econômicas com interesses diversos. De acordo com Gomes, na região de Iguazu/RJ, esse campo negro representou ameaça constante aos senhores de escravos. Tal como uma hidra de várias cabeças (buscando na mitologia grega a hidra de Lerna), os quilombolas de Iguazu tornaram-se uma constante ameaça aos mundos da escravidão. GOMES, F. S. *A Hidra e os Pântanos. Mocambos e Quilombos no Brasil Escravista*. São Paulo: Editora da Unesp/Polis, 2005.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p.170.

Migrar, em momentos posteriores a abolição, teve significados e impactos distintos na vida dos libertos. A obra “Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)”, empreendimento bem sucedido de Fraga Filho, que aborda as inúmeras estratégias de inserção na sociedade da região do recôncavo baiano pelos libertos, vem nos auxiliar na compreensão de um desses complexos caminhos trilhados pelos ex-escravos no período pós-emancipação<sup>109</sup>. Se para Fraga Filho a migração para muitos ex-escravos significou o distanciamento do passado escravista, como um alargamento da sobrevivência fora dos antigos engenhos do recôncavo baiano onde conheceram o cativo, tornando-se “um exercício da liberdade”<sup>110</sup>, para algumas famílias negras do Rio Grande do Sul o significado toma outras proporções. Para os descendentes dos libertos João Leocádio Xavier e Josefina<sup>111</sup>, migrar significou desterritorialização, e em conjunto, violência e privações.

Ao olhar para a zona rural da região do recôncavo baiano, Fraga Filho constata que havia uma grande circulação de trabalhadores temporários, que permaneciam nos engenhos durante o período de corte de cana, migrando ao fim da safra: “Com o tempo, encontrar terra para cultivar foi ficando difícil, o que tirou dos mais jovens a condição de moradores, obrigando-os a se transformar em ‘trabalhadores alugados’”<sup>112</sup>.

Na esteira da circulação de ex-escravos no período pós-emancipação, Mattos e Rios, em estudo sobre a vida da primeira geração de libertos que viveram na região sudeste do Brasil, informam que no período pós-abolição foi concluída a legislação que dificultou o acesso à terra pelos recém libertos:

Num período impreciso, que se inicia após a Abolição e que se estendeu pelas primeiras décadas do século XX, houve, na região em questão [região sudeste do

---

<sup>109</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 314.

<sup>110</sup> O autor refere-se a saída das fazendas onde os ex-escravos conheceram o cativo, como uma tentativa de romper com o passado escravo. Ao abordar a mobilidade entre os libertos, o autor se atém para a mobilidade enquanto exercício pleno da liberdade.

<sup>111</sup> Conforme será visto ao longo da dissertação, se tratava de um casal de ex-escravos que conheceram o cativo no Planalto médio do Rio Grande do Sul. De acordo com relatos de seus descendentes, ao término oficial da escravidão, este casal teria ganhado um pedaço de terra de Pedro Simão, seu ex-senhor. Os familiares de João Leocádio e Josefina, ao menos temporariamente se territorializam neste espaço.

<sup>112</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 328.

Brasil], uma população de libertos, seus filhos e netos, que encontrou dificuldades em se fixar como parceiros ou posseiros estáveis<sup>113</sup>.

Taxas territoriais foram criadas e o Estado passou a demarcar as terras devolutas. Os sitiantes sem título de propriedade foram considerados ilegítimos, dando início ao processo de expropriação de terras que foram adquiridas, em muitas ocasiões, através da compra informal. Desta forma, após a Lei de Terras<sup>114</sup> e, a partir da década de 1890, a venda informal desapareceu e os impostos territoriais comprometeram a herança das pequenas propriedades. Com a perda do título das terras, famílias de ex-escravos passaram a se deslocar constantemente formando uma massa de trabalhadores sazonais, dando início a um período de extrema mobilidade, violência e privações: “Para as famílias, uma trajetória vivida em casas precárias, emprestadas ou construídas por elas, na qual habitariam por um período limitado de tempo. Algumas vezes este período foi tão curto, que não puderam nem mesmo colher os frutos do que haviam plantado em suas roças”<sup>115</sup>.

Por outro lado, afirmam as autoras, na contramão desta constante chegada e partida, houve famílias em que o aspecto marcante era uma extrema estabilidade em um mesmo território. Uma estabilidade mais do que centenária em lugares que seus avôs foram escravos. As famílias que integram esse campesinato negro nunca moraram em outro lugar, desconhecendo, portanto, a trajetória errante da camada itinerante.

A estabilidade poderia vir de formas variadas, uma delas seria por relações de trabalho através de contratos de parceria, mesmo que frágeis e no mais das vezes informais, seriam com o passar dos anos socialmente sedimentados. Este fixar-se no território realizaria o projeto camponês de estabilidade e roça. Não significando dizer que esse campesinato estava livre das arbitrariedades e armadilhas de aprisionamento do trabalho impostas as famílias negras após a abolição. Cabe aqui ressaltar que esses contratos informais eram mais vantajosos para a camada proprietária.

Com o afastamento do poder público da normatização e fiscalização dos contratos rurais, ficou a cargo dos proprietários elaborarem a política que passaria a administrar a redefinição das relações de trabalho no campo. Outro fator que colaborou para a manutenção

---

<sup>113</sup> MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.199-200.

<sup>114</sup>Sobre o impacto da Lei de Terras para os recém-libertos ver MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: *Topoi*, volume 5, no. 8, January-June 2004, pp. 170-198.

<sup>115</sup> Ibid., p. 182.

de contratos tão frágeis e vantajosos para os proprietários foi a existência de um campesinato itinerante tão ansioso por estabilidade. Assim, Mattos e Rios dividem em duas as possibilidades dos recém-libertos, ou dois extremos. De um lado, a estabilidade que poderia se concretizar via contrato, mesmo informal, e por outro, uma intensa mobilidade de famílias negras e de homens solteiros. A essa massa migratória Rios deu o nome de *campesinato itinerante*<sup>116</sup>.

Ao acessar os fragmentos de memória dos integrantes de algumas comunidades negras<sup>117</sup> no Rio Grande do Sul, se descortina a nossa frente um período de privações, arbitrariedades, extrema mobilidade e injustiças pelas quais essas comunidades passaram, aproximando-se deste *campesinato negro itinerante*, assim denominado por Mattos e Rios.

Este é o momento oportuno para evocarmos Gilroy e o seu *atlântico negro*<sup>118</sup>. O autor utiliza o *atlântico negro* como uma metáfora para se referir à formação intercultural e transnacional, forjado em um sistema de comunicações globais, marcado por fluxos e trocas culturais originadas a partir das estruturas transnacionais criadas da modernidade<sup>119</sup>. Ao utilizar o termo “diáspora”, o autor afirma que o mesmo é incorporado à prática pan-africanista e às análises acerca dos negros a partir do pensamento judaico<sup>120</sup>.

Assim, temas como fuga e sofrimento, tradição, temporalidade e organização social da memória, utilizados pelos pesquisadores judeus que se lançam na relação entre a modernidade e o anti-semitismo e no lugar ocupado pelo racionalismo e irracionalismo no desenvolvimento do pensamento racista europeu, “são associados à idéia de dispersão, exílio e escravidão”<sup>121</sup>. Desta forma, para Gilroy, a diáspora negra, migração forçada, criou formas de percepção do mundo diferenciadas da visão sugerida de modernidade que abrange e afeta a todos de modo similar, hegemônico. Para ele:

---

<sup>116</sup> Para Rios, apesar da contradição de termos, *campesinato itinerante* foi a única expressão que conseguiu resumir a forma de vida encontrada por aqueles que, apesar da extrema mobilidade, tentavam de inúmeras formas se fixar, realizando com isso o desejo de estabilidade e roça. MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós- abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 252.

<sup>117</sup> Podemos citar como exemplo desta itinerância a comunidade quilombola de Palmas, situada em Bagé, e o quilombo de Júlio Borges, localizado em Salto do Jacuí.

<sup>118</sup> Gilroy pensa a experiência da diáspora negra (travessia pelo atlântico e a migração forçada) como geradora de um corpo de reflexões críticas, percepções diferenciadas do mundo moderno. GILROY, Paul. *O Atlântico Negro - modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2008.

<sup>119</sup> GILROY, Paul. *O Atlântico Negro - modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2008. p. 27-28.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 382.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 382-383.

A ausência do lar ou exílio forçado – é reapropriado. Torna-se afirmado e é reconstruído como base de um ponto de vista privilegiado a partir do qual certas percepções úteis e críticas sobre o mundo moderno se tornam mais prováveis. Deve ser óbvio que essa perspectiva incomum foi forjada a partir de experiências de subordinação racial. Desejo sugerir que ela representa também uma resposta aos sucessivos deslocamentos, migrações e viagens (forçadas ou não) que passaram a constituir as condições de existência específicas desta cultura negra<sup>122</sup>.

Neste momento, Stuart Hall também pode ser evocado. Ao estudar o conceito de diáspora, o autor se atém no hibridismo, na heterogeneidade, negando-se, portanto, a definir a experiência da diáspora pela essência ou pureza. “Na situação da diáspora as identidades se tornam múltiplas. Junto com os elos que as ligam a uma ilha de origem específica, há outras forças centrípetas”<sup>123</sup>. Para Hall, a diáspora proporciona interações interculturais, ela é uma mistura contra-essencialista, é uma condição necessária a sua modernidade. Desta forma, a experiência de diáspora pretendida por ele:

Não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção ‘identidade’ que vive com e através, não a despeito, da diferença; por hibridização. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença<sup>124</sup>.

Deste modo, podemos pensar o período de itinerância desta camada da população negra do Rio Grande do Sul como diáspora. O deslocamento forçado leva consigo privações e violências que nos possibilita pensar nesta comunidade como itinerante. Por outro lado, essa mobilidade, a busca pelo território, a vida em coletividade, solidariedade étnica, sentimentos de pertencimento, tão necessários para sobrevivência desta camada da população negra, criaram formas diferenciadas de percepção do mundo.

Assim, acreditamos que os dissabores e sofrimentos experimentados por esta população itinerante geraram um corpo único de reflexões críticas sobre a modernidade, uma anti-modernidade, no que tange a concepção da propriedade privada da terra<sup>125</sup>. Cabe lembrar

---

<sup>122</sup> Ibid., p. 224.

<sup>123</sup> HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. p. 27.

<sup>124</sup> HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, 1996. p.75.

<sup>125</sup> O modo de vida dessas comunidades remanescentes de quilombos não se encaixa na visão sugerida de modernidade, que abrange e afeta a todos de modo similar, hegemônico. Os quilombolas possuem um ritmo próprio, particular, revelando, portanto, as fissuras existentes nesta apreensão abrangente do modelo de

que, em contornos modernos, ou seja, capitalista, a propriedade é trabalhada e logo depois transformada em mercadoria negociável através do instituto jurídico de compra e venda, diferentemente da relação estabelecida nas sociedades pré-capitalistas. Para o capitalismo surgir, precisou desta mudança da relação com a terra<sup>126</sup>. Para Ellen Wood:

O capitalismo [...] não nasceu na cidade, mas no campo [...]. Não precisou de uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas de uma transformação completa das relações e práticas humanas mais fundamentais, de um rompimento com antiqüíssimos padrões de interação humana com a natureza. Durante milênios os seres humanos proveram suas necessidades materiais trabalhando a terra<sup>127</sup>.

Desta forma, a terra passa a ser vista predominantemente como mercadoria, o vínculo que se estabelece é o econômico. O acúmulo da terra, transformada em mercadoria, torna-se um negócio altamente lucrativo para uma minoria, em detrimento da exclusão da posse da terra pela maioria. Esta última se vê obrigada, a fim de acessar os meios de subsistência, a vender sua força de trabalho por um salário<sup>128</sup>, o que gera relações de poder político e de dominação.

#### 1.4 QUESTÕES METODOLÓGICAS

No presente trabalho pretende-se utilizar fontes escritas e fontes orais, acreditando na importância da complementaridade desses dois corpos documentais e na riqueza de dados que o diálogo entre ambas pode proporcionar, ampliando, com isso as possibilidades de elucidação do problema de pesquisa.

Assim, as fontes orais, cuja metodologia é analisada abaixo, foram construídas a partir de entrevistas com membros da comunidade remanescente de quilombos de Rincão dos Caixões, localizado em Jacuízinho/RS; dos grupos quilombolas do Sítio Linha Fão, localizado em Arroio do Tigre, e de Júlio Borges, localizado em Salto do Jacuí, conforme mapas em

---

modernidade. Há nessas comunidades uma duplicidade de localização, elas se situam dentro e ao mesmo tempo fora da modernidade, são inegavelmente constituídas na modernidade, porém se distinguem dela. Este “estar fora” revela uma independência desafiadora que pode ser sentida no que tange a propriedade privada.

<sup>126</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

<sup>127</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>128</sup> *Ibid.*, p.12.

anexo. Operacionalmente, as entrevistas foram realizadas sob forma semi-estruturada, uma vez que a combinação de perguntas abertas e fechadas permite ao entrevistado a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão. Esta forma de entrevista também restringe o volume de informações, e com isso tem-se um maior direcionamento para o tema. Optamos por entrevistar os mais velhos por entender que, a princípio, são eles os guardiões da memória, entendemos, assim como Halbwachs, que o velho:

Não se contenta em esperar passivamente que as lembranças se despertem: ele busca precisá-las (...). As sociedades, ao atribuir aos velhos a função de conservar os traços de seu passado, os encoraja, estimula a empregar tudo o que lhe resta de energia espiritual a lembrar-se<sup>129</sup>.

Foram realizadas entrevistas individuais e semi-diretivas, bem como entrevistas com grupos focais. Estas entrevistas em grupo contribuíram para, a partir da emergência de uma memória comum, a apreensão do modo com que a comunidade remanescente de quilombos Rincão dos Caixões constrói sua forma de ser e de estar no mundo. Há um total de 30 entrevistas, realizadas basicamente em dois momentos diferentes: no decorrer do ano 2008 e no mês de novembro de 2011. As 23 entrevistas realizadas durante o ano de 2008 estavam inseridas no convênio firmado entre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Laboratório de Observação Social (LABORS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com vistas à elaboração do Relatório Sócio-Histórico e Antropológico da comunidade remanescente de quilombos Rincão dos Caixões, e foram colhidas por um grupo de pesquisadores do qual fizemos parte.

Trata-se, portanto, do afloramento de memórias em contexto de conflitos fundiários, de disputa pela posse do território. Assim, lidamos com enquadramentos de memória e de contextos diretamente vinculados, no caso das entrevistas realizadas em 2008, a conjuntura jurídica e política contemporânea. As outras 7 entrevistas foram realizadas e interpretadas para fins desta dissertação, embora também estejam, ainda que indiretamente, relacionadas ao contexto acima mencionado.

Destas 30 entrevistas, 28 foram realizadas no Rincão dos Caixões, uma entrevista coletiva no quilombo do Sítio Novo Linha Fão, e outra entrevista coletiva realizada no

---

<sup>129</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice Editora, 1990. p.107.

terceiro núcleo, denominado Júlio Borges<sup>130</sup>. Todas as entrevistas, inclusive as realizadas em 2008, foram analisadas durante o mestrado. Salientamos ainda que as recordações de Valentin, em muitas vezes, foram acionadas ou mediadas por sua esposa Almeri que, antes do casamento, residia próxima de Valentin e de sua família, convivendo com os mesmos. Torna-se importante ressaltar, ainda, que para determinados assuntos, as falas foram silenciadas ou bastante lacunares, exigindo da pesquisadora realizar um esforço no sentido de trazer à superfície memórias inaudíveis e, também, de interpretar os “silêncios” ou o “não dito” das entrevistas.

No que tange a passagem do oral para a escrita, ou seja, a transcrição da entrevista, Chantal de Tourtier-Bonazzi alerta que “toda transcrição, mesmo bem feita, é uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade”<sup>131</sup>. Ao transcrever as entrevistas aparecem alguns problemas, sendo um deles exposto nesta pergunta: como registrar por escrito com fidelidade a narrativa do entrevistado? Oscilamos entre dois perigos, conforme expôs Philippe Joutard:

Cingir-se à expressão do interlocutor em seus mínimos detalhes sob o risco de tornar a leitura quase impossível e desvalorizar seu discurso ou rescrever o texto oral com perigo de fazê-lo perder sua especificidade e uma parte da informação que lhe é própria. Deve-se reproduzir os balbuceios, as ligações defeituosas, todas as vacilações, inclusive as que não refletem mais que a apreensão e a timidez? (...) Ou ao contrário, se adotará o ponto de vista de certos historiadores americanos que, interrogando a emigrantes italianos, suprimem todos os italianismos e transformam sua língua em um discurso de Oxford ou de Harvard?<sup>132</sup>

A resposta que Joutard dá a esse dilema é que tudo depende da realidade e do tipo de investigação, pois não há soluções mágicas<sup>133</sup>. Desta forma, na passagem do oral para a escrita, assim como Leite Lopes<sup>134</sup>, optamos pela solução intermediária, reprodução das narrativas corrigindo erros de português, ortografia, regência verbal, concordância, acentuação, mas, mantendo no texto “algumas expressões próprias dos entrevistados”. Tentamos ainda transmitir a forma de expressão individual (como risos, pausas na fala), além

---

<sup>130</sup> Em visita às comunidades de Rincão dos Caixões e Júlio Borges em 2010, para tratar da inserção nestas comunidades, tivemos a oportunidade de dialogar informalmente com o núcleo familiar de Júlio Borges, desta conversa preliminar surgiram aspectos sobre a itinerância do grupo.

<sup>131</sup> TOURTIER – BANAZZI, Chantal de. “Arquivos: propostas metodológicas” In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 239.

<sup>132</sup> JOUTARD, Philippe. *El tratamiento del documento oral Debats*. Valencia, n.10, dez. 1984, p. 72.

<sup>133</sup> *Ibid.*, p. 72.

<sup>134</sup> LOPES, José Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo*. 2 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

de descrever alguns gestos que acompanham as narrativas. Ao transcrever as entrevistas, observamos ainda as seguintes normas:

**Quadro 1: Regras da reprodução das narrativas<sup>135</sup>**

<b>REGRAS DE REPRODUÇÃO DAS NARRATIVAS</b>	
[ ? ]	Trechos inaudíveis
...	Pausa do narrador
[...]	Supressão de falas
:::	Prolongamento de vogal e consoante
[palavra]	Inserções de esclarecimento

Para o presente trabalho, torna-se importante o uso da narrativa oral. Essa opção se justifica pela forma como a história oral privilegia e ressalta a história dos excluídos, das minorias e dos marginalizados, destacando a importância das “memórias subterrâneas” que, sendo uma característica das culturas dominadas, emergem contrariando a “memória oficial”<sup>136</sup>. Para Alberti, a história oral “é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX”<sup>137</sup>. Assim, a história oral não é a própria “História”, ela é uma fonte, e como fonte, precisa de interpretação e análise. Neste sentido Alberti afirma que:

O equívoco está em considerar que a entrevista publicada já é “História”, e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise. Em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas dêem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado<sup>138</sup>.

Mais adiante a autora afirma, ainda, que: “a capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica - e nesse sentido permite a ‘mudança de perspectiva’”<sup>139</sup>. Assim, o testemunho oral nos permite esclarecer trajetórias individuais e grupais, acontecimentos ou processos que são, muitas vezes, esquecidos pela

<sup>135</sup> Figura elaborada pela autora e organizada para o texto. As regras de transcrição foram retiradas de; TOURTIER – BANAZZI, Chantal de. (1996). Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp. 233-245. WEBER, Regina. *Os Operários e a Colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002, p. 21.

<sup>136</sup> POLLAK, Michel. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n 3, p. 2.

<sup>137</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Pinsky, Carla (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005. p. 155.

<sup>138</sup> *Ibid.*, p. 158.

<sup>139</sup> *Ibid.*, p. 166.

“história oficial”, não ocorrendo outra forma de serem esclarecidos senão pela oralidade. Sendo assim, os depoimentos orais, usados como fonte, tornam-se uma importante porta de acesso ao passado das comunidades negras, cujos registros escritos são poucos ou inexistentes. A partir de um relato pessoal, que não é exclusivo de seu autor, conseguimos transmitir uma experiência coletiva<sup>140</sup>.

Torna-se importante ressaltar que essas memórias do cativo foram passadas por várias gerações através da tradição Oral. Para Vansina: “Oral traditions consist of all verbal testimonies which are reported statements concerning the past”<sup>141</sup>. De acordo com Cruikshank, popularmente, a “tradição oral” identifica um conjunto de “bens materiais preservados do passado” ou o “processo pelo qual a informação é transmitida de uma geração à seguinte”<sup>142</sup>. Assim, a “tradição oral” seria o conjunto de todos os testemunhos orais que versam sobre o passado. E através da tradição oral o presente liga-se ao passado.

Como fontes escritas, utilizaremos alguns inventários *post-mortem* e *processos-crime* datados a partir de 1871 até 1890 das regiões das cidades de Passo Fundo e Soledade<sup>143</sup>, custodiadas pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), localizado em Porto Alegre. A escolha deste marco temporal se justifica, uma vez que é, sobretudo, neste período que ocorre a desagregação do sistema escravista<sup>144</sup>. Serão utilizados testamentos que constem atos de doações de terra aos escravos pelos Senhores. Esta inserção nos arquivos tem

<sup>140</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Pinsky, Carla (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005. p. 112.

<sup>141</sup> VANSINA, Jan. *Oral Tradition: a study in historical methodology*. [London]: Penguin Books, 1965. p. 19.

<sup>142</sup> CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 151.

<sup>143</sup> Conforme veremos no capítulo II, os municípios nos quais estão localizadas as áreas quilombolas aqui referidas – Rincão dos Caixões, Sítio Novo/Linha Fão e Júlio Borges, anteriormente faziam parte destas localidades.

<sup>144</sup> Chalhoub, em sua obra *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, afirma que, sobretudo, na década de 1870 a política de domínio senhorial entra em ruína, os escravos intensificaram suas ações de liberdade baseando-se nas brechas da Lei de 1871, que favorecem a luta pela liberdade. Ainda no âmbito da legislação, Mendonça em *Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*, na qual analisa os embates jurídicos e parlamentares que se formaram em torno da Lei dos Sexagenários demonstra que desde meados de 1870 o palco principal onde se dava a batalha entre as diversas tendências políticas interessadas na “definição” dos rumos para a elaboração do mercado de mão de obra livre no país era jurídico e político. Tirando proveito deste período de efervescência tem-se ainda o agravamento da onda de rebeldias e conspirações escravas. E a eclosão dos movimentos abolicionistas, que foram ainda protetores e cúmplices de algumas comunidades de fugitivos nos anos finais da escravidão. Para aprofundamento do período ver: AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; LARA, Sílvia H. *Campos de violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico – movimentos sociais na década de abolição*. Rio de Janeiro: UERJ / EDUSP, 1994; MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1999; SILVA, Eduardo *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

por finalidade reconstituir o contexto de territorialidades negras na região em questão, na época da doação da parcela de terras feita por Pedro Simão a alguns de seus ex-escravos, marcando com isso o início da territorialização negra no quilombo Sítio Novo/ Linha Fão.

Pesquisando os testamentos de Passo Fundo<sup>145</sup>, nos períodos de 1871 e 1890, localizamos um total de 24 documentos, distribuídos em 2 caixas, nos quais 2 testamentos constam doação de terra a escravos e libertos, 2 documentos constam doações de uma quantia em dinheiro ou em gado e outros 8, constam alforrias de escravos. Vale lembrar que a pesquisa privilegia apenas inventários e testamentos que constem doações de terra a escravos ou ex-escravos, e, que os mesmos serão analisados no capítulo II.

Assim, fundos documentais como os inventários são um exemplo de documentação que permite não só evidenciar as doações de terras a escravos, como também reconstituir a antiguidade e importância da presença negra na região em questão. Cabe ressaltar que as fontes documentais serão intercaladas com as fontes orais. Compreendendo que ambas não são opostas ou hierarquizadas, mas complementares.

Desta forma, buscaremos em inventários e testamentos resquícios de doações de terra a ex-escravos e seus processos de territorialização. Como Bloch, entendemos que os documentos são vestígios, e “mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes não falam senão quando sabemos interrogá-los”<sup>146</sup>. Assim, utilizaremos “um conhecimento através de pistas”, recorrendo a procedimentos de reconstrução. Conforme o autor, compreendemos que o conhecimento histórico é “indireto”, e que a “pesquisa histórica cruza seu caminho com a via régia da teoria das probabilidades”<sup>147</sup>. Desta forma, o conhecimento histórico é conjectural. Ressaltamos, mais uma vez, nossa preocupação em apreender indícios, sinais contidos nas fontes. Acreditamos que uma investigação minuciosa das fontes, a procura de detalhes faz emergir respostas que passariam imperceptíveis para a maioria. Fazer o documento falar, ler nas entrelinhas, às avessas, contra as intenções de quem os produziu, levando em conta as relações de força ali implícitas, “possibilita captar o que está fora do texto”<sup>148</sup>, o não dito.

A pesquisa documental foi definida a partir dos relatos das comunidades pesquisadas. A pesquisa em arquivos abrange, inicialmente, o período de desagregação do sistema escravista e os anos pós-abolição localizados entre 1871 e 1890, mas o recorte temporal

---

<sup>145</sup> Para Soledade não foram localizados Testamentos.

<sup>146</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 79.

<sup>147</sup> *Ibid.*, p.117.

<sup>148</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 42.

abrange igualmente a temporalidade da memória, ou seja, o tempo abrangido pela memória comum dos *remanescentes de quilombos*.

Utilizamos, também, os relatórios sócio-históricos antropológicos de algumas comunidades remanescentes de quilombo localizadas em áreas rurais do Rio Grande do Sul para tentar apreender em um contexto mais amplo a conformação dos territórios ocupados por famílias negras no Estado. Sabemos que estas conformações se deram a partir de uma amplitude de processos, desencadeados, sobretudo, no período pós-emancipação, que poderiam incluir doações, fuga e ocupação de terras devolutas, em geral isoladas, compra de terras, dentre outros<sup>149</sup>. Assim, esses laudos podem contribuir para entendermos, a partir da emergência atual das chamadas *comunidades remanescentes de quilombos*, o contexto destas constituições, bem como as diferentes formas de inserção da família negra na sociedade sul-rio-grandense.

São informações acerca de processos de territorializações, desterritorializações e reterritorializações, lembranças de períodos de andarilhagens e trajetórias itinerantes, mas também de permanência, de estabilidades mais do que centenárias em territórios onde seus ancestrais conheceram o cativeiro. Utilizamos ainda, os relatórios da comunidade remanescente de quilombos de Palmas, localizado em Bagé; quilombo de Morro Alto, situado nos municípios de Maquiné e Osório, litoral norte do Estado; a comunidade de Manoel Barbosa, inserido na zona rural de Gravataí e, por fim, o relatório das comunidades de São Miguel e Rincão dos Martimianos, localizado no município de Restinga Seca, na região central do Estado.

Em termos de procedimentos metodológicos de pesquisa, optamos pela redução da escala de observação, que é o resultado do revisionismo ocorrido desde o início da década de 1970, pelo qual as abordagens da História Social passaram. Entendemos, como Giovanni Levi, que a redução da escala pode revelar aspectos da história dessas comunidades que passariam despercebidas em macro-abordagens, cuja tendência é de homogeneizar ou negligenciar singularidades<sup>150</sup>.

Habituada a estabelecer hierarquias e a construir coletivos (categorias sócio-profissionais, classes, grupos), a história das sociedades estabeleceu novos objetos para si, estudados em pequena escala, que é a lente reveladora de possibilidades históricas não

---

<sup>149</sup> ALMEIDA, Alfredo W.B. Os quilombos e as novas etnias. In.: O'DWYER, Eliane C. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro:RJ, FGV, 2002. pp. 43-81.

<sup>150</sup> LÉVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: Peter Burke (org.). *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 137.

realizadas, esquecidas, mas latentes na História presente. Porém não significa que perderemos de vista o contexto mais amplo em que a história dessas comunidades se insere. Os indivíduos, ou grupos, não estão livres para fazerem o que querem, como se não estivessem fora dos contextos mais amplos. Esses contextos maiores delimitam e moldam as experiências individuais, sendo, portanto, inseparáveis.

[...] qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica<sup>151</sup>.

Acreditamos que a alternância de escala, passagem do olhar em pequena escala para uma observação macro-social e vice-versa, pode revelar níveis de interpretação distintos. Como salientou Revel, as escalas podem ser, até certo ponto, complementares, alcançando de diferentes formas as “realidades concretas da história”<sup>152</sup>.

Utilizaremos também a etnografia. O uso do método etnográfico surgiu da necessidade de compreender as diferentes relações sociais estabelecidas no cotidiano, como elas interagem com a memória coletiva do grupo<sup>153</sup>. Para Geertz, fazer etnografia é:

Como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado<sup>154</sup>.

Desta forma, a captura, mais do que isso, a construção de uma leitura desses complexos sentidos só se torna possível com a imersão do pesquisador no universo pesquisado. Assim, a presente pesquisa ambiciona a realização de uma etnografia densa que coloque em destaque as vivências, experiências e modo de vida dessas duas comunidades

<sup>151</sup> LÉVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: Peter Burke (org.). *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 176.

<sup>152</sup> REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 30-31.

<sup>153</sup> Durante a elaboração do relatório sócio-histórico antropológico da comunidade remanescente de quilombo de Rincão dos Caixões estivemos em contato com pesquisadores de áreas como geografia e antropologia. Este contato interdisciplinar possibilitou a apreensão de alguns métodos destas áreas, do contato com antropólogos aprendemos a fazer genealogias a partir da utilização de um programa específico para a elaboração destas árvores genealógicas.

<sup>154</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 20.

quilombolas, provocando reflexões acerca de como trajetórias errantes e reterritorializações se articulam com a construção de uma memória coletiva.

Deste modo, nos colocamos em sintonia com as ideias sobre a experiência de campo postuladas por Goldman, na qual sugere que tenhamos “mais respeito” com o que nossos interlocutores têm a dizer. Mais do que isso, “levar a sério” suas falas, ou seja, deixar de lado nossos pressupostos e levar a sério o que o campo está nos dizendo. Para Goldman, o etnógrafo não se limita só a interpretar o nativo, ele também é afetado<sup>155</sup> ou se deixa afetar pelo que acontece em campo. Para ele, ao observar o outro também somos observados, mais ainda, as etnografias não são frutos de reflexões construídas somente no ambiente acadêmico, os embates também se fazem presentes no campo junto aos nossos interlocutores:

O etnógrafo também é, ou deveria ser, modificado por ela. Limitar-se, então, a comentar *a posteriori* os efeitos de sua presença sobre os nativos, tecendo comentários abstratos sobre seu trabalho de campo, parece revelar uma certa sensação de superioridade: invulnerável, o antropólogo atravessa a experiência etnográfica sem se modificar seriamente, acreditando-se ainda capaz de avaliar de fora tudo o que teria ocorrido<sup>156</sup>.

Acreditamos, assim como Goldman, que tanto a etnografia como o trabalho de campo deveriam ser pensados mais sob o signo do conceito de *devoir*<sup>157</sup>, “um devir nativo”, do que na esfera de simples processos de observação, ou então, como formas de convenção. Cabe evidenciar que transitamos em campo interdisciplinar aproximando a etnografia e história oral no sentido “part-time fieldwork” de Micaela di Leonardo, que atribui à história oral a análise das experiências vivenciadas e narradas pelos sujeitos. Seguiremos a recomendação da autora, que sugere aos historiadores e etnógrafos a inclusão de mais informações acerca do contexto das entrevistas e também os efeitos dos contextos sobre as narrativas que apresentam<sup>158</sup>.

---

<sup>155</sup> Noção de afeto é discutida pela antropóloga Jeane Favret-Saada. Em seu trabalho sobre a feitiçaria no Bocage francês, a autora emprega a palavra afeto no sentido de se “experimentar, de uma forma indireta, as sensações, percepções e pensamentos do outro”. FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução: Paula Siqueira. In: *Cadernos de campo*. n° 13, 2005, p.5.

<sup>156</sup> GOLDMAN, M. *Como Funciona a Democracia. Uma Teoria Etnográfica da Política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006.

<sup>157</sup> Utilizando o conceito de *devoir* de Deleuze e Guattari, Goldman informa que *devoir* é “o movimento pelo qual o indivíduo sai da sua própria condição por meio de relações de afetos que consegue estabelecer com uma condição outra”. GOLDMAN, M. *Como Funciona a Democracia. Uma Teoria Etnográfica da Política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2006, p. 31.

<sup>158</sup> DI LEONARDO, Micaela. Oral History as Ethnographic Encounter. In: *The Oral History Review*, Vol. 15. Oral History Association (Spring 1987), pp. 1-20.

## **CAPITULO 2 - QUEM É O DONO DESSA TERRA? RECONSTITUINDO A PERDA DO TERRITORIO**

Neste capítulo buscamos analisar as expropriações territoriais sofridas pelas famílias pesquisadas no território anteriormente ocupado, denominado Sítio Novo/Linha Fão, que desencadeou deslocamentos contínuos a procura de trabalho e restabelecimento da estabilidade perdida. Não há um ano ou uma década específica para a definição de quando ocorreram essas perdas, entretanto, as narrativas nos levam a crer que as expropriações tenham iniciado, provavelmente, na década de 1930 e se agravado entre 1940 e 1950, existindo relatos que nos transportam para meados de 1960. No período em que várias famílias estão sendo pressionadas a deixar o território, muitas já fazem parte da camada itinerante e outras estão se reterritorializando em outras áreas. Desta forma, nosso recorte temporal neste capítulo será o período de perda do território apenas do núcleo familiar pesquisado (Erocilda, Valentin e Etuíno, ambos unidos por laços de parentesco ritual, como veremos no capítulo III) que abrange as décadas de 1940 até meados de 1960.

Os ancestrais deste grupo negro se territorializaram pela primeira vez em uma área hoje denominada quilombo Sítio Novo/Linha Fão, cedida por um grande proprietário da região, ex-senhor escravista de alguns membros do grupo, nos anos iniciais do século XX, conforme veremos mais adiante. Desta forma, antes de analisarmos as expropriações ocorridas nesta primeira área habitada pela terceira geração dos primeiros moradores, reconstituiremos a partir da narrativa oral como ocorreu a conquista e conformação deste território no pós-abolição pelas famílias de libertos. Recapitularemos, ainda, alguns aspectos do contexto em que essa primeira geração de libertos estava inserida. Para esse empreendimento serão utilizados testamentos que constem informações sobre atos de doações de terra de senhores a escravos e ex-escravos, e ainda, alguns da região em questão. Reconstituiremos, também, alguns aspectos da vida neste território. Procuraremos não perder de vista os aspectos socioeconômicos da região, visando analisar como tais aspectos se relacionaram com a expropriação fundiária sofrida pelo grupo neste primeiro território.

Este capítulo está dividido em 3 partes: na primeira delas, abordamos a doação da área no período pós-abolição, reconstituímos alguns aspectos da vida de libertos nesta região no período de 1871 e 1890. Na segunda parte, priorizamos aspectos da vida no Sítio Novo/Linha Fão no período entre 1910 e meados de 1930. Finalmente, na terceira parte,

analisamos o momento das perdas ocorridas neste primeiro território habitado pelo grupo familiar pesquisado que, conforme mencionamos acima, ocorre em meados de 1940 se estendendo até a década de 1960. Logo, também serão examinados os significados desse momento para as famílias negras em questão.

Este capítulo foi constituído, sobretudo, a partir das memórias da terceira geração dos libertos fundadores do Sítio Novo/Linha Fão, sendo eles: as irmãs Oralina Fernandes da Silva (Pretinha), de 101 anos, e Edoilde Xavier da Silva (Funé) de 91 anos, netas de João Leocádio e Josefina, conforme genealogia contida no anexo III desta dissertação. Elas ainda residem no Sítio Novo. Os irmãos Etuíno Fernandes (de 50 anos, morador no quilombo Rincão dos Caixões) e Nildo Fernandes (de 62 anos, morador no quilombo de Júlio Borges), netos de outro casal fundador e irmãos do segundo esposo de Erocilda (73 anos), como mencionado na introdução da dissertação, é a fundadora do quilombo Rincão dos Caixões. Há, ainda, memórias de Erocilda e de sua filha, Almeri, de 60 anos e seu esposo, Valentin, de 65 anos. Todos os interlocutores são ligados por sólidos laços de parentesco.

## 2.1 CARACTERIZANDO A ÁREA

Nas cidades de Arroio do Tigre e Jacuízinho estão localizadas duas comunidades remanescentes de quilombos, respectivamente: Sítio Novo/Linha Fão e Rincão dos Caixões. Nestas duas comunidades residem os interlocutores deste capítulo. Em 1963 Arroio do Tigre desmembrou-se de Sobradinho. O município de Jacuízinho, por sua vez, foi emancipado de Espumoso em 1996. Já a cidade de Espumoso pertencia a Soledade, seu desmembramento ocorreu em dezembro de 1955. Sobradinho ainda com o nome de Jacuí emancipou-se de Soledade em dezembro de 1927. Desta forma, para fins de contextualização utilizaremos o município de Soledade uma vez que as cidades em questão pertenciam a este município no período que abrange este capítulo. Citaremos também Passo Fundo<sup>159</sup>, uma vez que Soledade fez parte deste município. O ano de 1832 data a fixação dos primeiros moradores na localidade de Soledade. Em 1871 Nossa Senhora de Soledade contava com uma população de

---

<sup>159</sup> Fonte: IBGE, disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 13 de maio de 2012. FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1960. 4ª Edição.

aproximadamente 9177 habitantes<sup>160</sup> entre livres e escravos<sup>161</sup>. Soledade é elevada à categoria de vila, por Lei Provincial de 1875, e se emancipa de Passo Fundo. Em 9 de setembro do mesmo ano ocorreu a instalação do município<sup>162</sup>. Passo Fundo, por sua vez, era denominado como Nossa Senhora da Conceição Aparecida e o início do Povoamento da Sede se deu em 1827, sendo pertencente ao município de Cruz Alta. Emancipa-se por volta de 1857. Em 1871 Passo Fundo contava com uma população de aproximadamente 8368 habitantes, entre livres e escravos. O quadro, abaixo, evidencia a evolução das emancipações dos municípios acima citados:

**Quadro 2: Emancipação dos municípios estudados<sup>163</sup>**

Ano	EMANCIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS
1857	Passo Fundo
1875	Soledade
1927	Sobradinho
1955	Espumoso
1963	Arroio do Tigre
1996	Jacuízinho

Estes municípios estão inseridos na região geograficamente conhecida como “Planalto”, localizada na porção norte e noroeste do Rio Grande do Sul. A região do Planalto Médio<sup>164</sup>, na atualidade, engloba aproximadamente duzentos e dezesseis municípios.

Durante grande parte do século XIX as atividades agrárias do Planalto Médio<sup>165</sup> se configuraram em atividades de pecuária congregada a cultura de erva-mate, planta cujas folhas podem ser consumidas como chá (quente ou gelado), chimarrão ou tereré. O Planalto era caracterizado pelas áreas extensas destinadas a criação de gado, o que se devia às

<sup>160</sup> Em 1900, Soledade já contava com cerca de 22973 habitantes. Este aumento da população pode ser explicado por vários fatores, um deles pode ter sido a imigração ocorrida para região em meados de 1890.

<sup>161</sup> FEE (Fundação de Economia e Estatística). *De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul-Censos, 1803-1950*. Porto Alegre: 1981. Disponível em: [http://www.fee.tche.br/sitefee/download/publicacoes/digitalizacao/de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf]. Acesso em 13 de maio de 2012.

<sup>162</sup> Fonte: IBGE, disponível em: [http://www.ibge.gov.br]. Acesso em 13 de maio de 2012.

FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1960. 4ª Edição.

<sup>163</sup> Tabela organizada para o texto. Informações retiradas de: FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1960. 4ª Edição. E também do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em: [http://www.ibge.gov.br]. Acesso em 13 de maio de 2012

<sup>164</sup> Ver mapa atual da região do Planalto Médio nos anexos deste texto.

<sup>165</sup> O Planalto, assim como todo extremo sul do Rio Grande do Sul, está localizado em uma região de fronteira, devido a este posicionamento geográfico, os recursos destinados a estas áreas eram de soldos militares e incentivos para a formação de estâncias que garantiriam o povoamento.

condições naturais<sup>166</sup> da região que facilitaram as instalações das estâncias sem que o estancieiro se preocupasse em investir muito em melhorar a qualidade do rebanho. A cobertura vegetal do Planalto se dividia em campos nativos, onde se instalaram as estâncias de gado, e florestas, onde se dava a extração da erva-mate. A agricultura era incipiente e ficava por conta dos pequenos lavradores<sup>167</sup>.

Assim, o Planalto era uma região que mesclava a atividade economicamente predominante da pecuária realizada nos campos nativos, com uma agricultura de subsistência levada a cabo por pequenos lavradores nas áreas florestais menos valorizadas, onde igualmente estava presente a atividade da extração de erva-mate. Esta região, durante grande parte do século XIX, sofria grande isolamento. As estradas eram precárias, o que dificultava a passagem de carretas para o transporte da erva-mate. Neste quadro de falta de infraestrutura, o gado era o menos atingido, uma vez que eram transportados em tropas. As estradas precárias congregadas às condições climáticas do sul impossibilitaram a constituição de uma agricultura comercial baseada em produtos tropicais, cujo destino final seria os mercados europeus do século XIX<sup>168</sup>.

O panorama de relativo isolamento será alterado nos anos finais do século XIX, com a construção da ferrovia ligando São Paulo a Rio Grande, facilitando o escoamento e comercialização dos produtos. Concomitantemente há o início do processo de imigração para a região, ocasionando o comércio e valorização das terras. O comércio de terras se desenvolvia através das companhias colonizadoras, que compravam grandes áreas para venda de pequenos lotes<sup>169</sup>. Os imigrantes desenvolviam a policultura com destaque para o milho, mandioca, batata-inglesa, cana-de-açúcar e a banha de porco. Esses produtos eram produzidos nestas propriedades em escala suficiente para abastecer o mercado regional e nacional<sup>170</sup>. A melhoria dos transportes, aliada à expansão demográfica, foi importante para a expansão agrícola das colônias entre 1890 e 1920<sup>171</sup>.

---

<sup>166</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p. 25.

<sup>167</sup> *Ibid.*, p. 25.

<sup>168</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>169</sup> FRITZ, L. F. F. & MIGUEL, L. de A. 2010, *A importância do Estado na evolução da agricultura no Planalto Médio do Rio Grande do Sul*. Disponível em: [<http://64.233.163.132/search?q=cache:RY62I2xUQTkJ:www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/agricultura-sessao1-1.doc>] Acesso em: 11/02/2011.

<sup>170</sup> Os imigrantes desenvolveram esta estrutura agrária baseada no sistema de policultura até 1950.

<sup>171</sup> Parte desta área pertenceu ao que se chama “colônias novas”, sendo ocupada por migrantes oriundos das “colônias velhas”. Para exemplificar, Ijuí e Erechim, ambos situados na região do Planalto receberam intenso fluxo de colonos tanto estrangeiros como das “colônias velhas”. ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997, p. 79-80.

## 2.2 ENTRE AFETOS E INTERESSES: AS DOAÇÕES DE TERRA A EX-ESCRAVOS NA TRANSIÇÃO PARA A LIBERDADE

Nesta Região se encontram, atualmente, os membros do grupo familiar pesquisado que são, em sua grande maioria, descendentes do casal de escravos João Leocádio e Josefina, cuja fixação no local remonta ao final do século XIX. Segundo relatos, o casal teria sido escravo da família do proprietário de terras Pedro Simão. Após o término do cativeiro, muitos libertos circularam pela região trabalhando em propriedades se deparando com relações de trabalho precárias. Mas o casal permaneceu trabalhando para a família de seu antigo senhor escravista e, em certo momento, teria recebido em doação por Pedro Simão uma parcela de terras com elevado potencial produtivo. Como relata Funé:

Vinicius: Essa terra que a sua falecida mãe morava antes lá em baixo, a Senhora sabe como ela chegou lá, se ela comprou, se ela ganhou?

Funé: Ela ganhou da Nair, que essa irmã mais nova, que ganhou de presente do padrinho dela, o falecido Pedro Simão.

Vinicius: Ah, lá em baixo ela ganhou do Pedro Simão?

Funé: Ela ganhou do Pedro Simão. [...] A Nair ganhou essa terra que ficava lá embaixo. [...] Nós morávamos na Coloninha. [...] E essa ali também era do Simão, aqui também era do Simão, lá onde nós morávamos também era do Simão, daí ele deu pra afilhada dele<sup>172</sup>.

Os mais velhos têm, a partir de seus avós, várias gerações de parentes que vivenciaram a experiência do cativeiro. E os relatos dos membros da Comunidade sobre suas origens remetem, na maioria das vezes, ao final do período escravista. Seus ancestrais foram trabalhadores negros na região do Planalto, moradores de uma parcela de terras recebida por doação pelo seu ex-senhor escravista, após a abolição oficial da escravidão.

Essas narrativas são constituídas a partir de recordações de histórias e casos contados aos entrevistados pelos seus pais e avós. Como apontam Mattos e Rios, os narradores “constroem de maneira coerente uma memória coletiva sobre os significados da experiência da escravidão associada às ideias de violência, torturas, maus tratos e animalização, bem como ao poder senhorial e a seu arbítrio, para fazer o bem ou o mal”<sup>173</sup>. Desta forma Etuino,

<sup>172</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

<sup>173</sup> MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 75.

evocando memórias do tempo do cativo, caracteriza a escravidão como “tempo de sofrimento e de muito trabalho”<sup>174</sup>. Neste sentido, Fúne ressalva que muitos dos “antigos” não gostavam de contar essas histórias e relembra que há muito tempo, sua avó, “contava de cabeça baixa, sentada perto do fogão ao lado da finada mãe” que:

[...] no tempo dos escravos, davam laço pra trabalhar. [...]. Eram castigados, coitados, passavam trabalho. Aquele da perninha fina era pro arado, pra puxar, aquele da perna grossa eles matavam [...]. Os de perna grossa eles matavam. Aquele da perninha fina, canelinha fina, puxar pedra. [...]. Eram os bons de trabalhar. [...] Os de canelas grossas são de rua, são vadios!<sup>175</sup>

Assim, para compreendermos as circunstâncias que envolveram as contínuas expropriações territoriais no Sítio Novo/Linha Fão se faz necessário voltarmos um pouco no tempo e reconstituirmos, ainda que parcialmente, como se deu a primeira doação nos anos iniciais do século XX e a territorialização dos antepassados do grupo nesta área. Para esse empreendimento, torna-se fundamental verificarmos, no processo de transição do cativo para a liberdade, as doações de terra feitas aos ex-escravos da região para assim tentarmos conjecturar os significados da conquista do território para essa família de libertos e posteriormente a sua perda pela terceira geração. Ressalta-se que o texto não tem como intenção quantificar, inventariar testamentos ou , para assim definir padrões dos cativos no período de desagregação do escravismo, mesmo por que o baixo número de fontes pesquisadas não nos permitiria tal pretensão. Os casos que figuram estas páginas são utilizados para ilustrar alguns dos possíveis percursos trilhados pelos negros daquela região nos anos finais da escravidão.

Em 1874 a província do Rio Grande do Sul figura em terceiro lugar na proporção de escravos<sup>176</sup>. Na província havia, portanto, uma população escrava significativa. Os escravos do Planalto Médio estavam espalhados pela região desenvolvendo diversas atividades. Aqueles que trabalhavam nas fazendas poderiam ser “roceiros, “campeiros” ou “domésticos”. Os roceiros desempenhavam a função de “lavradores de subsistência do pessoal da estância”<sup>177</sup>. Os escravos *campeiros* desenvolviam atividades agropastoris e, para os escravos

<sup>174</sup> Entrevista concedida por Etuino da Silva, em 21 de abril de 2008, a Maria do Carmo Aguilar.

<sup>175</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

<sup>176</sup> Conforme dados contidos na tabela I, localizada na página 28 desta dissertação.

<sup>177</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p.156.

domésticos, geralmente mulheres, estavam reservadas as atividades da casa<sup>178</sup>. Os ancestrais dessa coletividade são lembrados como agricultores, tendo desenvolvido atividades agrícolas na “roça” durante a vigência da escravidão.

Etuíno relata que Duca, seu avô materno, fora escravo na região do Planalto Médio e que o mesmo desenvolvia as atividades de lida na roça e abertura de estradas. O avô de Etuíno foi, provavelmente, um escravo *roceiro*. Além das atividades agrícolas, os escravos roceiros, assim como os *campeiros* e os escravos *domésticos*, eram utilizados para outras atividades. O trabalho no campo, na lavoura ou na casa principal da propriedade não representava todas as formas de trabalho exigidas aos escravos. É possível fazer um paralelo com as variadas atividades desenvolvidas pelos cativos da Bahia: de acordo com Fraga Filho, os escravos também poderiam se envolverem em atividades fora da propriedade, como conserto de pontes, aberturas de estradas, dentre outros<sup>179</sup>. E em propriedades que desenvolvia pecuária e agricultura de subsistência, os escravos poderiam ainda desempenhar ambas as atividades. Hellen Osório, em estudo das principais características da estrutura agrária da capitania do Rio Grande do Sul no período de 1765-1825, afirma que:

Mais da metade das “estâncias” [...] eram na verdade estabelecimentos mistos, dedicados simultaneamente à pecuária e à agricultura (especialmente do trigo e da mandioca); uma forte presença de mão-de-obra escrava, não só na agricultura mas também na pecuária e, finalmente, que grande parte dos denominados “lavradores” eram, também, pastores, criadores de pequenos rebanhos de gado<sup>180</sup>.

Nesta direção, Zarth, ao longo do século XIX, observou que em várias estâncias do Rio Grande do Sul não se praticava apenas pecuária, mas também agricultura, o que levava os escravos a desempenhar mais de uma função<sup>181</sup>. Ter duas ocupações parece ter sido o caso de Martinho, morador de Passo Fundo, solteiro, de 26 anos, escravo de João Antonio Alves Rabello, cuja profissão era roceiro e campeiro. Este proprietário, segundo levantamento realizado para esta pesquisa, possuía um plantel de 27 escravos, 8 destes do sexo masculino, sendo que Nicolau era liberto condicional, não constando sua profissão. Conforme consta, havia um ingênuo: Julião. Dos 6 trabalhadores restantes, 2 eram roceiros, apenas um era

<sup>178</sup> .Ibid., p.158.

<sup>179</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

<sup>180</sup> OSÓRIO, Hellen. *Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial*. Disponível em: [<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h4-09.pdf>]. Acesso em 13/05/2012.

<sup>181</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p.156.

campeiro e os outros 3 desempenhavam as duas atividades<sup>182</sup>. Zarth considera 18 escravos um número relativamente alto para as estâncias da região. Para o autor, o Planalto Médio, principalmente devido às características da economia regional, centrada fundamentalmente na pecuária extensiva, tem um índice populacional de escravos abaixo da média da província, destoando de regiões como as charqueadas onde havia um número elevado de cativos<sup>183</sup>.

Os escravos poderiam, ainda, realizar atividades fora do âmbito agropastoril. Percorrendo as histórias contadas “pelos antigos”, Etuíno relata que seu avô, quando não estava na fazenda de seu senhor escravista, trabalhava abrindo estradas. Ele relata ainda que Duca, após abrir estradas a “picão”, pois naquela época, explica Etuíno, “não tinha essa tal patrula, era só picão, que é parecido com uma enxada, só que cumprida, um enxadão”, plantava para si em um pequeno lote. Nas palavras de Etuíno: “Plantava pra si, mas plantava um pouquinho, só para comer mesmo”<sup>184</sup>. Podemos imaginar que o escravo Duca, em momentos de folga, poderia plantar em alguma parcela de terra concedida pelo seu senhor. Esta prática de conceder pequenos lotes de terras para cultivo de roças para consumo, em momentos de folga, vem sendo denominada pela historiografia da escravidão como “brecha camponesa”<sup>185</sup>.

Ao escrever sobre a *brecha camponesa*, Schwartz informa que para diminuir os gastos com a dieta dos escravos e/ou prendê-los a fazenda “pelo amor a propriedade”, o senhor cedia pequenas áreas para que eles plantassem. O cultivo dessas terras era realizado aos domingos e feriados religiosos. A horta destinada para o cultivo do escravo, em diversas regiões do Brasil, significava muito mais do que complemento na alimentação: para o escravo seria a possibilidade de vender o excedente. O resultado dessa venda poderia ser usado na compra de mercadorias nas cidades ou guardado para a compra de sua alforria. Essa “brecha camponesa” por diversas vezes significava uma abertura no sistema escravista, uma forma de melhorar a vida no cativo. Para os senhores, além da diminuição de gastos com a

---

<sup>182</sup> APERS, Ano: 1886 – Processo nº: 53 subfundo Cível e Crime, maço 2, caixa 84, localização estante 2/151-H.

<sup>183</sup> Não é nossa intenção entrar na discussão sobre o tamanho dos planteis de escravos na região pesquisada, e talvez tenha sido por acaso encontrar uma fazenda com um número elevado de escravos, já que se trata aqui apenas de 3 casos dos 39 inventários analisados, impossibilitando formular qualquer tipo de conclusão. Encontramos uma estância com 60 escravos, a já mencionada com 27 e outra fazenda com 20 escravos.

<sup>184</sup> Entrevista concedida por Etuíno da Silva, em 21 de abril de 2008, a Maria do Carmo Aguilar.

<sup>185</sup> Sobre a *brecha camponesa* ver; CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

alimentação, a doação de pequenas áreas para o estabelecimento de hortas ligava o cativo a terra, e isso poderia evitar fugas e desordens<sup>186</sup>.

Percorrendo as ocupações de ex-escravos no período final do cativo, nos deparamos com alguns personagens trabalhando no local onde foram cativos. Permanecer na fazenda agora na condição de liberto poderia ter vantagens, mas também muitas desvantagens. Negociar com os ex-senhores os termos da nova relação de trabalho não seria uma tarefa fácil, uma vez que:

Muitos fazendeiros eram incapazes de imaginar, quanto mais aceitar, o conceito de barganhar com seus ex-escravos. E aqueles que eram capazes disso estavam profundamente pessimistas quanto aos prováveis resultados de uma negociação desse tipo. Seu pessimismo era baseado na suposição- produto de séculos de experiência com a escravidão- de que trabalhadores não trabalhariam, ao menos que fossem castigados<sup>187</sup>.

Como aponta Denise Moura, “a herança cultural paternalista brasileira, associada à violência e às relações personalizadas de poder gerou momentos tensos em meio a esses arranjos”<sup>188</sup>. Alguns documentos pesquisados nos acervos do Arquivo Público do Rio Grande do Sul nos sugerem situações que remetem a este contexto. O liberto José fora protagonista de um desses momentos: “Por que tendo mandado fazer um serviço e ele não quis fazer”<sup>189</sup>. Esta foi a justificativa usada por Jorge Manso Carvalho, para surrar com o cabo de um relho o trabalhador José. No dia 18 de abril 1888, no 4º distrito de Jacuhyzinho<sup>190</sup>, José apresentou-se a casa do subdelegado de polícia, “pedindo justiça” por ter apanhado. Esta situação mostra a resistência à opressão pela busca do aparato do Estado. A demarcação de territórios quilombolas, contemporaneamente, é, portanto, outra forma de ação sobre o aparelho do Estado (o Direito), mas não propriamente uma novidade na luta dos negros.

O liberto José tinha 20 anos, era negro, solteiro, natural da província de Rio Grande de São Pedro e filho de Mancila. Era lavrador e estava contratado na propriedade dos herdeiros de seu ex-senhor Anastácio P. Carvalho, onde também residia. Mas o que levou José a ficar na estância após sua alforria? Sabemos que sua irmã mais nova, ainda era escrava naquela

<sup>186</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.p. 100.

<sup>187</sup> ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo 1888-1988*. Bauru:EDUSC, 1998, p. 84.

<sup>188</sup> MOURA, Denise A. S. de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: CMU, 1998. p. 100.

<sup>189</sup> APERS, Subfundo Vara Cível e Crime, localidade Passo Fundo. Ano de 1888, Processo n°: 1577, maço 31, localização estante 118.

<sup>190</sup> Este distrito passará a ser denominado de Carazinho.

fazenda e de acordo com Castro, para os escravos, ao menos no meio rural, a família foi um pressuposto básico para o trânsito entre escravidão e liberdade. Desta forma, a alforria enquanto objetivo, raramente figurava como um projeto exclusivamente individual. E este trânsito só estaria completo quando todo o grupo familiar se libertasse dos elos que os prendiam ao cativo. Nesta situação, meio do caminho entre escravidão e liberdade, encontravam-se inúmeros grupos familiares<sup>191</sup>. Sob a perspectiva senhorial, esta situação bem gerenciada, poderia render por um lado escravos de “confiança” e, por outro, dependentes leais. Filhos, irmãos, netos ainda sob o jugo do cativo “prendiam os dependentes forros a seus ex-senhores muito mais que possíveis sentimentos de gratidão e lealdade. Nestes casos, como se viu a reescravização não chegava a ser incomum”<sup>192</sup>. Assim, a permanência de José no local onde conheceu o cativo pode ser explicada mais pela condição escrava de sua irmã do que por possíveis laços de gratidão, porém, não podemos descartá-los.

A atividade principal da fazenda era a pecuária e José exercia a função de lavrador. Osório afirma que os lavradores também poderiam ser pastores e criadores de pequenos rebanhos e gado<sup>193</sup>. Pastorear o gado talvez explique a presença de José no campo. Em uma semana qualquer do mês de abril de 1888, os trabalhadores da estância acompanhados de Jorge Manso Carvalho estavam reunidos no campo, concentrados em uma das atividades da fazenda, os rodeios. Os rodeios eram grandes atividades das estâncias, de acordo com Farinatti, a palavra assumia um duplo significado, era:

O lugar específico para reunir o gado que estava aquerenciado; e fazer ou para “rodeio” que significava partir com um número suficiente de trabalhadores e reunir, no lugar de mesmo nome, todo o gado que pastava nos arredores daquele local. Nessas ocasiões o gado era reconhecido, contado e podiam-se realizar curas em feridas e bicheiras<sup>194</sup>.

Já passavam seis dias que José e seu patrão Jorge estavam no campo e o liberto não teria visto uma “ponta” de gado, deixando, com isso, de toca-la para rodeio. A falta de atenção do empregado e a sua recusa em terminar o serviço parecem ter sido os motivos da

---

<sup>191</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>192</sup> *Ibid.*, p. 194.

<sup>193</sup> APERS, Subfundo Vara Cível e Crime, localidade Passo Fundo. Ano de 1888, Processo n°: 1577, maço 31, localização estante 118.

<sup>194</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. p. 291.

agressão ocorrida, após terem voltado para sede da fazenda. Já dentro da casa, José foi encurralado por Jorge. José teria tentado pedir ajuda, mas tomara uma pancada na cabeça e caíra no chão, onde teria sido surrado com um cabo de relho<sup>195</sup>. Para além dos ferimentos causados, havia ainda implicações simbólicas.

O relho era um dos instrumentos utilizados para castigar escravos. Espancar um liberto com este instrumento aviltava-o pela aproximação com a escravidão e o inferiorizava perante a sociedade. Ainda que não obtivesse sucesso, José respondeu à agressão com uma denúncia a polícia. Importa-nos menos saber se Jorge fora condenado e mais as implicações decorrentes da permanência de José nesta estância, agora sob condição de liberto, bem como, os limites da autoridade de Jorge sobre seu ex-cativo. Ao negar cumprir uma ordem que, talvez considerasse “injusta”, José poderia estar fazendo uso da sua condição de trabalhador livre, ainda que Jorge não a reconhecesse totalmente. Desta forma:

A liberdade, mesmo já tendo sido declarada e lavrada, não significava pois para o sujeito que a tinha conquistado, uma condição definida e a essa conquista não correspondiam direitos absolutos. Muito pelo contrário, ela apenas inaugurava uma maneira particular de se disputar a força de trabalho. O conflito movido pelo desejo de dominá-la permanecia. Apenas o lugar do negro na sociedade e seus direitos é que estavam sendo redefinidos.<sup>196</sup>

Episódios de violências sofridas pelos ancestrais não foram relatados pelo grupo em questão. Como já mencionado, as narrativas das atrocidades, de um modo geral, se constituem como histórias genéricas, associadas a personagens sem maiores vínculos aos ancestrais dessa coletividade. Como a história de Dominga da Lata, uma escrava “bem pretinha”, que teria vivido em uma fazenda no distrito de Jacuízinho, escrava de Horalina Borges. Nesta fazenda, de acordo com relatos, os resquícios da escravidão, até meados da década de 1950, ainda poderiam ser encontrados. A visão das correntes, cadeados, restos de tarimbas onde dormiam os escravos e o galpão parcialmente destruído, funciona como elemento recuperador das memórias acerca dos suplícios sofridos pelos escravos na época do cativo. Assim:

---

<sup>195</sup> APERS, Subfundo Vara Cível e Crime, localidade Passo Fundo. Ano de 1888, Processo n°: 1577, maço 31, localização estante 118.

<sup>196</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/ UNICAMP, 1996 (Coleção Campiniana), p.90.

Reportar como relativas a terceiros as situações mais degradantes e as experiências mais brutais referidas à experiência do cativo é uma prática que provavelmente está simplesmente recuperando, como arquétipo, experiências reais, vividas parcialmente por todo e qualquer cativo. [...] como em todo o processo de memória coletiva, os episódios narrados são tão importantes quanto aqueles que são esquecidos<sup>197</sup>.

De modo geral, há uma recorrência na memória local em remeter à doação informal ocorrida no início do século XX. A constituição de territorialidade negra na região do Planalto a partir de doação de terras para escravos e ex-escravos pode ser encontrada enquanto ainda vigorava o cativo. Pesquisando os testamentos de Passo Fundo<sup>198</sup> nos períodos de 1871 e 1890, localizamos um total de 24 documentos, distribuídos em 2 caixas, nos quais 2 Testamentos constam doação de terra a escravos e libertos, 2 documentos constam doações de uma quantia em dinheiro ou em gado e outros 8, constam alforrias de escravos. No que tange às alforrias declaradas em testamento, 4 delas são condicionadas. Para Xavier, a situação dessas pessoas, libertas sob condição:

[...] era de uma ambiguidade desconcertante. Não podiam mais ser objeto de comércio [...]. Se já não podiam ser comercializadas por não serem mais cativas, podiam, por outro lado, ter seus serviços negociados. Agora não era ela própria a ser alienada, mas o seu trabalho. Uma diferença tão sutil traria para a arena dos debates a questão do direito do senhor de transferir a terceiros o direito que tinha sobre o trabalho do liberto<sup>199</sup>.

Em 1874 na localidade de Passo Fundo a escrava Luiza de aproximadamente 45 anos e seus filhos Sebastião de 13 anos, Simão com 9 anos, Eleutério de 4 anos, o ingênuo Juvêncio de 1 ano e, por fim, Justina de 6 anos, foram alforriados sob condição, pelo casal de senhores Maria Angélica de Barros<sup>200</sup> e Cezário Antonio Lopes. A mãe e seus filhos só poderiam gozar da liberdade após a morte do casal.

---

<sup>197</sup> MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós- abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 53.

<sup>198</sup> Para Soledade não foram localizados Testamentos.

<sup>199</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/ UNICAMP, 1996 (Coleção Campiniana), p.85.

<sup>200</sup> APERS. Série Testamentos, Subfundo provedoria, Comarca de passo fundo, ano 1874, número 59, maço 2, estante 117.

Não é nossa intenção fazer uma discussão aprofundada sobre as liberdades condicionais, para aprofundamento da temática sugerimos;

BELLINI, Lígia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de Alforria. In: REIS, João José (org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp. 73-86.; EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e*

Cruzamos com esta família escrava novamente em 1883 quando da abertura do testamento de Cezário Antonio Lopez que, ao relatar ser viúvo, alforria sem condição alguma seus escravos. Ele deixa ainda “a invernadinha nas proximidades do valhinho” a um filho de Luiza, liberto de nome Geraldo<sup>201</sup>. No documento não consta a idade de Geraldo e, no testamento de Maria Angélica, ele não aparece na relação de filhos da escrava, o que nos leva a pensar que em 1874 ele poderia já estar em liberdade, ou ainda, não ter nascido. Seja como for, Luiza e seus filhos tiveram que passar por um espaço de tempo em suspensão sem poder, de imediato, gozar plenamente suas liberdades.

A família continuou, durante 8 anos, subordinada no seu cotidiano, ao ex-senhor. Voltando à abertura do testamento, outros bens do casal foram distribuídos a outros escravos. Para a escrava Justina foi deixada uma casa e terrenos na Rua do Comércio. Porém, a dita escrava só poderia usufruir dos bens após a morte de Maria Lopes do Amaral, sobrinha do casal. Aos demais escravos foi doado como patrimônio o Sítio “do Malto”. Os escravos de Joaquim Roberto Martins e Anna Emilia de Quadros receberam terras no Quarto Distrito de Jacuhízinho, termo da Vila de Passo Fundo. No testamento, com data de 1874, foi informado que:

Declaramos todos os nossos escravos libertos, a saber depois do falecimento de eu, minha mulher e nosso filho Firmino, ficará para auxílio dos mesmos escravos a nossa casa de morada, com o campo do capão do João para cima até fazer divisão com os campos do nosso compadre Antonio Pereira de Quadros<sup>202</sup>.

Ainda no ano de 1882, no distrito do Bugre Morto, José, escravo de José Joaquim Medeiros, acompanhado de Manoel Bento de Souza, Bento Manoel da Silva, Zeferino José C., Albino da cunha Guimarães, Evaristo Machado da Silva, Manoel Braga, todos testemunhas do ocorrido, vão até o cartório relatar que momentos antes da morte ocorrida em 9 de agosto, José Joaquim Medeiros fizera um testamento de viva voz no qual o deixou

---

XIX. Campinas: UNICAMP, 1989.; XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1996.; GRINBERG, Keila. Re-escravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp. 101-128.; CHALHOUB, S. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: *História Social*. Campinas: IFCH/UNICAMP, n° 19, pp. 19-32, 2010. Disponível em: [<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315/271>]. Acesso em 15 de outubro de 2011.

<sup>201</sup> APERS. série Testamentos, Subfundo provedoria, Comarca de passo fundo, número 64, maço 02, estante 117, 1883.

<sup>202</sup> APERS, Testamentos, Passo Fundo, Provedoria, maço 2, processo 57, estante 117, 1874.

liberto sem condição alguma, diante das testemunhas, constituindo-se assim como a sua última vontade<sup>203</sup>.

As relações entre senhor e escravos nas cartas de liberdade são ambíguas. Apesar de boa parte dos testamentos analisados conterem doações ou alforrias condicionadas, há casos de alforrias e doações que não parecem ter sido “motivadas pelo desejo de controle social, ou de extrair desses escravos o máximo de produtividade”<sup>204</sup>. Elas poderiam ter sido motivadas por algum tipo de reconhecimento. Para Ligia Bellini as cartas de alforrias justificadas “pello dinheiro e pello amor de deos” sugere uma mentalidade senhorial que opera de modo diferente da atual, na qual amor e dinheiro poderiam ser fatores quase que complementares<sup>205</sup>.

Deslocar-se ou permanecer nas fazendas? Ao término da escravidão esta deve ter sido uma entre tantas questões que permeavam os pensamentos dos libertos. Para muitos deles, a migração significou o distanciamento do passado escravista. Um alargamento da sobrevivência fora dos locais onde conheceram o cativo<sup>206</sup>, como aponta Andrews:

Embora inegavelmente importante, os salários parecem ter sido uma consideração quase secundária, colocada de lado pela questão mais premente das condições de trabalho. A principal preocupação dos libertos era colocar o máximo de distância possível entre eles próprios e sua antiga posição de escravos, e garantir que suas novas condições de emprego teriam a menor semelhança possível com sua antiga servidão. Para muitos homens e mulheres libertos, isto significava não aceitar emprego nas plantações onde haviam sido escravos<sup>207</sup>.

Deixar as plantações onde conheceram o cativo, fossem eles homens ou mulheres, foi uma tentativa de não “continuar sujeito aos interesses da elite branca devido ao seu passado ou sangue escravo”<sup>208</sup>. Com o término da escravidão o liberto Duca migrou pela região do Planalto Médio. Além do que já foi exposto, esta migração poderia ainda ser uma condição imposta a ele, pois, ao mesmo tempo em que imigrantes europeus afluíam à região

<sup>203</sup> APERS, Testamentos, Passo Fundo, Provedoria, maço 2, processo 63, estante 117, 1882.

<sup>204</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/ UNICAMP, 1996 (Coleção Campiniana), p. 84

<sup>205</sup> BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de Alforria. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 85

<sup>206</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 314.

<sup>207</sup> ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo 1888-1988*. Bauru: EDUSC, 1998. p.87

<sup>208</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. p. 227.

como parte do incentivo estatal ao desenvolvimento de pequenas propriedades agrícolas<sup>209</sup>, uma parcela considerável de ex-cativos ingressava no mundo da liberdade desprovidos de qualquer suporte senhorial ou projeto estatal que possibilitasse sua territorialização. Se migrar foi uma estratégia do liberto Duca para se distanciar do local onde conheceu o cativo ou uma imposição, não podemos precisar, pois a partir desse ponto sua trajetória se torna bastante lacunar em termos de fontes de estudo. O liberto Leocádio, avô de Fúne, também se distanciou do local onde conheceu o cativo, conforme relato:

O finado meu avô era o falecido Leocádio [...]. O finado Leocádio, ele era de Pelotas, de Pelotas, do negócio da “revolta dos quilombolas”... Ele ficou perdido, não achou mais a querência dele aí, daí ele casou com a finada Josefina, a Josefina é nossa vovó, né, casou e ficou<sup>210</sup>.

Seja como for, tanto os que migraram quanto os que permaneceram nas fazendas exigiam a extinção dos aspectos mais perniciosos da escravidão. Andrews postula que os libertos de São Paulo reivindicavam a retirada das mulheres e crianças do eito e o fim dos chicotes portados por capatazes e feitores. Exigiam, ainda, a remoção das trancas das portas dos barracões onde habitaram na condição de escravos. Quando possível os ex-escravos abandonavam esses barracões para viverem em cabanas ou choças individuais situadas longe do olhar e da supervisão direta dos fazendeiros<sup>211</sup>. Nesta direção, Castro informa que decidir ficar não significava a concordância em manter as mesmas condições de trabalho dos tempos do cativo, acrescido apenas de remuneração. Eles esperavam no mínimo mudanças significativas nas questões disciplinares em que se desenvolviam os serviços: “enterrar a palmatória e o vergalho poderia fazer pouco sentido para os ex-escravos, se não substituísse também o administrador que os usava”<sup>212</sup>.

Ao contrário de Duca, a liberta Josefina permaneceu na fazenda. Ficar no local onde conheceram o cativo foi uma alternativa que esta família encontrou. É possível cogitar que o pai de Josefina analisou outras possibilidades. Sabemos que as alternativas foram limitadas, porém não significa dizer que elas não existiram. Mas, o que levou a família a ficar? A esta pergunta não conseguiremos responder. Por outro lado, podemos conjecturar que ao fazer a

<sup>209</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p.77.

<sup>210</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

<sup>211</sup> ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo 1888-1988*. Bauru: EDUSC, 1998. p.88.

<sup>212</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 292

escolha, eles tiveram que considerar, como apontam Mattos e Rios para os casos do velho Vale do Paraíba, a capacidade de acessar recursos que os possibilitassem realizar outros aspectos da vida em liberdade, como: família, maior controle sobre o ritmo e o tempo de trabalho que insidiam sobre seus corpos; negociações acerca das condições dos contratos a serem firmados, ainda que verbalmente, dentre outros<sup>213</sup>, e ainda, o tipo de relação que se tem com o proprietário transformado em patrão.

Não podemos precisar como eram as relações entre essa família e Pedro Simão. Funé, afirma que “ele era dos morenos [...] era alemão puro, mas era do lado dos morenos”<sup>214</sup>. A frase parece remeter a relações amistosas. Porém, ao falar que ele “era dos morenos” ela talvez não queira exatamente dizer que Pedro Simão se pautava por relações pessoais e de trabalho harmônicas e isentas de autoritarismo, mas sim pelo fato dele dar trabalho e dialogar com a família negra, de incluir os negros em seu leque de relações de trabalho e dependência, o que talvez outros proprietários não fizessem.

Na edição de 13 de maio de 2011, o jornal Gazeta da Serra do município de Sobradinho, em reportagem de título “Tradição negra gera renda para Quilombolas”<sup>215</sup>, ao narrar aspectos da trajetória dos ancestrais desse grupo negro, constrói-se um Pedro Simão, citado como grande proprietário de escravos do Centro-Serra, perseguidor dos ancestrais do grupo. Este proprietário, segundo jornal, chegou a esconder seus cativos em momentos de intensas fugas<sup>216</sup>. Não temos como intenção nos pautar por uma polarização entre o “bom senhor” e o “mau senhor”. Caracterizamos relações ambíguas tais como práticas “benéficas” ao grupo, como permitir acesso a terra e, por outro lado, práticas “terríveis” como o uso intenso do autoritarismo, dentre outras, como parte do jogo paternalista de dominação<sup>217</sup>.

Pedro Simão era padrinho de Nair, neta de Josefina e Leocádio, e antes de se mudar para o Paraná teria doado informalmente a terra onde parte do grupo reside. Não sabemos

---

<sup>213</sup> MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria L. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: *Topoi*, volume 5, no. 8, January-June 2004. pp. 170-198.

<sup>214</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

<sup>215</sup> Disponível em [\[http://www.gaz.com.br/gazetadaserra/noticia/277866-tradicao\\_negra\\_gera\\_renda\\_para\\_quilombolas.html\]](http://www.gaz.com.br/gazetadaserra/noticia/277866-tradicao_negra_gera_renda_para_quilombolas.html). Acesso em 03 de março de 2012.

<sup>216</sup> O jornal não cita fontes de onde foram retiradas tais informações. Entramos em contato via email, para tentar obter maiores informações, o jornal respondeu informando que tentaria mandar maiores informações, bem como a fonte, porém os mesmos não foram enviados.

<sup>217</sup> Para João José Reis a ideologia paternalista nasceu “de relações localizadas de poder no microcosmo social em que se confrontavam escravo e senhor, esse paternalismo senhorial se aproxima de um tipo de hegemonia político-ideológica e cultural. Era sistema de controle e dominação de classe.”. In: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.322. Desta forma, o paternalismo enquanto ideologia da classe senhorial era interpretado pelos senhores como ato benevolência e tido como conquista pelos escravos.

qual a intenção de Pedro Simão ao doar a terra para esse grupo negro, porém cabe lembrar que a prática de conceder pequenos lotes ou áreas nas extremidades da propriedade para que agregados estabelecessem “postos” foi recorrente durante a escravidão, como também em períodos posteriores.

Para Zarth, essa prática consistia em um mecanismo de defesa das áreas limítrofes da fazenda e no fornecimento de mão de obra barata e alimentos<sup>218</sup>. Nesta direção, Eisenberg afirma que aos proprietários era interessante a manutenção de uma população dependente em suas propriedades. Esse contingente poderia ser utilizado tanto para fins econômicos, sociais, político e, por vezes, até militares. Os grandes proprietários lançavam mão de vários mecanismos. Eles usavam até os “vínculos patrimoniais para prender o elemento nacional que em troca gozava de relativa estabilidade de suas condições de vida, a acomodação encontrada no plano econômico-social”<sup>219</sup>.

Neste sentido Castro afirma que doações de terras ou sua venda a preços irrisórios para os libertos foi uma estratégia utilizada pelos senhores para ascender moralmente sobre seus escravos e criar um corpo de dependentes, sobretudo em momentos finais da escravidão cujo temor era de uma possível falta de trabalhadores desencadeada pela crise do sistema escravista<sup>220</sup>. Para os negros, o que estava em jogo era a utilização desses laços para melhorar a sua própria situação. Possuir ligações com os influentes proprietários poderia ser um importante passo para a estabilidade do acesso a terra, proteção e ascensão social, confluindo na busca de autonomia e reconhecimento.

No entanto, a dinâmica daí advinda não necessariamente se dava sem conflitos entre os polos opostos. A família pesquisada possivelmente continuava a depender do trabalho para Pedro Simão, mesmo possuindo terras próprias, mas é possível que a memória da comunidade, em um contexto de pleito fundiário, tenha trabalhado no sentido de construir uma imagem do Simão mais positiva<sup>221</sup>, já que ele faz parte do mito fundador do território, em oposição ao expropriador Elibio Heringer, como veremos no item 2.4 desta dissertação.

---

<sup>218</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p.169

<sup>219</sup> Entretanto, havia gente livre que não se prendia por esses laços patrimoniais. EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989. p.234.

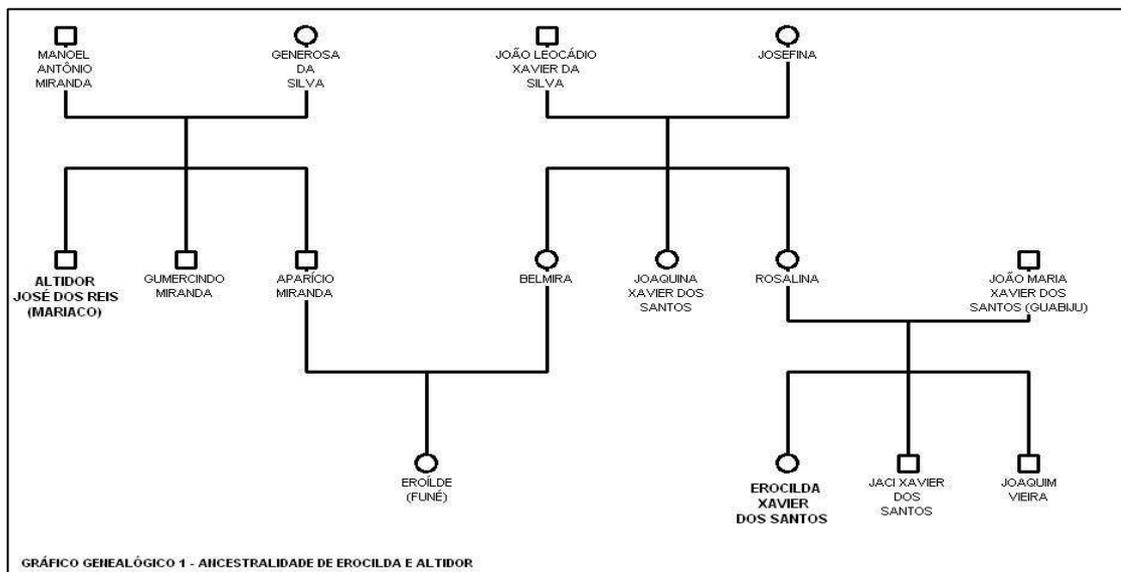
<sup>220</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>221</sup> Mattos e Rios apontam os silêncios como forma de possibilitar construir uma memória e identidade socialmente positiva. MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós- abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

### 2.3 A VIDA NO SÍTIO NOVO/LINHA FÃO

Situado a cerca de 30 quilômetros da área central do município de Arroio do Tigre, as margens do rio Caixões, o Sítio Linha/ Fão abriga aproximadamente 20 famílias, em torno de 100 pessoas, numa área de 5.000ha<sup>222</sup>. As famílias que lá residem são, em boa parte, descendentes de trabalhadores negros que conheceram o cativo naquela região, na propriedade de Pedro Simão. A figura, abaixo, mostra a composição das primeiras famílias residentes no território:

**Figura 2: Genealogia das primeiras famílias moradoras no Sítio Novo/Linha Fão<sup>223</sup>**



A comunidade Sítio Novo/Linha Fão foi certificada pelo INCRA como remanescente de quilombos em 2007. Desde então tem ocorrido algumas melhorias na condição de vida do grupo. Todas as crianças foram encaminhadas à escola, há o oferecimento de alguns cursos e oficinas que visam aumentar a renda dos moradores, além da melhora na infraestrutura da comunidade, como aponta Funé:

Agora a pouco tempo que nós começamos a fazer pra nós, né, aí depois veio esse negócio dos quilombolas... Fizeram essa montoeira de pedra ali, não aprontaram, daí nós ganhamos essas tábuas pra emendar essa casa aqui, aí fomos arrumar porque era

<sup>222</sup> Fonte: INCRA, disponível em [<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>]. Acesso em 15 de fevereiro de 2012.

<sup>223</sup> Genealogia desenvolvida em 2008 pela equipe de pesquisa durante a elaboração do Relatório Sócio-Histórico Antropológico de Rincão dos Caixões.

ruim, não é, daí arrumamos aqui, vieram os banheiros, fizemos o galpão [...] e estão construindo um salão pros quilombolas, trabalhar<sup>224</sup>.

O grupo familiar tem na agricultura a principal fonte de renda: eles plantam milho, batata, aipim dentre outros, e ainda se dedicam ao artesanato, aperfeiçoado em cursos e oficinas, que vendido em feiras da região complementam a renda do grupo. A produção de artesanato não é uma novidade nesta comunidade, está entrelaçada ao passado do grupo. Alguns “truncos velhos”, como o João Maria Guabiju, pai de Erocilda e tio de Funé, se dedicava à confecção e venda de cestos de taquara e cipó além da lida na terra. Desta forma ele desempenhava dois papéis sociais: o de artesão e o de agricultor. O território não é totalmente autônomo e alguns membros precisam trabalhar como “sócios” ou “agregados” nas fazendas da região. Em abril de 2012 iniciaram-se os estudos que visam à elaboração do relatório sócio-histórico antropológico, uma das etapas para a titulação do território pelo INCRA<sup>225</sup>. Abaixo a imagem feita no Sítio Linha Fão. Todos na foto pertencem à parentela do grupo e são representantes da 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> geração dos libertos fundadores desta coletividade<sup>226</sup>.

---

<sup>224</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

<sup>225</sup> Os relatórios técnicos visam processos de titulação de “comunidades remanescentes de quilombos” são instrumentos que destinam a apreender aspectos étnicos, históricos, sociais e econômicos do grupo. Esses relatórios instruem procedimentos administrativos e judiciais que visam o reconhecimento dessas comunidades.

<sup>226</sup> Comunidade Quilombola do Sítio Novo/Linha Fão recebendo visita de Erocilda e da equipe de pesquisa. Foto retirada pelos pesquisadores em 2008.

Fotografia 1: moradores do Sítio Novo/Linha Fão<sup>227</sup>.



Conforme mencionado anteriormente, Pretinha tem 101 anos e sua irmã, Funé, 91 anos. Ambas nasceram neste território. Desta forma, em meados de 1910, a doação já havia sido feita. Elas nos explicam que quando seus avós chegaram à região, ainda na escravidão, era tudo mata virgem, e que foram eles que abriram as primeiras picadas. Neste sentido, Etuino rememora que no tempo do cativo seu avô, trabalhava abrindo estradas na mata.

O território do Sítio Novo/Linha Fão fazia parte desse mato. As moradias das famílias eram simples, feitas de taipas, barro, pau a pique, com telhado de capim ou de vassoura. A mão de obra utilizada para a construção das casas era familiar. Todo o material necessário para essas construções era retirado da mata: galhos de árvores, paus, ripas e os cipós que entrelaçados faziam uma espécie de grade que prenderia o barro, utilizado para fechar os espaços vazios. Como aponta Oralina:

Aqui era mato [...] Mato virgem. Era pra lá a minha morada, lá e eu tive que voltar pra fazer a morada com um pouco de capim e outro pouco de barro e ali nós fomos

<sup>227</sup> Fonte: COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA 11ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Relatório Final (Decreto Nº 4.887/2003 E In/Incrá Nº 20/2005) Comunidade Quilombola Do Rincão Dois Caixões – Jacuízinho/RS*. SALAINI, Cristian Jobi; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; FONTOURA, Luiz. p.13. Dentre os adultos, Oralina Fernandes da Silva, é a quinta pessoa da esquerda para a direita. Edoilde Xavier da Silva, conhecida como Funé é a sétima e Erocilda aparece sentada.

indo e fomos fazendo [...] Fazia a casa, era a gente que fazia [...] Bota um pau assim ó e bota os outros paus assim, desse lado [...]. E ali nós íamos indo. Eu trepava numa casa, eu cobria de capim e depois quando tava pronta eu dizia, eu mandava o meu marido que morreu, lá de baixo, mandava olhar de que jeito ficou, né, dava uma olhada de lá pra vê o se caía lá em baixo, mas se não caía, daí estava bom [...] E nos criamos dentro de uma casa de capim<sup>228</sup>.

O barro amassado também era utilizado para dar o acabamento, aplicado nas paredes internas e externas, que também serviria para fortalecer a edificação. A cobertura retirada da mata poderia ser de capim ou capim-vassoura. Neste grupo, a transmissão da terra se dá após os filhos adquirirem matrimônio. Desta forma, o ritual de construção das casas se repete quando do casamento dos filhos. Era a vez de eles construírem suas casas no terreno designado, onde também plantariam para o sustento da família adquirida. Estas práticas se aproximam do universo das comunidades camponesas de Sergipe pesquisada por K. Woortmann, onde:

Um *sítio* é idealmente ocupado por uma família nuclear; no entanto, quando um filho está próximo da idade de se casar, é preciso selecionar para ele um espaço próprio. [...]. Quando a terra é suficiente, destina-se ao filho em via de casar um *chão de morada* no interior do próprio *sítio* paterno; espaço esse em que será erguida a nova casa, assim como um *chão de roça* para seu uso específico, onde o jovem irá produzir para si mesmo, em vista de sua futura condição de *chefe de família*<sup>229</sup>.

Do mato também se coletavam as ervas que eram utilizadas para diferentes fins, um deles seria o preparo de chás medicinais. O conhecimento acumulado por essa coletividade, através de séculos de intensa e estreita relação com a mata, desempenha papel importante para a sobrevivência: em momentos de conflito, complemento da alimentação e para as práticas de cura que se davam através da coleta de plantas utilizadas como base para medicamentos caseiros. Tais práticas evidenciam uma simbiose prática e simbólica estabelecida por esta família com a mata do entorno.

São recorrentes nas narrativas as memórias dos xaropes criados por Altidor. Segundo familiares, era ele quem manuseava as ervas e preparava os chás medicinais utilizados pela

<sup>228</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

<sup>229</sup> WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 218.

comunidade. De acordo com relatos, até pessoas de fora da coletividade apareciam para as benzeduras e recebimento dos vidros de remédio distribuídos gratuitamente por ele. Através do cultivo e do extrativismo na mata, Altidor adquiria suas plantas e as transformava em medicamentos caseiros. Neste período, os cuidados de saúde eram realizados nas próprias casas, e os entrevistados mais velhos cresceram se utilizando desses medicamentos, preparados à base de plantas. É incomum, em seus relatos, aparecerem memórias de idas ao médico.

María do Carmo: E de onde é que o Sr. Altidor tirava esses xaropes?

Etuíno: Ah, ele saía a campear aí, no mato, nos campos [...]. De primeiro essas pessoas antigas não iam em doutor, um monte de filhos e era só chá caseiro, chá de ervas, né. Mas eu mesmo, eu to com 47 anos, doutor, negócio de médico, até hoje eu não... Não sei... Que a gente já tomava mais chá de ervas e coisa, nós fomos criados tomando esses xaropes... Igual tomam hoje, tudo que é remedinho, hoje, nós não, nos dava qualquer coisinha, a mãe já tava fazendo chá de ervas e tomava<sup>230</sup>.

“Campear o mato” era uma das formas de obtenção das raízes, ervas e plantas medicinais utilizadas na terapêutica local. Com a derrubada de grande parte do “mato” para abertura de estradas, plantio de trigo e soja, dentre outros, as hortas com tais plantas curativas inundaram os pátios das casas. Na atualidade, as ervas, seja para a ingestão, inalação ou aplicação, ainda são utilizadas pelo grupo, porém, elas funcionam como primeiros cuidados e não mais como o único cuidado de saúde. O complemento da alimentação ou o sustento da família em momento de escassez de alimentos cultiváveis também poderia vir da mata, como aponta Nildo:

E pegavam os filhos e ia pros matos, ia pegar fruta pra comer, por que não tinha o que fazer pra comer né, as coisas crioulas da lavoura. Os antigos, eu, eu cheguei a escutar os casos dos antigos que contavam, de primeiro, nos tempo dos antigos, pegavam os filhos e iam pros matos comer pitanga, comer guabiroba, cereja, de tudo quanto era fruta que tinha no mato, vinha a família com a barriga cheia pra casa<sup>231</sup>.

Essa configuração paisagística também servia de refúgios. São muitas as narrativas de fuga para o mato em momentos de conflitos. Algumas memórias remetem ao tempo do

---

<sup>230</sup> Entrevista concedida por Etuíno da Silva, em 21 de abril de 2008, a María do Carmo Aguilar.

<sup>231</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes á María do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

cativeiro, onde o mato era usado, muitas vezes, como forma de proteção, esconderijo que abrigava os ancestrais dessa coletividade. Outras revelam a participação do grupo em alguns acontecimentos da região, onde os fatos históricos passam a ser contados sob a ótica das pessoas comuns. As narrativas relatam a percepção do grupo acerca destes eventos. Os primeiros relatos nos remete a “batalha do Fão”<sup>232</sup>, ocorrida nas primeiras décadas do século XX.

A batalha ou combate do Fão foi um conflito armado ocorrido às margens do rio Fão em Soledade. Esta batalha faz parte de um dos vários episódios decorrentes da “Revolução Constitucionalista” no Estado. Iniciada em 1932, essa “revolução” era uma reação contra o governo de Getúlio Vargas e uma defesa da Constituição e da democratização do país. Iniciada em São Paulo, logo as manifestações ganharam o apoio de estados como Minas Gerais. No Rio Grande do Sul houve cisão da oligarquia. De um lado os apoiadores dos paulistas, liderado por Borges de Medeiros e por outro, Flores da Cunha liderando os apoiadores do governo central de Getúlio Vargas. O município de Soledade que se posicionou a favor do movimento liderado pelos paulistas virou um palco de disputas. Em 13 de setembro ocorreu o confronto armado dos grupos rivais as margens do rio Fão, desenhando, o que seria a batalha do Fão<sup>233</sup>.

Funé rememora o combate do Fão, a partir das narrativas de seu pai. Não sabemos a posição do grupo nos embates ocorridos, sabemos apenas que o conflito teria obrigado os homens dessa coletividade a fugir para o mato, enquanto as mulheres, além de dar todo apoio necessário para seus companheiros atuando como informantes, davam conta dos acontecimentos da região, tornando-se chefes, ainda que temporariamente, das famílias. As memórias reconstituídas nos dão pista da importância e dos usos que eles faziam da mata que os rodeava:

Funé: O falecido Felipe, o falecido Martílio, o falecido Aparício, o meu pai [...] São todos falecidos, né, mas era desse tempo, né, do tempo dessa guerra lá do Fão, de Soledade, lá de Soledade. [...]. Nós aguentamos, aguentamos nesse tempo dessa guerra, nós aguentamos tudo, a mãe fazia panelinha de bóia e levava pro mato... É,

---

<sup>232</sup> Não podemos precisar qual foi a participação de membros do grupo neste conflito, as narrativas são lacunares neste sentido e apontam apenas indícios. De acordo com os moradores mais velhos, seus pais e avós teriam ainda participado da “guerra das espadas”, anterior a “guerra dos monges”. Na memória do grupo teria sido uma guerra grande que mobilizou soldados de outras regiões. A “guerra dos monges” ou movimento messiânico dos monges barbudos, ocorrido em Soledade entre 1935 e 1938, será abordada a seguir.

<sup>233</sup> SOUZA, Leodete Dall’agnol de Souza. *Combate do Fão*: Soledade RS. 2008. 90 f. Monografia (Graduação) Curso de História, Universidade de Cruz Alta: Unicruz, 2008.

pro mato, levava lá pro falecido meu pai, nós éramos tudo pequenos. [...] Era coisa mais triste<sup>234</sup>.

Aparício Miranda era filho do casal de ex-escravos João Leocádio e Josefina e pai de Funé e Oralina. De acordo com relatos, ele teria sido da policia: “O meu pai ele era, ele era autoridade, né, autoridade, ele prendia [...] ele era, ele era polícia [...] pegava as pessoas e prendia”. Enquanto policial, é provável que Aparício Miranda tenha se posicionado em uma das partes do conflito. As irmãs relembram as estratégias de seu pai para não ser apanhado, quando precisava fazer contato com a família, como aponta Funé:

Meu pai vinha pra falar com a mãe, ele atirava uma pedrinha assim, a minha mãe já sabia que era ele, aí ia lá e levava... Então tinha um cavalo e um cachorro, então quando ele via... O pai já montava o cavalo e já... Mais pro centro do mato, não tinha como pegar e nunca puderam pegar ele<sup>235</sup>.

Sob a perspectiva do grupo se reproduz os momentos finais da “batalha do Fão”. Sempre caracterizando o conflito como um momento triste e delicado, uma vez que aos envolvidos nesta batalha ficava a incerteza do retorno para as suas famílias:

E foram pra [...] guerra lá no Fão. E o Fão de Soledade é na cabeceira desse rio, desse rio aqui... Nessa cabeceira desse rio. Então daí... Era coisa mais triste [...]. Os outros vinham no beiral em cima, quando se preparava lá, os outros, fogo neles, e vai pro chão, vai pro chão. Sobrou muito pouquinho gente, tiroteavam... Aí foram embora... No último dia da guerra deles<sup>236</sup>.

Porém, as narrativas mais incessantes são acerca do conflito dos “monges barbudos.” Um movimento messiânico ocorrido em Soledade entre 1935 e 1938<sup>237</sup>. Todos os núcleos

---

<sup>234</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

<sup>235</sup> Ibid.

<sup>236</sup> Ibid.

<sup>237</sup> FILATOW, Fabian – *Religião e política: o caso dos Monges Barbudos* (Rio Grande do Sul, 1935-1938) Disponível em: [<http://www.webhumanas.hpg.ig.com.br/filatow.PDF>]. Acessado em 02/03/2012]. Ver também: FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos Monges Barbudos* (1935-1938). Porto Alegre: PPGH/ UFRGS, defendida em 2002 (Dissertação de Mestrado).

familiares possuem memórias desse movimento. São lembranças que eles ouviram seus pais contarem, como aponta moradores do quilombo Júlio Borges<sup>238</sup>:

Emilio: Eu escutei os antigos contarem é que eles não tinham como viver, não tinham o que comer.

Neuci: É que os monges queriam ser santos [...] era gente, mas que queria ser santo. Diz que eles criavam assim, não faziam a barba e o rosto ficavam escondidos naquelas barba e daí tinha as mulheres que eram as santas, uma era a Santa Catarina outra era, nem sei o que era. Eu sei que daí começaram a tomar providencias contra aqueles santos ali e começaram, a derrubar, começaram a matar e ai terminou aquela religião dos monges. [...] Quando foram lá pra acabar derrubaram um santo a bala, e ai terminaram com aquilo rapidinho<sup>239</sup>.

O movimento dos “monges barbudos” atraiu um grande número de seguidores. Acusado pelas autoridades de serem comunistas, os seguidores daquele grupo foram duramente perseguidos e seus lideres mortos em confrontos com polícia<sup>240</sup>. Na narrativa de Etuíno, sua mãe teria participado do movimento, pois gostava das rezas do “grupo dos brancos”:

Etuíno: Tinha a igreja, tinha os monges [...] Esses monges eram uma religião [...]. Levaram a finada mãe pra acompanhar eles. Minha finada mãe acompanhou eles no tempo. Saíam a caminhar pela estrada, no mato, naquele tempo eles acreditavam naquela religião, né. A finada mãe contava pra nós, ela tava junto. Ela tava junto, aqui [...] na igreja que era dos monges, né. Aquilo ali foi a polícia que [...] todos eles ali [...] A polícia pegou e meteu fogo.

Maria do Carmo: Mas porque ela começou a seguir eles?

Etuíno: Porque gostava, né, pra acompanhar eles... [...]. Era nova... Aí foi matando gente lá. Tinha uma cerca perto da igreja assim foi pulando perto da cerca pra se escapar, né. Ela se escapou porque foi pro mato. Ficou mais de uma semana perdida no mato aí. [...] Eles caminhavam no mato<sup>241</sup>.

---

<sup>238</sup> Não temos o objetivo de aprofundar nas discussões acerca do movimento, tampouco nos contrapomos à versão das pesquisas existentes sobre a temática, embora alguns relatos esbocem outros significados atribuídos por alguns membros do grupo negro ao movimento messiânico. O nosso objetivo é demonstrar as diversas formas de uso das matas pela família negra em questão, usos que são iniciados ainda pelos seus ancestrais.

<sup>239</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes á Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

<sup>240</sup> FILATOW, Fabian. *Religião e política: o caso dos Monges Barbudos (Rio Grande do Sul, 1935-1938)* Disponível em: [http://www.webhumanas.hpg.ig.com.br/filatow.PDF]. Acessado em 02/03/2012.

<sup>241</sup> Entrevista concedida por Etuíno da Silva, em 21 de abril de 2008, a Maria do Carmo Aguilar, integrante da equipe de pesquisa que produziu o relatório sócio-histórico antropológico do quilombo Rincão dos Caixões.

A memória de Etuíno nos transporta, provavelmente, para um dia qualquer da Semana Santa, na capela de Santa Catarina, onde os adeptos se reuniram para fazer orações. Neste local, o líder do movimento, Anastácio Desidério Fiúza, teria sido ferido a tiros em confronto com a polícia, vindo a falecer em 15 de abril de 1938<sup>242</sup>. As recordações demonstram ainda que sua mãe, Eva, tinha simpatia pelo movimento, o que a fez segui-los até o momento do confronto, em que por medo de ser morta, refugiou-se na mata e retornou para casa. Almeri, por sua vez, faz uma narrativa diferente a partir das lembranças de seu pai:

O meu finado pai falava, no tempo que pegavam, chegavam nas casas, pegavam as pessoas e saíam, diz que iam estrada a fora caminhando, encerravam numa mangueira que tinha ali nos Nunes, aqui em cima, encerravam as pessoas, deixavam pousar e encerravam dentro da mangueira e no outro dia de manhã saíam [...] Chegavam nas casas, assim, iludindo as pessoas. É no tempo dos monges, dos monges<sup>243</sup>.

Nesta direção, Valentin produz uma narrativa a partir da experiência de seu pai sobre o movimento dos monges barbudos. Ele revela a maneira pela qual seu pai teria entrado para o grupo de seguidores e de como escapou. Não entraremos na discussão acerca de se os recrutamentos poderiam ser forçados, porém, fugas pelas matas podem indicar uma permanência não muito espontânea:

Valentin: Eu era piazinho. contava da revolta, dos monges, que saíam nas casas, e daí chegavam e já iam lotavam e conversavam e daí saíam aquele lote na estrada né, é chegava, por exemplo, numa casa e trovava e daí já saíam noutra casa e daí iam [...]. Com o velho meu pai eles conversaram, e ele até acompanhou eles, acompanhou eles até de lá do Sítio até aqui em cima, aqui ali, quando desce para Tunas a primeira encruzilhada perto do cemitério lá em cima, tem uma mangueira pra cá e pousava ali. E daí quando clareava o dia soltava um lote na frente e outro a cavalo atrás. Dali ele deu uma trovada neles e se escapou deles e se mandou<sup>244</sup>.

Almeri revela como os homens dessa coletividade acompanhavam o grupo. Valentin, por sua vez, relata as circunstâncias em que seu pai abandonou o movimento messiânico e

---

<sup>242</sup> FILATOW, Fabian. *Religião e política: o caso dos Monges Barbudos* (Rio Grande do Sul, 1935-1938) Disponível em: [ <http://www.webhumanas.hpg.ig.com.br/filatow.PDF>]. Acessado em 02/03/2012.

<sup>243</sup>Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar.

<sup>244</sup>Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar.

retornou para casa. Essas narrativas, baseadas na memória de alguém que participou do movimento, apontam para certa coação direcionada aos pais de nossos narradores e, até mesmo, sob a forma de violência física, impostas aos mesmos para permanecerem no movimento. Não encontramos relatos parecidos nas obras pesquisadas acerca dos Monges Barbudos. Assim, estas narrativas têm a capacidade de, talvez, esboçar outra versão sobre este passado, ampliando, com isso, a percepção histórica acerca desse movimento.

Almeri: Se não acompanhasse eles surravam, finado pai falava pra nós, faziam de tudo.

Valentin: não sei se matavam, mas surrar eles surravam, davam laço. É... O velho caiu e ele sentiu que deu uma dor de barriga nele, daí perto de um mato, ele entrou no mato e ó, mas “deitou o cabelo”, quando foram campear já era, ele ó. [...] Mentiu que deu uma dor de barriga entrou no mato e “deitou o cabelo”, e botou de volta embora, naquela época, naquela época aqui tudo era, tudo era mato<sup>245</sup>.

Nas narrativas desse conflito, feitas pelos quilombolas, o mato teve uma dupla utilização, ao mesmo tempo em que serviu de “moradia” para os seguidores desse movimento messiânico, também serviu de esconderijo para aqueles que dele fugiam. Muitos relatos apontam para provável coação na cooptação e permanência dos seguidores pertencentes a esta família negra. Ainda existem relatos, embora lacunares, de que haveria uso de violência física para impedir a saída dos seguidores. Para evadir do movimento, os homens das famílias utilizaram o mato. Alguns deles chegaram a ficar semanas escondidos na mata, outros já na caminhada dos “monges” desertaram e mais uma vez refugiaram-se no mato. De volta para suas famílias, restava permanecer em alerta para um possível retorno da marcha.

A área do Sítio é rememorada como uma terra de elevado potencial produtivo, doada por Pedro Simão para as famílias plantarem e venderem o excedente. Funé diz que “O velho ganhou, tu acha que eu não sei! [...] mas o velho deu um pedaço grande, pra plantar e vender. [...] Pra ir vivendo, pra não morrer de fome”<sup>246</sup>. O território era extenso e todos os moradores plantavam. Cada família tinha uma porção determinada de terra que era destinada ao plantio de gêneros alimentícios, tais como feijão, mandioca, milho, batata, destinados ao consumo da própria família e para a criação de pequenos animais como porcos e galinhas. Porém, os

---

<sup>245</sup>Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar.

<sup>246</sup>Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

viveres colhidos não eram suficientes para o sustento da família: para completar a renda eles tiveram de vender sua força de trabalho para os proprietários do entorno.

A avó de Olivia<sup>247</sup>, Joaquina Xavier, filha do casal fundador da comunidade, João Leocádio Xavier e Josefina (pertencente, portanto à segunda geração dos libertos, conforme genealogia reproduzida no anexo III desta dissertação), trabalhava por jornada e recebia de forma monetária. Porém ela tinha um obstáculo a enfrentar: a falta de estabelecimentos que comercializavam alimentos, pois as bodegas ficavam longe da propriedade dessa coletividade. Desta forma, essas famílias ficavam na dependência do proprietário das fazendas onde trabalhavam. Eram eles, os proprietários, que saíam pela região, compravam os alimentos e revendiam às famílias. Geralmente, o oferecido era apenas um tipo de alimento, a farinha de mandioca: “Ai a pessoa tinha que comprar aquilo ali, e não podia quase engolir, mas tinha que engolir se não morria de fome”<sup>248</sup>. Olívia, ao narrar esses episódios de extrema dificuldade, ocorrido na primeira metade do século XX, deixa subentendido que havia um desabastecimento da região. Ela afirma que os proprietários saíam para procurar alimentos, mas não havia nada além de farinha de mandioca para comprar. Mas será mesmo que a região, em um contexto de pesados investimentos na grande produção, de entrada dos empreendedores capitalistas, sofria falta de alimentos básicos? Será que as famílias destes fazendeiros também se alimentavam apenas de farinha?

Penetrar no emaranhado de relações estabelecidas entre esse grupo e os grandes proprietários da região não é tarefa fácil. Seja como for, o passado dos membros desta coletividade e o de seus lindeiros está entrelaçado, uma vez que diversos destes vizinhos fazendeiros foram, em algum momento, senhores escravistas de membros deste grupo. Essa coletividade soube articular com eficácia os vínculos verticais estabelecidos com a família de Pedro Simão que foi grande proprietário de terras e antigo senhor de alguns membros dessa coletividade que, após a emancipação, continuaram a trabalhar para esta família.

Estas relações instituídas com os grandes proprietários de terra, ainda que desiguais, garantiram a conformação e a manutenção do território por esta coletividade. A historicidade da comunidade do Sítio/Novo Linha Fão está inserida dentro da realidade do negro no período

---

<sup>247</sup> Olivia tem 61 anos e pertence a 4ª geração dos libertos que constituíram o Sítio Novo/ Linha Fão. Ela é moradora do quilombo de Júlio Borges, e, o episódio acima foi relatado por sua mãe que por sua vez ouvia da mãe dela. Olivia tem como avô paterno, Aparício Miranda, irmão de Altidor José dos Reis, primeiro marido de Erocilda, evidenciando as uniões que ocorriam e ainda ocorrem dentro do próprio grupo.

<sup>248</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes á Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

pós-abolição. Nesta historicidade encontram-se as redes de sociabilidade negra, responsáveis por interações sociais que solidificam e sustentam laços de parentesco e outras alianças, tal como o apadrinhamento. Essa rede relacional que pode ser pensada como uma estratégia de fortalecimento do grupo que, com o passar do tempo e unida a uma historicidade, forjou “grupos sociais e culturais diferenciados”<sup>249</sup>.

A terceira geração dos libertos fundadores dessa comunidade, como a mãe de Oliva, Erocilda, Oralina dentre outros, também conheceram bem cedo o trabalho nas fazendas da região. E, os momentos de menor ou maior fartura que permeiam as narrativas dependiam, fundamentalmente, da quantidade de alimentos retirada da terra e das relações de trabalho que se estabeleciam entre o proprietário e as famílias. Saber jogar com os laços já estabelecidos e com isso garantir a sobrevivência foi uma estratégia utilizada por muitas famílias negras no período pós-abolição.

Na memória local, os momentos mais difíceis coincidem com a entrada nas narrativas de “Cadete”, apelido de Elemar Heringer, pai de “Libinho”, o Elibio Heringer. A família de Funé trabalhou para o “Cadete” e sua narrativa se diferencia daquelas do período de sua infância, onde não há relatos de “duras privações”. Embora surja dessas memórias momentos de menor e maior fartura, o tempo agora é outro: “A gente quase morria trabalhando, nunca a gente podia plantar nada, sempre trabalhando de peão para o finado Cadete”<sup>250</sup>. Concluindo esse relato de precariedade, há de se mencionar que “Cadete”, tido pela comunidade como um expropriador de terras, conserva similarmente sobre o grupo familiar do Sítio Novo uma relação intimidatória a mais, uma vez que é o empregador de integrantes de algumas famílias negras da comunidade.

Contudo, não podemos afirmar que todas as dificuldades enfrentadas por essa coletividade (e que também permeiam as narrativas daqueles que moram em outras localidades, quando o assunto é o passado no Sítio) iniciaram com a chegada de Elemar Heringer. E, tampouco, que os momentos de maior fartura rememorados pelos mais velhos fossem em decorrência dos laços de trabalho estabelecidos com Pedro Simão. As narrativas, principalmente dos mais velhos, são lacunares nesse sentido. O que aclara nos relatos é a emergência dos nomes de Elemar Heringer, e posteriormente, de seu filho, Elibio Heringer, em momentos de dificuldades e conflitos fundiários, como veremos mais adiante.

---

<sup>249</sup> ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos ‘remanescentes’: Notas para o diálogo entre indígenas e quilombos. In: *Mana. Estudos de antropologia social*. PPGAS - UFRJ. 3/2. Rio de Janeiro: PPGAS, 1997. pp. 7-38.

<sup>250</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

O território do Sítio carecia de autonomia, enquanto os vizinhos estavam crescendo com o auxílio dos financiamentos trazidos pela “revolução verde” e devastando a relação com o meio ambiente. A família pesquisada passava por dificuldades em manter o estilo de vida camponês, devido, sobretudo, às sucessivas perdas de partes do território, forçando-os a trabalhar para os proprietários do entorno e se sujeitando a acordos sempre mais vantajosos para os fazendeiros. Há ainda a ausência de infraestrutura que ajudaria na manutenção de seu modo de vida e que não está vinculado ao “progresso” trazido pelo advento do capitalismo. Assim, quando as famílias falam em aquisição de maquinário não quer dizer que eles necessariamente produzam ao estilo capitalista. Como aponta Almeida, “o campesinato não se esgota na dimensão de um *métier* profissional, nem a ela corresponde um modelo imutável, incapaz de assimilar mudanças, mas é imprescindível para que se possa compreender seu lugar nas sociedades modernas”<sup>251</sup>. Os entrevistados relatam que além da terra é preciso infraestrutura para “fazer a terra render”. Valentin e Almeri, ao compararem a forma de trabalho da família com os fazendeiros do entorno, aclaram a discrepância nas formas de plantio:

Almeri: Tem maquinário, tem empresa, que planta bastante, que nem o velho Idalino, o Sr. Idalino ali.

Valentin: tem máquina tem trator daí é granjeiro é. O colono, agricultor e o que lida assim que nem nós no arado, boi, enxada né.

Almeri: E eles só no maquinário né<sup>252</sup>.

O capitalismo se desenvolvia no Rio Grande do Sul já nas primeiras décadas do século XX e a pecuária, deixada em segundo plano, cedia espaço para a lavoura e a industrialização. As mudanças econômicas e políticas, apesar de alguns obstáculos, prosseguiram. Em 1908 a opinião do secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul era de que:

Na vida agrícola, para vencer, não basta hoje ter músculos e ter vontade, é preciso espírito progressista e fazer uso dos aparelhos que centuplicam a produção animal. [...] Roteemos a vapor, os campos que não se prestarem à indústria pastoril, cavemos

---

<sup>251</sup> ALMEIDA et al. Apresentação da Coleção. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 18.

<sup>252</sup>Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.

fundos sulcos na terra, substituamos saraquá pela semeadora, substituamos em regra, os nossos braços por máquinas<sup>253</sup>.

De acordo com Rückert, no período entre 1930 e 1945, o Estado priorizará a importação de máquinas e material de transporte, com o intuito de não só internalizar, mas também dinamizar o desenvolvimento da economia do país. O setor agrícola será atingido diretamente. Em 1937, o governo Vargas, a fim de estimular a produção agrícola interna cria a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) com vistas ao estabelecimento e ampliação do crédito rural, para assim garantir recursos para financiamento das atividades agrícolas<sup>254</sup>. Porém, os investimentos não alcançaram esta parcela da população. Esta família negra camponesa ficou de fora desses financiamentos, concedidos em princípio, para produtos destinados às indústrias. Os investimentos seguem na pauta dos governos durante as décadas seguintes e a distribuição de crédito privilegia os maiores produtores: os mais capitalizados.

É neste contexto de imposição de formas de dominação objetivadas com base na grande produção, de investimentos direcionados, sobretudo, aos grandes produtores, que se revelam as estratégias de trabalho elaboradas pelo grupo, ainda que em condições adversas, para assegurar o sustento e a reprodução da família. Nesses momentos emerge a capacidade destes camponeses “de formular um projeto de vida, de resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade”<sup>255</sup>. A persistência no plantio ainda que em condições adversas e desiguais a de seus lindeiros revela um modo de vida que se reafirma também no direito à luta pela autonomia resumida em frases como: “Trabalhar, plantar, pra ter o que comer”<sup>256</sup>.

Para Woortmann, “nas culturas camponesas não se pensa a terra sem considerar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família”<sup>257</sup>. Essa tríade, família, terra e trabalho, são categorias indissociáveis que ordenam o mundo camponês. O trabalho na terra possui significados que perpassam a simples produção de

---

<sup>253</sup>Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Relatório do Secretário ao Presidente do Estado de 1908. Porto Alegre, AHRs. p. 20 apud KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. *RS: Terra & Poder: História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 81.

<sup>254</sup>RÜCKERT, A.A. *Metamorfozes do Território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990*. Porto Alegre: UFRGS EDITORA, 2003. p. 112.

<sup>255</sup>Ibid., p. 17.

<sup>256</sup>Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

<sup>257</sup>WOORTMAN, K. ‘Com parente não se negueia’. O campesinato como ordem moral. In: *Anuário antropológico 87:Brasília*, Editora UNB, 1990. p. 23.

renda: é por meio do trabalho que se tira o sustento da família, a “lida” na terra garante ainda a existência e a continuidade da família camponesa. Desta forma, a terra deixa de ser um mero objeto de trabalho, passando a ser uma manifestação de moral, então, ela é pensada:

[...] não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus a terra não é simples coisa ou mercadoria<sup>258</sup>.

Plantar significava, além de um complemento na alimentação, a manutenção de certas práticas passadas de geração em geração pelos seus ancestrais. Os entrevistados relatam que todo o universo das práticas que dominam lhes foi ensinado por seus pais que por sua vez aprenderam com seus avós. Desta forma, esta produção doméstica aprendida ainda na infância, parte indissociável da experiência de vida desses grupos, os acompanharam durante todo o período de itinerância, por sua vez desencadeado pelas sucessivas expropriações territoriais como veremos a seguir.

## 2.4 A EXPROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO

Para Woortmann:

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de “celeiros de mão-de-obra”. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa<sup>259</sup>.

A análise desenvolvida neste texto procura focar a migração sob essa primeira perspectiva, no contexto de expropriação territorial e obrigação à migração, como também da

---

<sup>258</sup> Ibid., p. 12.

<sup>259</sup> WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 217.

inviabilização da reprodução de um modo de vida camponês devido a diminuição das terras disponíveis. No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo tem provocado desde o século XIX contradições, que no meio rural do Rio Grande do Sul, se traduzem em conflitos agrários. Durante o século XIX foi habitual ocorrerem fraudes nas aquisições de terra. Como aponta Kliemann: “A apropriação das terras brasileiras sempre obedeceu a uma legislação, mas os caminhos legais tinham muitos desvios. Eram muitas as formas de legalizar as terras através de mecanismos fraudulentos”<sup>260</sup>. A partir da segunda metade do século XIX, com a obrigatoriedade de legalização fundiária<sup>261</sup>, as fraudes foram um traço marcante. Irregularidades relativas ao tamanho da propriedade, aquisição de terras por via ilegal e a expropriação territorial eram frequentemente constatadas. Não era improvável, no ato das medições, a constatação de fraudes relativas ao tamanho de posses.

Assim, áreas de pequenos proprietários, no mais das vezes sem o título de posse, foram anexadas a áreas de grandes proprietários<sup>262</sup>. De acordo com Zarth, no Rio Grande do Sul, por volta de 1850, a grande maioria dos campos nativos estava nas mãos de particulares, restando aos lavradores pobres as áreas de florestas nas quais eles poderiam sobreviver de forma independente. Porém, com a Lei de Terras, iniciava-se a privatização destas áreas devolutas, que agora passavam a ser destinadas ao assentamento dos imigrantes, ocorrendo o processo de fechamento do acesso à terra para os lavradores pobres. Criava-se, com isso, uma massa de indivíduos despossuídos de terra “em meio a abundância de solos virgens”<sup>263</sup>.

Em Cruz Alta, cujos desmembramentos originaram a cidade de Passo Fundo, havia o predomínio das grandes propriedades: apenas trinta e seis propriedades com mais de 10 mil hectares ocupavam o equivalente a 55% da área total registrada. Ou seja, grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários, demonstrando assim a expansão dos latifúndios frente às pequenas propriedades. Como aponta a tabela, abaixo:

---

<sup>260</sup> KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. *RS: Terra & Poder: História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 74.

<sup>261</sup> Sobre a legislação ver: ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. E também a obra do mesmo autor, *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

<sup>262</sup> KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. *RS: Terra & Poder: História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 55.

<sup>263</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p.83.

**Tabela 2: Registro paroquial de terras de Cruz Alta – 1855**

<i>Hectares</i>	<i>Nº de Registros</i>	<i>Área</i>	<i>% Área</i>
<i>jan/50</i>	26	343	0,02
<i>51-100</i>	9	651	0,05
<i>101-500</i>	63	16173	1,13
<i>501-1000</i>	136	77934	5,47
<i>1001-5000</i>	170	400659	28,1
<i>5001-10000</i>	239	141568	9,93
<i>+ de 10000</i>	36	788646	55,30
<i>Área não indicada</i>	398	--	--
<b>Total</b>	<b>861</b>	<b>1.425.974</b>	<b>100</b>

*Fonte: Livros de Registro (n. 5 e 6) de Terras da Parochia do Divino Espirito Santo de Cruz Alta. APRS, apud ZARTH, 2002. p.65.*

Se por um lado a Lei de 1850 dificultava a posse da terra pelo lavrador pobre e pelos ex-escravos, ela não impediu as usurpações de grandes extensões de terra de forma fraudulenta, bastando para isso que os usurpadores possuíssem recursos suficientes para subornar autoridades, algo pouco provável aos lavradores pobres e ex-escravos. Tem-se início, portanto, do cerco aos lavradores pobres para restringir o seu livre e costumeiro acesso a terra. Vale lembrar que o conflito fundiário, com a expulsão de pequenos lavradores de áreas vazias, não teve início com a lei de 1850.

Antes dessa lei as dificuldades não eram menores, porém, a partir de 1850, essa camada da população poderia ser processada judicialmente como invasora sempre que ocupassem e plantassem suas roças em territórios vazios, fossem eles públicos ou privados<sup>264</sup>. Para regularizar o território era necessário dispor de recursos financeiros para pagar os encargos. Estes recursos, geralmente, estavam longe do alcance desta camada da população: “Para além da falta de recursos, havia também, por parte da população, a prática costumeira de utilizar a terra sem considerar os aspectos formais, deixava-os vulneráveis diante poderosos usurpadores”<sup>265</sup>. E ainda, como aponta Zarth:

Aproveitando-se dessas condições, os usurpadores requeriam as terras às instâncias superiores e tornavam-se proprietários delas em detrimento dos posseiros que ali

<sup>264</sup> Ibid., p. 83.

<sup>265</sup> Ibid., p. 63.

viviam. Não devia ser raro chegar algum sujeito com um título de proprietário da terra na mão e apresentá-lo aos que realmente ocupavam e usufruíam delas<sup>266</sup>.

Convém informar que, com a mercantilização da terra ocorrida no Planalto em finais do século XIX, os lavradores pobres que, no mais das vezes, não possuíam o título da terra que ocupavam, sofreram investidas constantes de poderosos do entorno que viam no arremate do território (seja na forma da compra ou na de expropriação), uma forma de aumentar ainda mais os seus domínios<sup>267</sup>. Na base desta especulação fundiária da terra está a expansão capitalista e o processo de despejo dos ocupantes pelo uso da força. A dificuldade de formalizar a posse do território por parte das camadas sociais mais populares foi utilizada pelos grandes proprietários para pressionar a venda ou expulsá-los da terra que habitavam, como aponta Zarth:

O acesso à terra, do ponto de vista legal, ficou difícil para as camadas pobres da população camponesa, mas nem tanto para as elites locais, que além de regularizar suas propriedades procuravam avançar ou incorporar novas áreas onde viviam muitos posseiros pobres sem poder para reagir<sup>268</sup>.

O assédio em torno dos ocupantes sem título também poderia provir das empresas responsáveis pela acomodação dos imigrantes. O governo por inúmeras vezes vendeu terras às companhias de colonização, sem preocupar-se com a situação das pessoas que as habitavam. As companhias, por sua vez, fracionavam-na e vendiam a terceiros, sem ocuparem desses moradores sem título de propriedade. O problema ficava para o último comprador, que ao tentar resolvê-lo gerava conflito e então o Estado intervinha<sup>269</sup>. Como aponta esta notificação publicada nos jornais de Cruz Alta por uma empresa de colonização:

Aos interessados e residentes no 4º distrito. O abaixo assinado a fim de evitar qualquer desavença e para que não se chamem à ignorância, previne e declara a todos os seus confinantes, proprietários e agregados das posses da Serra do 4º distrito deste município, que por compra a diversos fez aquisição, cujos posses está dividindo em colônias e derrubando matos para grandes plantações, para que até o fim do mês de Dezembro futuro façam retirar todos os gados de sua criação e

---

<sup>266</sup> Ibid., p. 63.

<sup>267</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p.115.

<sup>268</sup> Ibid., p.60.

<sup>269</sup> KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. *RS: Terra & Poder: História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 114.

costeio; e os que não fizeram dentro do referido prazo, ficarão sujeitos verem ditos animais serem remetidos à Intendência municipal para serem arrematados em, hasta pública, conforme a lei. / Aos mesmos Snrs. que em ditas posses que já tenham feito suas plantações, será-lhes concedido o direito da colheita e os que o fizeram sem sua concessão perderão o direito às referidas colheitas. / E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei publicar o presente pela imprensa. Cruz Alta, 25 de Novembro de 1899. Carlos Dhein<sup>270</sup>. (grifos nossos)

Na notificação acima transcrita transparece a intimidação a que esses ocupantes sem títulos estavam expostos, e também, o processo de expansão agrícola pela qual não só Cruz Alta, mas a região do Planalto Médio como um todo estava passando. Os sitiantes sem títulos, considerados “intrusos” pelas empresas de colonização, eram convidados através de notificações a deixarem suas posses. Aqueles ocupantes que se recusavam a sair, eram despejados pelo uso da força. Desta forma, o governo, que poderia evitar tais conflitos, legitimando as posses antes de vender as terras, eximia-se da responsabilidade e das despesas, deixando-as para o colonizador: “Instalada a violência, restava aos mais fracos o abandono da terra”<sup>271</sup>. Através da colonização planejada, aliada à concessão sem restrições para que qualquer indivíduo se apossasse dessas áreas, o Rio Grande do Sul participava do processo de despojamento dos “próprios nacionais” que, aliando-se ao capital o governo, ainda que indiretamente, participou das expropriações ocorridas no campo<sup>272</sup>.

No século XIX a mobilidade dos “despossuídos de terra” era, dentre outros, uma consequência das atividades desenvolvidas no Planalto. A principal delas, a pecuária, não necessitava de grandes contingentes de mão de obra fixa. Os trabalhadores eram recrutados temporariamente, em períodos de intensificação do trabalho, como plantio e safra. Eram trabalhadores livres da vizinhança, que se sujeitavam a troco de remuneração baixa e por vezes tendo como pagamento carne<sup>273</sup>.

Porém, mesmo com a expansão agrícola em anos iniciais do século XX, essa lógica de mão de obra temporária permaneceu com um agravante: o crescimento de expropriações territoriais, em decorrência do crescente aumento do preço da terra. E isso levou famílias expulsas de seus territórios a engrossar esse contingente de trabalhadores temporários. Não

---

<sup>270</sup> Ofício n. 43 de Augusto Pestana, em 14 de fevereiro de 1900. Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização- Comissão de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas- Ijuí, Maço 86, Caixa 42. Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. AHRs apud NEUMAN, 2006.

<sup>271</sup> KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. *RS: Terra & Poder: História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 115.

<sup>272</sup> KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. *RS: Terra & Poder: História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.p. 124.

<sup>273</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

era incomum famílias, na condição de trabalhadores temporários, terem o assalariamento sujeito ao endividamento<sup>274</sup>.

Os conflitos fundiários que se proliferaram ao longo da Primeira República não eram solucionados e, tão pouco, questionados pela classe dirigente. Na esfera social, as tensões avolumaram-se, provenientes, fundamentalmente, dos problemas agrários. Para continuar mantendo a hegemonia, era preciso uma nova estratégia por parte da classe dominante. Apesar das tensões no âmbito rural, o governo continuava a afirmar que não havia conflitos fundiários no Rio Grande do Sul, negligenciando os conflitos que estavam ocorrendo e tantas outras perturbações que surgiam em decorrência de sua política agrária<sup>275</sup>. Como aponta o trecho do Relatório do Diretor de Terras e Colonização de 1907:

Atualmente, repetimos, não há mais questões de terras, pelo menos no sentido em que a expressão era antes empregada. Existem é verdade, alguns assuntos, se bem que poucos, aguardando solução, dependentes uns de mais detido exame de documentos apresentados, outros simplesmente de execução oportuna de medidas assentadas, como é o caso das restituições em terras, que, por sua natureza, não pode ser resolvido de afogadilho<sup>276</sup>.

Entre as décadas de 1950 e 1960, na região do Planalto Médio, houve o redimensionamento da distribuição das terras no campo devido, sobretudo, à ampliação dos empreendimentos capitalistas de trigo e, também, devido à crise vivida pela pequena propriedade. Neste período a compra e venda de imóveis já era uma realidade, assim como a especulação imobiliária, fazendo com que pequenas e médias propriedades se tornassem objeto de negócios por pequenos proprietários e/ou capitalistas da agricultura<sup>277</sup>.

No decorrer deste processo dá-se a destruição do território camponês, ou seja, a expropriação de parcelas de terras dos pequenos proprietários e a expulsão das áreas de terceiros dos camponeses que nela encontraram um local para plantio. É importante considerar ainda a pressão econômica e extra-econômica impostas àqueles que resistiam à expropriação pura e simples. Essas áreas expropriadas, pouco produtivas aos olhos dos

---

<sup>274</sup> Ibid., p. 135.

<sup>275</sup> KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. *RS: Terra & Poder: História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

<sup>276</sup> Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1907. Porto Alegre, AHRs. Códice 096 apud KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. *RS: Terra & Poder: História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 96.

<sup>277</sup> RÜCKERT, A.A. *Metamorfoses do Território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003. p. 140.

empreendedores capitalistas são transformadas em áreas de cultivo de grãos destinados ao mercado internacional<sup>278</sup>. Cabe mencionar que enquanto as empresas capitalistas caracterizam o campesinato como sinônimo de atraso, “da fragilidade política e da dependência; acrescentando a essas fragilidades a noção da ineficiência econômica, técnica, resultante do seu tradicionalismo e aversão ao risco”<sup>279</sup>, Woortmann afirma que “o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento”<sup>280</sup>.

Já nas décadas de 1960, sob o regime militar, desenvolveram-se dois processos: a expansão da empresa capitalista e o esvaziamento político no campo. Porém há um choque entre esses dois processos uma vez que: “na medida em que o desenvolvimento econômico, propiciado, sobretudo pela política de incentivos fiscais e de isenções tributárias à atividade agropecuária, provoca a multiplicação das tensões no meio rural, a proliferação dos conflitos, a ampliação da luta pela terra”<sup>281</sup>. Em 1964, tem-se a aprovação do Estatuto da Terra pelo Congresso Nacional. Criado, inicialmente, para apaziguar os conflitos sociais no campo, o Estatuto da Terra tornou-se o instrumento fundamental de promoção da Empresa Rural e o fomentador de deslocamentos populacionais para regiões denominadas como “vazios demográficos”. Segundo Rückert, o Estatuto foi elaborado para privilegiar e potencializar a proliferação do capital no campo e:

Não é destinado ao camponês, na sua essência, mas sim ao produtor de espírito empreendedor, que organiza a sua atividade econômica, segundo os critérios da racionalidade capitalista. Conforme o próprio INCRA reconhece, desde a promulgação do Estatuto, a concentração da propriedade agravava-se no país e intensificava-se o êxodo rural, a expulsão de parceiros, colonos, assalariados e agregados, multiplicando os conflitos armados pela posse da terra<sup>282</sup>.

É neste contexto de investimentos na industrialização do Estado, de fomento ao progresso, de promoção do desenvolvimento da produção a nível regional e nacional e do aumento de conflitos fundiários, que têm início as tensões e expropriações no território do Sítio Novo/Linha Fão. Estas expropriações são recorrentes na memória do grupo em questão e

---

<sup>278</sup> Ibid., p. 140.

<sup>279</sup> WOORTMAN, K. ‘Com parente não se neguceia’ O campesinato como ordem moral. In: *Anuário antropológico 87*: Brasília, Editora UNB, 1990. p.17.

<sup>280</sup> Ibid., p.17.

<sup>281</sup> RÜCKERT, A.A. *Metamorfoses do Território*: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003. p. 144.

<sup>282</sup> Ibid., p. 144.

ocorreram nas formas mais variadas. São relatos de trocas fraudulentas, coações e expulsões. Como aponta o relato de Etuíno<sup>283</sup>:

Maria do Carmo: Como é que era lá no Sítio antes de o Sr sair de lá, como é que era a vida lá? Moravam muitas famílias lá, como é que era... As famílias, quantas pessoas mais ou menos moravam lá?

Etuíno: Lá era tudo parentada, moravam quase tudo perto lá, também, daí... Esse negócio aí... As terras foram... Saíram, saíram tudo também, daí tem outras famílias lá também...

Maria do Carmo: Mas por que eles saíram?

Etuíno: Por causa do papel que fizeram a terra lá, fizeram isso aí com o papel, foram tomando conta lá, daí[...] Iam tomando conta, ficavam de donos da terra, que a terra não tinha documentos.

Maria do Carmo: Vocês não tinham documentos?

Etuíno: Não tinha documento da terra. Daí lá no Sítio faziam... Pedaco de terra e botavam no nome deles e se adonavam da terra.

A expansão territorial de um proprietário do entorno, Elíbio Heringer, fez parte do processo que culminou na expropriação da área ocupada por vários grupos familiares residentes no Sítio Novo/Linha Fão. Nos relatos do grupo, Elíbio Heringer, conhecido na região como Libinho, em um momento de fragilidade emocional desta comunidade, teria promovido uma permuta de terras fraudulenta e alocado a comunidade negra em outra área. A área doada por Pedro Simão aos seus ex-escravos, caracterizada pelos moradores como fértil e produtiva por ser plana e próxima ao rio dos Caixões, foi trocada pelo território onde atualmente eles residem, uma área íngreme, pedregosa e produtivamente inferior, como aponta o relato de Funé:

Funé<sup>284</sup>: É. E daí ele agarrou e permutou com a mãe, o Libinho permutou com a mãe, que a mãe ficou meio louca que morreu o finado pai, né, daí deu um varandão pra mãe que ele fez, que chovia como lá fora, e deu aqui pra mãe ir plantando assim. Diz que isso aqui não tem papel nenhum, agora aquela lá... Diz que esse aqui, diz que tem, o S. Libinho paga, mas nunca deu, nunca deu uma tirinha assim de papel. Por isso que eu digo, ele veio para lograr.

A partir desta primeira permuta, inicia-se o processo de expropriações. Na memória comum do grupo, o assédio deste proprietário se assevera e ele passará a investir na expulsão do grupo também do território por ele permutado, como aponta Etuíno:

<sup>283</sup> Entrevista realizada com Etuíno da Silva em 21/04/2008, por Maria do Carmo Aguilar.

<sup>284</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

Estava em cima. Daí eles fizeram aquele documento lá e daí nem falaram nada para o finado meu pai, começaram a meter os bois lá e largaram a plantar trigo e daí tudo armado, né, naquela época não tinha muita lei e aí, “vou lá no Libinho e vou vender essa terra pro Libinho”, para não dar morte aí por causa da terra, daí ele foi lá no Libinho [?] pra não dar de graça, foi quando o Libinho deu uma lata de querosene, deu uma lata de banha, [...]

María do Carmo: Ele deu essa lata de banha, querosene a troco de que?

Etuíno: Em troco do pedaço de terra lá<sup>285</sup>.

No relato de Etuíno transparece o grau de intimidação a que estas famílias estavam expostas. Não há negociação ou troca, estas pessoas estão inseridas em um processo de sucessivas expropriações fundiárias e sendo coagidas a entregar sua terra. As narrativas de Valentin e Almeri também se direcionam para a entrega da terra mediante a coação:

Valentin<sup>286</sup>: Daí foram vendendo, daí venderam a parte deles [referindo-se aos seus pais] e daí foram vendendo pra não perder tudo, pra dívida não sair tudo...

Almeri: Como se fosse um dinheirão! Era um saco de farinha [referindo-se ao que os pais de Valentin receberam] eu me lembro que ela pegou um saco de farinha, uma fazenda de roupa, eu me lembro que esse aí ganhou uma blusa verde, e a finada mãe dele morava com nós e ganhou uma fazenda pra fazer um vestido.

O uso do termo “vender” é seguido de uma descrição que retira desta menção qualquer significado que remeta a uma relação de compra/venda, pois o que fica claro pelas ironias presentes nas narrativas é a inexistência de consentimentos ou negociação. As famílias estão numa situação de violência constante, e esta violência física e simbólica foi a principal arma utilizada para usurpação do território. O grupo tentou resistir, porém, em um contexto de conflitos e violência traduzidos nas invasões armadas à propriedade, as famílias foram obrigadas a deixar o território habitado há várias gerações.

No relato de Valentin, podemos perceber ainda a prática de fraudes no momento de demarcação dos limites territoriais por parte do proprietário do entorno. Estas fraudes no registro e na demarcação de terras foram potencializadas após a institucionalização do Registro Público de Terras contida no Código de Direito Civil do ano de 1900. A falta de

---

<sup>285</sup> Entrevista realizada com Etuíno da Silva em 21/04/2008, por Maria do Carmo Aguiar.

<sup>286</sup> Entrevista realizada com Valetin Fernandes em 21 de abril de 2008, por Maria do Carmo Aguiar.

cadastro único, fiscalização, demarcação e registro das terras devolutas propiciou mais uma forma de aquisição de novas terras<sup>287</sup>:

Maria do Carmo: E o que aconteceu lá com aquela terra [refiro-me ao Sítio Linha Fão]?

Valentin<sup>288</sup>: Aquela terra já foi... Então naquela época, então foi uma época que veio o negócio do cadastro, né, de terra, quem tinha terra, fazer o cadastro e a gente tinha, tinha lá onde tiveram lá, tudo aquilo lá, lá na Funé, lá mesmo, ali era nosso [referindo-se a uma parte da área do Sítio Linha Fão], mas daí tinha outro morador ali na frente, fizeram um cadastro e daí tomaram tudo, né. Tomaram conta, daí com cadastro cadastraram tudo, né.

Maria do Carmo: Desse morador?

Valentin: É.

A respeito desta usurpação de terras dos lavradores pobres, é possível, a partir de relatos de descendentes de ex-escravos, apesar de não serem suficientes para demonstrar a totalidade da dimensão deste processo, reconstituir episódios de expulsões de lavradores pobres de suas roças nos anos iniciais do século XX. Há indícios de que as expropriações tenham ocorrido provavelmente em momentos anteriores à década de 1940, uma vez que na memória de expropriações é evocada a ação de Elemar Heringer, pai do proprietário apontado pelo grupo como o principal responsável pelas expropriações das décadas de 1950 e 1960. Como aponta o relato abaixo transcrito<sup>289</sup>:

Mara: Era Elemar Heringer.

Vinicius: Elemar que era o Cadete. Conhecido como Cadete, pai do Libinho, do Líbio. O Líbio é Heringer também?

Funé: [referindo-se ao Elemar Heringer] Se ele comprava uma vez [referindo-se a terra], quando ele ia medir, ele media lá na casa dos outros. [...] ele comprava um pedaço de terra e já media como lá. É, puxava tudo pro lado dele, só pro lado dele e arrendava os terreninhos pros pobres trabalhar.

Neste relato desenha-se claramente a estratégia deste proprietário, que encontrou na usurpação e aluguel da terra para os seus ex-ocupantes uma fonte de lucros. Seguindo os passos de seu pai, Elíbio Heringer conhecido na comunidade como “Libinho”, dará

---

<sup>287</sup> REYDON, Bastiaan Philip. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil: uma necessidade urgente. In. *Dimensões do Agronegócio Brasileiro – Políticas, instituições e perspectivas*. Nead Estudos – MDA: Brasília, 2007. p. 233-235.

<sup>288</sup> Entrevista realizada com Valetin Fernandes em 21 de abril de 2008, por Maria do Carmo Aguilar.

<sup>289</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

continuidade às expulsões de lavradores pobres dos territórios por eles habitados num contexto de aumento de demanda de terras para plantio em larga escala.

Para Zarth, a “coerção pura e simples deveria ser um expediente comum em uma sociedade violenta e autoritária”<sup>290</sup>. Apesar de o autor estar se referindo ao século XIX, expropriações de forma violenta ainda ocorriam na primeira metade do século XX. No exercício de lembrar, Funé relata diversos episódios de coação e de expulsão por meio da destruição das casas dos moradores: “Do ladinho da estrada, ali morava a Judite, até fogo botaram na casinha dela, botaram fogo”. Neste sentido, Etuíno, ao lembrar a época em que sua família é expulsa do território em meados de 1950, aponta para o binômio ausência de lei/violência:

Maria do Carmo: E aí o que eles fizeram com vocês, assim, vocês estavam lá em cima das terras, né?

Etuíno: Estava em cima. Daí eles fizeram aquele documento lá e daí nem falaram nada pro finado meu pai, começaram a meter os bois lá e largaram a plantar trigo e daí tudo armado, né, naquela época não tinha muita lei.<sup>291</sup>

Assim, se ao tomarmos conhecimento da história agrária do Planalto do Rio Grande do Sul ocorrida no século XIX, e ainda, cruzada com as trajetórias destas famílias, percebemos que, apesar da mudança de século, há algumas permanências. No decorrer da primeira metade do século XX, o Planalto continuou a ser palco de lutas, usurpações territoriais e do crescente afastamento da posse da terra pelas famílias de lavradores pobres. Muitas famílias negras residentes no Sítio Novo/Linha Fão foram atingidas por essa dinâmica de expropriação que restringiu as possibilidades de sobrevivência e autossustentação, cujo resultado foi à dispersão de parte do grupo familiar pela região do Planalto, como aponta Etuíno<sup>292</sup>:

Maria do Carmo: Vocês foram morar na terra de outra pessoa?

Etuíno: É, de lá do Sítio nós fomos morar na Tabajara, daí a gente mudou bastante, aqui, ali.

Maria do Carmo: E os outros que estavam lá [referindo-me ao Sítio Novo/Linha Fão], o que eles fizeram?

Etuíno: Mas aí eles se espalharam, [...] Se espalharam tudo.

<sup>290</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p.87.

<sup>291</sup> Entrevista realizada com Etuíno da Silva em 21/04/2008, por Maria do Carmo Aguilar. Grifos nossos.

<sup>292</sup> Entrevista realizada com Etuíno da Silva em 21/04/2008, por Maria do Carmo Aguilar.

Desta forma, Erocilda dos Santos<sup>293</sup> relata que a sua saída do Sítio Novo ocorreu devido à diminuição da área, proveniente das inúmeras expropriações territoriais sofridas pelo grupo, que inviabilizou a reprodução do modo de vida camponês. Assim, os deslocamentos justificam-se pela busca de espaços onde houvesse oportunidade de pôr em prática modos de produzir e de existência da diversidade do campesinato<sup>294</sup>:

Vinicius: O que levou a Senhora a ter que sair lá de Arroio... a Senhora falou que andou trabalhando em várias propriedades, né? O que levou a Senhora a ter que sair de lá?

Erocilda: Pra procurar melhora, pra ver se melhorava, que às vezes eram lugares apertados, nessa época, lá, era apertado, não é como agora que tem...

Cristian: Lá em Arroio do Tigre já era apertado?

Erocilda: Era, era apertado e a gente... Tem que andar... Que andava vagando no mundo, tinha que procurar melhora.

A memória coletiva aponta ainda para a formação de alianças entre os grandes proprietários locais para facilitar a aquisição de novas áreas e, posteriormente, a ocorrência de conflitos entre o grupo, que no processo de aumento dos territórios geravam divergências entre si. Segundo relatos, as desavenças do grupo giravam em torno da disputa pelas terras dos pequenos proprietários, como aponta a narrativa de Funé:

Aqui foi o Libinho [referido-se às expropriações] [...]. Sabe o que ele fez? Ele se uniu com o João Schimit, que daí o João Schimit comprava do João Ribeiro, né, [...]. Um lograva o outro, daí o João Schimit logrou o Libinho, se intrigaram o Libinho com o João Schimit, que morreu o João Schimit intragado com o Libinho e o [?] dessa terra do Ribeiro aqui e daí ficou assim. O Libinho ficou com tudo isso aí, o João Schimit foi embora pra Santa Catarina.

Convém informar que na memória comum do grupo, a morte de Elemer Heringer está diretamente ligada às expropriações fundiárias ocorridas na região. Ao relatar como se aplicavam as fraudes nas medições, Funé, além de reiterar a usurpação territorial cometida por Elemer Heringer, revela a causa da morte deste proprietário.

---

<sup>293</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Funé), Oralina Fernandes da Silva (Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

<sup>294</sup> ALMEIDA et al. Apresentação da Coleção. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 15.

Vinicius: Elemar que era o Cadete. Conhecido como Cadete, pai do Libinho, do Lício. O Lício é Heringer também?

Funé: Aquele era o velho mais desgraçado pra tomar terra dos pobres, que eles compraram uma vez, quando ele ia medir, ele media lá na casa dos outros, por isso que mataram ele... Por causa das terras dos pobres, né, estavam tomando as terras dos pobres tudo. [...].Daí mataram, deram uma descarga nele.

A perda do território pela terceira geração, ou seja, pelos netos do casal João Leocádio e Josefina (que foram juntamente com outras duas famílias, os primeiros moradores da comunidade) teve um triplo impacto: eles não só tiveram que se submeter a instáveis relações de trabalho do campo, como também perderam uma fonte de gêneros alimentícios de subsistência e comprometeram a transmissão de herança dessas pequenas propriedades para os seus descendentes.

Com essa desterritorialização, inicia-se um período de extrema mobilidade, um deslocar-se contínuo de famílias transformadas em um *campesinato negro itinerante*. Um período de extrema mobilidade e de dificuldades de se fixar no território como “parceiros” ou posseiros estáveis. Para esta camada errante, o acesso a um lote de terra poderia garantir maiores alternativas de subsistência. Ainda que grande parte deles tivesse que prestar serviços nas fazendas, ter acesso à terra poderia significar a possibilidade de melhora na alimentação por meio do cultivo de gêneros alimentares e também pela venda de excedentes, como veremos no próximo capítulo. Torna-se importante ressaltar a capacidade dessa família negra, mesmo em situações tão adversas, de formular um projeto de vida, como postulou Almeida:

De resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade. Essas são práticas que têm um caráter inovador ou que revelam grande capacidade de adaptação e de conquistas de espaços sociais que lhes são historicamente inacessíveis<sup>295</sup>.

O ponto central deste capítulo girou em torno da desterritorialização do grupo da área do Sítio Novo, primeiro território ocupado pela família em questão. Conforme demonstrado, a área do Sítio Linha Fão foi cedida a este grupo negro nos anos iniciais do século XX, porém, se levarmos em conta que no tempo do cativo seus ancestrais já habitavam esta localidade,

---

<sup>295</sup> ALMEIDA et al. Apresentação da Coleção. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP: Brasília, DF. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 18.

tem-se uma territorialidade negra fundada ainda no século XIX. Permanência mais do que centenária na região e que foi ameaçada, sobretudo, pelo avanço da fronteira agrícola em meados da década de 1930 e potencializada nas décadas posteriores. Mediante pressões e intimidações, algumas famílias foram obrigadas a entregar partes desta área, até por valores irrisórios, submetidos que foram aos mecanismos de pressão.

Mecanismos sutis e outros mais evidentes tomaram corpo nas narrativas: foram trocas fraudulentas, ameaças de despejo devido à falta de escritura e fraudes no momento da medição das propriedades lindeiras. Atos de violência física, materializadas no incêndio que destruiu a casa de Judite ou na invasão armada em algumas propriedades, como a de Etuíno. Diante deste quadro de violência muitas famílias foram obrigadas a se desfazerem de suas terras. As narrativas nos permitem tecer algumas considerações: quando eles falam em “vender”, há de se levar em conta o grau de ironia presente no discurso, pois os quilombolas sabem que as terras foram entregues mediante coação e trocas fraudulentas. Situações de conflitos que desencadearam em expropriações fundiárias como as vividas por este grupo não são excepcionais. De um modo geral, as comunidades remanescentes de quilombo espalhadas pelo Rio Grande do Sul, no decorrer de suas trajetórias, sofreram e/ou sofrem constantes pressões e intimidações para entregarem as áreas que habitam. Relatos de trocas fraudulentas, violência física, dentre outros, são recorrentes nas memórias deste segmento da população.

Há de se atentar ainda para o jogo de palavras feito por alguns narradores, que numa leitura menos atenta poderia soar apenas como frase mal construída: “tiveram de vender de graça”; “trabalhar bem dizer de graça”. Ora, a pessoa vendeu ou deu. Na verdade, a afirmação de que se vendeu a terra de graça, obviamente, demonstra que não houve venda. São nestas figuras de estilo e nas ironias do discurso, que emergem a situação de violência e da pressão a que os grupos estavam expostos. É necessário ainda atentar para os usos que fazemos da palavra “vender”. Em algumas pesquisas, a falta de rigor na utilização desta palavra faz com que a mesma seja empregada para explicar as retiradas das famílias dos territórios, que na realidade, ocorreram mediante pressão. Acreditamos que o termo “vender” precisa ser utilizado com cautela, uma vez que ele pode mascarar a existência da coação.

### CAPÍTULO 3 - ITINERANCIA, FAMÍLIA E RELAÇÕES DE TRABALHO

Neste capítulo buscamos abordar, através da experiência de memória coletiva, a trajetória itinerante deste grupo de famílias que tiveram suas terras expropriadas na área do Sítio Novo/Linha Fão, conforme visto no capítulo anterior. As narrativas foram abordadas, sobretudo, em suas perspectivas simbólicas, porém, relacionadas com as informações sobre os aspectos sociais e econômicos da região do Planalto Rio-grandense, disponíveis em bibliografias, jornais, censos populacionais, econômicos, entre outros. Neste texto utilizamos a noção de família que ultrapassa o restrito núcleo co-residente. A família será abordada no sentido de grupos não co-residentes, mas interligados por vínculos de parentesco consanguíneo<sup>296</sup> e também por alianças e relações de parentesco ritual ou fictício, como o casamento e o apadrinhamento.

Assim, iniciemos nosso trabalho com a análise da mobilidade de famílias negras, hoje residentes no quilombo Rincão dos Caixões, a partir da reconstituição da trajetória de uma família, mais especificamente de um tronco familiar, que se ramificou em três grandes grupos familiares. Abordaremos o fenômeno da itinerância e conformação deste *campesinato negro itinerante*, tentando evidenciar, a partir da memória comum, os caminhos percorridos, as relações familiares e as relações de trabalho que se conformavam neste período de andarilhagens.

Neste capítulo, tentaremos reconstituir partes do período de itinerância dos quilombolas de Rincão dos Caixões. Para tal empreendimento, iremos descrever a trajetória dos dois irmãos, Etuíno e Nildo, os percursos de Erocilda e de seu ex-marido, Altidor (narrados por ela e pela filha do casal, Almeri), e a trajetória de Valentin. Estes personagens, como vimos no decorrer do texto, partiram de um mesmo lugar, o Sítio Novo/Linha Fão e, apesar de trilharem caminhos diferentes, chegaram ao mesmo local, como aponta o mapa das migrações do grupo, inserido na página 129 deste texto, elaborado a partir de suas andarilhagens. O capítulo está dividido em 03 partes: Na primeira delas, faz-se uma contextualização econômica da região no período de itinerância das famílias que se inicia entre as décadas de 1940 e meados da década de 1960. Na segunda parte, priorizamos

---

<sup>296</sup> Giovanni Levi em seu livro *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, amplia o significado do termo “família”, para além do núcleo co-residente. Para o autor o significado do termo é mais abrangente e abarca indivíduos unidos por outras relações de parentesco, nesta concepção de família entraria tios, genros, sobrinhos dentre outros. LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 98.

aspectos da vida em família durante as andarilhagens. Finalmente, na terceira parte, abordaremos as relações de trabalho que se estabeleceram no decorrer deste período.

### 3.1 TERRAS DE TRABALHO E TERRAS DE NEGÓCIO: MUDANÇAS ECONÔMICAS NA REGIÃO PESQUISADA

O cenário onde se desenvolve histórias de expropriações e andarilhagens dos itinerantes não está, de forma alguma, isolado do restante do Rio Grande do Sul. E as mudanças nele ocorrida não estão desassociadas de uma época quando o Brasil, como um todo, em menor ou maior escala, vivenciava mudanças em seu modo de produção. As mudanças ocorridas na economia do Planalto e as trajetórias dos itinerantes estão interligadas. Elas antecedem acontecimentos importantes e influenciaram, no mínimo indiretamente, nos destinos dessas famílias negras. Desta forma, torna-se fundamental penetrarmos neste contexto econômico para entendermos alguns aspectos dos percursos do grupo pesquisado.

A região geograficamente conhecida como “Planalto” está localizada na porção norte e noroeste do Rio Grande do Sul. Na atualidade, engloba aproximadamente duzentos e dezesseis municípios. As comunidades em questão estão localizadas nos municípios de Arroio do Tigre, Salto do Jacuí e Jacuízinho, todas inseridas nesta região. No Planalto, as extensas plantações de soja que hoje rendem uma paisagem interminável, em meados das décadas de 1940 e 1960, ainda eram incipientes. O *boom* da soja nesta região ocorrerá somente a partir de 1970. No período em questão, as fazendas do Planalto, em sua maioria, eram destinadas à cultura da pecuária e agricultura, com destaque para o trigo e as plantações de gêneros alimentícios destinados à economia regional<sup>297</sup>. Os grupos familiares em questão se inserem neste contexto, desempenhando atividades que giravam em torno do plantio e da colheita de gêneros alimentícios. Esta atividade, geralmente, era conjugada com a lavoura doméstica. Como aponta a descrição de Etuíno:

Maria do Carmo: E o que vocês faziam quando ficavam “rolando daqui ali”?

Etuíno: Ia trabalhando.

Maria do Carmo: Que tipo de trabalho vocês faziam lá na Tabajara? Tabajara é uma cidade?

Etuíno: Nossos patrões plantavam e nós trabalhávamos pra eles, né, pra plantar.

---

<sup>297</sup> BRUM, Argemiro. *Modernização na agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: editora Vozes. 1988.

Maria do Carmo: O que vocês plantavam pra eles?  
Etuíno: a mesma coisa; feijão e milho, um pedaço de fumo<sup>298</sup>.

Antes de analisarmos as transformações econômicas ocorridas no Planalto entre as décadas de 1940 e 1960, chamaremos a atenção para a indústria da banha, que apesar de ter perdido espaço para a produção de trigo e soja, figurou durante várias décadas como principal produto de exportação do Rio Grande do Sul e, apesar da crise na produção, não deixou de ser produzida no Estado. Remunerações em banha são evocadas nas entrevistas e perseguem as famílias em seus percursos errantes. Assim, ainda que o período mencionado seja de maiores investimentos na produção de trigo e soja, torna-se importante não perdermos de vista a fabricação da banha de porco.

A produção deste subproduto no Estado remonta ao processo de chegada da imigração alemã no Rio Grande do Sul, presente nas pequenas propriedades dedicadas a produção de subsistência. A produção de milho encontrava-se, em parte, atrelada à fabricação de banha. Desta forma, a cultura do milho teve sua produção ampliada durante todo o século XIX devido a sua vinculação à banha, pois o cereal, considerado uma fonte de energia, era utilizado na alimentação dos suínos, visando seu engorde, sobretudo para a produção de banha. Utilizar o milho para fabricar banha rendia mais ao colono do que a exportação do grão<sup>299</sup>.

A produção da banha para consumo interno foi maior até a 1ª Guerra Mundial, porém, neste mesmo período, a produção para exportação obteve um aumento crescente. E a produção da banha converteu-se em uma atividade especializada na zona da Serra, Vale do Rio dos Sinos e no Planalto. O processo de fabricação da banha era feito de forma rudimentar, a prática de matança era doméstica, realizada nas propriedades dos colonos pelos próprios grupos familiares. A banha extraída era armazenada em tanques. Todo o processo era realizado sem qualquer tipo de fiscalização sanitária<sup>300</sup>.

Assim, entre as décadas de 1880 e 1890 é possível distinguir dois caminhos: a produção doméstica da banha com a sua transformação de “banha bruta” em “banha condicionada” feita de forma rudimentar na própria unidade familiar. O segundo caminho será a venda da “banha bruta” para os comerciantes que armazenavam o produto de forma

---

<sup>298</sup> Entrevista concedida por Etuíno da Silva, em 21 de abril de 2008, a Maria do Carmo Aguilar.

<sup>299</sup> PESAVENTO, Sandra J. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Documenta 17) p. 70.

<sup>300</sup> *Ibid.*, p. 75.

adequada até ser levado às refinarias. Uma vez refinada, a banha era exportada para o centro do país. Para Pesavento:

Esta intermediação comercial praticamente isolava o produtor direto dos estímulos do mercado, assumindo os comerciantes uma função oligopólica/ oligopssônica, controlando a venda de artigos não coloniais e a compra dos produtos na região<sup>301</sup>.

Assim, os produtores, com sua unidade de produção, não possuíam meios de operar em larga escala. Não tinham capital para investir em tecnologia para aperfeiçoar o beneficiamento, tão pouco, canais próprios de comercialização do produto. Os pequenos proprietários tendiam progressivamente a tornarem-se produtores de matéria-prima para as indústrias manufatureiras.

Nos anos iniciais do século XX tem-se a proliferação das refinarias de banha no Estado, com destaque para a refinaria de Estrela, município situado no Planalto, onde provavelmente era beneficiada a banha produzida pelos produtores da região. Com a eclosão da guerra, o Rio Grande do Sul, que já abastecia o mercado interno, passou a exportar banha para a Inglaterra, Itália e Alemanha. Este aumento das exportações foi acompanhado da disputa entre o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, pelo domínio do mercado. Em 1928 o Rio Grande do Sul registrou uma queda nas exportações do produto, o que levou um grupo de industriais, neste mesmo ano, a organizar um sindicato. Para eles, a forma mais correta de combater a crise seria a sindicalização e o associativismo.

No governo de Borges de Medeiros e, posteriormente, no de Getúlio Vargas, a posição do Estado será de aliar-se aos setores representantes do capital. Desta forma, o que se viu na década de 1930 foi a absorção da produção colonial de suínos pelas grandes refinarias sindicalizadas, estabelecendo quase que um monopólio da produção de banha no Rio Grande do Sul. O mercado europeu foi um dos destinos da banha produzida no Estado, porém, a entrada dos norte-americanos neste mercado, obtendo a preferência de seu produto pelos europeus, preocupava os produtores rio-grandenses. O Sindicato da Banha sinalizava para necessidade de uma fiscalização mais rigorosa da banha bruta, antes de ser refinada nas indústrias. A medida prejudicava a produção doméstica e a pequena empresa, uma vez que

---

<sup>301</sup> Ibid., p.75.

não teriam recursos para arcar com tais condições, acabando com as chances das mesmas de subsistirem<sup>302</sup>.

Para fazer frente à atuação do Sindicato Banha, em meados de 1933, os produtores realizaram o I Congresso de Suinocultores, e logo após, constituía-se a Cooperativa Sul Rio-grandense da Banha. O que se viu a partir de então foi o conflito entre o Sindicato da Banha e as cooperativas. Em 15 de janeiro de 1937 o governo baixou um Decreto que criava o Instituto Sul Rio-grandense da Banha, órgão que atuaria em colaboração com a Secretaria da Agricultura em defesa da suinocultura do Estado. O Instituto veio substituir as organizações pré-existentes. O Decreto impelia ainda a centralização e tecnificação da banha e proibia a matança doméstica dos animais, procedimento que deveria ser feito somente em estabelecimentos registrados, e ainda, em 1937, proibira a exportação da “banha bruta”<sup>303</sup>.

O consumo e, conseqüentemente, a produção de banha no Estado, entram em crise em meados da década de 1960, estando diretamente ligada com a entrada no mercado dos óleos de origem vegetal e a difusão da campanha que a banha causava colesterol. Os suinocultores do Rio Grande do Sul resolveram a crise voltando seus esforços para a criação de novas raças de suínos “tipo carne”, raças com mais músculo e menos gordura. Cabe reforçar que apesar da diminuição do consumo em algumas regiões do Estado, a banha continuou a ser produzida, ainda que em menor escala, até meados da década de 1980, onde o ciclo da banha dará lugar à demanda por carne<sup>304</sup>.

Assim, se os produtores rurais tinham dificuldades de vender a “banha bruta” fabricada em suas propriedades por um preço justo para os comerciantes, os produtores que transformavam “banha bruta” em “banha condicionada” possuíam poucas condições de competir com as indústrias de refino do produto. Desse modo, como os itinerantes desprovidos de qualquer meio de produção poderiam revender ou “condicionar” a banha que recebiam em pagamento pelos serviços prestados em determinadas propriedades<sup>305</sup>? Como vender pequenas quantidades, um kg ou dois a comerciantes que só compram em larga escala? Se os comerciantes são acusados de pagar preços baixos pela banha produzida pelos proprietários rurais, será que eles pagariam pelas pequenas quantidades de banha das famílias

---

<sup>302</sup> Ibid., p. 76.

<sup>303</sup> Ibid., p. 76.

<sup>304</sup> PASQUETTI, Elir Paulo. *A competitividade da suinocultura desenvolvida no município de Nova Candelária e sua representatividade no noroeste do RS*. Monografia de Especialização em Gestão de Agronegócio. MBA em Gestão de Agronegócio da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010. Disponível em: [[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Mono\\_Elir\\_Pasquetti.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Elir_Pasquetti.pdf)]. Acesso em 20/03/2012.

<sup>305</sup> Os pagamentos em víveres serão analisados na parte que se trata das relações de trabalho tecidas em itinerância.

negras itinerantes, o preço que seria justo? Com o enfraquecimento da indústria da banha em meados da década de 1960, o Planalto se volta para produção comercial capitalista do trigo, iniciada em meados da década de 1930<sup>306</sup>.

O início da produção de trigo no Rio Grande do Sul remonta ao século XVIII com a chegada dos colonos açorianos. Os “casais d’El Rey” se dedicavam à agricultura de subsistência, cultivando produtos como batata, milho, mandioca, arroz e deram início a lavoura comercial do trigo. O cultivo do cereal, apesar de crescente, passou por uma série de dificuldades em seu desenvolvimento devido tanto à precariedade técnica quanto à falta de apoio governamental, essenciais para a entrada do produto em um mercado altamente competitivo. Como não fazia parte dos produtos de exportação, a produção de trigo não era alvo de investimentos nem estímulos para seu maior desenvolvimento por parte do governo. Como se não bastasse a falta de incentivos governamentais, em 1891 os Estados Unidos e o governo republicano firmam um acordo de isenção da taxa aduaneira para a farinha de trigo e outros produtos norte-americanos exportados para o Brasil. Em troca da livre entrada desses produtos foi concedido ao Brasil a colocação preferencial de seu principal produto no mercado dos Estados Unidos da América: o café. A produção de farinha de trigo se viu ainda mais prejudicada<sup>307</sup>.

Desta forma, até o final da República Velha, há na região pesquisada a predominância do proprietário fundiário voltado para pecuária em decadência: a presença de camponeses caboclos não proprietários prestando serviços nestas fazendas e de outro grupo de camponeses pequenos proprietários que desenvolvem a policultura alimentar baseada no trabalho familiar. O trigo produzido pelos camponeses, ainda que em nível familiar, chama a atenção do Estado, cujo interesse é o de reduzir as importações. O Brasil era dependente da importação da farinha de trigo em termos de subsistência e o aumento da produção para suprir o mercado interno, local e nacional, economizaria divisas com a importação do produto<sup>308</sup>.

Entre 1931 e 1947 (período em que o território do Sítio Novo sofre especulações fundiárias, iniciando as primeiras expropriações) consolida-se no Planalto a figura do capitalista comerciante comprador de produtos rurais e vendedor de mercadorias industrializadas aos camponeses: “Assim, os comerciantes/industrialistas desenvolvem uma

---

<sup>306</sup> Cabe lembrar que o cereal sempre foi cultivado de forma familiar nas propriedades dos camponeses, o que ocorrerá é a mudança de patamar na produção.

<sup>307</sup> PESAVENTO, Sandra J. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Documenta 17).

<sup>308</sup> RÜCKERT, A.A. *Metamorfoses do Território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

crescente especulação da pequena agricultura familiar. Posteriormente a sua atenção é voltada para as possibilidades de, ele próprio, se lançar á triticultura não familiar, mas, em caráter empresarial”<sup>309</sup>. Após 1937, a triticultura tem os primeiros estímulos do governo para atender as demandas da expansão de mercado urbano consumidor. A partir de 1946/47 os comerciantes/capitalistas iniciam os arrendamentos das terras de campo aos proprietários fundiários com vistas ao empreendimento da triticultura não familiar, capitalista. Esta ação foi possível devido, sobretudo, à acumulação prévia de capital e ao financiamento do Banco do Brasil. Desta forma, segundo Rückert, há uma diminuição dos estabelecimentos pequenos:

Em função da expropriação das condições de trabalho do camponês frente à política do Estado de beneficiar a grande produção, mormente para a exportação. Sem condições de acompanhar o processo de reprodução ampliada do capital, os camponeses mais pobres, nessa década, são submetidos, além da sujeição, à expropriação<sup>310</sup>.

Foi a partir, principalmente, da década de 1950 que o trigo começou a ser produzido aos moldes capitalistas pela classe dos comerciantes/industriais apoiados pelo Estado. Muitos camponeses que plantavam trigo, ainda que em escala familiar, foram excluídos do processo que desencadearia no surgimento da lavoura capitalista do trigo. O capital para investir e os incentivos do Estado estiveram sempre nas mãos dos comerciantes/capitalistas. Nesta época, o território onde se encontra o Sítio Novo era palco de especulações fundiárias, submissões e expropriações das famílias negras. A expansão das lavouras de trigo do entorno vieram acompanhadas de processos de expropriação de terra, extrapolando as cercas e englobando parte da área da comunidade.

Na década de 1950 ocorre o aumento da aquisição de terras pelos proprietários rurais e, a partir deste período, a cultura do trigo torna-se prioritária. Segundo Brum, a chamada “Revolução Verde” foi responsável pela entrada, em países subdesenvolvidos como o Brasil,

---

<sup>309</sup> Ibid., p. 18.

<sup>310</sup> Ibid., p. 151. Levando em consideração os contextos diferentes, a situação se assemelha com o que Marx chamou de “acumulação primitiva”. Em “A chamada acumulação primitiva”, capítulo XXIV da obra *O Capital*, Marx analisa como se estabeleceu o modo capitalista de produção, para o autor "A acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista". Desta forma, aparecem no cenário dois personagens principais: de um lado, o capitalista detentor dos meios de produção e do dinheiro, que tem o crescimento de suas riquezas baseado, sobretudo na compra do trabalho alheio; do outro lado encontra-se o trabalhador; expropriado dos meios de produção e de subsistência, não lhe restando outra alternativa a não ser a venda de sua força de trabalho. MARX, Karl. A Chamada Acumulação Primitiva. In: *O Capital*. Lv. I, Vol. 2, São Paulo: Difel, 1982. p. 830.

de grupos transnacionais que internalizavam seus interesses e influenciavam o governo. O programa iniciado em meados da década de 1940 se dividiu em duas fases: a pioneira e a de grande expansão mundial. Na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, o processo de modernização da agricultura tem início com a “Revolução verde”, já em sua fase de expansão, e após a Segunda Guerra Mundial<sup>311</sup>. Haverá, portanto, um incremento na produção com investimentos em infraestrutura e criação de cooperativas. O Governo Vargas, abrindo mão das políticas liberais, iniciou novas tarefas para a expansão econômica centrada na política do capitalismo nacional e da intervenção estatal na economia. E, entre 1950 e 1954, o Estado vai financiar um novo grupo de produtores rurais, os capitalistas do trigo do Rio Grande do Sul:

A política de fomento dos anos anteriores é o estímulo concreto para que emergisse o grupo de produtores que, implantando lavouras capitalistas, investindo em máquinas e equipamentos importados, passa a utilizar-se do trabalho assalariado e dedicar-se ao cultivo especializado em grande escala para o mercado nacional<sup>312</sup>.

Em 1960, com base nos estabelecimentos recenseados, a pecuária ainda era predominante e estendia-se por 54,30% da região do Planalto Médio, seguida da agropecuária, que ocupava 44,96 % dos hectares recenseados. Como aponta a tabela abaixo:

**Tabela 3: Estabelecimentos e área, segundo a atividade predominante - 1960**

<i>ESTABELECEMENTOS E ÁREA, SEGUNDO A ATIVIDADE PREDOMINANTE</i>								
<i>Zonas Fisiográficas e Municípios</i>	<i>Total</i>		<i>Agricultura e agropecuária</i>		<i>Pecuária</i>		<i>Horticultura e floricultura</i>	
	<i>Estabele- cimentos</i>	<i>Área (he)</i>	<i>Estabele- cimentos</i>	<i>Área (he)</i>	<i>Estabele- cimentos</i>	<i>Área (he)</i>	<i>Estabele- cimentos</i>	<i>Área (he)</i>
<b><i>Zona do Planalto Médio</i></b>	<b>43.273</b>	<b>2.583.274</b>	<b>31.752</b>	<b>1.161.326</b>	<b>11.345</b>	<b>1.402.679</b>	<b>4</b>	<b>79</b>

*Fonte: Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) departamento de censos- VII Recenseamento geral do Brasil- Série regional- Censo agrícola de 1960*

<sup>311</sup> BRUM, Argemiro L. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 4. “Revolução Verde”: tratava-se de um programa idealizado e inicialmente patrocinado pela instituição privada norte-americana Rockefeller, cujo objetivo, aparentemente, era a partir da constituição de pacotes tecnológicos e investimentos, melhorar e aumentar a produtividade na agricultura.

<sup>312</sup> *Ibid.*, p. 4.

A produção de trigo, entre as décadas de 1950 e 1960, figurava como a principal cultura e, juntamente com a pecuária, ocupava grande parte da área “agrícola”. Com a intensificação da formação e desenvolvimento das lavouras capitalistas, ocorrerá no Planalto um novo processo de distribuição de terras. Há uma incorporação das áreas destinadas à pecuária, o que modifica a estrutura agrária tradicional e um reordenamento do uso da terra nos campos menos férteis. Tem-se, portanto, o aumento do êxodo rural, não só devido à expropriação territorial, mas também à incorporação de novas tecnologias que não necessitam ou então diminuem a utilização de mão de obra.

Nos anos iniciais da década de 1960, a produção entra em crise, devido à concorrência com o trigo produzido nos Estados Unidos, que a partir dos acordos do trigo, entra no mercado brasileiro a preço baixo e com condições de pagamento em longo prazo. A política econômica do Presidente Juscelino Kubitschek, voltada aos interesses norte-americanos, aliadas aos problemas climáticos e técnicos na produção de trigo, desorganizaram a produção interna do cereal. Com a crise da cultura do trigo, inicia-se a introdução da lavoura de soja combinada à cultura do trigo<sup>313</sup>.

Desta forma, há um rápido aumento na produção de soja e, após a década de 1970, as lavouras assumem um papel principal no sistema agrário da região do Planalto Médio, se apossando, inclusive, de áreas destinadas a outras culturas. Essas transformações impactaram diretamente as famílias itinerantes. Etuino, Valentin e tantos outros, em seus percursos errantes, habitavam terras, áreas de mato, limpando para os roçados, onde seria plantado o alimento da família. O roçado era realizado em áreas permitidas pelo dono da terra, geralmente, porções de terra pouco atrativas para o desenvolvimento da economia principal, como aponta Erocilda:

[...] eu plantava o que comer [...]. Para comer, eles... A planta deles era o trigo e a soja, mas eu não, eu até nem plantei trigo, nem trigo, não plantei, eu plantava milho, mandioca, batata-doce... É<sup>314</sup>.

---

<sup>313</sup> FRITZ, L. F. F.; MIGUEL, L. de A. 2010, *A importância do Estado na evolução da agricultura no Planalto Médio do Rio Grande do Sul*. Disponível em: [http://64.233.163.132/search?q=cache:RY62I2xUQTkJ:www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/agricultura-sessao1-1.doc]. Acesso em: 11/02/2011.

<sup>314</sup> Entrevista realizada com Erocilda dos Santos em 19/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira.

Assim, o trabalho era desenvolvido nas propriedades rurais e a alimentação da família retirada, em sua maior parte, dos campos. Essa lógica vai acompanhar os itinerantes em toda sua trajetória e a alteração da mesma, de forma significativa, ficará por conta da implementação tecnológica. Com a mecanização das lavouras de trigo e posteriormente de soja, os espaços sofrem uma diminuição, uma vez que a capacidade de expansão das máquinas são maiores, o que restringirá os espaços de subsistência dessas famílias, como relata Erocilda:

Na ladeira, ali nós tínhamos uma lavoura ali em baixo, uma lavourinha na ladeira, mas assim ó, que o nêgo tinha que ir calçando o pé no soco, pra não cair pra baixo. Só nas ladeiras, aonde desse pra ir a maquina, o trator, não era pra nós botar a mão e nós não botava, mas nós tínhamos que enterrar tudo lá pra baixo. Se quisesse plantar um pouquinho<sup>315</sup>.

A partir dos anos finais da década de 1960, teremos o *boom* da soja, ocorrendo um rápido aumento na produção após a década de 1970. As lavouras assumem papel principal no sistema agrário da região do Planalto Médio. As lavouras de soja ultrapassam os outros produtos, inclusive o trigo, e se espalham pela região. Na década de 1970, em decorrência deste aumento da produção da soja não só no Planalto Médio, mas também em outras áreas do Rio Grande do Sul, haverá a extinção de trezentas mil propriedades, asseverando ainda mais a crescente concentração de terras e o êxodo rural<sup>316</sup>. Assim, a sojicultura terá um efeito desagregador socioeconômico, constatado pelas famílias que perderam suas propriedades nas áreas rurais do Estado, tendo assim que vender mão de obra no campo ou migrar para outras regiões.

A tabela abaixo mostra o gradativo aumento da sojicultura e, em contrapartida, evidencia o declínio da produção de trigo:

---

<sup>315</sup> Entrevista realizada com Erocilda dos Santos em 19/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira.

<sup>316</sup> BERTRAND, J., LAURENT, C.; LECLERCQ, V. *O mundo da soja*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

**Tabela 4: Aumento da produção de soja - 1955 a 1975**

<i>CULTURAS</i>	<i>1950</i>	<i>1955</i>	<i>1960</i>	<i>1965</i>	<i>1970</i>	<i>1975</i>
<i>Arroz</i>	<i>11,38</i>	<i>10,67</i>	<i>9,84</i>	<i>11,46</i>	<i>7,64</i>	<i>5,97</i>
<i>Trigo</i>	<i>23,04</i>	<i>33,33</i>	<i>27,72</i>	<i>14,5</i>	<i>26,65</i>	<i>24,19</i>
<i>Soja</i>	<i>1,15</i>	<i>2,28</i>	<i>4,89</i>	<i>9,79</i>	<i>15,58</i>	<i>39,65</i>
<i>Fumo</i>	<i>1,86</i>	<i>1,96</i>	<i>2,16</i>	<i>2,24</i>	<i>1,58</i>	<i>0,98</i>

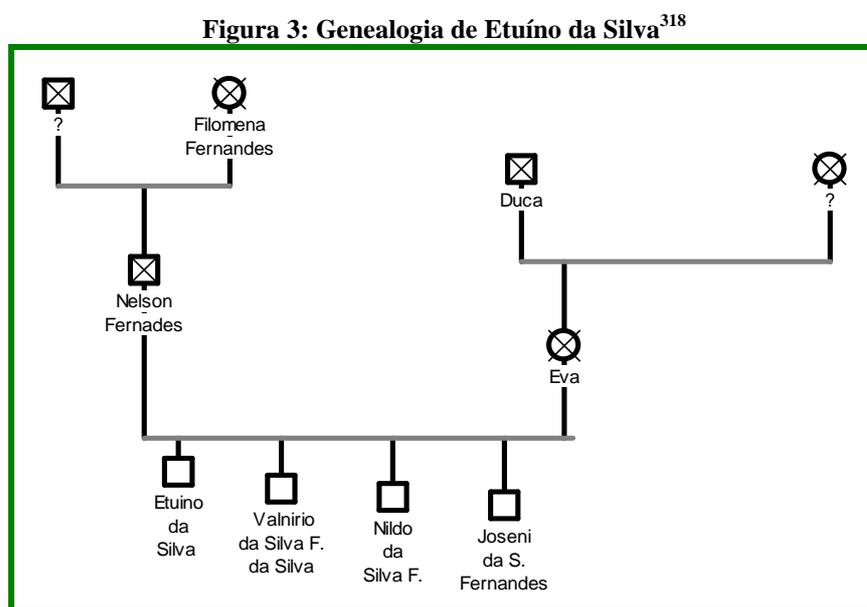
*Fonte: ANUARIO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA 1960/1967. Porto Alegre, Departamento Estadual de Estatística, 1961/1968. ANUARIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL 1968/1971. Porto Alegre, Departamento Estadual de Estatística, 1969/1972. ANUARIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL 1972-75. Porto Alegre, FEE, 1976 - apud CONCEIÇÃO, 1986. p. 67.*

Torna-se importante evidenciar que a tabela acima está inserida entre as décadas de 1950 e 1970, período em que parte das famílias pesquisadas ainda estava em situação de itinerância. Se estendermos a pesquisa sobre a produção de soja na região do Planalto até a atualidade, perceberemos que a produção de soja aumenta ainda mais. Os municípios do Planalto, segundo dados do IBGE, se destacam como os maiores produtores de soja do Estado, com destaque para Cruz Alta que, devido à importância da sojicultura, na atualidade, figura entre os cem municípios do Brasil com maior PIB bruto originado da agropecuária. É neste contexto de estrutura fundiária baseada, sobretudo, no binômio trigo/soja, que ocorre as migrações das famílias de Valentin, de Erocilda e de Etuino. Estes 3 personagens acabam se encontrando e, acompanhando suas trajetórias, poderemos perceber que apesar da itinerância e dos percursos diferentes, os vínculos não se desfazem. Eles terminam por se territorializar em um mesmo local, constituindo junto com os demais moradores, o quilombo Rincão dos Caixões.

### 3.2 A FAMÍLIA EM MOVIMENTO

Com a perda de parte do território, as famílias negras descendentes de escravos passaram a se deslocar constantemente formando uma massa de trabalhadores sazonais, dando início a um período de extrema mobilidade, violência e privações. Detalharemos, a seguir, aspectos da trajetória de três grupos familiares aparentados entre si que em um determinado período de tempo migraram pelas fazendas da região oferecendo mão de obra. O primeiro grupo familiar é o dos irmãos Etuino, de 50 anos, e Nildo da Silva, de 62 anos. Esta família é formada a partir da união do casal Nelson Fernandes e Eva da Silva. Ela nasceu no Sítio

Novo, em Arroio do Tigre. Já o local de nascimento dele é incerto<sup>317</sup>. Com base nos relatos dos filhos, foi possível recompor o seguinte mapa genealógico desta família:



O casal composto por Nelson Fernandes e Eva, assim como seus pais, nasceu no Sítio e, após o casamento em meados da década de 1950, foram expulsos da terra que ocupavam. De acordo com Etuíno, e, conforme visto no capítulo II, os funcionários de um fazendeiro do entorno invadiram a área com armas de fogo forçando a família a entregar a propriedade pelo valor irrisório de uma lata de banha. Uma situação de expulsão que vai desencadear na obrigação a itinerância. Os irmãos, Etuíno e Nildo, nasceram no Sítio e muito cedo iniciaram as andarilhagens em companhia de seus pais. Eles informaram que se deslocaram, inicialmente, para a localidade de Tabajara e de lá a família, nas suas palavras, “mudou muito”. O trabalho era sempre ligado à terra, pois era uma família de agricultores, ofício passado de geração a geração. De acordo com Nildo, após a saída do Sítio, a família estava sempre:

Morando, rolando, sempre, sempre. Moramos de sócio, trabalhamos na meia, aqui e ali, aqui e ali. Até que depois da Tabajara chegamos aqui em Júlio Borges e aqui

<sup>317</sup> Para Nildo ele teria nascido da localidade de Campo Comprido, e só então migrado para o Sítio Novo/ Linha Fão, Etuíno afirma que seu pai nasceu no Sítio Novo. Seja como for, Nelson Fernandes e Eva da Silva se casaram e constituíram família na comunidade do Sítio Novo/Linha Fão.

<sup>318</sup> Legenda: X- indica pessoa falecida. ?- indica nome desconhecido. Genealogia desenvolvida para o texto.

empacamos. Finado pai.[pausa na fala] Tempo antigo né! Eu conto por que já sou às vezes na época dos novos [...]. Então é assim que funcionava<sup>319</sup>.

Nesses percursos errantes a família experimentou situações difíceis. Antes de irem para Júlio Borges eles trabalharam na propriedade de um homem chamado Rangel, plantando milho, feijão e fumo. Ao contrário de outras famílias, eles não tiveram permissão de plantar para si. Ter uma “roça própria” significava a possibilidade de aumento de alimentos e posteriormente, talvez, a venda de excedentes. Rangel é lembrado como um grande proprietário avarento, uma vez que mesmo com abundância de terra, alocou a família em um peral, uma área íngreme de acesso difícil, e não permitiu que a família tivesse uma “roça própria”, como aponta a narrativa de Olivia, esposa de Nildo:

Quando ele [Nildo] saiu lá do Sítio ele foi morar lá no Rangel e daí com bastante terra o miserável colocou eles num peral, a gente pra descer lá tinha que ir se agarrando pra não cair, e se chegasse a dar um vento e arrancasse a casa dele ia parar lá no rio, a casa deles era no meio do peral e não tinha como chegar nem numa carroça<sup>320</sup>.

Nildo, recordando as dificuldades passadas nesta propriedade, aponta para um aspecto fundamental das relações de trabalho em itinerância. Na época em que ocorreram os deslocamentos, boa parte dos proprietários, fossem eles médios ou grandes, faziam parte de cooperativas, o que facilitava o escoamento dos produtos. Entretanto, os proprietários levavam para as cooperativas apenas o que lhes cabiam na divisão da “meia”: “Eles iam para o banco, e o pobre não [...] é que naquele tempo eles usavam o bloco<sup>321</sup> e o pobre não conhecia o que era bloco. Hoje, graças a Deus, já temos”<sup>322</sup>. Desta forma, a venda da parte dos itinerantes ficava por conta dos mesmos.

---

<sup>319</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes à Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

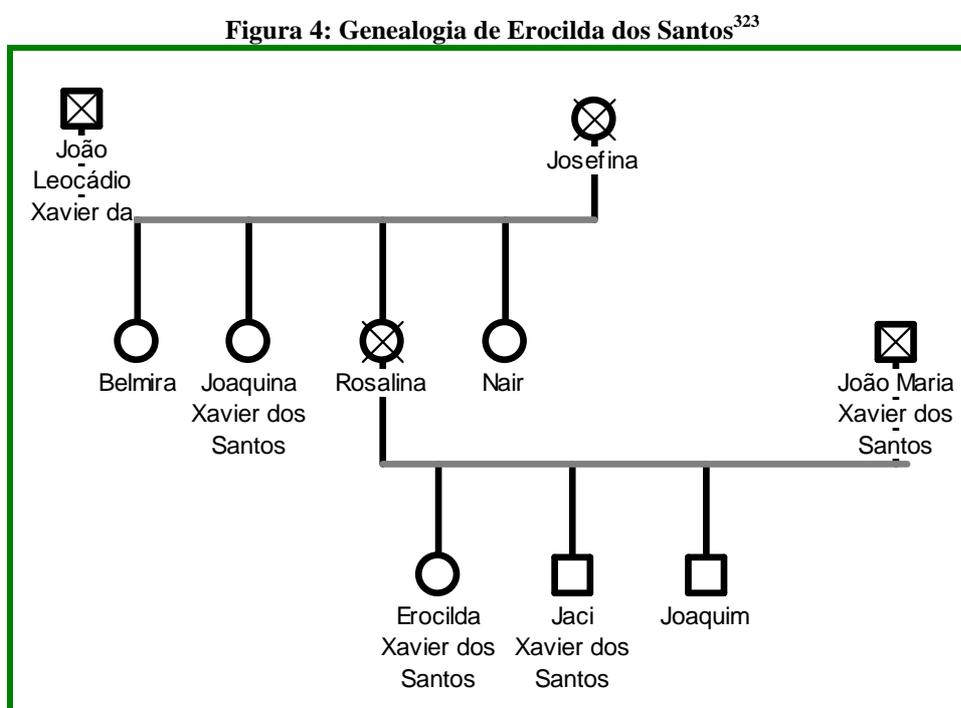
<sup>320</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes à Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

<sup>321</sup> Nildo refere-se ao bloco de nota fiscal, documento fiscal emitido pelos produtores rurais, dentre outros, no ato de venda dos produtos. Emitir nota fiscal possibilita a obtenção de empréstimos e acesso a benefícios do Estado.

<sup>322</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes à Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

A família, em mais uma migração, chega às terras denominadas de Júlio Borges. Ali a situação melhorou e eles conseguiram se territorializar. Etuíno se mudou novamente em decorrência do seu casamento com a filha de Erocilda. Ele foi morar na comunidade de Rincão dos Caixões, onde vive atualmente. O caminho entre Arroio do Tigre e Jacuízinho foi marcado por deslocamentos constantes, trabalho ainda na infância e privações.

O passado do próximo grupo familiar também remonta ao Sítio Novo/Linha Fão. Abordaremos parte da trajetória de Erocilda dos Santos de 73 anos, filha de Rosalina e neta do casal de ex-escravos, João Leocádio Xavier e Josefina, portanto sobrinha de Nair, a filha do casal que ganhou o território do ex-senhor de seus pais. A genealogia de sua família está reconstituída, ainda que parcialmente, conforme segue:



Erocilda passou a infância no Sítio Novo/Linha Fão, porém, seu destino na idade adulta foi semelhante ao da família de Etuíno, com constantes deslocamentos. O primeiro casamento de Erocilda coincide com a expropriação de parte da área do Sítio. Assim, “restringindo-se gradativamente o espaço ‘natural’ da reprodução camponesa, outros espaços, sociais, são construídos”<sup>324</sup>. Erocilda relembra que “o Sítio tava apertado”, então ela parte em

<sup>323</sup> Legenda: X- indica pessoa falecida. Genealogia desenvolvida para o Texto.

<sup>324</sup> WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 236.

busca de melhorias na condição de vida da nova família constituída, iniciando junto com o marido, Altidor José dos Reis, também morador do Sítio, sua trajetória itinerante. Neste processo de expropriações, que incluiu boa parte do grupo, os deslocamentos foram a alternativa encontrada pelas famílias para tentar se restabelecer frente à sociedade, talvez a mais sofrida das alternativas ao alcance desses descendentes da última geração de escravos. O “andar aqui e ali”, como eles dizem, era sempre no sentido de buscar a melhoria nas condições de vida. Como aponta Erocilda:

Vinicius: O que levou a Sra. a ter que sair lá de Arroio... Que nem a Sra. falou que andou trabalhando em várias propriedades, né. O que levou a Sra. a ter que sair de lá?

Erocilda: Pra procurar melhora, pra ver se melhorava, que às vezes eram lugares apertados, nessa época lá, era apertado, não é como agora que tem...

Cristian: Lá em Arroio do Tigre já era apertado?

Erocilda: Era, era apertado e a gente... Tem que andar... Que andava vagando no mundo, tinha que procurar melhora. [...]. Empregava, desempregava<sup>325</sup>.

Saindo do Sítio, o casal foi morar e trabalhar na localidade de Tabajara, na propriedade de Alexandre. O trabalho era pesado e, em sua primeira gravidez, Erocilda estava abrindo lavoura de mato e derrubando árvores. Assim, entre uma jornada de trabalho e outra foram nascendo os filhos: Maria Sueli, Jauzino, Almeri e Querli. Além da lida na terra, Erocilda também fazia faxina na casa de Alexandre e ajudava no açougue de propriedade do mesmo. Apesar de Altidor e Erocilda trabalharem, a vida neste período é narrada por Almeri como muito difícil, ficando ainda pior com a separação do casal.

Não sabemos precisar os motivos que culminaram no rompimento da união, porém, no momento da separação os filhos permaneceram com o pai. E como migrar não significa abandonar ou cortar os vínculos com a comunidade de origem<sup>326</sup>, Erocilda retornou ao Sítio Novo/Linha Fão. Agora sozinho, Altidor, para alimentar seus filhos, precisou aumentar sua jornada de trabalho: começou a trabalhar por empreitadas, chegando a trabalhar para dois proprietários ao mesmo tempo. Ele ainda preparava as refeições dos filhos que ficavam sozinhos durante todo o dia. Deixar as crianças sem supervisão era perigoso, sabendo disso,

---

<sup>325</sup> Entrevista realizada com Erocilda dos Santos em 19/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira.

<sup>326</sup> WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 238.

Altidor levou a filha do primeiro casamento para tomar conta dos irmãos, o que o possibilitou pegar empregadas em cidades mais distantes, que renderiam um pouco mais.

No Sítio Novo/Linha Fão, Erocilda contrai outro matrimônio e reinicia as andarilhagens na companhia de seu novo companheiro, Jorge Fernandes, irmão de Etuíno. O casal trabalhava nas propriedades plantando em “parceria”. Nestas inúmeras andarilhagens, o casal cruza com Régis Fiúza, jovem proprietário que doou o território onde hoje está a comunidade de Rincão dos Caixões. Do casamento com Jorge, Erocilda deu a luz a mais 13 filhos. Porém, o vínculo com os filhos do primeiro casamento e até mesmo com o ex-marido não se desfez. Eles continuavam, dentro das inúmeras limitações, a se ajudarem. Erocilda, ao receber a terra, levou todos os filhos para morar com ela. No território residia: ela, o marido, o ex-marido e os filhos. A família permaneceu junta, até o falecimento de Altidor e, posteriormente, de Jorge Fernandes.

O passado da próxima família também remonta ao Sítio Novo/Linha Fão. Oscar e Ana Pantaleão nasceram neste território e ali contraíram matrimônio. O casal permaneceu na área onde nasceram por mais de uma década. Valentin da Silva, filho mais velho do casal, estava com 14 anos quando, em meados de 1960, deixou o Sítio na companhia de seus pais e irmãos. Esta família negra protagonizou os dois tipos de saída que ocorreram naquela comunidade. A causa da primeira saída foi em decorrência da diminuição da área, acarretando em dificuldades na manutenção de um estilo de vida camponês em um espaço que diminua sucessivamente, para além da falta de recursos para trabalhar nas roças da comunidade.

A família, em busca de melhores condições de vida, saiu do Sítio Novo, indo morar e trabalhar em “parceria” numa propriedade na localidade de Tabajara, onde a família de Valentin se estabilizou via contrato informal por cerca de 15 anos. Esta família, ao contrário da massa de itinerantes, desconhecia os constantes deslocamentos. Em meados de 1975, após a morte de seu pai, Valentin e a família desfizeram o contrato de “parceria” e retornaram para o Sítio. Nas suas palavras, um retorno “a terra natal”. Neste período as expropriações no Sítio já haviam se agravado. Várias famílias estavam vivendo um processo de expulsão e compulsão à itinerância, tendo que vender sua força de trabalho para sobreviver.

A volta da família, ainda fragilizada pela perda de Nelson, se dá neste contexto de conflitos fundiários. A área que eles ocupavam no Sítio é lembrada como produtiva, de “terra boa”. Talvez por este motivo, Valentin, sua mãe e os dois irmãos não conseguiram evitar a expropriação. O tempo de permanência foi curto e a segunda saída traumática. Valentin relata

que, o já mencionado Elibio Heringer<sup>327</sup>, conseguiu cadastrar em seu nome a área que sempre fora dos pais de Valentin e, com o documento do território, expulsou a família de lá, dando-lhes apenas uma lata de banha e alguns tecidos, como aponta o relato de Valentin e Almeri:

Valentin: E daí saímos de lá que daí foi vendido, e daí fomos morar na Estrela [...] é por que daí iam tomar, já tinham feito um cadastro, fizeram um cadastro e queriam se adonar de tudo, da nossa terra, tudo, e daí para não perder de um tudo foi vendido.

Almeri: A irmã dele que tinha ficado lá vendeu para não perder tudo vendeu por um saco de farinha, uma camisa, blusa de lã verde para ti, eu me lembro como se fosse hoje, uns dois metros de fazenda para a finada fazer um vestido.

Valentin: Pra não perder de tudo por que queriam fazer um despejo de nós, fazer um despejo, e daí que ela vendeu pra gente dali mesmo, vendeu pra não atropelarem nós. E daí que nos fomos morar na Estrela<sup>328</sup>.

Após esta segunda saída, a família, agora como itinerante, perambulou pela região em busca de trabalho. Valentin, como filho mais velho, assumiu a responsabilidade pela família e se empregou em uma propriedade na localidade de Estrela. As andarilhagens desta família cessaram após seu casamento com Almeri, pois o casal e toda a família do noivo foram morar na área hoje denominada quilombo Rincão dos Caixões.

### 3.2.1 Alvenaria, beira-chão e meia-água: as moradias em itinerância

Nestes percursos errantes, ter uma casa de tijolos, aspiração de muitas famílias, estava distante do alcance. Um sonho não totalmente impossível, mas pouco provável. Algumas famílias itinerantes habitavam casas de madeira e outras viviam acampadas<sup>329</sup>. Cabe informar que, apesar das condições de moradia e alimentação do grupo indicar uma condição de precariedade, tal situação era transitória e dependia, fundamentalmente, das relações de trabalho tecidas entre os itinerantes e os proprietários. As famílias, dentro de todas as limitações, estavam tentando melhorar suas condições de vida.

Algumas famílias residiram durante anos em habitações precárias, que elas denominaram de “beira-chão”, uma espécie de barraca, que é apenas um teto feito de madeira

<sup>327</sup> De acordo com Valentin, toda área do Sítio Novo/Linha Fão foi colocada em nome deste proprietário.

<sup>328</sup> Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.

<sup>329</sup> Há na memória do grupo diversos relatos sobre as habitações em épocas de andarilhagens.

ou de plástico, com um tipo de cobertura colocada na inclinação de algum terreno. Não havia divisões internas, o beira-chão era uma área mais ou menos coberta. Neste espaço o declive do terreno poderia se transformar na única parede. Não havia assoalho ou piso, o “chão era batido” e em dias de chuva coberto por “matéria”, um tipo de plástico mais resistente encontrado nos sacos de adubo da época em questão. A “matéria” funcionava como um isolante térmico. Acima dela vinham os lençóis feitos com sobras de saco. Não havia colchão e os tecidos se transformavam em cama. As refeições eram preparadas do lado de fora da moradia de forma rudimentar. Muitas famílias, impossibilitadas de adquirir um fogão de chapa de ferro, construía um fogão de forma improvisada cravando uma estaca de madeira no chão e com um arame amarrava-se um gancho, e então, penduravam a panela<sup>330</sup>.

Almeri se recorda das dificuldades que passou durante os quase quatro anos que viveu em um “beira-chão”, agravadas em períodos de frio e chuva. A situação da família obteve uma relativa melhora quando eles se mudaram para uma casa, denominada por ela como “meia água”. Esse tipo de moradia também foi comum entre a parcela itinerante da população e era composta por quatro colunas de madeira e uma cobertura reta. A diferença desta moradia para o beira-chão é que a meia-água possui paredes. A nova casa de Almeri era fechada com paredes e possuía duas peças: um quarto e uma cozinha. Como ela relembra, era tudo “bem feitinho, fechado não chovia e não era frio no inverno e daí melhorou”<sup>331</sup>.

Em suas andarilhagens, eles também poderiam habitar casas de “capim”. Este tipo de moradia também foi utilizado por alguns moradores ainda residentes no Sítio Novo/ Linha Fão: consiste em uma casa cujo telhado é de mato, as portas de sobras de madeira e as paredes de barro e de vassoura (provavelmente de piaçava). Também havia as casas de madeira. Ter uma casa inteira de madeira, ainda que em condições precárias, era a melhor opção ao alcance dessas famílias. Esse tipo de moradia era, em muitas vezes, construída pelos proprietários. Nelas, as famílias se instalavam e poderiam fazer algumas melhorias, porém, não havia reembolso do material gasto e, ao término do contrato, não se retirava o que foi colocado na estrutura da casa. A casa era do proprietário, as famílias saíam apenas com seus pertences.

A casa de madeira em que Valentin morou com a família, na primeira saída do Sítio, possuía três cômodos: dois quartos, a cozinha e uma varanda. As tábuas já estavam deterioradas, as telhas eram bem velhas. Apesar das péssimas condições da moradia, ele

---

<sup>330</sup> As famílias itinerantes o chamavam de fogão de gancho.

<sup>331</sup> Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar.

afirma que era melhor do que viver em um “beira-chão”. A casa possuía apenas o essencial. Na cozinha ficava o fogão que era uma chapa de ferro, depositada sobre uma base de barro onde ficava a lenha que eles chamavam de “ijipi”. Havia, ainda, uma mesa e alguns bancos que, em momentos de folga, eram levados para a varanda onde os pais de Valentin se reuniam com os de Etuíno, que também trabalhavam na mesma propriedade, para “prosear”. Destas conversas as crianças eram proibidas de participar, não podiam nem passar perto da varanda, como relembra Valentin. Da cozinha saía o feijão, a mandioca, batata, alimentos mais citados pelos entrevistados. O quarto não possuía cama, eles dormiam em colchões de palha. A família permaneceu nesta casa por aproximadamente 15 anos.

Neste exercício de recordar, emerge na memória comum categorias que integram diferentes temporalidades vivenciadas pelo grupo. Erocilda, lembrando o período de itinerância e toda a precariedade desta situação, não menciona a palavra casa, mas sim, “abrigo”. Para ela, a categoria “casa” será utilizada para caracterizar um tempo de melhoria da condição de vida do grupo e, em contrapartida, a palavra “abrigo” será utilizada por ela para caracterizar o tempo e as condições precárias vivenciadas pela sua família devido à condição itinerante.

Almeri<sup>332</sup>: mas a mãe morava lá naquele pé de [?] que eu mostrei lá. Morava! Morava, modo de dizer, era um acampamento de lona. Erocilda<sup>333</sup>: [...] não tinha uma tábua pra botar, dizer, encostar num pau pra atacar o sereno, deles, não tinha nada... A mãe do João Carlos me ajudou muito, é morta, coitada, D. Armerinda, ela me dava tábua todos os dias eu trazia uma tábua de 12, sabe, né, 12 metros, de 12, compadre, assim. Todos os dias eu trazia nas costas da largura desse... Assim, eu trazia aquela tábua comprida nas costas e fui juntando, juntando pra fazer um abrigo pros meus filhos. A parede era de vassoura. [...] quebrar um feixe de vassoura no mato, na capoeira assim, quebrava e vinha e enfiava na parede. Pra fechar, pra poder ter as crianças [...] eu tinha que fazer um fogo grande porque nós víamos as cobras, que estavam assim ó, envolta do fogo, com a claridade do fogo elas vinham, daí eu fiz uma gaiola [...] uma tarimba de pau da grossura dessa cuia, umas estacas e fiz aquela tarimba pras crianças dormirem erguidas, por causa das cobras que vinham, pras crianças não dormirem no chão, por causa das cobras, tudo isso aí eu passei. E eu não dormia.

No contexto destes deslocamentos contínuos, o grupo levava consigo poucas coisas, apenas o que entendiam como necessários para a caminhada, que poderia durar horas até o

---

<sup>332</sup> Entrevista realizada com Almeri Fernandes realizada em 21 de abril de 2008, por Maria do Carmo M. Aguiar.

<sup>333</sup> Entrevista realizada com Erocilda dos Santos em 19/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira. Grifos nossos.

novo local. No entanto, em muitas vezes, o que eles carregavam era tudo o que possuíam. Almeri, por exemplo, caminhou com seus pais por aproximadamente seis horas até chegar à propriedade onde eles trabalhariam como agregados. Todos os pertences da família foram transportados em um lençol carregado por seu pai. Ela relembra que toda a mudança se resumia em alguns lençóis feitos de saco e a roupa que eles estavam vestindo. A este respeito, o relato de Régis Fiúza, doador do território em que hoje está localizada a comunidade de Rincão dos Caixões, é bem contundente:

Régis: [...] aí eu olhei assim [referindo-se ao seu encontro com Erocilda e sua família], tinha uma chapa de um fogão desse de barro, em cima de um couro de boi e tinha umas coisinhas ali só, mais um gurizinho sentado em cima e um cavalo velho bem magro puxando aquele couro de boi que antigamente a gente fazia aquele transporte, aquele couro e em cima, então, botava as coisas, tem dois paus amarrados...

E1: Tal de “cangaia”, eles diziam<sup>334</sup>.

As contínuas mudanças também poderiam ser feitas em carroças de boi, assim, abria-se a possibilidade da família levar, quando possuía, um pouco mais pertences. Valentin e seus pais viajaram em uma carroça até a propriedade onde trabalhariam. Ele se lembra dos bancos, fogão, lençóis, cobertores e colchão transportados no carro de boi. Emilio, por sua vez, relata que “as mudanças era os forros de cama, os tarcos da cozinha né, uma caminha, uma mesinha, uns banquinhos, carregava ali e já ia [...] já ia pra outro lugar”<sup>335</sup>. Desta forma, a família, na maioria dos casos relatados, juntava tudo que havia adquirido e fazia o transporte que estava ao seu alcance até o próximo local de trabalho.

Os grupos familiares em diáspora, geralmente, construía seus alojamentos nas imediações das fazendas que prestavam serviços, assim, durante o período de tempo que permaneciam nas propriedades, estes grupos improvisavam suas moradias. Experimentando uma vida em barracões ou acampamentos rudimentares e com um ritmo de trabalho fiscalizado por peões. Memórias de peões que controlavam o ritmo do trabalho permeiam os relatos do grupo. Nos momentos iniciais do século XX, esses peões eram, em geral,

---

<sup>334</sup> Entrevista com Régis Fiúza, realizada em 13/05/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira. Grifos nossos.

<sup>335</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes à Maria do Carmo Moreira Aguiar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

caboclos<sup>336</sup> despossuídos de terra que vendiam sua mão de obra por salários relativamente baixos. Eles também poderiam ser agregados, e como agregados, havia a possibilidade de plantar para subsistência no interior da propriedade<sup>337</sup>. Seja como for, estes peões, apesar de serem “despossuídos de terras” de forma semelhante ao campesinato itinerante, estavam sujeitos a contratos mais vantajosos e regulados pelos proprietários. Eles, em grande maioria, possuíam um salário, ainda que baixo, e moradia. Salário e moradia, para os “itinerantes”, poderiam ser pressupostos de estabilidade, o ideal que estas famílias buscavam encontrar.

Neste contexto de itinerância, as crianças não estavam livres das dificuldades e arbitrariedades as quais seus pais estavam expostos. Etuíno guarda imagens vívidas de sua infância, na qual boa parte se deu na companhia dos pais, nos deslocamentos contínuos. Ele rememora uma infância difícil, marcada pelo trabalho e por privações, devido a sua condição itinerante:

Etuíno: Mas Deus o livre, hoje em dia essa criançada tem mordomia, sabe, antes, no tempo que a gente foi criado, andava de pé no chão e tinha que ir pra lavoura, amanhecer, de “pezito” no chão e tinha que ir, né. [...] nós já tínhamos saído do Sítio. Que a gente foi se criando, né, foi ajudando o pai a trabalhar...<sup>338</sup>.

Nesta fala, *ter mordomia* significa não precisar, juntamente com seus pais, se deslocar por um período indeterminado, oferecendo mão de obra, com extensas jornadas de trabalho, sujeito a todo tipo de privações e arbitrariedades. Este ingresso no mercado de trabalho ainda na infância, mesmo que na companhia dos pais, revela a necessidade de braços para a sobrevivência da família. Trabalho ainda na infância era comum nas famílias “itinerantes”. Erocilda, em suas lembranças do trabalho na lavoura, revela a inserção de seus filhos nessa realidade, ainda na infância:

Erocilda: É um areal, então a água pega lá, daí ele dava pra nós plantar, água pegava, lá também é pura areia bem no fundo, lá ele mandou plantar arroz, mas o que adiantava plantar, plantava a água vinha, vinha as enchentes, levava tudo, deixava só areia... Tudo pelas minhas mãos, quem me ajudava a trabalhar eram as

---

<sup>336</sup> A respeito dos caboclos, ver: ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. SILVA, Márcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro-rio-grandense (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

<sup>337</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p. 167.

<sup>338</sup> Entrevista realizada com Etuíno da Silva, em 21/04/2008, por Maria do Carmo Aguilar.

minhas crianças, isso tudo, trabalhar pra comer, como é que nós ia viver, sem trabalhar nós não tinha o que comer, não é, tinha trabalhar<sup>339</sup>.

Apesar da saída do Sítio Novo/Linha Fão e das constantes migrações, estas famílias não perderam o contato com o local de origem. Nesta terra estão suas raízes, a memória de seus antepassados. O grupo familiar, apesar de estar morando em outros locais, sabe que o território do Sítio configura-se um valor simbólico, um:

[...] lugar de nascimento (raízes pessoais); lugar de pertencimento, de identidade (raízes grupais); lugar de crescimento, de socialização, de convivência, de relações familiares, sociais; lugar de tradições; lugar dos antepassados; lugar onde vivos e mortos que dão sentido a existências individuais e de grupos inteiros estão presentes no mesmo espaço de ligação com o mundo<sup>340</sup>.

Sempre que podiam, retornavam para rever os parentes que ficaram, bem como, o território. A fotografia reproduzida abaixo foi feita em meados de 1974 em um dia de visita ao Sítio Novo/Linha Fão. Nesta imagem encontra-se João Vieira, de 84 anos<sup>341</sup>, fundador do quilombo de Júlio Borges, sua prima Erocilda, matriarca e fundadora do quilombo Rincão dos Caixões, em meio às crianças destas três comunidades. Na obra “Historia e Fotografia”, a autora Maria Eliza Linhares Borges afirma que: “Nas fotografias de família – fossem elas produzidas em estúdios ou não – o que interessava era a representação de papéis sociais. É com eles que se cria a identidade do grupo e se institui a memória de seus membros”<sup>342</sup>. Desta forma, guardar imagens em situação de vulnerabilidade e mobilidade é um recurso de identidade e memória, importante para manter vínculos. Uma fotografia como esta pode ser uma “fonte”, no sentido de mostrar que, em determinadas datas e ocasiões, o grupo se reunia:

---

<sup>339</sup> Entrevista realizada com Erocilda dos Santos em 19/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira. Grifos nossos.

<sup>340</sup> SILVA, Sérgio Baptista da. O território negro do Rincão dos Martimianos. O espaço transformado em território negro. In: ANJOS, Jose Carlos dos. SILVA; BAPTISTA, Sérgio (orgs) *São Miguel e Rincão dos Martimianos. Ancestralidade Negra e Direitos territoriais*. Porto Alegre: RS, UFRGS, 2004. p. 203.

<sup>341</sup> João Vieira foi casado com Maria Luisa da Silva, irmã de Funé e Pretinha.

<sup>342</sup> BORGES, Maria E. L. *História e fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 19

Fotografia 2: Visita de Erocilda e sua família ao Sítio Novo/Linha Fão<sup>343</sup>



As visitas eram feitas, sobretudo, em dias de baile. Destas festas saíam namoros e até casamentos<sup>344</sup>. O namoro de Almeri e de Valentin teve início em um dos bailes do Sítio, como relembra Almeri:

Maria do Carmo: [...] Então a Sra é a esposa do Sr. Valentin, né.

Almeri: Nós morávamos aqui, daí que eu comecei a ir lá em baile sempre lá no Sítio [...] Eu era Solteira, ia com o meu finado pai e aí nós ficamos se conhecendo [referindo-se ao início do namoro entre ela e Sr. Valentin]<sup>345</sup>.

Depois de algum tempo de namoro eles resolveram casar: um casamento civil com cerimônia religiosa. Como eles falam: casamento “no papel”. Um registro visual da cerimônia

<sup>343</sup> Fotografia do retrato pertencente à Erocilda Fernandes. Dentre os adultos, João Vieira é o primeiro da esquerda para direita. Erocilda é a segunda pessoa na mesma direção. Acervo da autora.

<sup>344</sup> Mesmo antes das expropriações territoriais, os bailes do Sítio Novo/Linha Fão já são rememorados como locais onde se “costuravam” casamentos. Etuino explica que seus pais se conheceram em um dos “bailes dos morenos que aconteciam no Sítio”.

<sup>345</sup> Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar.

pode ser observado no anexo X desta dissertação. O evento contou com a presença de vários integrantes dos troncos familiares que constituíram o Sítio Novo/Linha Fão, Rincão dos Caixões e a comunidade de Júlio Borges, demonstrando a permanência dos vínculos sociais do grupo. A imagem contida no anexo evidencia a importância do ritual do casamento para o grupo.

As festividades eram organizadas pelos mais velhos, “os troncos velhos”, como eles falam. A música ficava por conta das gaitas de botão e dos violões. Nelson Fernandes, pai de Nildo e de Etuíno, é lembrado como um excelente músico, “o gaiteiro dos bailes”. As festas eram iluminadas por lampiões e poderia durar a noite toda. Aos rapazes cabia à função de cortejar as moças, como apontam os relatos abaixo:

Neuci: Nesses bailes que saiam os casamentos

Neusa: É, ali dava os namoros

Neuci: dava uns namoradinhos, eles faziam uns versos [risos]

Nildo: É! Nós tínhamos que fazer uns versos pra poder conquistar as moça que só com as dança nós não venciamos [risos]<sup>346</sup>.

Por certo tempo, alguns itinerantes chegaram a trabalhar em uma mesma fazenda ou em propriedades vizinhas. As famílias de Etuíno e Valentin trabalhavam para o mesmo proprietário e, nos momentos de folga, se reuniam para “prosear”. Altidor, por sua vez, era agregado em uma propriedade relativamente próxima a dessas duas famílias. Esta proximidade de algumas moradias facilitava o contato e a disseminação da notícia da ocorrência dos bailes. Almeri lembra que seu pai não perdia os “bailes do lampião”:

Almeri: Deus o livre! Até depois quando eu comecei [...] que eu comecei a ir lá em baile sempre lá no Sítio, o finado pai era muito de baile. Deus o livre, o meu pai adorava baile, daí ele vinha aqui, o meu pai, “hoje nós vamos num baile lá no Sítio, lá no Fão”, e daí chegava de tarde, ele trabalhava de tarde, se aprontava, tomava banho e daí de tardezinha se largava a pé pro Sítio, chegava lá por 1 hora, pro baile<sup>347</sup>.

---

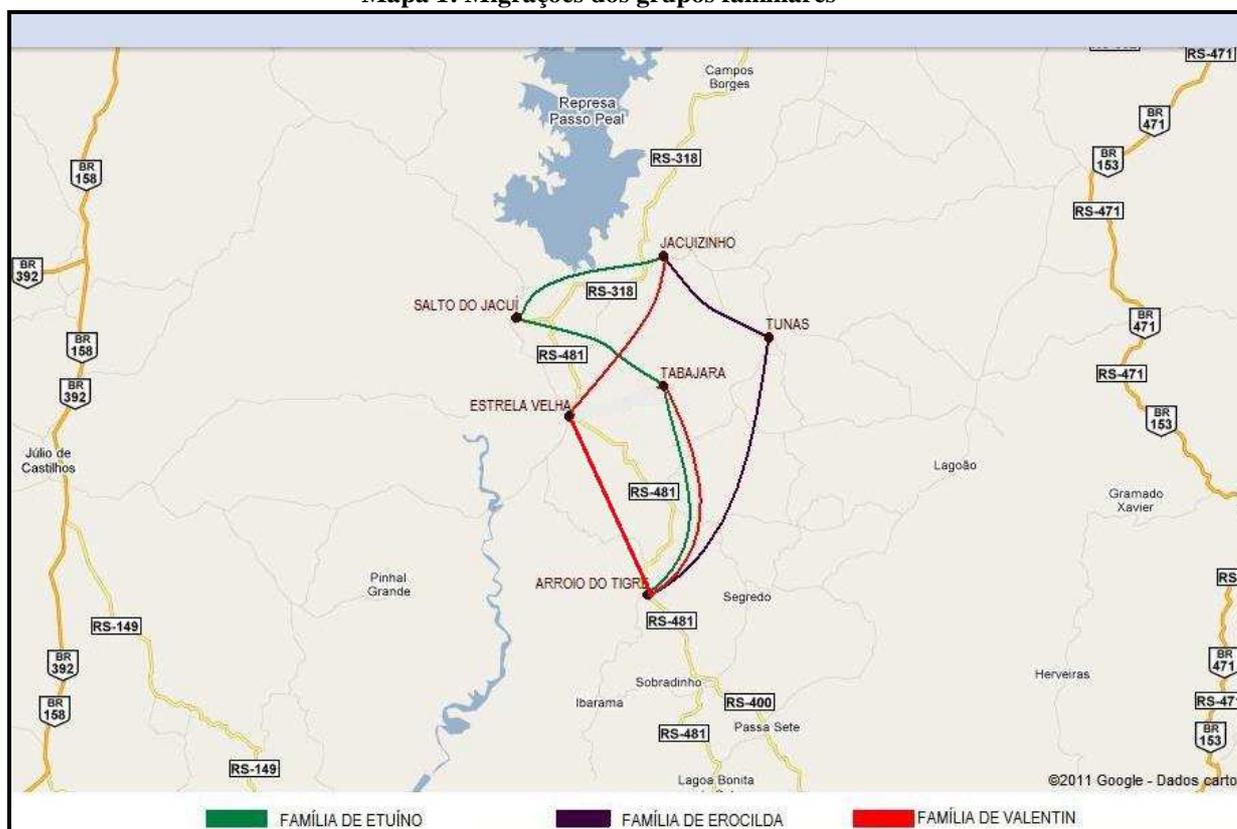
<sup>346</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes á Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

<sup>347</sup> Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar.

As narrativas acerca das festas no Sítio figuram as páginas desse texto, uma vez que estes bailes funcionaram como um elo entre os que ficaram e os que partiram: um elemento agregador fundamental para suportar as dificuldades da vida em itinerância. A importância dessas festividades para os itinerantes é evidenciada em suas falas, ao rememorarem os bailes do Sítio. As expressões dos rostos mudaram, as lembranças difíceis, constrangedoras que ainda os assombram deram lugar a memórias de: namoros, danças, músicas e até casamentos. Em um período impreciso de tempo no qual algumas famílias estavam fracionadas e dispersas pela região, os bailes tornavam-se momentos fundamentais, pois eram nestas festas, no retorno ao território que se reforçavam os sentimentos comuns e solidificavam-se os laços de pertencimento, solidariedade, e ainda, onde se arranjavam as uniões conjugais. Os casamentos no interior do grupo “cimentava” o tronco familiar<sup>348</sup>.

Abaixo, segue um mapa dos deslocamentos, elaborado a partir dos relatos dos “itinerantes”:

**Mapa 1: Migrações dos grupos familiares<sup>349</sup>**



<sup>348</sup> WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo: HUCITEC e Brasília: Edunb, 1995.

<sup>349</sup> Fonte: Google Maps. Imagem adaptada para esta dissertação.

Evidenciamos que o período em que estas famílias permaneceram se deslocando é impreciso. Os depoentes não souberam informar precisamente o ano da perda do território e quanto tempo permaneceram se deslocando, porém, é visível em seus depoimentos que foram incontáveis as chegadas e partidas. Outro ponto a salientar são os laços de família fortalecidos no período de itinerância. Nas entrevistas, não há relatos de famílias desfeitas em função dos constantes deslocamentos. Ao contrário, este período de mobilidade, da busca pelo território, é reapropriado, tornando-se um elemento agregador para a vida em coletividade, de solidariedade étnica, e de sentimentos de pertencimento tão necessários para a sobrevivência desta camada da população negra. A partir dessas experiências, podemos traçar um paralelo com as considerações feitas por Gilroy em relação à diáspora negra. Para este autor a diáspora negra, dada como migração forçada, criou formas de percepção do mundo diferenciadas da visão sugerida de modernidade que abrange e afeta a todos de modo similar, hegemônico. Gilroy afirma que:

A ausência do lar ou exílio forçado – é reapropriado. Torna-se afirmado e é reconstruído como base de um ponto de vista privilegiado a partir do qual certas percepções úteis e críticas sobre o mundo moderno se tornam mais prováveis. Deve ser óbvio que essa perspectiva incomum foi forjada a partir de experiências de subordinação racial<sup>350</sup>.

Deste modo, podemos pensar o período de itinerância desta camada da população negra como diáspora. O deslocamento forçado que leva consigo privações e violências nos possibilita pensar nesta comunidade como itinerante. Por outro lado, essa mobilidade, a busca pelo território, criou formas diferenciadas de percepção do mundo.

### 3.3 UMA ENXADA E MUITAS LEMBRANÇAS: TRABALHO E ANDARILHAGENS

Nesta parte do texto embarcaremos nas relações de trabalho tecidas entre as famílias negras e os fazendeiros do entorno no período de itinerância. As narrativas dessas relações de trabalho são constituídas a partir da recordação de histórias nem sempre vivenciadas pelos entrevistados, parte dos casos relatados são as experiências de pais e avós contados através da

---

<sup>350</sup> GILROY, Paul. *O Atlântico Negro - modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002. p. 224.

tradição oral. É importante mencionar que as memórias de episódios de violência, arbitrariedades e privações pela qual essas famílias negras passaram, estão sendo aqui utilizadas não para reforçar uma continuidade entre a escravidão e a liberdade, mas sim, para retratar as fazendas no Planalto médio do Rio Grande do Sul como arena de disputas, onde os descendentes de escravos lutavam por contratos de trabalho, ainda que informais, que garantissem o sustento da família: conquistar certa autonomia por meio da roça e assim se estabelecer frente à sociedade.

Outro ponto a destacar, refere-se à historiografia social do trabalho. Durante as décadas de 1960 e 1970, a história social do trabalho era identificada como a história do trabalhador livre e assalariado. De acordo com Silvia Lara, as pesquisas deste período excluíram o trabalhador escravo da gênese da história do trabalho no Brasil<sup>351</sup>. Embasados pelos paradigmas da “transição” e da “substituição”<sup>352</sup> do escravo pelo trabalhador livre, os estudos consideravam o final do século XIX como originário da formação da classe trabalhadora, quando “chegaram” ao Brasil os imigrantes “estrangeiros”. Nestas abordagens, o escravo era considerado um ser coisificado, gerando, por consequência, um liberto despreparado para liberdade, atrasado e inapto à modernidade do capitalismo devido, sobretudo, a herança da escravidão. Esta falta de aptidão levou à “substituição” do escravo pelo trabalhador livre, nestes termos, entendido como branco e imigrante. Nestes estudos, como apontam Gomes e Negro, “escravidão, trabalho escravo e mundo rural apareceriam em oposição à industrialização, operariado e urbanização”<sup>353</sup>.

A partir de 1980 teve início a ampliação, ainda que tímida, dos limites cronológicos e do eixo temático. Marcos, como o fim da escravidão, início da república ou o “surto” de industrialização dos anos de 1880, tidos como momentos iniciais para os estudos do trabalho foram cada vez mais questionados. O período anterior às duas últimas décadas do século XIX começou a ser campo de análises dos historiadores do trabalho. Da mesma forma, os pesquisadores começaram a introduzir em suas pesquisas recortes temáticos, tais como: gênero, raça e etnia<sup>354</sup>.

---

<sup>351</sup> LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Projeto História, São Paulo, n. 16, p. 25-38, fev. 1998.

<sup>352</sup> Para Silvia Lara o chamado período de “transição” refere-se a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre e a “substituição” refere-se troca do escravo (negro) pelo trabalhador livre (branco e imigrante) a partir da introdução do trabalhador imigrante no país. Para maior aprofundamento ver: LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Projeto História, São Paulo, n. 16, p. 25-38, fev. 1998.

<sup>353</sup> GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. Tempo Social, São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 217-240, jun. 2006. p.227.

<sup>354</sup> GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. Tempo Social, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006.

Problematizando a tese da “substituição”, George Reid Andrews<sup>355</sup> em análise das primeiras décadas do pós-abolição, evidencia a presença de trabalhadores negros no mercado de trabalho urbano de São Paulo, a luta por empregos, e o poder de negociar dos egressos do cativeiro e imigrantes diante dos empregadores. A pesquisa de Andrews evidencia o quanto a experiência escrava norteou as ações e reivindicações dos libertos no período pós-abolição. Desse modo, conforme postulou Lara, “a ‘marginalização’ dos negros não mais aparece como fruto das ‘marcas’ da escravidão, da falta de habilidades para o mercado de trabalho capitalista ou do racismo”, para a autora a “marginalização” pode ser explicada, através de uma análise que leva em conta os confrontos entre trabalhadores e seus patrões<sup>356</sup>.

Ainda sobre a historiografia do trabalho e, em contraposição às teses em que o trabalhador negro é tido como sinônimo de atraso e inaptidão à modernidade do capitalismo devido à “mácula” da escravidão, Peter Eisenberg<sup>357</sup> afirma que a ausência de progresso técnico em algumas áreas agrícolas, não se explica pela presença da mão de obra escrava. Para o autor esta falta de progresso se justifica pela pouca tecnologia empregada nas lavouras. Assim, pesquisas como as de: Eisenberg e Andrews apontam para a falta de sentido em aceitar a justificativa de atraso técnico da mão de obra escrava, e de pensar o liberto como um ser incapacitado para o trabalho devido à herança escravista.

No decorrer dos últimos anos rompemos com as dicotomias liberdade/escravidão, erudito/popular, urbano/rural no qual o primeiro era sinônimo de modernidade e o segundo de atraso. Apesar de termos nos desviados dos caminhos batidos pelas dicotomias, falta recuperar as experiências destes trabalhadores não brancos e não urbanos que ainda são pouco pesquisadas pela historiografia social do trabalho. Desta forma, esta parte do texto tem por objetivo trazer à tona experiências de trabalhadores negros rurais, evidenciando-as como integrantes do processo de constituição da classe trabalhadora do país.

No grupo de famílias pesquisadas, as relações de trabalho estabelecidas no período de andarilhagens não são homogêneas. Algumas famílias tiveram no deslocamento contínuo a busca de uma colocação, a única alternativa para sobrevivência. Estas andarilhagens transformaram-se no traço mais marcante de suas trajetórias. Outras famílias desconhecem estas sucessivas migrações. Ao contrário da massa de trabalhadores itinerantes, eles conseguiram se fixar por longos períodos nas fazendas da região como parceiros através de

---

<sup>355</sup> ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo 1888-1988*. Bauru: EDUSC, 1998.

<sup>356</sup> LARA, Silvia H. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História, São Paulo, n. 16, p. 25-38, fev. 1998. p. 36

<sup>357</sup> EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989.

contratos informais, mantendo áreas de cultivo próprio de onde poderia sair boa parte do sustento da família. Para exemplificar:

- Erocilda e sua família, após a saída no Sítio Novo/Linha Fão, nunca conseguiram ficar muito tempo em uma mesma propriedade, ela, na companhia de seu esposo e filhos “andava vagando no mundo”. O tempo de permanência nas propriedades era impreciso. Em determinada ocasião, eles saíram de uma fazenda antes mesmo da colheita na área concedida para produção familiar. Erocilda relata que por volta de 1960, em certa propriedade da região, estando trabalhando no regime de parceria, ela e o seu marido limparam a área, plantaram, porém, no momento da colheita, houve um desentendimento com o proprietário. Este os “surraram” e os expulsaram de sua propriedade.
- Etuíno e seus pais, em suas andarilhagens, conseguiam permissão para permanecer na propriedade em períodos específicos. Seus pais eram contratados para um determinado serviço que poderia ser plantio, colheita ou limpeza da área a ser cultivada. Acabada a tarefa para a qual foram “contratados”, eles deixavam a área. Em posse do que lhes cabiam, reiniciavam as andarilhagens pela região em busca de mais uma colocação.
- Valentin e seus pais também saíram do Sítio. Esta família, ao contrário da família de Etuíno e Erocilda, conseguiu se fixar em uma fazenda através de um contrato informal de parceria por 15 anos. Foram anos morando em um mesmo local e trabalhando para o mesmo proprietário. Nesta casa eles puderam ver seus filhos crescerem e se casarem.

No período balizado pela memória do grupo, meados de 1940 e 1960, vigorava no Brasil, a partir de 1943, a legislação trabalhista. Entretanto, a consolidação das Leis de Trabalho, em função da relutância dos proprietários rurais, não se estendeu ao campo, excluindo com isso uma imensa massa de trabalhadores do campo espalhados pelo Brasil<sup>358</sup>. Assim, a intervenção do Estado não alcançou boa parte desta camada da população. Com o afastamento do poder público da normatização e fiscalização dos contratos rurais, ficou a cargo dos proprietários elaborarem a política que passaria a administrar a redefinição das

---

<sup>358</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Ministério do Trabalho. Uma história contada e vivida*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. Disponível em: [[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1699.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1699.pdf)]. Acesso em 15 de março 2011.

relações de trabalho no campo. Assim, a memória das jornadas de trabalho como demasiadamente longas, remunerações insuficientes e abusos por parte dos patrões, são traços que unem os depoimentos desses “itinerantes”.

Torna-se importante mencionar que para essas famílias itinerantes um contrato de trabalho, ainda que informal, poderia ser sinônimo de estabilidade. Em suas expectativas, ter uma casa, um pedaço de terra para poder plantar, significava a realização do que Mattos e Rios chamaram de “um projeto camponês de estabilidade e roça”. Desta forma, ao se fixarem como parceiros estáveis se encerraria o período de andarilhagens. Assim, torna-se importante fazer as seguintes perguntas: como eram as relações de trabalho estabelecidas em períodos de itinerância? As famílias conseguiram se fixar via contratos de trabalho? Os contratos atingiram as expectativas e realmente foram sinônimos de estabilidade para os descendentes de escravos de Rincão dos Caixões? Até que ponto as famílias que se fixavam via contratos informais de trabalho se diferenciavam da massa de trabalhadores itinerantes?

Antes, no entanto, é preciso adentrar na discussão historiográfica acerca da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, uma vez que alguns relatos sobre as experiências de pais e avós nos remete ao imediato pós-abolição, no final do século XIX e início do século XX.

### **3.3.1 Transição entre escravidão e liberdade: algumas reflexões sobre as relações de trabalho**

Eric Foner, em “Nada Além da Liberdade”, afirma não ser possível uma generalização que dê conta da complexidade das relações de trabalho surgidas nas sociedades pós-emancipação. No entanto, as sociedades marcadas pela grande lavoura, no transcorrer do processo de emancipação, experimentaram diversos conflitos em torno do controle de mão de obra e da “definição dos direitos, privilégios e papel social de uma nova classe, a dos libertos”<sup>359</sup>.

Esta parte do texto procura discutir as relações de trabalho no período pós-abolição em um contexto mais amplo, recolhendo, tanto quanto possível, outras experiências como contraponto. Obras como a de Rebecca Scott e de Eric Foner figuram as páginas desse texto

---

<sup>359</sup> FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

no intuito de evidenciar, em outras sociedades, os estágios antes da liberdade ou, ao menos, a tentativa de criá-los por parte das elites proprietárias e Estado, realidade que fez parte dos contextos pesquisados por aqueles autores. Tentaremos demonstrar como algumas sociedades do Atlântico que conviveram com a escravidão enfrentaram os conflitos em torno das relações de trabalho surgidas no pós-abolição.

Ao final do cativo, os ex-escravos enfrentaram variadas formas de trabalho compulsório e tiveram que lutar, em alguns casos, por meio de greves, por melhores salários e pelo direito à terra, fonte de autonomia. Em ambos os contextos, o que se viu no pós-emancipação foi a luta dos libertos pela definição das novas versões de trabalho, além da significação dos conceitos de liberdade, cidadania e raça. Expandir os olhares para outras realidades nos coloca diante da complexidade dos múltiplos fenômenos ocorridos em sociedades distintas, mas que tiveram no cativo e nos conflitos em torno das definições de trabalho no pós-emancipação, um ponto em comum.

Eric Foner, na obra “Nada Além da Liberdade: a emancipação e seu legado”, focaliza o trabalhador emancipado. O autor examina detalhadamente as lutas sociais e políticas travadas entre os ex-escravos e os proprietários da região das grandes lavouras dos Estados Unidos, abordando, pelo olhar do liberto, a problemática da abolição em diversos contextos, com o objetivo de demonstrar como essas múltiplas experiências ressoaram no sul dos EUA. A proposta principal do autor é mostrar a resistência do trabalhador negro frente ao processo de proletarianização de sua mão de obra em sociedades pós-emancipação. No ensaio intitulado “A anatomia da Emancipação”, Foner analisa diferentes emancipações que tiveram andamento no decorrer do século XIX.

No Caribe inglês há um consenso entre as elites proprietárias de que os negros não trabalhariam nas fazendas sem alguma forma de coerção. Era preciso criar métodos que prendessem os libertos às fazendas. Neste sentido, para suavizar a transição da escravatura para o trabalho livre, as autoridades britânicas criaram um programa: “o aprendizado”. A lei de 1833 previa que todos os escravos deveriam servir por seis anos como aprendizes. Eles seriam pagos e durante esse período estariam sujeitos a severas regulamentações determinadas pelas legislaturas coloniais. Para o autor da lei, o objetivo do aprendizado era “fomentar boas relações entre fazendeiro e liberto e remoldar a cultura dos ex-escravos”<sup>360</sup>. No entanto, o programa fracassou.

---

<sup>360</sup> FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade*. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1988. p. 37.

Em muitas partes do Caribe inglês o fim do aprendizado se caracterizou pelo afastamento das fazendas e pela ascensão de um campesinato negro. A emergência deste campesinato, porém, foi resultado de uma complexa sucessão de articulações e motivos. Essa classe camponesa surgiu a partir das articulações políticas do próprio grupo e do conflito entre ex-escravos e fazendeiros, que giravam em torno do direito costumeiro à propriedade e das definições do conceito de liberdade. Os libertos também não aceitavam trabalhar para ganhar menos do que ganhavam na condição de escravos: “O conflito entre o desejo dos libertos de autonomia e a demanda dos fazendeiros por uma força de trabalho disciplinada uniu a história das sociedades caribenhas no pós-emancipação”<sup>361</sup>. Desta forma, o contexto político, a articulação entre as elites fundiárias e Estado e o binômio terra/trabalho foram fundamentais na determinação das relações de classe no pós-abolição.

Neste sentido, Rebecca Scott em seu ensaio: “Fronteiras móveis: ‘linhas de cor’ e divisões partidárias: raça, trabalho e ação coletiva em Louisiana e Cuba, 1862-1912”, publicado na obra “Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação”, propõe uma análise comparativa privilegiando as experiências pós-emancipação entre Louisiana e Cuba, sob o ponto de vista dos libertos. O objetivo final da autora é “explicar como determinados padrões de produção surgiram após a escravidão, como aumentaram ou restringiram a possibilidade de ação coletiva e como essas ações coletivas, por sua vez, configuraram as relações de classe no século XX”<sup>362</sup>. Ao analisar estas sociedades produtoras de açúcar, a autora prisma pelos embates em torno da organização do trabalho, nas lutas dos trabalhadores por direitos e por condições de vida mais dignas.

Na Louisiana, os embates giravam em torno da tentativa dos ex-senhores e Estado de impor aos libertos o trabalho assalariado. Estes, por sua vez, lutavam pelo acesso à terra. A partir de uma efêmera aliança com o Partido Republicano, os ex-escravos conquistaram uma relativa atuação política que viriam a perder posteriormente. Ao final da reconstrução, os embates salariais se acirravam e a tentativa de diminuição dos valores pagos aos libertos desencadeou em importantes greves. A ideologia racial deu forma às relações de classe que, por sua vez, deram molde à construção da raça e da política. A autora afirma que o resultado das disputas em torno da organização e da produção dos trabalhadores gerou a composição de um modelo binário de cor profundamente politizado. O não arrendamento das áreas de

---

<sup>361</sup> Ibid., p.43.

<sup>362</sup> SCOTT, Rebecca J. Fronteiras móveis: ‘linhas de cor’ e divisões partidárias: raça, trabalho e ação coletiva em Louisiana e Cuba, 1862-1912. In: *Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2005. p. 138.

canaviais à ex-escravos, “a reconstrução dos grupos de trabalho e o recrutamento de trabalhadores sazonais afro-americanos da Virginia e das Carolinas combinaram-se para criar uma realidade na qual o trabalho canavieiro assalariado se associasse fortemente aos negros”<sup>363</sup>.

Adentrando a realidade brasileira, Peter Eisenberg em “Homens Esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX” (coletânea de ensaios que analisa além da economia nas *plantations* de açúcar do Nordeste, o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e o surgimento da economia de exportação de açúcar em São Paulo), pontua as características necessárias para que haja uma relação de trabalho. Para o autor:

A necessidade de trabalhar, por si só não gera relações de trabalho. Para que haja uma relação de trabalho, é preciso que o trabalhador se mostre capaz não só de sobreviver ou subsistir, mas de produzir um excedente, um produto que ultrapasse as necessidades de sua própria manutenção, um, produto que possa ser apropriado por um outro ser vivo, seja ele um escravocrata ou um patrão<sup>364</sup>.

Eisenberg faz uma crítica aos pesquisadores que acreditam que no Brasil, ao término do processo de abolição, as relações de trabalho subitamente tornaram-se proletárias. Ele afirma que não se deve ter em mente que a transição para o trabalho livre tenha ocorrido de forma dramática e que na conversão o escravo desaparece e em seu lugar emerge o trabalhador que é senhor de si e da sua força de trabalho. Para o autor, a transição no Brasil ocorreu através de trabalho livre, mas não proletário. Desta forma, durante a transição, era comum nas fazendas de café de São Paulo, a ocorrência de moradores e agregados, que em troca de seu trabalho, adquiriam o direito de usufruir a terra alheia ou então da obtenção de uma porção dos frutos do seu trabalho naquela terra. Essa era uma prática comum, mesmo não havendo uma remuneração monetária.

Esta discussão acerca da proletarização da mão de obra interessa-nos à medida que no universo pesquisado para esta dissertação os ancestrais das famílias negras não se tornaram proletários ao fim do cativeiro. Houve outras experiências de trabalho que nos permite concordar com Eisenberg quando afirma que o fim da escravidão não nos levou a uma proletarização imediata da mão de obra. Nas famílias pesquisadas, os depoentes mais velhos

---

<sup>363</sup> Ibid., p. 163.

<sup>364</sup> EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989.

recordam relações de trabalho não monetárias. Conforme mencionado no capítulo anterior, ao fim do cativeiro, os ancestrais da família decidiram permanecer na fazenda onde conheceram o cativeiro e continuaram a trabalhar para o proprietário, Pedro Simão, na condição de agregados. Cabe ressaltar que foi de interesse dos proprietários manter um corpo de dependentes em suas propriedades para fins econômicos, políticos e sociais.

Voltando ao Rio Grande do Sul, após o cativeiro, os ancestrais dessa coletividade continuaram a trabalhar para Pedro Simão em atividades ligadas à agricultura e recebiam pelos serviços prestados alguns víveres alimentares. Trabalho que difere das relações proletárias, uma vez que não há compra da força de trabalho: apesar das famílias trabalharem na fazenda, o proprietário não lhes pagavam salário. Olívia, de 60 anos, recordando histórias das experiências de suas avós, contadas por sua mãe, deixa transparecer o grau de dependência a que essas famílias estavam expostas:

Olívia: Trabalhava por dia na, nos patrão delas, lá que elas tinha, finado Laerte lá da Vila Fão. [...] era só ele que saia pra fora, e o que ele trazia era a farinha de mandioca pra vender pros peões, por que ele não encontrava comida pra fora pra trazer, não que ele não quisesse comprar, não encontrava comida, só a farinha de mandioca. Ai as pessoa tinha que comprar aquilo ali, e não podia quase engolir, mas tinha que engolir se não morria de fome<sup>365</sup>.

Ao fim do cativeiro estes sujeitos se inserem em uma trama de relações de trabalho, como veremos mais adiante, mas não se tornaram trabalhadores assalariados. Há uma ambiguidade nas relações de trabalho dessas famílias com os fazendeiros da região. O trabalho por eles desenvolvido não é proletarizado, mas também não é escravo, embora nas narrativas dos nossos entrevistados, a partir da percepção do trabalho compulsório, essa época seja caracterizada como “dos escravos”. Relações de trabalho não monetárias, pagamentos insuficientes ou inexistentes, faz com que as experiências desses libertos figurem-se numa espécie de transição entre o cativeiro e a liberdade, com remunerações que ficam quase abaixo do nível de subsistência.

Denise Moura, no livro “Saindo das sombras. Homens livres no declínio do escravismo” tem como foco principal o trabalhador brasileiro livre e pobre. Nesta obra a

---

<sup>365</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olívia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes á Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

autora investiga as trajetórias de homens livres na zona cafeeira de São Paulo entre 1850 e 1888. A autora se propõe a analisar as inúmeras e instáveis relações de trabalho entre os livres nacionais e os fazendeiros, em um contexto onde se habituou a associar trabalho livre a imigrantes, os cafezais paulistas. Sobre essa ocupação das colônias paulistas por imigrantes, a autora afirma que:

Folheando as páginas dos livros de anotações das colônias e os relatórios oficiais, fica a impressão de terem sido exclusivamente ocupadas por europeus. Entretanto, não parece duvidoso que apenas tenham sido registrados os trabalhadores ajustados de forma fixa, submetidos a contrato de parceria e residentes no interior das colônias, silenciando assim os inúmeros trabalhadores provisórios, jornaleiros e empreiteiros que diariamente imiscuíam-se nas suas inúmeras tarefas<sup>366</sup>.

Nossa intenção, ao evocar aqui os textos de Moura é cruzar as experiências dos trabalhadores nacionais livres, durante o processo de abolição<sup>367</sup>, com as experiências dos libertos e seus descendentes no período pós-abolição, demonstrando que entre a abolição da escravidão e a proletarização houve um longo caminho percorrido pelos libertos e seus descendentes. Ao analisar os contratos de trabalho firmados entre fazendeiros e os nacionais livres, a autora conclui que apesar do mandonismo ter sido uma marca na cultura e nas relações entre os homens da sociedade brasileira, as elites estavam dispostas a negociação cotidiana, prontos para fazer concessões e superar as divergências que pudessem tumultuar os ajustes do trabalho. Nas fazendas onde o convívio com os senhores era mais estreito, o contrato não endureceu as relações, os ajustes de contrato existiam e eram realizados no dia a dia por ambas as partes, de acordo com as necessidades surgidas. Os espaços de atuação entre homens livres e senhores foram conquistados e reordenados através de tensões e junção de interesses. Porém, afirma a autora, havia certos limites para tal convivência que, quando ultrapassados, geravam não apenas conflitos, mas a construção de estereótipos<sup>368</sup>.

---

<sup>366</sup> MOURA, Denise A. S. de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: CMU, 1998. p. 73.

<sup>367</sup> Para Eisenberg o processo de abolição se estendeu por quase um século de 1810 a 1888, porém, Sidney Chalhoub em seu artigo *Escravidão Ilegal e Precarização da Liberdade no Brasil Império*, afirma que durante o século XIX houve expansão da escravidão, contrariando a ideia de uma emancipação linear, o autor utiliza o exemplo a chegada em abundância de contrabando de africanos no país em descumprimento a Lei de Abolição do tráfico de 1831. CHALHOUB, S. *Escravidão Ilegal e Precarização da Liberdade no Brasil Império*. In: AZEVEDO, Elciene et al (org.) *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, pp. 23-62.

<sup>368</sup> MOURA, Denise A. S. de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: CMU, 1998.

Relativizando a afirmação da autora, mesmo não negando a existência desta margem de negociação, é preciso lembrar que a historiografia da escravidão tem apontado que o simples fato de haver proximidade, sob a forma de um convívio mais estreito, não pode ser por si só sugestão de abrandamento nas relações. Os relatos acerca das relações de trabalho estabelecidos no período pós-abolição feitos pela terceira geração de libertos da região por nós pesquisada, apontam para relações marcadas, sobretudo, por conflitos. E essas memórias, conforme veremos a seguir, não deixam margem para fazermos este tipo de afirmação.

No Rio Grande do Sul, nos primeiros quartéis do século XX, as tensões nas relações entre as partes do contrato emergem na fala de Emilio, morador do quilombo de Júlio Borges. Emilio revela conflitos entre as partes do contrato de parceria. Ele relata que o acordo era quebrado e os laços de trabalho eram rompidos quando não recebiam um tratamento adequado ou quando o patrão passava dos limites de convivência tidos como aceitáveis pela família:

Emilio: É, o patrão gostava de dar umas mijadas, umas xingadas que a gente não gostava já erguia as trouxa. Naquela época a gente [...] não gostava de aguentar desaforo, a verdade tem que dizer né, se o patrão me dava uma mijada eu já fazia as trouxa e tava saindo, e já arrumava outro lugar<sup>369</sup>.

Neste caso, desfazer o acordo é um ato de recusa ao tratamento dispensado pelos patrões a essa parcela errante da população negra. As famílias tinham delimitado os limites acerca do que seria suportável no tratamento a eles dispensado. Não aceitar os excessos dos patrões, remunerações insuficientes ou quase inexistentes, foram os motivos mais citados para justificar as quebras dos contratos de parceria pelas famílias pesquisadas. Para algumas famílias, qualquer tratamento, que nas suas percepções se aproximasse das experiências do tempo do cativo, ainda que eles não as tenham vivenciado e que as mesmas tenham sido relatadas por seus avós, era motivo para a recusa ao trabalho. Almeri, cujos ancestrais foram escravos do fazendeiro Pedro Simão, relata que sua família abandonava as fazendas quando “queriam fazer a gente de escravo, queriam que a gente trabalhasse de graça pra eles. Só queriam que trabalhasse, mais pagar que era bom não queriam”<sup>370</sup>. Esta narrativa evidencia a percepção do trabalho compulsório pelos próprios atores, a partir da condição de vida que eles

---

<sup>369</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes à Maria do Carmo Moreira Aguiar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

<sup>370</sup> Entrevista coletiva concedida por Valentin Fernandes e Almeri dos Santos à Maria do Carmo M. Aguiar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Rincão dos Caixões.

levariam se continuassem na fazenda. Assim, eles se apropriam do termo “escravo” e imprimem um significado próprio, singular.

Os contratos também poderiam ser desfeitos pelos fazendeiros, por uma infinidade de motivos. Erocilda nos relata uma quebra de contrato ocorrida em meados da década de 1960 que revela a ganância do proprietário, pois o mesmo não dividiu o que foi cultivado em parceria na lavoura, nem ao menos permitiu que a família colhesse o que haviam plantado na “roça própria”. A dramaticidade do ocorrido não termina com a perda dos viveres e a impossibilidade de alimentar os filhos, conforme relata Regis Fiúza:

Eu ouvi os gritos, [...] se não me falha a memória, e era quase meio-dia, eu já tava indo embora, que tinha ido dar sal para o gado e eu ouvi lá em baixo, no Rio Caixão, um choro: “Ai, ai, ai. Ai, socorro! Que barbaridade!”. E aquilo veio vindo e veio vindo e eu: “Mas o que é isso!”, eu me assustei. Como isso aí? É dentro da minha propriedade eu vou ver, aí quando... Escorei o cavalo, fui, vi um casal com os filhos e grávida ainda e com outro no colo, amamentando, aí eu digo: “Mas o que houve?”. “Meu compadre”, mas o que é isso comadre?”, “Não, o outro fazendeiro, o dono da terra tocou nós, surrou e agora que na época da colheita, é que nós teríamos que colher, ele surrou, espancou nós e colocou nós porta fora de lá e tocou e nós não temos pra onde ir”<sup>371</sup>.

Episódios como este revelam a fragilidade dos contratos verbais e as inúmeras situações de violência a que este campesinato estava exposto, bem como, a situação catastrófica a que essas pessoas foram submetidas neste processo de expulsão e obrigação à itinerância. Neste relato: “ele surrou, espancou nós”; desenha-se claramente uma situação em que o espancamento infligido à Erocilda e ao seu marido se assemelha com os castigos físicos experimentados por seus antepassados no cativeiro, como as histórias “dos laços que davam pra trabalhar”, narrados por Funé.

As análises destas experiências remetem a situações que hoje estão sendo denominadas de “trabalho análogo a de escravo”<sup>372</sup>, ainda que com algumas diferenças. Apesar da designação de “trabalho análogo a de escravo” se referir a um fenômeno específico do fim do século XX e início do século XXI, a categoria “trabalho análogo a de escravo” já aparecia no Art. 149 do Código Penal de 1940. Embora, de acordo com Ângela de Castro Gomes, não causasse grande espécie no meio acadêmico e não mobilizasse políticas públicas

---

<sup>371</sup> Trecho da entrevista concedida por Régis Fiúza, em 13 de maio de 2008, a Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira. Grifos nossos.

<sup>372</sup> GOMES, Ângela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *Revista de História Oral*, volume 11: Rio de Janeiro, 2008. pp. 11-41.

ou ações de organizações não governamentais. Assim, as formas de exploração do trabalho no campo não se iniciaram a partir dos anos 1990. O que mudou, a partir dos anos 1990, foi o contexto político. Dentro deste contexto de pressão da sociedade civil organizada, a posição demarcada pelo Estado brasileiro junto a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi a de combate a essas formas modernas e radicais de exploração do trabalho<sup>373</sup>.

Na fala de Sebastião<sup>374</sup>, marido de uma das netas de Erolcilda, “[...] Depende do patrão que ficava contigo um ano, dois anos, “não tem mais lugar, né, não queremos mais, tu vai ter que procurar outro”, assim vinha vindo”, também traz a tona as formas com que se davam os rompimentos dos contratos de trabalho e revela a dificuldade encontrada pelas famílias para o estabelecimento territorial de forma autônoma e definitiva. Assim, a solicitação para desocupar a área após o tempo de plantio, colheita ou de alguma outra tarefa, foi algo recorrente na relação entre os proprietários e essas famílias de trabalhadores itinerantes. Desta forma, o motivo dos rompimentos dos contratos de trabalho para as famílias negras girava em torno, ora da ganância dos patrões em ficar com toda a produção, ora pelas próprias famílias em recusa ao tratamento a elas dispensado.

Voltando ao século XIX e à zona cafeeira de São Paulo, as experiências não proletárias, levantadas por Moura, corroboram com as afirmações de Eisenberg acerca das múltiplas relações de trabalho, pela qual os nacionais livres percorreram antes de se tornarem proletários. Contudo, não podemos negligenciar as tentativas por parte dos fazendeiros de proletarizar a mão de obra livre. Nos cafezais paulistas, segundo Moura, há inúmeras tentativas de adequar os trabalhadores a um ritmo de produção e de trabalho sistêmico, modificando suas condutas, maneira de trabalhar e a forma de ritmar o tempo.

Na região do Recôncavo, Fraga Filho em seu livro “Encruzilhadas da Liberdade”, aborda as inúmeras estratégias de inserção na sociedade da região pelos recém-libertos. Havia uma ampla variedade de situações de trabalho. O autor chama a atenção para a condição de “alugado”, que eram trabalhadores que percorriam o Recôncavo servindo de mão de obra temporária em períodos de safra e moagem da cana-de-açúcar. Esta categoria, dada como “alugado”, poderia incluir uma série de experiências como a de “viver do trabalho em roças alheias”. Nessa condição as pessoas exerciam trabalhos temporários em plantações de terceiros, geralmente, retornando para suas residências ao final dos serviços. Possivelmente, essa era a realidade de boa parte dos libertos, que no período pós-emancipação não tiveram

---

<sup>373</sup> Ibid., p. 25.

<sup>374</sup> Entrevista coletiva concedida por Erolcilda da Silva e Sebastião a Cristian Salaini e Vinicius Pereira Oliveira. Realizada em 19 de abril de 2008.

acesso à terra<sup>375</sup>, e também dos descendentes de escravos que nos anos iniciais do século XX perderam a condição de moradores, se transformando em trabalhadores “alugados” despossuídos de terra<sup>376</sup>.

Para Campinas, Regina Xavier em seu livro: “A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX”, aborda as trajetórias de negros pela busca e manutenção da liberdade. Experiências esmiuçadas pela pesquisadora a partir de uma ampla variedade de fontes, que revelam seja por grandes ou pequenas ações, os desafios que os personagens enfrentaram no caminho rumo a liberdade. Xavier informa que os contratos de trabalho foram utilizados por muitos ex-senhores como um trunfo contra a receosa ociosidade, a insubordinação e rebeldia dos libertos em relação ao trabalho: “A Câmara de Campinas, por exemplo, registrou pedidos no sentido de obrigar os libertos a trabalhar”<sup>377</sup>.

No Rio Grande do Sul, houve por parte de alguns governantes a elaboração de projetos de leis que preparassem os filhos dos ex-cativos para a vida em liberdade. Rodrigo de Azambuja Villanova, então presidente da província em um relatório de 1887, afirmava o despreparo da última geração de cativos para o exercício da liberdade: “A aquisição imediata e repentina de um bem cujo gozo se lhes afigura isento de deveres ou provações, será para eles uma embriaguez que os levará a um estado de degradação ao qual só tarde e dificilmente poderão arrancar-se ou ser arrancados”<sup>378</sup>.

Para ele, a degradação, fruto de uma liberdade imediata, era iminente. Vilanova acreditava na necessidade, por parte do Estado ou dos antigos senhores, de tutelar os filhos dos libertos, para que os mesmos não adquirissem os costumes degradantes dos pais. Desta forma, ele postulava a criação de instituições nas quais as crianças “aprenderiam a ser livres” e adquiririam um ofício. Não é nossa intenção investigar indícios de funcionamento desse projeto, o que pretendemos é demonstrar que em diversas partes do país houve por parte das elites debates acerca do destino dos recém-libertos.

Neste sentido, Sandra Jatahy Pesavento, em “A Emergência dos subalternos: Trabalho livre e ordem burguesa”, analisa a emergência do mercado de trabalho livre no Rio Grande do Sul e suas especificidades, inserindo-o no contexto de transformações econômicas instauradas

---

<sup>375</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p.300.

<sup>376</sup> Ibid., p.301.

<sup>377</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/ UNICAMP, 1996. p. 100.

<sup>378</sup> Relatório de 1887, p. 69 apud WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os Nomes da Liberdade. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Olkos, 2008.

no país no decorrer da segunda metade do século XIX. A autora afirma que na transição do trabalho escravo para o livre uma das preocupações fundamentais das elites foi, além de reter a mão de obra junto aos locais de trabalho, controlar o acesso dos trabalhadores livres no mercado que se formava. Porém, este tipo de comportamento foi acompanhado por uma série de procedimentos que poderiam ser: coercitivos, ideológicos, instrumentais-legais e consensuais. Tratava-se, portanto, de medidas que não só agilizariam, mas também acentuariam a vigilância e repressão sobre os trabalhadores por meio do policiamento, dos códigos de posturas municipais e da justiça, como também da propagação ideológica de uma nova ética que condenava o ócio e valorizava o trabalho<sup>379</sup>. A autora afirma ainda que no Rio Grande do Sul, “O alvo da elite, na sua tática de disciplinarização do trabalhador, era fundamentalmente a mão de obra nacional, livre e liberta”<sup>380</sup>.

Para a Região do Vale do Paraíba, Mattos e Rios, no livro “Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição” resultado de pesquisas desenvolvidas na década de 1990, organizam uma série de relatos de famílias de ex-escravos<sup>381</sup>, mapeando a partir da memória de seus descendentes (sucessivamente, as trajetórias de seus filhos e netos), as estratégias e percursos dos recém-libertos que viveram no velho Vale do Paraíba, para se estabelecer na sociedade pós-abolição. As autoras pontuam alguns aspectos destas trajetórias como as relações de trabalho, estabelecidas por meio dos contratos informais, as condições políticas de acesso à terra e outras estratégias de sobrevivência. No decorrer da obra as autoras nos apresentam vários atores sociais e, a partir das narrativas, vão tentando montar o quebra-cabeça das relações de trabalho destas trajetórias. São memórias que transformam os contratos informais de parceria em portas de acesso para a estabilidade. Esses contratos, com o tempo, seriam socialmente sedimentados e os trabalhadores ganhavam a permissão de plantar em alguma parte, provavelmente menos produtiva, das fazendas<sup>382</sup>.

---

<sup>379</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos Subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: UFRGS. 1989. p. 36.

<sup>380</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>381</sup> Estas entrevistas foram coletadas durante o projeto de história oral, *Memórias do Cativo*, do departamento de História da Universidade Federal Fluminense, que desde 1994 tem reunido diversos pesquisadores, cujas energias se voltavam para a produção de fontes orais que conseguissem alicerçar “uma abordagem histórica da inserção social do liberto após a abolição da escravidão”.

<sup>382</sup> Com estes rastros de memórias podemos embarcar em trajetórias, como a de Ezequiel de 73 anos. Um morador do município de Paraíba do Sul, que em sua caminhada, trabalhou em 03 fazendas da região “Em cada uma, das 03 fazendas em que habitou, Seu Ezequiel permaneceu por longos períodos e as mudanças foram determinadas por motivos pessoais. Nunca teve dificuldade de conseguir boa roça, pois é bem visto na localidade e ofertas não lhe faltavam.” MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós- abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 207.

Para as autoras, evidenciar a prosperidade relatada a partir da obtenção dos contratos informais, não significa dizer que esse campesinato estava livre das arbitrariedades e armadilhas de aprisionamento do trabalho impostas às famílias negras após a abolição. Os contratos informais eram mais vantajosos para a camada proprietária. Assim, Mattos e Rios dividem em duas as possibilidades dos recém-libertos ou dois extremos: de um lado, a intensa mobilidade de famílias negras e de homens solteiros que, diante a impossibilidade de se fixar via contratos, formaram uma massa de trabalhadores sazonais, dando início a um período de extrema mobilidade, violência e privações. A essa massa migratória, Rios deu o nome de *campesinato itinerante*<sup>383</sup>. Por outro lado, se observa a estabilidade concretizada, sobretudo, via contrato, mesmo que informal. As autoras afirmam que as famílias pesquisadas, que em algum momento de suas trajetórias trabalharam via contratos informais, não possuíam memórias de extremas privações. Ainda que tenham passado por momentos de maior ou menor abundância de recursos, “quando se referem aos fazendeiros e administradores com quem estabeleceram seus contratos, em geral, os consideram boas pessoas”<sup>384</sup>.

Memórias de contratos informais de parceria permeiam as narrativas das famílias que pesquisamos. E são os significados e impactos desses contratos informais, estabelecidos no período de itinerância entre os proprietários e as famílias de descendentes de escravos que vivem na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, que analisaremos a seguir.

### 3.3.2 Parceiros, agregados e peões: os tratos e contratos em itinerância

O trabalho em parceria perpassa a memória de algumas famílias. Desta forma torna-se necessário, ainda que correndo o risco de cometer alguns equívocos, tentar, a partir destas memórias, definir os termos deste tipo de trabalho.

---

A trajetória de José também aponta para os contratos como porta de acesso para a estabilidade. Após alguns anos trabalhando via contratos informais, ele conseguiu obter recursos para comprar um sítio. Com a renda retirada do sítio, conseguiu criar seus filhos, que estudaram e hoje quase todos possuem profissões especializadas. MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 210.

<sup>383</sup> Para Rios, apesar da contradição de termos, *campesinato itinerante* foi a única expressão que conseguiu resumir a forma de vida encontrada por aqueles que, apesar da extrema mobilidade tentavam de inúmeras formas se fixar, realizando com isso o desejo de estabilidade e roça. MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 252.

<sup>384</sup> *Ibid.*, p. 211.

A parceria ou “sociedade” é uma relação de exploração da terra que, em princípio, parece estável, um acordo entre proprietários de terra e trabalhadores despossuídos de terra, tornando-os respectivamente parceiro-proprietário e parceiro-trabalhador. A partir de um contrato informal “de boca”, como eles dizem, o parceiro-proprietário cede uma área para o parceiro-trabalhador se instalar e cultivar uma roça familiar. Em alguns casos, como o de Valentin, ficava acordado que o proprietário também daria as sementes que seriam utilizadas nessa roça, que geralmente era uma “borda” de terra, área menos produtiva da propriedade. O trabalho nesta roça familiar deveria ser feito apenas nas horas de folga e, de tudo que se colhesse neste território, metade seria do parceiro-proprietário. Dever-se-ia, como eles falam, ser retirada a “meia”.

Ao parceiro-trabalhador cabia o trabalho na lavoura da fazenda, nas terras do parceiro-proprietário, em horários determinados que poderiam aumentar ou diminuir conforme a época. Esse trabalho deveria ser remunerado pelo parceiro-proprietário. Desta forma, ser um parceiro-trabalhador poderia significar a combinação entre o valor que receberia pelo trabalho na lavoura e a produção de alimentos nas pequenas áreas de plantio familiar. Esta produção, depois de retirada a “meia” do proprietário, poderia ser consumida, vendida ou trocada por bens materiais. Assim, o sustento e a prosperidade da família viriam desta combinação entre moradia, dinheiro e alimento.

Para o proprietário<sup>385</sup>, a “sociedade” ou “parceria” poderia ter outros significados. De um modo geral, o sócio-proprietário já explora a área mais produtiva da fazenda através do trabalho de “parceiros” ou “peões”, conseguindo extrair o máximo de cada palmo produtivo da terra. Desta forma, a “meia” retirada das “bordas” de terra é uma renda excedente. Há, assim, uma dupla geração de renda: um lucro que é resultado da exploração do trabalho de outro na parte mais produtiva da fazenda e outro na área familiar. Assim, não importava o dia ou horário (23h ou domingo), o parceiro-trabalhador, se estivesse lidando com a terra, sempre geraria lucro ao parceiro-proprietário.

Assim, ter uma roça, plantar, alimentar a família, negociar o excedente, adquirir bens materiais e prosperar, foram os objetivos perseguidos pela família pesquisada. Mas no meio do caminho para concretização deste projeto havia uma trama de negociações, acordos e conflitos. É esta trama de acontecimentos que tentaremos, ao menos, parcialmente desvendar.

---

<sup>385</sup> Não foi possível entrevistar os descendentes destes proprietários, desta forma os significados são conjecturas baseados nas narrativas dos descendentes dos trabalhadores.

A partir da narrativa de Valentin<sup>386</sup> e Almeri, tentaremos evidenciar como esses contratos funcionavam no dia a dia, para assim responder as perguntas que norteiam esta parte do texto. Começaremos com as lembranças de Valentin, recordações acerca das experiências de seus pais como “parceiros” ou “sócios” na localidade de Tabajara, após a primeira saída do Sítio Novo Linha/Fão, na qual eles ficaram 15 anos trabalhando para um mesmo proprietário, chamado João Carvalho. Inicialmente são descritas as formas de remuneração:

Maria do Carmo: E os seus pais trabalharam 15 anos para ele? E como é que era a remuneração, Sr. Valentin, o dinheiro?

Valentin: Há não! Esse aí, naquela época, eu já digo, a gente trabalhava quase a troco da comida. Trabalhava um dia por um quilo de banha é, um dia como agora né, supor agora né, trabalhava um dia por um quilo de banha.

Almeri: Começava antes do sol sair e largava no escurecer para ganhar um quilo de banha. Já digo que um quilo de banha não dá um baldinho daquele lá [apontando para um pequeno balde pendurado na parede], acho que nem chega num baldinho daquele lá.

Maria do Carmo: E que horas vocês começavam a trabalhar?

Valentin: No verão umas 7 horas e largava as seis, seis e meia

Maria do Carmo: Para ganhar um quilo de banha, dinheiro mesmo não?

Valentin: Dinheiro mesmo era troquinho, isso aí já digo, naquela época não é igual hoje né, por exemplo, a gente vai trabalhar um dia, já digo, um dia dá pra comprar quase uma lata de banha, compreende? E naquela época a gente trabalhava um dia por um quilo de banha.

Na sequência, é relatado o tipo de trabalho realizado pela família. Ressaltamos que na emergência destas memórias, requer contínuos “reforços” da parte do pesquisador, uma vez que se trata de “memórias subterrâneas”. Conforme Pollak<sup>387</sup>, memórias subterrâneas são aquelas memórias reprimidas, silenciadas e que se mantêm vivas a espera de um momento propício para emergir e reivindicar o (re)conhecimento. Estas memórias, portanto, podem ou não tornarem-se visíveis. Voltemos ao tipo de trabalho realizado na propriedade rural:

Valentin: Bueno! Isso aí era roçar, carpir, lavar, boi né, não tinha escolha de serviço é...

Maria do Carmo: E vocês iam tudo junto com seus pais, ou ficavam em casa?

Valentin: ficava minha irmã mais nova, ficava em casa, mas os mais, já digo, que dava pra trabalhar ia tudo.

<sup>386</sup>Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar. Valentin tem 65 anos é casado com Almeri, filha de Erocilda. Ele é oriundo do Sítio Novo/Linha Fão. Aos 14 anos ele na companhia de seus pais saem do Sítio para irem morar de “sócio” nas terras de João Carvalho no município de Tabajara.

<sup>387</sup> POLLAK, Michel. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol 2, n 3, pp. 3-15.

Maria do Carmo: E a mãe ficava em casa?

Valentin: Ia junto, e ela fazia o mesmo serviço, carpir, colher o produto né, fazia o mesmo serviço.

Maria do Carmo: E o dono da fazenda?

Valentin: O dono da fazenda plantava separado né, então ele dava um pedaço pra plantar e lá a gente que se virasse né.

Maria do Carmo: ele dava mais alguma coisa?

Valentin: Não, já digo, dava só boi e arado.

Maria do Carmo: semente ele não dava?

Valentin: semente ele dava.

Maria do Carmo: Daí vocês plantavam colhiam?

Valentin: E dava a metade, por exemplo, colhia duas carroçadas de milho uma a gente ficava e a outra dava pra ele.

Desta forma, o que lhes sobravam, depois de retirada a parte do proprietário e somado o que recebiam com o trabalho por jornadas, era o suficiente apenas para a sobrevivência da família. Nos 15 anos em que perseguiram o “projeto” de estabilidade e autonomia, eles trabalharam durante a semana para João Carvalho e nas horas de folga em roça própria, sendo que em tempo de colheita estas horas de folga desapareciam. Os “parceiros”/“peões” trabalhavam na lavoura até o término da colheita, comprometendo as horas de folga. Remuneração insuficiente e dificuldades em obter o sustento da família, são evidenciados no relato abaixo:

Valentin: Olha! [pausa na fala] Era sacrificado viu, às vezes quando colhia um ano bom de planta dava, agora quando dava um ano ruim que não dava planta, não sobrava nem pra comprar uma muda de roupa, não sobrava nem pra comprar, já digo, um calçado, uma muda de roupa no final da safra, daí tinha que segurar o que deu pra esse aqui né [gesto de alimentação com as mãos] e assim mesmo não chegava [...] os véio trabalhava diário, trabalhava a moda das formigas, trabalhavam de dia pra trazer legumes pra criar nós.

Maria do Carmo: Vocês já passaram fome lá Sr. Valentin?

Valentin: [suspiro] olha, algumas vezes, mas sempre, não era comida boa, mas para para encher a barriga sempre os véio traziam, traziam a moda de passarinho né [risos]. [...]. O que sobrava era só pra comida, a família era grande se colhia um saco de feijão, ao invés da pessoa ficar com o saco de feijão, tinha que ficar com meio.

À medida que Valentin relatava a experiência de sua família como parceiros estáveis na propriedade de João Carvalho, se revelava um passado, cujo ritmo de trabalho era fatigante, com infundáveis jornadas e de pouco retorno. A família de Valentin tinha um preço muito alto a pagar por esta relativa autonomia. O sonho de realização do “projeto camponês” custou caro, logo eles descobriram que ser “parceiros” não garantiria o sustento da família. Como relembra Valentin, “ele [referindo-se ao parceiro-proprietário] dava um pedaço pra plantar e lá a gente que se virasse né”. A família “tinha” um pedaço de terra, sementes e

braços para fazer o plantio. Deveria cuidar da plantação e, após o devido tempo, fazer a colheita, mas, faltavam-lhes recursos que garantiriam a subsistência da família durante o tempo de espera, período em que a semente plantada se transformaria em alimento. Ter uma roça, em princípio, garantia o sustento e, quem sabe, a prosperidade em médio e longo prazo. Mas como alimentar a família de imediato?

Poderia haver nesta falta de auxílio às famílias, um elemento de coação por parte do proprietário. Ceder a terra sem nenhum tipo de auxílio ou de infraestrutura para plantá-la, parece-nos uma estratégia de João Carvalho. Ao negar apoio às famílias, ele frustra qualquer possibilidade de produção autônoma na terra. Diante desta inviabilidade de obter a subsistência e a relativa autonomia por meio da roça, a família se vê obrigada a oferecer sua força de trabalho ao proprietário. Assim, João Carvalho determinou que a família prestasse serviços na área principal da propriedade durante a semana, e que trabalhasse na “roça própria” apenas aos finais de semana, sendo que a metade de tudo que a família produzisse, deveria ser entregue a ele.

Toda renda adquirida por meio do trabalho por jornada ou, como eles dizem, de “peão”, seria destinada ao sustento da família. E podemos conjecturar que eles pensaram em deixar o trabalho por jornadas quando a roça começasse a dar frutos e se dedicarem exclusivamente ao trabalho em “suas” terras. Porém, os alimentos extraídos da roça nunca foram em abundância suficiente para que eles entregassem a “meia” do proprietário e negociassem o excedente, ou ainda, investissem no próximo plantio, para com isso prosperar e deixar de trabalhar como “peões”. O relato abaixo evidencia a divisão entre os dias em que eles deveriam trabalhar para João Carvalho e na “roça própria”:

Maria do Carmo: E nesse tempo que vocês trabalhavam na terra dele, essa lata, o quilo de banha era para trabalhar esse dia inteiro na terra dele?

Valentin: É!!! [pausa na fala] trabalhava um dia por um quilo de banha [...]

Almeri: Mais repartia a semana, ele trabalhava na semana de peão pro patrão, e final de semana pra ele. E daí não tinha, se não trabalhasse de peão, já digo, por um quilo de banha não tinha como ter pra se sustentar pra fazer o serviço em casa, então tinha que trabalhar pra fora e trabalhar pra comprar as coisa pra comer.

Maria do Carmo: Tá! Mas como mesmo que vocês dividiam isso, durante a semana para o fazendeiro e no final de semana pra vocês?

Valentin: É, pra nós, fim de semana pra nós<sup>388</sup>.

---

<sup>388</sup> Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar.

A família trabalhava durante a semana para o proprietário e aos finais de semana plantavam para si. Se levarmos em conta que o plantio na roça própria também era oneroso, que a família ficava apenas com parte dos alimentos colhidos, podemos afirmar tratar-se quase de um prolongamento do trabalho exercido no decorrer da semana. Mas, esta situação, dependendo da época, poderia piorar, como veremos a seguir. Desta forma, se até mesmo aos finais de semana a família trabalhava, quando seus membros descansavam?

Valentin: Era só quando chovia, né! [pausa na fala] Quando chovia, e assim mesmo quando era época de plantar fumo, quando chovia tinha que plantar fumo, e no inverno daí quando chovia invés de tá descansando tinha que tá atando fumo né. Então era sempre, sempre. Como agora, [referindo-se ao final da primavera, final do mês de novembro] que já vem a época do verão já vinha a colheita de feijão, e ali daí a, a pessoa nunca, já digo, nunca descansava, nunca aliviava o serviço, compreende<sup>389</sup>.

Neste ínterim, descansar apenas nos dias de chuva se conforma como uma situação penosa que se agravava em épocas do plantio de fumo, uma vez que nem todas as etapas desta cultura dependem do clima. A tarefa de amarrar as folhas de fumo é realizada nos galpões. Com isso, na propriedade de João Carvalho, os dias de chuva eram utilizados para amarrar o fumo produzido, e assim, em épocas de colheita, a família de Valentin tinha suas horas de descanso comprometidas.

Por outro lado, João Carvalho lucrava não só quando a família estava trabalhando para ele, mas também nos momentos de folga, quando os parceiros plantavam para si, uma vez que tudo que eles colhessem na área cedida pelo fazendeiro deveria ser dividido em partes iguais. Assim, há um retorno contínuo, não importava muito se o trabalho fosse realizado nas terras do fazendeiro ou nas terras cedidas. Sempre haveria um retorno. Em meados de 1975, com a morte de João Oscar, pai de Valentin, a “parceria” se desfaz e eles saem da propriedade de João Carvalho e levam consigo tudo o que conseguiram adquirir com o trabalho em “parceria” e de “peão”, como relembra Valentin:

Saímos com os caquinhos que nós tínhamos, cama, um fogão velho, uns bancos, cadeira nós não tínhamos. Não adianta a gente dizer que tinha, o que a gente não

---

<sup>389</sup> Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar.

tinha né. Daí a gente saiu dali e fomos morar daí eu fiz uma casa de capim daí fomo morar eu a finada mãe e meus dois irmão mais novo<sup>390</sup>.

Desta forma, quando nos aprofundamos na narrativa dos quilombolas de Rincão dos Caixões que trabalharam como “parceiros”, se descortinam a nossa frente às lembranças de um período de muito trabalho e de pouquíssimo retorno. Podemos conjecturar, ainda, que no momento da divisão entre os parceiros, a “meia” do fazendeiro seria a melhor parte da colheita. À família, restava a parte menos interessante, de acordo com a vontade do dono da terra. Erocilda, recordando os momentos passados em sua trajetória “itinerante”, deixa transparecer a ocorrência de divisões desiguais da colheita, pautadas, sobretudo, em uma relação vertical de poder e exploração da mão de obra, na qual o proprietário, por algumas vezes, ficava com tudo o que foi produzido.

Eu sei o que foi o sacrifício na minha vida e viver pelo mundo trabalhando para os outros e dando lucro para os outros, trabalhando de porcentagem e agregado dos outros, enquanto... [...] eu trabalhava direto para os outros, pra dá renda para os outros, não pra mim, colhia três sacos de feijão e tinha que dá dois para o patrão e ficar com um e às vezes passavam e mão e me davam, naquele tempo usavam muito vestido, me davam um vestido e o resto ficavam<sup>391</sup>.

Assim, a categoria plantar em “sócio” ou em “sociedade”, recorrente na memória das relações de trabalho do grupo, é percebida por eles como tentativas de aprisionamento do trabalho quase aos moldes do cativo, traduzidas em frases como “era o tempo, bem dizer, dos escravos”<sup>392</sup>. Faltam até nomes para estes contratos, de tão precários que eram. Isto é, não apenas não se formalizavam em documentos, mas não se instituíam como práticas socialmente reconhecidas e aceitas. É quase como deixar na invisibilidade, como se a terra se plantasse sozinha. Almeri e Valentin, tomados por memórias de suas experiências como “itinerantes”, relembram as relações de trabalho com remunerações insuficientes ou inexistentes e fazem o exercício de, a partir de suas experiências, conjecturarem como foram as relações de trabalho que regulavam os corpos de seus pais:

---

<sup>390</sup> Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.

<sup>391</sup> Entrevista realizada com Erocilda dos Santos, em 19/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira. Grifos nossos.

<sup>392</sup> Entrevista realizada com Gino, em 26/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira.

Valentin: É... Trabalhavam e davam o que queriam, ainda quando pagavam, davam o que queriam.

Almeri: Bom, eu acho que no tempo, no tempo... A gente... Da idade da gente pra idade deles, faço ideia do que sofreram, por causa que nós, na nossa idade, nós já trabalhamos, como eu, ele, já trabalhava por dia, nós trabalhava um dia na enxada pra ganhar um quilo de banha.

Almeri: É, isso, imagina lá naquela época, né. Porque nós trabalhamos por um quilo... Trabalhava um dia na roça aí, qualquer serviço, tanto faz carpir, quanto quebrar milho, qualquer tipo de serviço por um quilo de banha.

Valentin: Um dia por um quilo de banha

Almeri: Trabalhava um dia pra ganhar um quilo de banha, nós já trabalhamos assim. Que dirá na época deles, né?<sup>393</sup>

Etuíno encerra as lembranças dessas relações de trabalho dizendo que “não tinha outro jeito pra viver, tinha que ser, abraçar daquele jeito mesmo”. Dá-nos pistas de que, para essa camada errante da população negra, esses acordos ainda que instáveis, poderiam ser uma chance de obter a estabilidade via posse da terra. O relato de Erocilda revela um pouco mais destes acordos verbais:

Erocilda: Se eu plantasse aí um saco de feijão na terra do (Bolonho?) ali, né, plantava em “sócia”, se colhia cinco sacos, eu tinha um saco e meio só, o resto era do dono da terra, né, e trabalhava assim,... Saía dali ia pra outro, saía dali pra outro, né, até que eu cheguei aqui e aqui eu “despalkanquei”... a gente plantar uma lavoura aí, de “sócia”, não íamos longe<sup>394</sup>.

Atentando para as memórias acima transcritas, podemos vislumbrar, ainda que parcialmente, como se estabeleciam as remunerações pelos trabalhos prestados. No relato de Erocilda, por uma colheita inteira, poderia receber apenas um vestido. Sebastião trabalhou cinco anos em uma fazenda e, através da prática de endividamento do salário, saiu de lá devendo dez anos de trabalho. Gino<sup>395</sup> é uma voz contundente quando exclama que seu pai “trabalhava um dia por um quilo de banha, um quilo de banha... Um quilo de banha, o que dá um quilo de banha aí pro... Pros outros, pra tratar 5, 6”. Remunerações não monetárias são lembranças constantes nas entrevistas, mas o que levava os proprietários a utilizarem a banha como forma de pagamento pela mão de obra dos trabalhadores?

---

<sup>393</sup> Entrevista realizada com Valentin Fernandes e Almeri dos Santos, em 19/04/2008, por Maria do Carmo Aguiar.

<sup>394</sup> Entrevista realizada com Erocilda dos Santos, em 19/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira.

<sup>395</sup> Entrevista concedida por Gino dos Santos, em 26 de abril de 2008, a Cristian Jobi Salaini, com presença de Erocilda dos Santos e Querli dos Santos.

Como já mencionado, a produção da “banha” no Estado esteve presente desde a colonização. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a suinocultura sempre foi uma atividade integrada à agropecuária no Planalto Médio e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul<sup>396</sup>. A banha estava presente em grande parte das propriedades rurais, utilizada para o consumo e comercialização do excedente. E o aumento e a proliferação da produção impactaram diretamente na concretização dos projetos das famílias em suas trajetórias itinerantes.

Na leitura das narrativas percebe-se que, para as famílias, os víveres recebidos pelos serviços prestados não são vistos como remuneração. Além de lucrar com as armadilhas constantes nos termos dos contratos informais de “parceria” e “agregado”, os proprietários poderiam lucrar ainda mais com a não “remuneração” dos trabalhadores. Entretanto, se nos esforçamos para crer que os serviços prestados pelos itinerantes estavam sendo remunerados, podemos concluir que seria mais lucrativo para os proprietários “pagar” por eles com um produto fabricado nas propriedades e na quantidade por eles determinadas.

Outros víveres alimentícios produzidos nas propriedades também foram utilizados como forma de pagamento. Almeri relembra que em meados da década de 1960, época em que seu pai Altidor trabalhava na categoria de agregado na propriedade de Alexandre, sua irmã mais velha prestou serviços de doméstica para a família. Alexandre era criador de gado e proprietário de um açougue e, pelo dia de trabalho em sua casa, entregou a irmã de Almeri partes não comercializáveis do gado abatido no açougue, um litro de leite e ovos, produzidos no próprio local a baixo custo. Para as famílias negras, o que significava receber em víveres alimentícios? Será que um kg de banha era remuneração suficiente por uma jornada de trabalho? Em uma região abastecedora do mercado regional e nacional, como as famílias utilizavam a banha recebida? As lembranças desse tipo de remuneração pelos membros do grupo deixa transparecer a insuficiência das mesmas. Como relata Almeri:

[...] minha Irmã que trabalhava lá, trabalhava um dia e chegava de tardezinha e ela [referindo-se a esposa de Alexandre] dava uma garrafa de leite, uma garrafa de leite pra ela levar embora, dois ovos e um garrão assim, que eles eram açougueiros, carneavam gado sabe. Ela agarrava essa junta aqui da criação, essa aqui olha

---

<sup>396</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). *Produção de suínos*. Disponível em: [http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Suinos/SPSuinos/index.html]. Acesso em 12 de julho de 2011.

[apontando para o seu joelho], que eles pegam e botam fora [...] queriam fazer a gente de escravo<sup>397</sup>.

As narrativas do grupo pesquisado deixam clara a grande defasagem existente entre o que era lucrado pelo proprietário e o que era recebido pelos trabalhadores. Para os itinerantes e “parceiros” receber em víveres, sobretudo em pequenas porções, inviabilizava qualquer pretensão de guardar recursos para aquisição de terra, objetivo perseguido por todas as famílias. O destino desses víveres alimentícios era o consumo próprio, entretanto, ainda que não os consumissem, onde eles venderiam 1 kg de feijão, de farinha ou um litro de banha, em uma região onde a produção destes víveres é generalizada<sup>398</sup>?

Ainda discutindo sob o ponto de vista de quem recebe, cabe uma última pergunta: o que levava estas famílias a se lançarem em jornadas infindáveis de trabalho por víveres alimentícios produzidos localmente? Há de se levar em conta, que estamos lidando com uma relação vertical de poder, que coloca numa extremidade o proprietário da terra e dos meios de produção e, na outra, essa massa de trabalhadores negros despossuídos de terra. É uma relação assentada em bases hierárquicas que, apesar das tentativas de embaçá-las, sobretudo no trabalho em “parceria”, torna-se visível na memória e fala das famílias negras. Assim, não podemos negligenciar os variados graus de constrangimentos a que estas famílias estavam expostas ao ocuparem as terras destes proprietários. Os itinerantes estavam cientes da opressão imposta nos “contratos”, porém, as alternativas naquele momento eram escassas e eles tiveram que se submeter a essas condições até encontrarem alguma oportunidade de mudança, tal como a obtida por Altidor, que veremos a seguir.

Voltando a família de Valentin, ela não conseguiu prosperar com o trabalho em “sua” roça, pois o que retirava era suficiente apenas para a subsistência. Um ritmo de trabalho fatigante, com extensas jornadas, uma remuneração insuficiente e, em muitas vezes, não monetária, vivendo nos limites da sobrevivência. Essas definições, utilizadas por nós para caracterizar os “parceiros”, também poderiam indicar as experiências da massa itinerante. Então o que diferenciava os “parceiros” dos itinerantes?

---

<sup>397</sup> Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.

<sup>398</sup> Os únicos relatos que mencionam a compra de propriedades foram narrados apenas por duas famílias residentes na comunidade de Júlio Borges. As narrativas vêm acompanhadas das lembranças de relações de trabalho com remuneração de forma monetária, ainda que o valor recebido fosse pouco, e as jornadas de trabalho demasiadamente longas, a família se sacrificava para guardar o pouco valor recebido para alcançar o objetivo.

Ter um lugar fixo, uma “casa”, e com isso não precisar “andar vagando no mundo”, é a única característica que distingue esses atores sociais. Porém, no decorrer do texto nos deparamos com situações em que essa distinção também desaparece, como veremos a seguir. Deixemos agora a trajetória dos “parceiros” e passamos a adentrar na memória daqueles que trabalhavam de “agregado”.

Altidor trabalhava por jornadas, empreitadas, e inicialmente foi “contratado” por Alexandre (proprietário da região, vizinho de João Carvalho) para o serviço de derrubada de matas, limpeza da área e plantio de novas roças. Com o tempo, Altidor passaria a ser seu agregado. Como já mencionado, há diferenças entre as categorias de trabalho em que essa massa de trabalhadores negros rurais estava exposta. Assim, a situação de Altidor se diferencia das famílias de Valentin, Etuíno e Erocilda. Agregar-se numa propriedade poderia significar ter um lugar fixo, ter uma morada, como eles dizem, para criar os filhos ou até enquanto durasse o acordo. A família de Valentin também tinha uma moradia fixa, porém eles eram “parceiros”, categoria de trabalho diferente de “agregado”.

Altidor, enquanto agregado, poderia morar na propriedade em área determinada. Alexandre cedeu uma área nas margens do rio Caixões, onde Altidor construiu um “acampamento”, um “beira chão” para ele e seus quatro filhos. O agregado também poderia, dependendo do acordo, ter uma área para plantio próprio. Nas pegadas da memória de Almeri não fica claro se Altidor poderia plantar para si em alguma área da propriedade, mas sabemos que ele não plantava. Podemos pensar que ele não teve tal permissão, uma vez que o plantio, ainda que apenas para subsistência, significaria mais alimentos. Por outro lado, também podemos imaginar que ele teve permissão de plantar em alguma “borda” de terra, porém não conseguia o tempo necessário para o plantio, os cuidados necessários e a colheita, uma vez que seu tempo era, em boa parte, tomado pelas jornadas de trabalho.

O aspecto fundamental, que diferenciava os agregados dos “parceiros” era a forma de trabalho desenvolvida pelos agregados, que poderia ser por tarefa. Quando terminada ou, em período que não estavam desenvolvendo nenhuma atividade para o proprietário, poderiam trabalhar para outros fazendeiros. Altidor trabalhava por dia e sempre trabalhou para mais de um fazendeiro: quando não estava desenvolvendo alguma tarefa para Alexandre, saía pela região oferecendo mão de obra. Desta forma, ser agregado possibilitaria uma “relativa liberdade” de buscar trabalhos mais rentáveis, sem que para isso tivessem que abandonar a propriedade onde haviam se fixado.

Embarcaremos agora na narrativa de Almeri<sup>399</sup>, de 60 anos, para tentarmos conjecturar, a partir de resquícios de memória, alguns aspectos da vida de um agregado. Ela, inicialmente, relata como ocorreu o deslocamento do Sítio para a propriedade onde o casal iria trabalhar e a separação do casal, em momento posterior.

Almeri: Eu nasci no Sítio, e ai, depois saímos de lá, a mãe saiu do Sítio e fomos morar na Tabajara, [...] morava na terra do finado Alexandre na Tabajara [...]. E a mãe foi com o pai com uma trouxa nas costas, nem de carroça não foi, [falando para se diferenciar do Sr. Valentin cuja família saiu do Sítio de carroça] era nas costas, Atava um lençol assim e carregava as mudanças, [...] nos éramos pequenininhos assim.

Depois a mãe se separou do finado pai e nós ficamos morando com pai, moramos muitos anos só com o finado pai. [...] daí fez uma casinha, um beira chão na costa do rio [...] e a gente acampou ali debaixo e o finado pai trabalhava em roda daquele beira chão derrubava, fazia roça trabalhava [...] era um acampamento, era nas terras do Alexandre.

Maria do Carmo: Onde seu pai acampou era do Alexandre? Mas não tinha casa?

Almeri: Não, finado pai fez um acampamento lá de tabuinha e nós acampamos e ficamos mui;;to tempo lá<sup>400</sup>.

Altidor não contava com o apoio de uma parceira. Ter uma esposa, no caso dos pais de Valentin, significou um braço a mais para dividir as tarefas, aumentar a renda. Altidor não pode contar, ao menos não naquele momento, com a ajuda de Erocilda. Nos trabalhos em “sociedade”, nas empreitadas ou jornadas dos itinerantes, todos os membros da família desempenhavam papel importante: homens, mulheres, crianças a partir de certa idade<sup>401</sup> e os mais velhos participavam do trabalho. O tipo de trabalho desenvolvido por esta família era parecido com a de Valentin. A diferença estava no tipo de contrato estabelecido entre os proprietários e as famílias. Altidor também trabalhava na terra, “lavrava, pegava empreitada de lavrar, trabalhava por dia” e, a remuneração, como recorda Almeri:

Era mixaria, deus o livre era mixaria, trabalhava por dia, a base de um dia por um quilo de feijão, de banha. Bom, eu, essa minha irmã que trabalhava lá, trabalhava um dia e chegava de tardezinha e ela [referindo-se a esposa de Alexandre] dava uma

<sup>399</sup> Em meados de 1957, com 6 anos de idade Almeri parte do Sítio Novo/Linha Fão com mais 2 irmãos, andaram meio dia até chegar na fazenda de Alexandre onde permaneceriam por uns 04 anos. Em um momento impreciso, Erocilda e Altidor se separam, ela volta para o Sítio Novo/linha Fão e Altidor permanece na fazenda com os filhos.

Entrevista concedida por Almeri Xavier dos Santos a Maria do Carmo M. Aguiar em 12 de Novembro de 2011.

<sup>400</sup>Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.

<sup>401</sup> Etuíno em suas andarilhagens começou a ajudar os pais com aproximadamente 8 anos, Almeri relembra que seu início foi aos 12 anos.

garrafa de leite, uma garrafa de leite pra ela levar embora, dois ovos e um garrão assim, que eles eram açougueiros, carneava gado sabe. Ela agarrava essa junta aqui da criação, essa aqui olha [apontando para o seu joelho], que eles pegam e botam fora [Maria do Carmo: o joelho?] agarrava e dava pra ela levar embora [Maria do Carmo: ela trabalhava o dia inteiro e ganhava dois ovos?] e uma garrafa de leite e um osso desse, um joelho<sup>402</sup>.

Os termos do contrato verbal eram mais vantajosos para Alexandre. Por outro lado, a situação da família de Altidor era tão precária, que ele precisava acumular várias ocupações para alimentar seus filhos. Desta forma, além de trabalhar para Alexandre, ele ainda trabalhava de “peão” nas fazendas da região. Almeri relata que seu pai vagava pelas fazendas em busca de ocupação. Como aponta o relato abaixo:

[...] aí o finado pai foi foi desacorçoo e saia a trabalhar no mundo, pra fora, pros outros, pra fora, onde aparecia serviço ele ia trabalhar. Daí ele saía e trabalhava, quando aparecia um serviço que ele ganhava mais sabe, que era melhor o ganho ele ia trabalhar [Maria do Carmo: mas morando lá no Alexandre? ] daí ele foi foi que nós saímos de lá que não dava mais. [...] Até pra Cachoeira uma vez ele foi trabalhar por dia no corte de arroz ele foi. Trabalho por dia, [pausa na fala] levava os lotes de gente pra trabalhar, e daí ele ia trabalhar, ele tinha quem cuidava nós, e daí ele saía pra longe trabalhar. [...] eles vinham aqui e tratavam o preço e levava, lembra que até o finado moreno ia? [perguntando ao Sr. Valentin que acompanhava a entrevista]. Ia bastante gente pra lá, trabalhava as vezes uma semana, um mês e quando vinha vinha com dinheiro por quer ganhava um pouco mais<sup>403</sup>.

Após quatro anos de trabalho na propriedade de Alexandre, a família decide migrar em busca por melhores condições de trabalho e de vida. O tratamento a eles dispensado havia extrapolado o que Altidor tinha traçado como aceitável. Assim, Almeri justifica a saída dizendo que:

Não dava mais [para ficar], queriam fazer a gente de escravo, queriam que a gente trabalhasse de graça pra eles. Só queriam que trabalhasse mais pagar que era bom não queriam [Maria do Carmo: o seu pai, eles não estavam pagando seu pai mais?] hum hum [gesto de negação com a cabeça]. [...] Não tinha, [contrato de trabalho]

---

<sup>402</sup>Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar.

<sup>403</sup>Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar.

era tudo frio, no tempo que trabalhavam, no tempo dos escravos, por que isso ai era uma escravidão, por que tinha que trabalhar bem dizer, de graça pros outros<sup>404</sup>.

As experiências vividas por Altidor, com toda a dramaticidade de quem só tem a força de trabalho a oferecer, não se enquadra no que Mattos e Rios denominaram como um *campesinato negro itinerante*, pois o mesmo tinha uma “casa” e, provavelmente, uma área que poderia plantar. Tudo levaria a crer que ele se estabilizaria a partir de um contrato “de boca”, passando de agregado a “parceiro” estável, se mostrando como um contraponto a este *campesinato itinerante*, segundo as autoras<sup>405</sup>. Porém, ao penetrar nos emaranhados da memória de sua trajetória, percebemos que ter uma casa e, talvez uma área para plantar, não garantiu a realização da almejada estabilidade. Assim, se abre outra via para pensar as trajetórias dessa família negra. Ela tem características da massa de trabalhadores itinerantes, uma vez que Altidor andava pela região oferecendo mão de obra, vivendo com condições instáveis de trabalho. Mas, Altidor residia no interior de uma fazenda e prestava serviços ao proprietário, o que o distancia dos itinerantes, e o configura como membro de uma família de agregados.

### 3.3.3 Lançando olhares sobre outros familiares

O quilombo de Júlio Borges está localizado no município de Salto do Jacuí, situado a aproximadamente 08 quilômetros de Rincão dos Caixões. Nesta comunidade residem em torno de 30 famílias em uma área de aproximadamente 10.000 hectares. Assim como Rincão dos Caixões, Júlio Borges se constituiu a partir da expropriação territorial ocorrida no Sítio Novo/Linha Fão. De acordo com seus moradores, as terras onde atualmente está situada a comunidade já foi uma fazenda pertencente a Júlio Borges. Com a morte de Borges, a fazenda teria sido fracionada e vendida em pequenos terrenos pelos herdeiros.

Segundo relatos, dois desses terrenos foram adquiridos através de compra pelas famílias negras que já habitavam o local. O restante da área do território foi doado por um

---

<sup>404</sup>Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar.

<sup>405</sup> Mattos e Rios, em momento algum deixam de evidenciar os episódios de violência sofridos por esses parceiros, e a fragilidade desses contratos, porém esses parceiros, mesmo com as adversidades conseguiram se territorializar, plantar nas áreas cedidas pelos proprietários e assim exercer uma certa autonomia, se estabilizarem.

vereador do Município de Tabajara. Assim, o quilombo de Júlio Borges foi constituído, a partir da doação e compra de pequenos terrenos. Como aponta Emilio e Neuci, ambos moradores da comunidade:

Maria do Carmo: Então aqui é diferente lá do Rincão e do Sítio né? Por que o Sítio foi doado aquele pedaço, e no Rincão também, e aqui vocês foram comprando um do lado do outro.

Neuci: Não! Os terrenos, a maioria são doados, tem um vereador de Tabajara ali que doou.

Emílio: Não! Sim aqui tem uns quantos que é doado, só que o meu lá eu comprei, [Maria do Carmo: então os primeiros foram comprados?],[?]

Neuci: trabalhando de sócio, em sociedade, e depois que foram conseguindo um terreninho, mas a maioria é dado <sup>406</sup>.

Emilio tem 60 anos e é morador do quilombo Júlio Borges, mudou-se para este território em meados da década de 1970. Ele, seu pai e irmãos saíram do Sítio Novo/Linha Fão devido ao pouco espaço e à falta de infra-estrutura necessária para o plantio e para a colheita:

Maria do Carmo: E do Sítio vocês foram pra qual cidade?

Emilio: Daí eu me casei, me afamilhei e daí que eu vim pra cá, trabalhando de peão aqui e ali.

Maria do Carmo: Então o Sr. não veio pra cá com o seu pai, veio depois que se casou?

Emilio: Não, eu trouxe o pai. Eu quando vim pra cá trouxe o pai junto pra morar comigo.

Maria do Carmo: Mas antes do Sr. trazer, do Sr. casar pra onde é que vocês foram, quando saíram lá do Sítio?

Emilio: ele sempre ficou morando lá, depois que nós viemos de lá e que nós viemos pra aqui pra Júlio Borges <sup>407</sup>.

Inicialmente, Emilio fez parte de uma massa itinerante de trabalhadores negros. Durante um período impreciso de tempo, Emilio vagou pela região a procura de ocupação, trabalhando em várias propriedades. O trabalho sempre esteve ligado à agricultura e, a modalidade, era a de “parceria”:

---

<sup>406</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes á Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

<sup>407</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes á Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

[...] trabalhava de peão, trabalhando pra um pra outro. Morava um pouco aqui um pouco ali. Eu me mudei varias vezes, a gente não tem onde morar e o que fazia uma proposta melhor a gente vai sempre plantando de “súcia” assim como ela falou, a mesma coisa, no mesmo sentido repartindo sempre pelo meio<sup>408</sup>.

A rotina de trabalho da família é parecida com as já mencionadas. Emilio trabalhava por jornadas ou de “peão”, e tinha a permissão de plantar em áreas menos produtivas da propriedade: nas bordas ou beiradas de terra. Durante a semana, ele exercia diversas tarefas: derrubada de mata, limpeza, preparo da terra, plantio e colheita. O serviço era pesado e, em muitas vezes, feito manualmente. Aos finais de semana ou quando não havia serviço na fazenda, todos os esforços se voltavam para a roça “própria”. Trabalho de “peão”, roça “própria”, jornadas infundáveis de trabalho, permearam as memórias de outras famílias, mas, o que diferencia as experiências de Emilio e a das famílias do Rincão dos Caixões? Ao embarcamos nos rastros de memória de Emilio, nos deparamos com lembranças de remunerações monetárias. Ele relata que receber em víveres era uma opção da família:

Maria do Carmo: E como é que era a remuneração, o patrão, esse tempo que vocês trabalhavam de segunda a sexta ele pagava em dinheiro?

Emilio: É pagava em dinheiro [...] muitas vezes dependia muito da nossa necessidade, se precisava do dinheiro pegava o dinheiro, se precisava de gasto, daí pegava gasto. Gasto é, por exemplo, pegar banha, um feijão uma farinha um arroz então a gente pegava em gasto.<sup>409</sup>

Para os moradores de Rincão dos Caixões não havia possibilidade de escolha da forma de pagamento. Sabendo dessa realidade, Emilio afirma que boa parte das famílias que trabalhavam nas propriedades vizinhas recebia de forma não monetária. O pagamento feito em latas de banha, constante nas memórias das famílias do Rincão, também é rememorado por ele. A diferença fundamental entre a família de Emilio e as demais famílias foi a remuneração. Receber em dinheiro pelo trabalho e ter uma roça “própria” possibilitou a alimentação e o acúmulo de pecúlio que após alguns anos foi utilizado na compra do território atualmente ocupado.

---

<sup>408</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes á Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

<sup>409</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes á Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

Emilio economizava, guardava quase tudo o que ganhava para investimentos futuros. Ele relata que enquanto todos se divertiam ele trabalhava. Segundo ele, foi desta forma, trabalhando durante a semana para o proprietário da fazenda Júlio Borges e em roça própria nos momentos de folga, sem se divertir, enquanto todos se divertiam, que ele prosperou. Fazendo a análise das entrevistas de outras famílias, como de Valentin, Erocilda e Etuíno, encontramos relatos parecidos aos de Emilio. Eles tiveram trajetórias bem semelhantes no que tange as relações de trabalho, com jornadas infundáveis, inclusive aos finais de semana, porém, não conseguiram progredir.

Assim, acreditamos que a diferença entre a existência do poder de compra de terra por Emilio e a impossibilidade das outras famílias de adquirir um território, reside, principalmente, na forma de remuneração. Os outros grupos familiares não poderiam economizar o que ganhavam, uma vez que o pagamento era feito em víveres suficientes apenas para alimentar a família. Recebendo de forma monetária, tirando da “roça própria” parte do sustento e economizando o que recebia, Emilio conseguiu comprar, além do território por ele ocupado, uma junta de boi que é utilizada por meio de rodízio por todos os moradores do quilombo Júlio Borges, um sonho que todos almejavam, mas que apenas duas famílias conseguiram concretizar.

Apesar das lembranças do trabalho na lavoura serem as mais recorrentes, havia famílias que desenvolviam trabalhos fora do âmbito da agricultura. A família de Neuci, por exemplo, trabalhou em regime de porcentagem para Sauro Seurim, dono de uma pedreira no distrito de Vassouras, por aproximadamente, 10 anos. Vassouras está situada na região do Planalto Médio, e nesta região existem rochas de basalto e de minerais, que são utilizados pelas indústrias da construção civil, tanto para revestir paredes como na confecção de pisos, dependendo do tipo da pedra extraída<sup>410</sup>. De acordo com Neuci, o processo de produção estruturado nesta pedreira se dividia em etapas: uma referente à retirada dos blocos de pedra da rocha com o auxílio de uma picareta, em que se trinca a rocha em locais onde há fissuras, sendo inserida uma alavanca ou talhadeira nas fendas, forçando para soltar os pedaços de rocha. A outra consiste na partição da pedra em tamanhos menores: com auxílio de uma marreta, “molda-se” a pedra de acordo com as exigências dos compradores. Os pedaços de rocha, já no formato e tamanho determinado, vão se acumulando e, quando chegavam a um número expressivo, eram retiradas pela família, como aponta Neuci:

---

<sup>410</sup> PEDRON *et al.* Levantamento e classificação de solos em áreas urbanas: importância, limitações e aplicações. In: *Revista Brasileira de Agrociência*, Pelotas, v. 13, n.2, pp. 147-151, abr-jun, 2007.

Meu pai tirava as pedras, e nós puxávamos as pedras num galão, um galão desses de veneno, de pedra e puxava nas costas longe olha, fazia aquela tábua de 2, 3 metros de profundidade e ali, nós éramos umas crianças 12,13 anos não era considerado criança, e tinha que fazer as vezes o pai fazia aqueles montes de 10, 11 mil kg de rolinhos e nós puxávamos tudo no ombro no galão<sup>411</sup>.

Para desempenhar este trabalho a família não recebia um valor fixo, pré-acordado com o dono da pedreira e, tão pouco, em víveres como acontecia com os “peões”. O valor recebido era sob forma monetária e dependia da quantidade de pedras que eles conseguiam retirar. Quanto maior o tempo na pedreira e o número de braços trabalhando, maior seria a produção, consequentemente, maior seria a remuneração. Desta forma, toda família participava do trabalho. As jornadas iniciavam ao nascer do sol e terminavam ao anoitecer. Com todo o dia ocupado com o trabalho, talvez não houvesse tempo disponível para João pensar no ônus que este tipo de atividade traria para a sua saúde e a de seus filhos e o risco cotidiano a que eles estavam expostos. E mesmo que ele pensasse nos riscos, a família estava empenhada em acumular recursos para comprar terra e com isso tentar concretizar o projeto de estabilidade.

Outro ponto que diferencia as experiências desta família e as dos “parceiros” é a divisão do que foi produzido ou retirado da pedreira. Enquanto os “parceiros” dividiam a produção e cada um ficava responsável pelo destino final da sua parte, no trabalho de porcentagem a venda das pedras ficava sob responsabilidade da família, assim como todos os estágios anteriores. O valor arrecadado com a venda era dividido entre a família e Sauro Ceurim, o dono da pedreira.

A família de Neuci trabalhava na pedreira durante a semana. Nos finais de semana eles se dedicavam à agricultura em área cedida pelo proprietário da pedreira. Moradia e espaço para cultivo da roça e a divisão da “meia” com o proprietário, faziam parte do contrato informal. Neste espaço, a família plantava milho, feijão e arroz nas áreas alagadiças. Porém, o plantio era apenas para subsistência e sem muitos recursos. Existia somente o arado, as mãos e a terra. Ter uma roça para plantar foi fundamental para a concretização do projeto da família, uma vez que grande parte da alimentação provinha da roça cultivada nos finais de semana. Desta forma, todo o valor recebido com o trabalho na pedreira era reservado para a compra do terreno. Como relembra Neuci:

---

<sup>411</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes á Maria do Carmo Moreira Aguilár, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

Maria do Carmo: E o tipo de pagamento, como era a remuneração do seu pai por esse monte de pedra que seu pai tirava?

Neuci: Ele vendia e daí a metade era pro patrão né, dava a metade pro dono e a outra era dele, pra poder ele comprar esse pedacinho aqui neste lugar que hoje nós moramos [Maria do Carmo: então foi com o dinheiro das pedras que] foi com o dinheiro das pedras que ele comprou aqui, se não, nem tinha onde morar, só morando nas casas dos outros<sup>412</sup>.

Desta forma, ao analisar partes da trajetória de Emilio e Neuci, verifica-se que são as duas únicas famílias cujas memórias apontam para remunerações monetárias e posteriormente compra de terra. Desse modo, podemos imaginar que receber de forma monetária foi o diferencial nestas trajetórias. Trabalhadores itinerantes e fixos têm muitas semelhanças no que se refere à precariedade das condições de vida. As narrativas de ambos os grupos apontam para uma memória partilhada quanto ao ritmo fatigante de trabalho, à fragilidade desses acordos informais e à precariedade das condições de vida. Desse modo, a existência do poder de compra de terra por essas duas famílias e a ausência pelas demais, pode ser explicado pelo tipo de remuneração por elas recebidas.

A partir das narrativas nota-se que, neste universo do trabalho, entre homens e mulheres, não há um recorte nítido por gênero em relação às tarefas desempenhadas por cada um. As categorias de sócio, agregado e parceiro, que emanam das memórias, não obedecem esta partição. O trabalho na lavoura poderia ser desempenhado tanto por homens quanto por mulheres. Em princípio, as mulheres negras do grupo não se ocupavam somente com os afazeres domésticos, função demarcada no imaginário como delas pertencente<sup>413</sup>. Assim, ultrapassando esta partição, Erocilda, nas propriedades em que trabalhava, “batia foice [...] milho, feijão, era tudo de cavadeira, abria as covas e largava as sementes”. Almeri, por sua vez, “trabalhava um dia na enxada..., quebrar milho..., carpir, qualquer serviço”. Relatos como

<sup>412</sup> Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes á Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

<sup>413</sup> A literatura sobre a condição das mulheres negras revela que ainda é predominante no imaginário de chefias e funcionários de recursos humanos o lugar da mulher negra no mercado de trabalho como sendo os serviços manuais ou domésticos. Uma pesquisa desenvolvida em 2011 *A mulher nos mercados de trabalho metropolitanos: As características do trabalho doméstico remunerado nos mercados de Trabalho metropolitanos*, realizada pelo DIEESE nas principais capitais do país, aponta para a predominância de ocupações no âmbito do trabalho doméstico. Ver: DIEESE *A mulher nos mercados de trabalho metropolitanos: As características do trabalho doméstico remunerado nos mercados de Trabalho metropolitanos*. disponível em: [[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FE44B208D575F/DIEESE\\_Trabalho%20DomC3%A9stico%202011.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FE44B208D575F/DIEESE_Trabalho%20DomC3%A9stico%202011.pdf)] acesso em: 25 de julho de 2012. Ver também: BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista de Estudos Feministas* [da] UFSC, ano 3, v.2 pp. 479-488. 2. semestre, 2005. Disponível em: [<http://www.portalfeminista.org.br/REF/PDF/v3n2/Bento>]. Acesso: 09 de março. 2011.

estes evidenciam que as mulheres do grupo desempenhavam um papel ativo nas lavouras, fundamental para o sustento dos filhos.

Relatos de mulheres e meninas trabalhando ao lado de pais ou maridos nas lavouras são frequentes na memória comum. Se atentarmos para o recenseamento agrícola de 1960, abaixo reproduzido, percebemos que nas propriedades rurais recenseadas da região do Planalto Médio, 65,61% dos trabalhadores eram homens e 34,61% eram mulheres. Ressaltamos que deste universo do trabalho feminino, 17,43% eram meninas com idade inferior a quatorze anos. Assim, percebemos que, longe de ser incomum, o trabalho feminino nas lavouras era uma realidade na região. Entretanto, não podemos precisar quais eram as atividades por elas desenvolvidas, se eram relacionadas ao interior das propriedades, se transcorriam pelas lavouras, ou ainda, as duas coisas.

**Tabela 5: Pessoal ocupado, por sexo e categoria em 1960 - Ênfase no número de mulheres**

		<i>Totais</i>			
		<i>Homens</i>		<i>Mulheres</i>	
<i>Zonas Fisiográficas e Municípios</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>de 14 anos a mais</i>		<i>de 14 anos a mais</i>	
		<i>Total</i>	<i>Total</i>	<i>Total</i>	<i>Total</i>
<b><i>Planalto Médio</i></b>	<b><i>43 273</i></b>	<b><i>142 718</i></b>	<b><i>93 641</i></b>	<b><i>80 973</i></b>	<b><i>49 077</i></b>
			<b><i>40 525</i></b>		

*Fonte: Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) departamento de censos- VII - Recenseamento geral do Brasil- Série regional- Censo agrícola de 1960.*

Vimos neste capítulo que as famílias analisadas, em suas trajetórias errantes, tiveram moradias precárias cedidas pelos proprietários ou construídas por elas com os poucos recursos que tinham à disposição. Memórias das dificuldades passadas pelo grupo nessas habitações emergem nas entrevistas: são relatos de moradias vulneráveis ao ataque de animais, alagamentos causados pelas chuvas, exposição ao frio, problemas intensificados ao extremo nas habitações que não possuíam paredes. As entrevistas revelam um aspecto bastante óbvio: as famílias que tiveram os piores contratos de trabalho (ainda que todos os contratos a que essa parcela da população negra estava submetida fosse mais vantajosa para os proprietários) foram exatamente aquelas que viveram as situações mais dramáticas e as condições de vida mais precárias.

Frases como “era uma escravidão, por que tinha que trabalhar bem dizer, de graça pros outros”, “queria fazer a gente de escravo”, “bem dizer, era o tempo dos escravos”, recorrentes

nas narrativas do grupo, chamam a nossa atenção. Assim, essa camada da população negra, a partir de arbitrariedades e de um ritmo fatigante de trabalho, associam sua trajetória itinerante com um modo de vida que se assemelha ao experimentado por seus ancestrais no cativeiro, ainda que o período vivenciado por este campesinato fosse posterior à abolição da escravidão. Com base no que vivenciaram ou a partir dos relatos de seus pais ou avós, os integrantes deste campesinato negro caracterizam o trabalho decorrente da situação itinerante ainda como “escravo”. Desta forma, a impossibilidade ou dificuldade de acesso a terra, somadas com o predomínio de relações de trabalho instáveis, precárias e no mais das vezes violentas, faz com que a condição de “escravo”, na memória desta comunidade, não se restrinja ao período em que a escravidão vigorou institucionalmente. Para os entrevistados “ser escravo” perpassa o cativeiro e acompanha essa camada da população negra, modificando-se, segundo as narrativas, somente após territorialização do grupo.

Relações de trabalho baseadas em contratos verbais de parceria fizeram parte das trajetórias das famílias do quilombo Rincão dos Caixões. Elas experimentaram, em suas trajetórias, relações de trabalho instáveis, girando em torno de acordos verbais. Algumas relações como “parceria”, “agregado” e “peão” permeiam a memória do grupo. Há nas narrativas de homens e mulheres do Rincão várias passagens que evidenciam não só a existência, mas alguns aspectos do funcionamento destes acordos verbais. Embarcando nestas memórias percebemos que os termos dos contratos de parceria mudam de uma região para outra.

Os contratos de trabalho dos itinerantes do Rincão dos Caixões se diferenciam do universo de pesquisa de Mattos e Rios. Na esfera desses acordos, ao examinar a remuneração podemos enxergar algumas diferenças que, ao fim, foram fundamentais e incidiram, direta ou indiretamente, na situação presente, tanto das famílias do Vale do Paraíba quanto nas famílias de Rincão dos Caixões. Ao examinarmos as narrativas dos moradores do Rincão percebemos que economizar o que se ganhava com o trabalho em “sociedade” seria algo difícil por dois motivos. Primeiro: a remuneração, em muitas vezes, não era monetária. Para a família de Valentin ela viria em latas de banha. Altidor, por sua vez, recebia pelo dia de trabalho 1 kg de feijão. Sua filha, ao exercer o trabalho de doméstica na sede da propriedade, recebeu dois ovos, um litro de leite e um Joelho de gado. Todos estes víveres obtidos por meio do trabalho eram destinados à alimentação da família. Segundo: os pagamentos feitos de forma monetária eram insuficientes. Nas palavras de Valentin, “era troquinho” que mal dava para suprir as necessidades da família. Desta forma, não sobrava valor algum para investir em suas roças ou

na compra de terra. Os relatos dos entrevistados acerca das remunerações não deixam margem para aproximações com as famílias parceiras do Vale do Paraíba, visto que algumas, através dos recursos obtidos com o trabalho em “parceria”, conseguiram adquirir sítios, chácaras que garantiram o sustento e o progresso da família.

Desta forma, o “projeto camponês” de estabilidade por meio da roça própria, almejado e conquistado por algumas famílias do Vale do Paraíba, também foi perseguido pelas famílias negras do quilombo Rincão dos Caixões. Altidor, Valentin e outros tantos atores sociais tentaram se estabilizar, se territorializar, conquistar autonomia e prosperar a partir dos contratos informais. Porém, o empreendimento se tornou impossível com as relações de trabalho sempre mais vantajosas para os proprietários<sup>414</sup> e com os contratos verbais que não garantiam a remuneração monetária<sup>415</sup> das famílias.

Outro ponto a salientar é que as famílias de Rincão dos Caixões exerciam diferentes categorias de trabalho ao mesmo tempo. Elas poderiam ser parceiros fixos e itinerantes. A família de Valentin trabalhou na mesma propriedade como “parceiros” e “peões”. Altidor foi “agregado” de Alexandre, ao mesmo tempo em que vagava pela região a procura de colocação, se aproximando da massa de trabalhadores itinerantes. Ele residia no interior de uma fazenda, e ter uma moradia e trabalho poderia significar estabilidade. E, com base em suas perambulações, tornou-se também itinerante.

Para concluir, a partir do que foi analisado nos casos relatados, conforme visto, permeados de lembranças de episódios dramáticos, torna-se importante lembrar que, apesar da subordinação à terra, à casa principal, ao fazendeiro, da relação desigual que resultava em contratos sempre mais vantajosos para os proprietários, eram as famílias negras que decidiam seu próprio destino. Todas as lembranças e rastros de memória nos conduzem ao protagonismo dos agentes estudados. Nas narrativas de Almeri e Valentin, observa-se que seus pais não permitiam que os proprietários os fizessem de “escravos”, ou seja, que utilizassem de sua mão de obra sem tipo algum de remuneração.

---

<sup>414</sup> E não tem como não ser mais vantajoso, a própria condição de ter que dar sua força de trabalho para sobreviver com toda a dramaticidade revelada nas falas dos entrevistados não deixam margem para não ser desvantajoso para quem só tem a força de trabalho a oferecer.

<sup>415</sup> Como já mencionado no decorrer deste capítulo, a remuneração poderia ser feita com víveres. Remuneração com banha de porco é constante na memória do grupo. Cabe salientar que até meados de 1950 a região do Planalto Médio se destacou regionalmente pela produção de banha de porco. Esta produção era realizada nas propriedades dos imigrantes em escala suficiente para abastecer o mercado regional e nacional. FRITZ, L. F. F.; MIGUEL, L. de A. 2010, *A importância do Estado na evolução da agricultura no Planalto Médio do Rio Grande do Sul*. Disponível em: [http://64.233.163.132/search?q=cache:RY62I2xUQTkJ:www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/agricultura-sessao1-1.doc]. Acesso em: 11/ 02/2011

Desta forma, podemos imaginar que remuneração em banha seria mais cômodo e lucrativo para os proprietários.

É bem verdade que o obtido com o trabalho não fora suficiente e que estas famílias passaram por duras privações, mas Valentin se orgulha do esforço feito por seus pais, trabalhando a “moda das formigas”, para não deixar faltar o essencial à sobrevivência dos filhos. Almeri relembra que em momentos finais do acordo, Altidor não trabalhava mais na propriedade de Alexandre. Jogando com a sua condição de agregado, ele entrava em negociação com os proprietários da região e trabalhava onde era mais bem remunerado. Sem perder de vista os variados graus de coação a que estavam expostas, estas famílias trabalhadoras foram “sujeitos ativos” nos processos vivenciados, construindo suas visões de mundo e agindo com engenhosidade. Desta forma, as saídas sempre são lembradas por como iniciativa dos pais, tidas como uma ruptura com as precárias condições de trabalho e remunerações insuficientes, tornando-se um exercício de liberdade e o reinício de uma nova caminhada em busca do território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa visão geral dos relatos contidos nesta dissertação percebemos que, de todas as características que ligam as narrativas dos itinerantes, a mais frequente é a lembrança de uma época difícil, à qual não querem novamente passar. Um período permeado por violência, marcado por jornadas infundáveis de trabalho e de pouco retorno, traduzido nas palavras de Erocilda:

Patrão da gente, nunca eles ficam contentes, quanto mais a gente faz, mais eles querem, né! E faziam a mala nas costas da gente, enchiam as tulhas. [...]. E nunca a gente arrumava nada, nada mais do que uma comidinha, pra ter pra comer e às vezes passava fome ainda, às vezes passava fome<sup>416</sup>.

Apesar da exaltação e orgulho do trabalho com a terra permearem os depoimentos, são as lembranças de privações e arbitrariedades as mais reproduzidas. Para esta camada errante da população negra, os períodos atuais são “melhores” que outras fases da vida que passaram se deslocando. Como afirma Etuíno, “daquele tempo pra cá mudou muito, né! Terminou aquela miséria que tinha de primeiro. Tem, mas não é como era a de antes, né! Antes era braba a coisa [...] era miséria mesmo”<sup>417</sup>.

Plantações de milho, mandioca, amendoim, enfim, a produção doméstica, aprendida ainda na infância em companhia dos pais em suas andarilhagens, é parte indissociável da experiência de vida desses grupos. Assim, adquirir um espaço para o cultivo “e mantê-lo com suas possibilidades de trabalho em família, produção, relativa independência e toda a dimensão de realização pessoal que ela possibilitava, foi uma ambição constante”<sup>418</sup>. A partir dessas experiências, permeadas por tentativas de se fixar ao território que, para alguns se iniciava ainda na infância, o grupo estabelece relações de pertencimento com o lugar a territorializar, criando seu território de subsistência e relações simbólicas.

---

<sup>416</sup> Entrevista realizada com Erocilda dos Santos em 19/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinícius Pereira de Oliveira.

<sup>417</sup> Entrevista concedida por Etuíno da Silva em 21 de abril de 2008 à Maria do Carmo Aguiar.

<sup>418</sup> MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós- abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.243.

É da terra que se tira o sustento da família, “pra ter o que comer o cara tem que plantar<sup>419</sup>”. O trabalho dos itinerantes encontra-se intimamente relacionado à terra. Nesta trajetória errante, as famílias através do trabalho, construíram ou solidificaram suas relações com a terra. Assim, “o processo de trabalho não reproduz apenas alimentos, ao longo dele também são ‘re-produzidas’ ideias”<sup>420</sup>. Essas ideias, concepções de mundo sobrepostas na relação com a terra e afloradas no período de itinerância, evidenciam os significados que estas famílias imprimem no território atualmente ocupado.

Este trabalho foi uma tentativa de seguir os rastros de memória da comunidade Rincão dos Caixões, no período em que se deslocaram pela região do Planalto, à procura de trabalho e de recuperar a estabilidade perdida com a expropriação territorial ocorrida na área que anteriormente ocupavam. Nosso objetivo foi perseguir o período de andarilhagens do grupo. E, nas pegadas da memória quilombola, voltamos no tempo e reconstituímos vários acontecimentos vivenciados pelo grupo ou por seus familiares. Dentro dos limites deste trabalho, procuramos revelar os postos de trabalho que eles ocuparam e as relações sociais e familiares que se estabeleciam em seus percursos errantes.

No capítulo II, vimos que a região do planalto Médio foi palco de conflitos e expropriações fundiárias ainda no século XIX. E, que nos anos finais deste século as melhorias nas redes de transporte e a construção da ferrovia ligando São Paulo a Rio Grande impulsionaram o início do processo de imigração para região, contribuindo para o comércio e valorização das terras. Esta imigração para região desencadeou um processo de desapropriação dos antigos ocupantes, gerando diversos conflitos.

Já no século XX e ao longo da Primeira República, estes conflitos fundiários se proliferaram e, entre as décadas de 1950 e 1960, houve o redimensionamento da distribuição das terras no campo devido, sobretudo à ampliação dos empreendimentos capitalistas no cultivo do trigo e também à crise vivida pela pequena propriedade. Neste período a compra e venda de imóveis já era uma realidade, assim como a especulação imobiliária, fazendo com que pequenas e médias propriedades se tornassem objeto de negócios para pequenos proprietários e/ou capitalistas da agricultura

No decorrer deste processo dá-se a expropriação de parcelas de terras dos pequenos proprietários e a expulsão das áreas de terceiros, dos camponeses que nela encontraram um

---

<sup>419</sup> Entrevista concedida por Gino dos Santos em 26 de abril de 2008 à Cristian Jobi Salaini, com presença de Erocilda dos Santos e Querli dos Santos.

<sup>420</sup> WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed.UNB, 1997.p. 192.

local para plantio. É importante considerar ainda a pressão econômica e extraeconômica impostas àqueles que resistiam à expropriação pura e simples. Essas áreas expropriadas, pouco produtivas aos olhos dos empreendedores capitalistas, são transformadas em áreas de cultivo de grãos destinados ao mercado internacional.

Em meio a estes conflitos fundiários, estava a comunidade do Sítio Novo/Linha Fão, um grupo negro descendente de escravos que reside em área doada informalmente nos anos iniciais do século XX. Doações de terra às famílias negras durante a escravidão e no pós-abolição não são excepcionais. Diversas comunidades quilombolas espalhadas pelo Rio Grande do Sul tem sua gênese na concessão de alguma área de terra por proprietários, pelos mais variados motivos, discutidos no cap. II deste texto<sup>421</sup>. Estamos lidando com dois estilos de vida, com grupos de indivíduos com interesses distintos, evidenciados na narrativa de Erocilda; “Aqui eu plantava o que comer. Pra comer, eles... A planta deles era o trigo e a soja, mas eu não, eu nem plantei trigo, nem trigo, não plantei, eu plantava milho, mandioca, batata-doce”<sup>422</sup>. E, quando estes dois modos de vida e cultura se encontram, a posse do território enquanto meio de sobrevivência entra em conflito com a posse com vistas ao mercado. Entre os anos de 1940 e 1960, o grupo negro teve a área habitada drasticamente diminuída, devido ao avanço da fronteira agrícola.

De acordo com Woortmann, a migração é parte da prática de reprodução dos camponeses e não apenas uma recorrência do esgotamento de terras disponíveis<sup>423</sup>. Nesta dissertação, vimos que a saída de algumas famílias deste primeiro território ocupado não foi espontânea. As famílias foram submetidas a um processo de expulsão e levadas à itinerância, que ocorreu de duas formas: expulsão direta através de manobras fraudulentas em cartório (no momento das medições e cadastramento territoriais), atos de violência física e invasões armadas às propriedades; ou indireta, devido ao esgotamento da área da comunidade.

Esta diminuição da terra, um dos elementos centrais para a reprodução deste campesinato negro, aliada ao bloqueio pela cerca para o acesso as áreas de mato, que eram utilizadas para retirada de lenha, madeira e ervas, inviabilizou a manutenção do modo de vida deste grupo negro, conforme relata Gino: “O Libinho esse [...] o cara tomou terra, tomou tudo

---

<sup>421</sup> Podemos citar a comunidade de Casca, cuja área atualmente ocupada, fora doada em testamento por Maria Quitéria Pereira do Nascimento aos seus escravos em 1825. O testamento foi aberto em 1826.

<sup>422</sup> Entrevista realizada com Erocilda dos Santos em 19/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinícius Pereira de Oliveira.

<sup>423</sup> WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 217.

dos miseráveis... E ainda além de pegar, ele pegava e fechava as terras e fazia fechar pra eles. Fazia fazer cerca pra eles ainda, sabe...”<sup>424</sup>. Devido às expulsões, diretas ou indiretas, algumas famílias transformaram-se em itinerantes e em um período indeterminado de tempo migraram pelas propriedades da região oferecendo mão de obra. Mesmo considerando que as experiências específicas sempre levam em conta uma série de fatores como contexto e tipo de trabalho que variam de região para região, dentre outros, em alguns momentos do texto aproximamos a trajetória do grupo ao que Mattos e Rios, em estudo sobre os descendentes da última geração de escravos do Vale do Paraíba, denominaram de *campesinato negro itinerante*.

O número de famílias que se deslocaram do Sítio Novo/Linha Fão é incerto. Porém, as comunidades de Rincão dos Caixões e Júlio Borges são constituídas, fundamentalmente, por famílias expropriadas do Sítio Novo/Linha Fão. Concentramos nossos esforços para seguir a trajetória errante de apenas três núcleos que residem atualmente no quilombo Rincão dos Caixões, cujos principais protagonistas são: Valentin, Erocilda e Etuíno.

Erocilda saiu do Sítio Novo/Linha Fão após seu casamento, devido à falta de espaço para constituir a nova família. Os pais de Etuíno foram expulsos de sua casa pelos funcionários armados de um proprietário do entorno, que estava expandindo sua área para o plantio de trigo. Valentin, por sua vez, protagonizou os dois tipos de saída. Em um primeiro momento sua família saiu devido à ausência de infraestrutura para manutenção do modo de vida do grupo, retornando anos mais tarde. Porém, os membros da família não ficaram muito tempo, pois a área que habitavam foi posta em nome de um proprietário do entorno, através de uma manobra fraudulenta no ato da medição, em que a família foi impelida a entregá-la. Mediante a esses mecanismos de pressão econômica e/ou social, muitas famílias foram forçadas a se desfazerem de suas terras, por valores irrisórios tais como tecidos, banha e outros víveres. Concluímos que, nesta situação de submissão e coação física e moral, não houve venda da terra. A narrativa de Funé e de tantos outros reitera a ação expropriatória sofrida pelo grupo. Em certo momento da narrativa, ela diz que estavam tomando as terras dos pobres. Funé não está dizendo que estavam negociando, comprando, mas sim que estavam tomando, subtraindo. E, obrigar implica em forçar, coagir. Por outro lado o termo vender remete à negociação, e de acordo com as narrativas, a saída dos quilombolas de seu território se deu em contexto de violência física e simbólica.

---

<sup>424</sup> Entrevista concedida por Gino dos Santos em 26 de abril de 2008 à Cristian Jobi Salaini, com presença de Erocilda dos Santos e Querli dos Santos.

Analisamos as constantes migrações do grupo, atentando para as relações familiares, sociais e de trabalho que eles estabeleciam em seus percursos. Constatamos que as experiências do grupo estavam interligadas às mudanças ocorridas no modo de produção da região, as quais influenciaram direta e indiretamente suas trajetórias. Vimos que, durante os deslocamentos, as ocupações não foram homogêneas. Apesar de o trabalho ter sido predominantemente agrícola, o tempo de permanência das famílias nas propriedades dependia, fundamentalmente, do tipo de acordo e da relação estabelecida com os proprietários. Mesmo aqueles que conseguiam se fixar como parceiros estavam inseridos em uma trama de relações na qual todos ficavam submetidos ao proprietário. O objetivo dessas famílias era a territorialização, adquirir uma área em que pudessem plantar e criar os filhos. Os itinerantes perseguiram esse projeto de vida, vendo nos contratos informais de parceria uma porta de acesso para esta estabilidade.

As categorias; “sócio”, “agregado” e “peão” foram recorrentes nas narrativas acerca das relações de trabalho e nos esforçamos para analisá-las, buscando compreender o significado das mesmas para os entrevistados. “Agregado” é o trabalhador que mora na propriedade, que pode ou não plantar para si (depende do acordo com o proprietário), presta serviços avulsos e por tarefas para o dono da propriedade. Este tipo de acordo possibilitava que o agregado, ao término da atividade combinada, prestasse serviços para outros proprietários. Altidor foi agregado em uma determinada propriedade, onde também residia. Na condição de agregado, desenvolvia atividades ligadas à terra e no açougue do proprietário. Nas horas de folga, Altidor trabalhava como “peão” (por tarefa ou jornada) para os proprietários do entorno.

Os pais de Etuíno trabalharam como “peões” e “parceiros”, sempre “rolando aqui e ali”. A permissão de plantar em “roça própria” nem sempre era concedida. Ao trabalhar para Rangel, um proprietário rememorado pelo grupo como avarento, a família não pôde plantar. Dessa maneira, apenas o que recebiam pelo trabalho na propriedade não era suficiente, comprometendo o sustento da família. “Peão” é a categoria mais instável narrada pelo grupo. O trabalho de “peão” seria um trabalho por tarefa, conforme a maioria dos relatos, este tipo de trabalho durava poucos dias. Altidor era “agregado” na propriedade de Alexandre e se deslocava pela região oferecendo-se para trabalhar de “peão” para outros proprietários.

Vimos que o trabalho em “parceria” era, em princípio, mais estável. Ser “parceiro” significava ter um espaço para plantar, muito almejado pelos itinerantes. O proprietário cedia uma área para as famílias “parceiras” plantarem e tudo que era produzido deveria ser dividido

em duas partes iguais: uma para a família e outra para o proprietário. Vimos que a família de Valentin foi “parceira” na fazenda de João Carvalho, mas Valentin precisava trabalhar de “peão” para sustentar a família, pois, o que eles retiravam da área cedida, depois de retirada a parte do proprietário, não era suficiente. Valentin e seus pais trabalharam por 15 anos nesta propriedade, estabilidade almejada pela camada itinerante. Porém, ao narrar a rotina de trabalho, descortinou-se um período de intensas jornadas de trabalho e de pouco retorno. A família não conseguiu acumular recursos para a aquisição de terra, uma vez que o pagamento era feito de forma não monetária.

Podemos concluir que nestes períodos de trabalhos sazonais as relações que se estabeleciam no campo eram relações de poder procedentes de um tecido social assentado em bases hierárquicas, em detrimento de outro segmento social despossuído de terras e direitos. Para essa camada itinerante da população rural, que vivia “nos limites da sobrevivência”, o que estava em jogo era a conquista de estabilidade através da posse da terra. E nesta busca por um novo território, emergem trajetórias permeadas por situações de conflitos e uma lógica contratual verbal instável e sempre mais vantajosa para os proprietários que, aproveitando-se da situação de vulnerabilidade em que famílias ficavam expostas ao terem suas terras ocupadas, pagavam quase sempre em víveres alimentícios. As remunerações monetárias eram raras e os valores irrisórios, quase abaixo do nível de subsistência. Apesar da possibilidade de estabilidade, os acordos verbais eram frágeis e poderiam ser rompidos por ambas as partes. A memória do grupo remete para rompimentos destes contratos informais, por vezes violentos, por parte dos proprietários.

Também voltamos nossos olhares para os parentes do grupo, residentes atualmente no quilombo Julio Borges e que também tiveram suas trajetórias marcadas por constantes deslocamentos. Foi possível constatar que o projeto de vida dessas famílias foi o mesmo, a aquisição da estabilidade via posse da terra. Nesta coletividade, constatamos que as famílias também trabalharam como “sócios”, “agregados” e “peões” e em condições semelhantes às de seus parentes do Rincão dos Caixões. A distinção entre estas duas coletividades ficou por conta da forma de remuneração, que para duas famílias de Júlio Borges era feita de forma monetária que, aliada ao plantio nas roças próprias, subsidiou a compra dos terrenos que elas hoje habitam. Esta diferença na remuneração somada à permissão para plantio, ao fim, foi fundamental para a efetivação do projeto de estabilidade via posse da terra.

Nestas análises sobre as relações de trabalho partilhamos da afirmativa de Gomes e Negro quando dizem que a história dos trabalhadores “extrapola definições rígidas ou pré-

noções generalizantes. Os fenômenos que não são urbanos, industriais e não galvanizados por multidões sindicalizadas podem ser perfeitamente fenômenos da história operária”<sup>425</sup>. Desta forma, as experiências dos trabalhadores negros rurais parcialmente reconstituídas neste texto e que revelam as negociações, acordos e embates com os empregadores, se colocam de modo diverso à imagem de um trabalhador rural despreparado, indolente e que segue inconsciente da sua exploração. Como postulavam as correntes pós 1930. Estas complexas experiências que reconstituímos neste texto, retratam trabalhadores rurais não atrelados necessariamente, ao atraso e anomia. Elas nos permitem visualizar a diversidade e a complexidade da história dos trabalhadores que não cabem em modelos pré-definidos. Assim, as experiências de trabalho analisadas no último capítulo deste texto, são constitutivas do processo de formação da classe trabalhadora do país.

Constatamos ainda que, nestes percursos errantes, os itinerantes habitaram moradias cedidas pelos proprietários ou construídas pelas famílias. Eram, de um modo geral, habitações precárias que mal os protegiam das intempéries climáticas: são relatos de acampamentos de lona e casas de restos de madeiras tomadas por frestas. Os grupos familiares em diáspora, geralmente construíam alojamentos nas imediações das fazendas as quais prestavam serviços. Assim, durante o período de tempo que permaneciam nas propriedades, estes grupos improvisavam suas moradias. As famílias itinerantes experimentaram uma vida em barracões ou acampamentos rudimentares.

Nestes contextos de dispersão, as famílias procuravam se fixar em propriedades próximas, ou até mesmo na mesma propriedade, como ocorreu com as famílias de Etuíno e Valentin. A proximidade funcionava como mecanismo de proteção dando continuidade aos laços de solidariedade constituídos ainda no Sítio Novo/Linha Fão pelos seus ancestrais e perpetuados no decorrer das gerações. Desta forma, a trajetória do grupo marcada, fundamentalmente, por constantes deslocamentos, serviu para unir e fortalecer ainda mais as famílias em suas trajetórias errantes, influenciando na territorialização do grupo. Também constatamos que, apesar da migração forçada, dispersão e ausência do lar, as famílias não perderam o elo com o local de origem e, sempre que podiam, retornavam ao território do Sítio Novo/Linha Fão.

---

<sup>425</sup> GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006.

Na “terra natal”, como alguns deles nomeiam Sítio Novo/Linha Fão, estão as raízes do grupo. Um território (que existe simultaneamente nos planos físico e simbólico) pautado por uma organização social diferenciada. Ocorrem, nos quilombos de Rincão dos Caixões, Julio Borges e Sítio Novo/ Linha Fão, em suas diversas formas de reterritorialização, o mesmo estilo de vida e o mesmo tipo de ocupação. No circuito formado por esses coletivos ocorre a troca de bens materiais e imateriais e ainda circula a memória dos seus ancestrais, uma rememoração coletiva evidenciando, mais uma vez, que o deslocamento ocorrido no Sítio Novo Linha/Fão não apresentou a perda de um referencial de territorialidade, de um local de origem.

Para um período que lança as bases de um processo econômico que possibilitou que o Rio Grande do Sul se autodenominasse e ficasse conhecido como “celeiro do país”, pela intensificação da produção de cereais, via mecanização e substituição da policultura pela agricultura em larga escala, a história não pode ser contada apenas pelo lado do sucesso da agroindústria. O padecimento de alguns grupos sociais é um aspecto pouco conhecido deste processo, para o qual esta dissertação buscou dar visibilidade. As triunfantes e gordas sacas de sojas que passaram a ser transportadas por caminhões pelas estradas gaúchas, os financiamentos do Banco do Brasil aos produtores rurais e as modernas máquinas agrícolas que passaram a ocupar o cenário do interior do estado, têm nas latas de banha trocadas por terra, uma triste contrapartida.

## FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS

Fundo Judiciário

Sub-fundo Provedoria

Testamento, Comarca de Passo Fundo: maços 2 e 3, 1887/1912 e 1851/1918, processos número 71-113 (considerados válidos 24 testamentos).

Testamentos utilizados: Joaquim Roberto Martins e Anna Emilia de Quadros, Provedoria, Passo Fundo, maço 2, Auto 57, 1874.

José Joaquim de Medeiros, Provedoria, Passo Fundo, maço 2, processo 63, 1882.

Maria Angélica de Barros, Provedoria, Passo Fundo, maço 2, processo 59, 1874.

Cezário Antonio Lopes, Provedoria, Passo Fundo, maço 2, processo 64, 1883.

Inventários *post-mortem*

Subfundo 1ª Vara Cível e Crime / Cível e Crime

Comarca de Passo Fundo: Localidade de Passo Fundo; maço 1, 1851/1927, processos número: 1, 23-37, 39-50 (considerados válidos 27).

Maço 2, 1884/1901, processos número: 51-90 (considerados válidos 12).

Maço 7, 1873, 1884/1922, processos número: 323-336 (não há inventários dentro do marco temporal).

Inventários *post-mortem* selecionado: João Antonio Alves Rabello, 1ª Vara Cível e Crime, Passo Fundo, maço 2, processo 53, 1886.

Processos Crime

Subfundo: 1ª Vara Cível e Crime

Localidade: Passo Fundo. Maço 15, 1878/1883, processos número: 411-430.

Maço 3, 1879/1890, processo número: 53-61.

Maço 26, 1873, 1876/1915, processos número: 831-843, 848-852 (4 considerados válidos).

Processo crime selecionado: Jorge Manso Carvalho, Subfundo Vara Cível e Crime, Passo Fundo, processo 1577, maço 31, 1888.

**Fontes impressas**

COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA 11ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Relatório Final (Decreto Nº 4.887/2003 E In/Incra Nº 20/2005) Comunidade*

*Quilombola Do Rincão Dois Caixões – Jacuízinho/RS*. SALAINI, Cristian Jobi; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; FONTOURA, Luiz.

COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA 11ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural de territórios quilombolas, (*Decreto Nº 4.887/2003 E In/Incrá Nº 20/2005*). apresentado ao INCRA/RS em janeiro de 2007. SANTOS, Sherol dos et al. Comunidade remanescente Quilombo da Mormaça: História, cotidiano e territorialidade.

COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA 11ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA OLIVEIRA, Vinicius Pereira de, et al. *A resistência através da permanência: Relatório Antropológico, Histórico e Geográfico sobre a comunidade negra de Manoel Barbosa*. Porto Alegre. 2006.

COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA 11ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; GAMALHO, Nola Patricia; CENTENO, Lúcio Domingues; BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho. *Relatório sócio-histórico-geográfico-antropológico de Delimitação e identificação da Comunidade Quilombola de Palmas (Bagé/RS)*. Porto Alegre. 2007.

ESTATUTO DA TERRA. Comissão de agricultura e pecuária. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, junho de 1985.

FEE (Fundação de Economia e Estatística). De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos, 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1960. 4ª Edição.

### **Fontes Impressas disponíveis On-Line**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *VI Recenseamento Geral do Brasil*- ano 1950- Rio Grande do Sul, Censo Econômico. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *VII Recenseamento Geral do Brasil*- ano 1960- Rio Grande do Sul, Censo Agrícola. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2011.

De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul: censos (1803-1950). Porto Alegre: FEE, 1981. Disponível em: [<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/publicacoes/digitalizacao/de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf> ]. Acesso em 13 de maio de 2012

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS

SOCIOECONÔMICOS (DIEESE) “A mulher nos mercados de trabalho metropolitanos: As características do trabalho doméstico remunerado nos mercados de Trabalho metropolitanos” disponível em:

[<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FE44B208D575F/DIEESETrabalho%20DomC3%A9stico%202011.pdf>]. Acesso em: 25 de julho de 2012.

DAL-RI, Emanuelle: *Tradição negra gera renda para Quilombolas*. Jornal Gazeta da Serra. Edição de 13/05/2011. Disponível em:

[[http://www.gaz.com.br/gazetadaserra/noticia/277866tradicao\\_negra\\_gera\\_renda\\_para\\_quilombolas.html](http://www.gaz.com.br/gazetadaserra/noticia/277866tradicao_negra_gera_renda_para_quilombolas.html)]. Acesso em 03 de março de 2012.

Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). *Quilombolas: Estrutura fundiária*.

Disponível em: [<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>].

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. 'Viver pelo mundo trabalhando pros outros': a trajetória itinerante do quilombo Rincão dos Caixões. In: *Revista Identidade*. (EST), São Leopoldo, v. 16, 2011, pp. 106-124 Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/242>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Pinsky, Carla (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005, pp.155-202.
- ANDRÊ, Pereira; Wagner, Carlos Alberto. *Monges Barbudos & o Massacre do Fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: *Centro de Estudos Afro-Orientais*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo W.B. Terras de Pretos, Terras de Santo e Terras de Índio. Uso comum e conflito. *Revista do NEAD/UFPA*, 1989.
- ALMEIDA, Alfredo W.B. Os quilombos e as novas etnias. In.: O'DWYER, Eliane C. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp. 43-81.
- ALMEIDA et. al. Apresentação da Coleção. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 9-18.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo 1888-1988*. Bauru: EDUSC, 1998.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. Identidade étnica e territorialidade. In: ANJOS, Jose Carlos dos. SILVA; BAPTISTA, Sérgio (orgs) *São Miguel e Rincão dos Martimianos*. Ancestralidade Negra e Direitos territoriais. Porto Alegre: UFRGS, 2004. pp. 63-118.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos; et. al. As condições de raridade das comunidades quilombolas urbanas. In: GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos. (Org.). *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. 1ª ed. Porto Alegre: Cenhury, 2008. pp. 167-178.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. O tribunal dos tribunais: onde se julga àqueles que julgam raças. *Horizontes Antropológicos*, v. 11, 2005.
- \_\_\_\_\_. Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas. In: LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). *Laudos Periciais Antropológicos em debate*. Florianópolis: Nova Letra Gráfica e Editora, 2005, v. 1, pp. 89-112.

ARAÚJO, T. L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. 2008. 333f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [2008]. Disponível em: [<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17528/000716785.pdf?sequence=1>] acesso em: 13/07/2011

ARRUTI, José Mauricio Andion. *Mocambo: Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola*. São Paulo: EDUSC. 2005.

\_\_\_\_\_. A emergência dos remanescentes: Notas para o diálogo entre indígenas e quilombos. In: *Mana. Estudos de antropologia social*. Rio de Janeiro: PPGAS - UFRJ. 3/2, 1997. pp. 7-38.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira e CHALHOUB, Sidney (org.). *Trabalhadores na Cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

BARCELLOS, Daisy Macedo de et. All. *Comunidade Negra de Morro Alto. Historicidade, Identidade e Territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FREINART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. SP, UNESP, 1998. pp. 25-67.

\_\_\_\_\_. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa. 2000.

BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. Anos 90. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de Alforria. In: REIS, João José (org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp. 73-86

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista de Estudos Feministas da UFSC*, ano 3, v.2 pp. 479-488. 2º semestre, 2005. Disponível em: [ <http://www.portalfeminista.org.br/REF/PDF/v3n2/Bento>]. Acesso: 09 de março. 2011.

BERTRAND, J.; LAURENT, C.; LECLERCQ, V. *O mundo da soja*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BORGES, Maria E. L. *História e fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. Tradução Nilo Odalia, 1997.

- BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BRUM, Argemiro. *Modernização na agricultura: trigo e soja*. Petrópolis, editora Vozes. 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1988.
- CARVALHO, M. C. P. A Atualização do conceito de quilombo: Identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente e Sociedade*: Campinas, v. 10, 2002. pp. 129-136.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (6ª. impressão: 2003). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, S. Escravização Ilegal e Precarização da Liberdade no Brasil Império. In: AZEVEDO, Elciene et al (org.) *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, pp. 23-62.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar & botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na belle époque*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2005.
- CHALHOUB, S. Precariedade estrutural: O problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: *História Social*. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 19, pp. 19-32, 2010. Disponível em: [<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315/271>]. Acesso em 15 de outubro de 2011.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Edurgs, 2002.
- CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C. *A expansão da soja no Rio Grande do Sul —1950-75*. Porto Alegre, FEE, 1984.
- CONRAD, Robert Edgar. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1978.
- CONTERATO, Marcelo Antônio; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: suas metamorfoses e reações locais. In: SABOURIN, E.; TONNEAU, J.P. (Orgs.). *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

- COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca; HOLT, Thomas. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp. 149-164
- DARNTON, Robert. *O beijo de lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DI LEONARDO, Micaela. Oral History as Ethnographic Encounter. In: *The Oral History Review*, Vol. 15. Oral History Association (Spring 1987), pp. 1-20.
- EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Escravos nas estâncias e nos campos: escravidão e trabalho na Campanha Rio-grandense (1831-1870)*. *Conservatória: Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica*, CD-ROM, 2005.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução: Paula Siqueira. In: *Cadernos de campo*. n° 13, 2005, pp.155-161.
- FILATOW, Fabian – *Religião e política: o caso dos Monges Barbudos (Rio Grande do Sul, 1935-1938)*. Disponível em [<http://www.webhumanas.hpg.ig.com.br/filatow.PDF>]. Acessado em 12 de março de 2012.
- FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos Monges Barbudos (1935-1938)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- FONER, Eric: *Nada Além da Liberdade*. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1988.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- FRANTZ, Telmo R. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola - o caso da Cotrijuí*. Ijuí: Editora da FIDENE, 1982.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família sob o regime de economiapatriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.
- FRITZ, L. F. F.; MIGUEL, L. de A. *A importância do Estado na evolução da agricultura no Planalto Médio do Rio Grande do Sul*. Disponível em: [<http://64.233.163.132/search?q=cache:RY62I2xUQTKJ:www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/agricultura-sessao1-1.doc>]. Acesso em: 11/ 02/2011

GARCIA, G. *Terra, Trabalho e Propriedade: A estrutura agrária da Campanha Rio-Grandense nas décadas finais do período Imperial (1870-1890)*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: [<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1266.pdf>]. Acesso em 14 de julho de 2011.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

\_\_\_\_\_. Estar lá, escrever aqui. *Diálogo*, v. 22, n. 3, 1989. Pós-Modernidade/Etnografia.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. São Paulo: Editora 34, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Atlântico Negro - modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. *Ministério do Trabalho. Uma história contada e vivida*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. Disponível em: [[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1699.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1699.pdf)]. Acesso em 15 de março 2011.

\_\_\_\_\_. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *Revista de História Oral*, volume 11: Rio de Janeiro, 2008. pp. 11-41.

GOMES, F. S. Quilombos do Rio de Janeiro do Século XIX. In: REIS, J. J.; GOMES, F. S. (orgs.) *Liberdade Por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996a. pp. 246-282.

\_\_\_\_\_. Ainda sobre os quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil. In: REIS, E. et all.(orgs.) *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*, São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1996b.

GOMES, F. S. O Campo Negro De Iguazu - Escravos, Camponeses e Mocambos no Rio de Janeiro (1812-1883). In: *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 25, 1993. pp. 43-72.

\_\_\_\_\_. *A Hidra e os Pântanos. Mocambos e Quilombos no Brasil Escravista*. São Paulo: Editora da Unesp/Polis, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006.

GOLDMAN, M. *Como Funciona a Democracia. Uma Teoria Etnográfica da Política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2006.

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul: geografia social, geografia da história, psicologia social e sociologia*. Porto Alegre: Globo, 1933.

GUSMÃO, Neusa. A questão política das chamadas 'terras de preto'. In: *Terras e territórios de negros no Brasil*. Textos e Debates - NUER/UFSC, ano 1, n. 2. 1991.

GUTFREIND, Ieda. O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico. In: *Estudos ibero-americanos: Anais do I Simpósio gaúcho sobre a escravidão negra*. Porto Alegre: EDIPUCS, 1990.

GRANDO, Marinês Zandavali. *Agropecuária do Rio Grande do Sul – 1980-1995: a caminho da eficiência*. Fundação de Economia e Estatística, Secretaria da Coordenação e Planejamento. Porto Alegre, 1996.

GRINBERG, Keila. Re-escravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Sílvia; MENDONÇA, Joseli (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp. 101-128

HALBWACHS, Maurice. 1990. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice Editora.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, 1996. pp.68-75.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HARTUNG, Mirian. Furtado. *O sangue e o espírito dos antepassados. Escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha - PR*. Florianópolis: NUER, 2004.

JOUTARD, Philippe. *El tratamiento del documento oral Debats*. Valencia, n.10, dez. 1984.

KERSTING, Eduardo. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a colônia africana*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. *RS: Terra & Poder: história da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo dos Santos. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. 1 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

LARA, Sílvia H. *Campos de violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Sílvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Projeto História, São Paulo, n. 16, p. 25-38, fev. 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LEITE; Ika Boaventura. *O legado do testamento: a Comunidade de Casca em perícia*. 2.ed. Porto Alegre: editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

LEITE, Ika Boaventura (Org.); ANJOS, José Carlos Gomes dos (Org.); BARCELLOS, Dayse (Org.) et. al. *Laudos periciais antropológicos em debate*. 1. ed. Florianópolis: ABA/NUER, 2005. v. 1.

LEIPNITZ, Ginter Tlajja. *Entre contratos, direitos e conflitos. Arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha Rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: [\[http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26327/000756995.pdf?sequence=1\]](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26327/000756995.pdf?sequence=1). Acesso em 14 de julho de 2011.

LÉVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992. pp. 133-161.

\_\_\_\_\_. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOBO, Andréa Souza de. *Tão longe, tão perto, Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista. Cabo Verde*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: [\[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2968/1/2007\\_AndradeSouzaLobo.PDF\]](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2968/1/2007_AndradeSouzaLobo.PDF). Acesso em 10 de julho de 2011

LOPES, José Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo*. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e pânico – movimentos sociais na década de abolição*. Rio de Janeiro: UERJ / EDUSP, 1994.

MAESTRI, Mário J.. *O escravo no RS: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria Lugão. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: *Topoi*, volume 5, no. 8, January-June 2004, pp. 170-198.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós- abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. In: *Revista USP*, n. 68. dez. jan. fev. 2005 e 2006, pp. 104-111.

MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

MATTOS, J. R. ; ANJOS, J.C. ; RAMOS, I. ; MARQUES, O. . As condições de raridade das comunidades quilombolas urbanas.. In: GEHLEN, Ivaldo. (Org.). *Diversidade e Proteção*

Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre. Porto Alegre: Century, 2008.

\_\_\_\_\_. Famílias quilombolas de Porto Alegre-RS; Análise do perfil sócio-cultural e as relevâncias para assistência social. In: GEHLEN,IVALDO. (Org.). Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre. Porto Alegre: Century, 2008.

MARTINS, Leda. Maria. *Afrografias da memória: O reinado do Rosário no Jatobá*. 1. ed. São Paulo / Belo Horizonte: Perspectiva / Mazza Edições, 1997.

MARX, Karl. A Chamada Acumulação Primitiva. In: *O Capital*. Lv. I, Vol. 2, São Paulo: Difel, 1982. pp. 828-883.

MELO, Josemir Camilo de. *Cultura, memória coletiva e identidade étnica na Ciranda de Caiana dos crioulos (Alagoa Grande-PB)*. Disponível em: [[http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269032135\\_ARQUIVO\\_CULTURA\\_MEMORIALCOLETIVAEIDENTIDADEETNICANACIRANDADECLAIANA.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269032135_ARQUIVO_CULTURA_MEMORIALCOLETIVAEIDENTIDADEETNICANACIRANDADECLAIANA.pdf) ]. Acesso em 11 de janeiro de 2011.

MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

MONTI, Verônica A. Martini. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o Deboche e a Rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

\_\_\_\_\_. Os Cativos e os Homens de Bem - Experiências Negras no Espaço urbano. 1ª. ed. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

MONSMA, Karl. *Lutas simbólicas e violência física: fazendeiros e trabalhadores negros no Oeste paulista, 1888-1914*. Disponível em: [[http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia\\_em\\_revista\\_karl\\_monsma.pdf](http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_karl_monsma.pdf)]. Acesso em: 13 de março de 2012.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, Denise A. S. de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: CMU, 1998.

NEUMANN, Rosane Márcia. A colonização do Planalto gaúcho por empresas privadas. In: *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*. Edição nº 17 de dezembro 2006. Disponível em: [<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao17/materia03/>]. Acesso em 17/02/2011.

NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. In: *Projeto História* n. 10. São Paulo: PUCSP, 1993. pp. 7-28.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST Edições, 2006.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. pp.13-32.

OSÓRIO, Hellen. *Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial*. Disponível em: [<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h4-09.pdf>]. Acesso em 13 de maio de 2012.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

\_\_\_\_\_. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História), 1999.

\_\_\_\_\_. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luiz A. et al. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, pp. 75-90.

PASQUETTI, Elir Paulo. *A competitividade da suinocultura desenvolvida no município de Nova Candelária e sua representatividade no noroeste do RS*. Monografia (Especialização em Gestão de Agronegócio- MBA em Gestão de Agronegócio). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010. Disponível em: [[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Mono\\_Elir\\_Pasquetti.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Elir_Pasquetti.pdf)]. Acesso em 20 de março de 2012.

PEDRON et al. Levantamento e classificação de solos em áreas urbanas: importância, limitações e aplicações. In: *Revista Brasileira de Agrociência*, Pelotas, v. 13, n.2, pp. 147-151, abr-jun, 2007.

PESAVENTO, Sandra J. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Documenta 17).

\_\_\_\_\_. *Emergência dos Subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: UFRGS. 1989.

\_\_\_\_\_. *RS: A Economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: mercado Aberto, 1980.

POLLAK, Michel. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n 3, pp. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vila di Chiana. In: FERREIRA, Marieta de M e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed da FGV, 1996, pp. 103-130.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como gênero. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. In: *Revista Projeto História*, nº 22, São Paulo, junho de 2001. pp. 9-36.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne; BARTH, Fredrik. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1998.

RAGO, Margareth. A 'nova' historiografia brasileira. In: *Anos 90*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS/Ed. da UFRGS, nº 11, 1999. pp.73-96.

RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1979.

RATTS, Alessandro J. P. (RE) CONHECER QUILOMBOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: Estudos e Mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil Afro-brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José; GOMES, F. S. (org.) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. Da Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REYDON, Bastian Philip. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil: uma necessidade urgente. In: *Dimensões do Agronegócio Brasileiro – Políticas, instituições e perspectivas*. Nead Estudos – Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília 2007.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. *Trabalho, recursos naturais e estratégias de reprodução de agricultores na Zona da Mata Mineira*. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RUBERT, Rosane Aparecida. *Comunidades negras rurais do RS: um levantamento socioantropológico preliminar*. Porto Alegre: IICA/RS:RURAL, 2005.

RÜCKERT, A.A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do rio grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

RÜCKERT, A.A. *Metamorfoses do Território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990*. Porto Alegre: UFRGS EDITORA, 2003.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003 [1987].

SANTANA, Antonio Hertez Gomes de. *Possíveis memórias do trabalho na escravidão e no pós-abolição em Alagoinhas*. Disponível em: [[http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1268951319\\_ARQUIVO\\_PosiveismemoriasdotrabalhonaescravidaoemAlagoinhas.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1268951319_ARQUIVO_PosiveismemoriasdotrabalhonaescravidaoemAlagoinhas.pdf)]. Acesso em 11 de janeiro de 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Rebecca J. Fronteiras móveis: “linhas de cor” e divisões partidárias: Raça, Trabalho e Ação Coletiva em Lousiana e Cuba, 1862-1912. In: *Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2005, pp.131-200.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: *A escrita da História: novas perspectivas*. BURKE, Peter (org.). São Paulo: Ed. UNESP, 1992. pp.39-62

SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 62-78.

SILVA, Eduardo *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos Santos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (org.). *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SILVA, Márcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro-rio-grandense (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SILVA, Márcio Antônio Both da. *A Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava: Unicentro, Niterói, UFF, 2011.

SILVA, Paulo Sergio da. Rio Grande profundo: o estado da arte da questão quilombola. In: *Revista Identidade (EST)*, São Leopoldo/RS, v. 16, 2011, pp.125-145. Disponível em: [<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/issue/current>]. Acesso em 13 de janeiro de 2012.

SOUZA, Leodete Dall’agnol de Souza. *Combate do Fão: Soledade RS*. 2008. 90 f. Monografia (Graduação) Curso de História, Universidade de Cruz Alta: Unicruz, 2008.

TEDESCO, João Carlos. *Memória e Cultura: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos*. 1. ed. Porto Alegre: Est Edições, 2001.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vol. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. RJ: Paz e Terra, 1992.

TOURTIER – BANAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp. 233-245.

VANSINA, Jan. *Oral Tradition: a study in historical methodology*. [London]: Penguin Books, 1965.

VIANNA, Francisco José Oliveira. *Populações meridionaes do Brasil: história, organização, psicologia*. São Paulo: Nacional, 1933.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. Tratos e contratos de trabalho: debate em torno de sua normatização no século XIX. In: *História em Revista (UFPel)*, Pelotas/RS, v. 10, 2004. pp. 201-210. Disponível em: [[http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia\\_em\\_revista\\_regina\\_xavier.pdf](http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_regina_xavier.pdf)]. Acesso em 13/04/2011

\_\_\_\_\_. *Religiosidade e Escravidão, século XIX: mestre Tito*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: Gilberto Ferreira da Silva; José Antônio dos Santos; Luiz Carlos da Cunha Carneiro. (Org.). *RS Negro: cartografia sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, v.1 , pp. 15-31.

WEBER, Max. *Relações comunitárias étnicas. Economia e sociedade*. Brasília, v. 1, 1994.

WEBER, Regina. *Os Operários e a Colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

WEBER, Regina. Fontes Cruzadas. *Núcleo de Pesquisa em História (NPH) UFRGS*. Disponível em: [<http://www6.ufrgs.br/nph/arquivos/Regina%20Weber%20-%20Fontes%20Cruzadas.pdf>]. Acesso em 12 de março de 2011.

\_\_\_\_\_. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 1996. pp. 63-83.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os Nomes da Liberdade. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Olkos, 2008.

WEISSBACH, Paulo Ricardo Machado. *Subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras-RS*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOORTMANN,E.;WOORTMANN, K. *O trabalho da terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*, Brasília, Ed.UNB, 1997.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo: HUCITEC e Brasília: Edunb, 1995.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp.217-238.

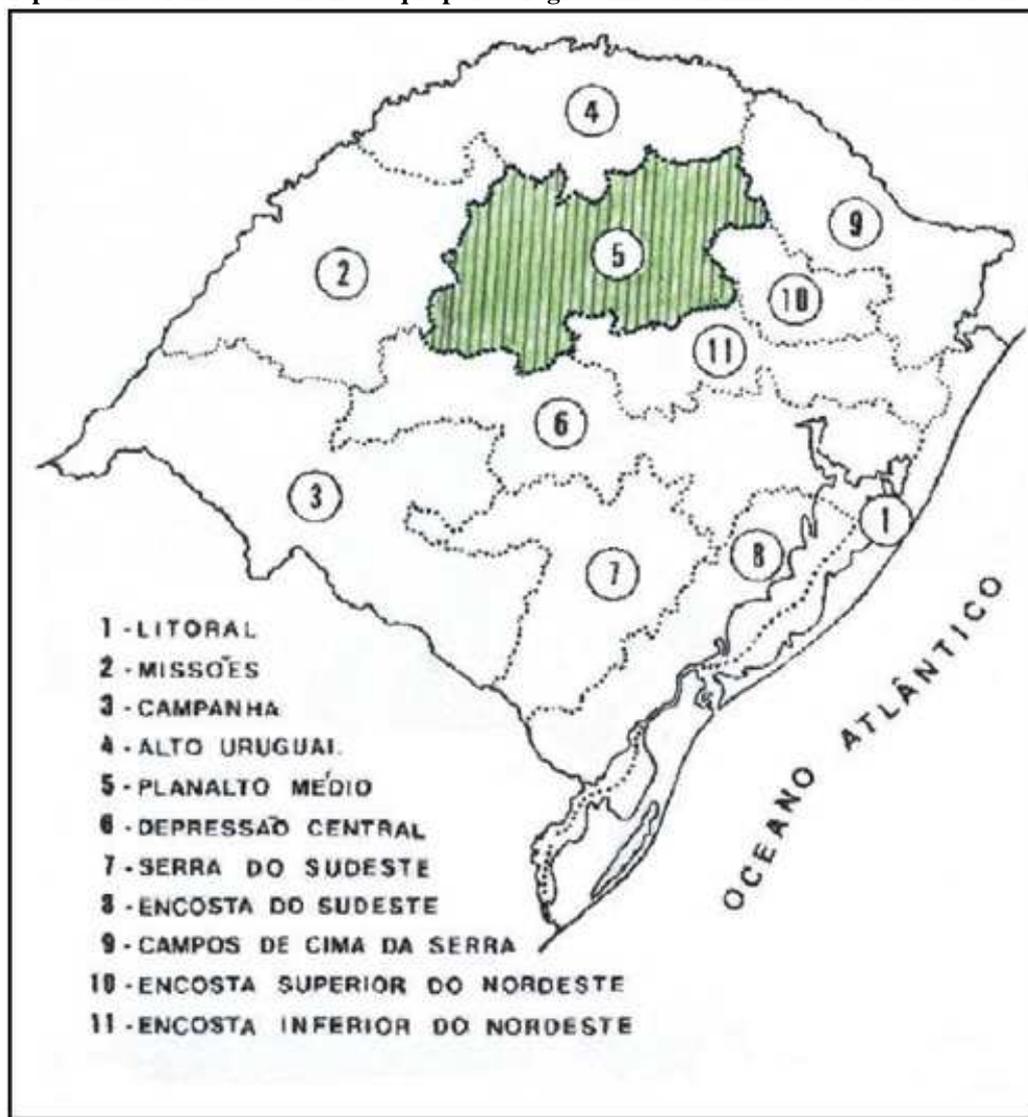
\_\_\_\_\_. 'Com parente não se neguecia' O campesinato como ordem moral. In: *Anuário antropológico* n 87, 1990, Brasília: Editora UNB. pp. 11-73.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

\_\_\_\_\_. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

## ANEXO I

Mapa 2: Rio Grande do Sul. Destaque para a região cinco denominada de Planalto Médio<sup>426</sup>.

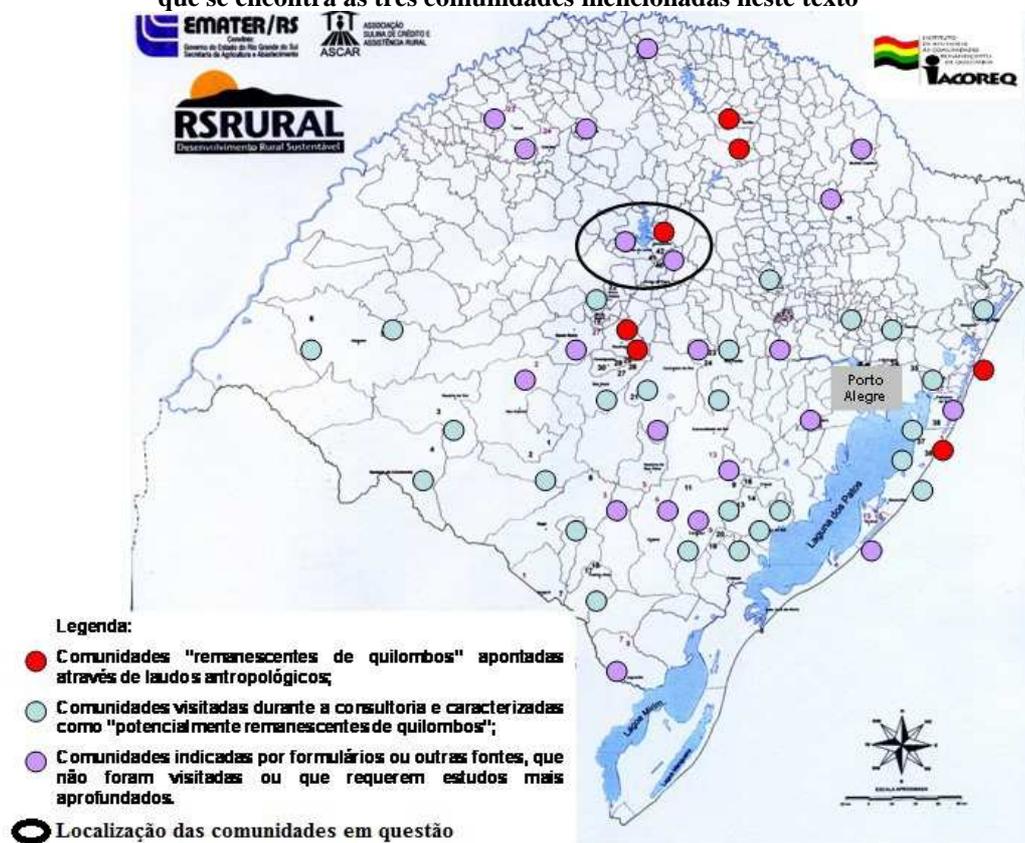


Mapa do Rio Grande do Sul. Destaque para a região de número cinco denominada de Planalto Médio

<sup>426</sup> Fonte: HOFFMANN et al. (1997) apud: WEISSBACH, Paulo Ricardo Machado. *Subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras-RS*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, 2007, p.66.

## ANEXO II

Mapa 3: Quilombos do Rio Grande do Sul. Destaque para a área circulada, uma vez que é nesta região que se encontra as três comunidades mencionadas neste texto<sup>427</sup>

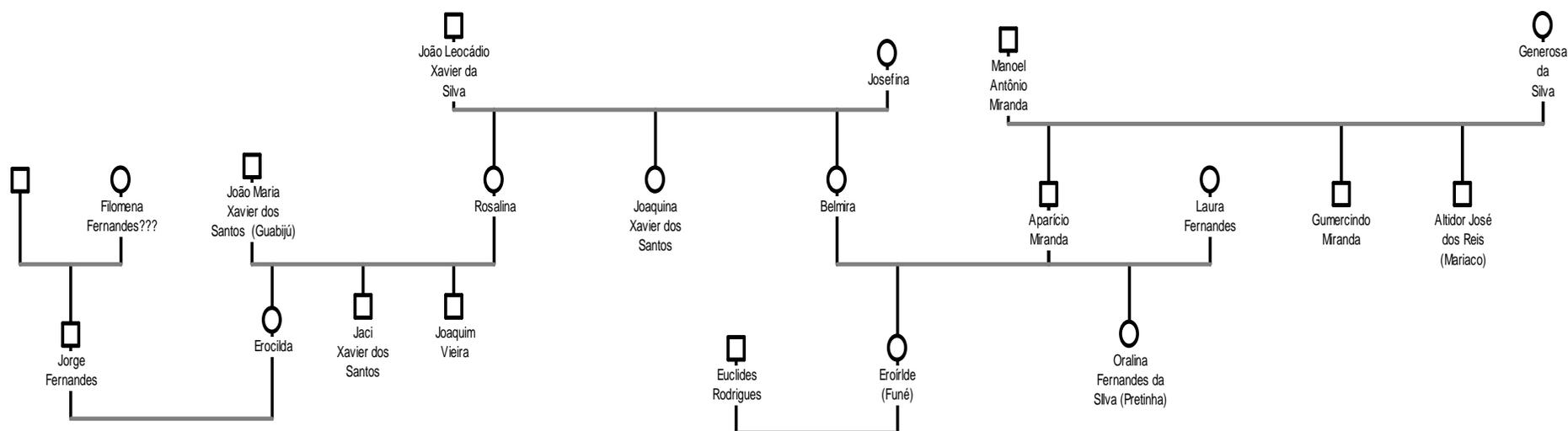


*Mapa dos Quilombos do Rio Grande do Sul. Destaque para a área circulada, uma vez que é nesta região que se encontra as três comunidades mencionadas neste texto.*

<sup>427</sup> Mapa inicialmente desenvolvido pela pesquisadora Rosane Rubert a partir de um projeto da EMATER e RSRURAL (2005). Atualizado pelo Instituto de Assessoria as Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ) em 2007, e adaptado para este texto em 2011.

## ANEXO III

*Genealogia parcial dos grupos familiares residentes do Sítio Novo/ Linha Fão. Genealogia elaborada em 2008 para o Relatório sócio-histórico antropológico da comunidade de Rincão dos Caixões.*

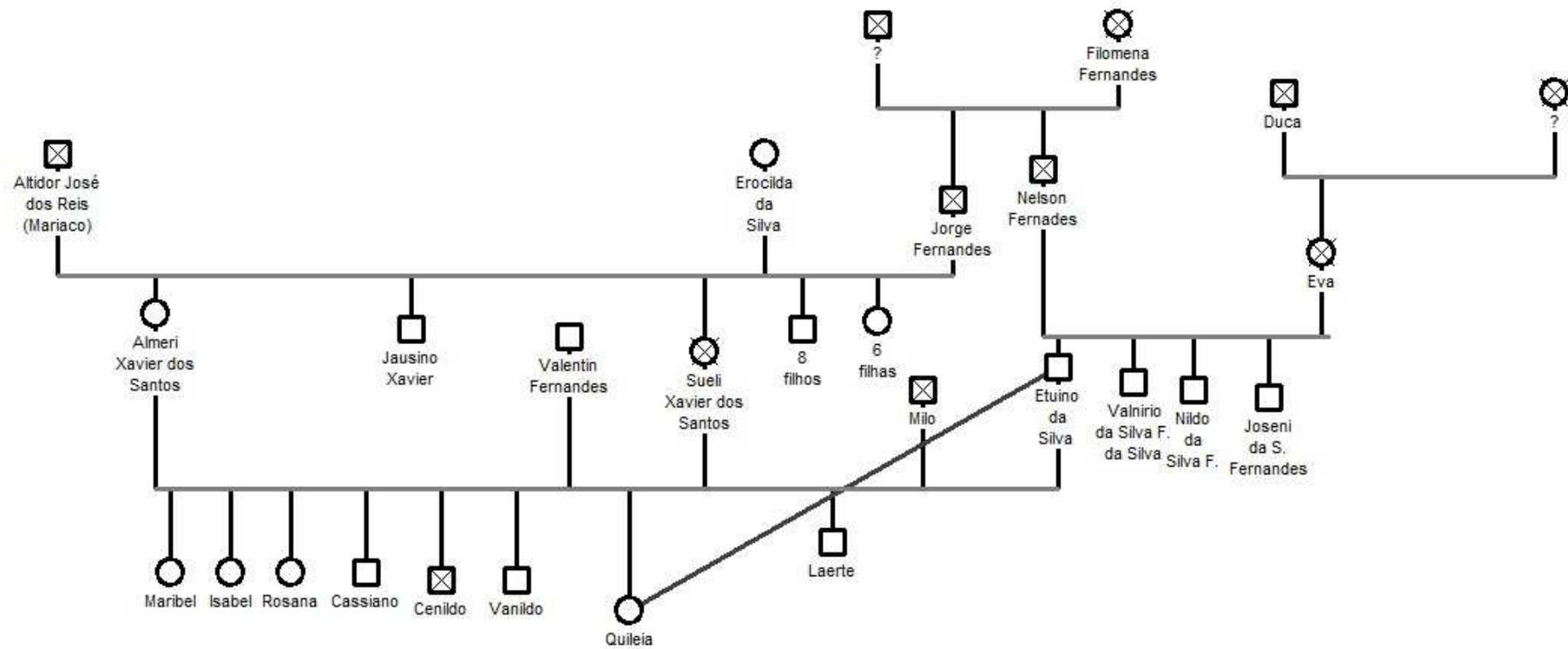


**Figura 5: Genealogia parcial dos moradores do Sítio Novo/linha Fão. Genealogia desenvolvida em 2008 pela equipe de pesquisa durante a elaboração do Relatório Sócio-Histórico Antropológico de Rincão dos Caixões<sup>428</sup>**

<sup>428</sup> A genealogia se inicia com os libertos João Leocádio e Josefina, moradores do território nos anos finais do século XIX. Esta genealogia ainda não está completa, resta completar o mapa com alguns grupos familiares que, segundo depoimentos, são descendentes das primeiras famílias moradoras.

## ANEXO IV

*Genealogia parcial dos depoentes. Com destaque para os laços de parentesco que os unem.*



**Figura 6: Genealogia parcial dos depoentes<sup>429</sup>**

<sup>429</sup> Legenda: X- indica pessoa falecida. ?- indica nome desconhecido. /- indica conexão com esposa ou marido. Genealogia desenvolvida para o texto.

**ANEXO V**

**Fotografia 3: Etuíno e sua família em 2011**



**Imagem acervo Maria do Carmo M. Aguilar**

## ANEXO VI

**Fotografia 4: Valentin e sua esposa Almeri em 2011****Acervo Maria do Carmo M. Aguilar**

**ANEXO VII**

**Fotografia 5: a matriarca do quilombo Rincão dos Caixões, Erocilda em 2011**



**Acervo Maria do Carmo M. Aguiar**

**ANEXO VIII****Fotografia 6: vista parcial da área do Quilombo Rincão dos Caixões em 2011**

Acervo Maria do Carmo M. Aguiar

## ANEXO IX

**Fotografia 7: parte da parentela de Erocilda no quilombo Rincão dos Caixões em 2008**

**Fonte: Relatório Socio-Histórico Antropológico da comunidade p.85**

## ANEXO X

**Fotografia 8: casamento de Almeri e Valentin.**

**Fonte: pertencente ao acervo de Almeri Fernandes**

## ANEXO XI

Quadro 3: Categorias de trabalho e contratos informais

NOME	CATEGORIA DE TRABALHO	MORADIA	PERMISSÃO PARA PLANTAR	TIPO DE REMUNERAÇÃO	ATIVIDADE	ECONOMIA PARA AQUISIÇÃO DE TERRA	COMPRA DE TERRA	COMPRA DA TERRA "CEDIDA"
Valentin	parceiro/peão	na fazenda	sim	em víveres e as vezes em dinheiro	agricultor	não	não	não
Erocilda	itinerante	imediações	sim	em víveres e as vezes em dinheiro	agricultor	não	não	não
Etuino	itinerante	na fazenda	sim	em víveres e as vezes em dinheiro	agricultor	não	não	não
Altidor	agregado/ itinerante	na fazenda	?	em víveres e as vezes em dinheiro	agricultor/ outras ocupações	não	não	não
Emilio	parceiro/peão	na fazenda	sim	Em dinheiro	agricultor	sim	sim	sim
Neuci	porcentagem	na fazenda	sim	Em dinheiro	Trabalho nas pedreiras	sim	sim	não

Quadro realizado a partir dos dados das entrevistas